

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**PEDRO PEREIRA BORGES**

**POXORÉU**

**PERCURSOS HISTÓRICO-POLÍTICOS**

**DOUTORADO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS**

**SÃO PAULO**

**2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PEDRO PEREIRA BORGES**

**POXORÉU**

**PERCURSOS HISTÓRICO-POLÍTICOS**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, Área de Concentração em Política, sob a orientação da Professora Doutora Silvana Tótora.

**PEDRO PEREIRA BORGES**

**POXORÉU**

**PERCURSOS HISTÓRICO-POLÍTICOS**

A COMISSÃO EXAMINADORA ABAIXO ASSINADA APROVA ESTE ANTEPROJETO DE PESQUISA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

---

---

---

---

---

---

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é buscar as causas do imobilismo dos poderosos que se instalaram na administração municipal e as causas do comodismo do povo de Poxoréu. O trabalho serve também para analisar outras situações semelhantes em diversas partes do Brasil, marcadas pelo coronelismo ou caudilhismo. A partir da sua conexão com a história do Garças e Araguaia, que teve um coronelismo garimpeiro, guerreiro, o coronelismo garimpeiro de Poxoréu se ligou ao jogo democrático criado pelas eleições municipais de 1947 e se instalou na administração municipal até o ano 2000. Em certo sentido, a hipótese a que mais se adapta a situação tanto do Garças como do Araguaia quanto de Poxoréu é a de que, ao longo do século XX, essas duas regiões passaram por um processo de criação de relações políticas e sociais semelhantes ao modelo implantado por César (100 a.C.-44 a.C.), em Roma, conhecido como cesarismo. É próprio do cesarismo buscar as soluções dos problemas políticos mediante ações militares. No Garças e Araguaia, por exemplo, o coronel José Morbeck organizou a região nesses moldes, isto é, loteando os aglomerados humanos entre os seus diversos representantes. Em Poxoréu, devido ao sistema eleitoral implantado em 1947 e reformado em 1965 e em 1979, as lideranças foram capazes de conviver com formas de representação parlamentar, com o pretexto de articular uma política equilibrada que correspondesse aos interesses da comunidade. O trabalho se justifica porque abarca um período relativamente grande da história de Poxoréu, enquanto em outras regiões do Brasil e do de Mato Grosso se processavam importantes transformações políticas, econômicas e sociais às quais a política de Poxoréu não foi capaz de se adaptar após a exaustão das reservas minerais levou à estagnação econômica do município. A metodologia usada para desenvolver o trabalho é histórica, mas ela, por si só não será capaz de responder a outros elementos passíveis de análise, como, por exemplo, a questão das lideranças, que aparecerão fortes ao longo do trabalho. O trabalho procura inserir a história de Poxoréu dentro da história de Mato Grosso e do Brasil, busca reconstruir os itinerários dos migrantes ao longo do século para a região, além de buscar, no conflito armado do Garças e Araguaia e na violência própria da região de garimpo, as causas do imobilismo dos poderosos e do conformismo do povo, com os seus reflexos ainda sendo sentidos após a primeira década do século XXI.

Palavras-Chave: Coronelismo, Migração, Conformismo, Imobilismo.

## **ABSTRACT**

The objective of this thesis is to seek the causes of the immobilism of the powerful who settled in municipal administration, as well the causes of the people of Poxoréu conformism. The work can also be used to analyze similar situations in many parts of Brazil, marked by the colonelism or caudillismo. From its connection with the history of Garças and Araguaia region, which had a miner and warrior colonelism, the miner colonelism of Poxoreu is connected to the democratic game created by the municipal elections of 1947 and that had installed in the municipal administration until 2000. The hypothesis that best fits the situation of both region that, throughout the twentieth century, have undergone a process of creating political and social relations similar to the model of Caesarism. The Caesarism seeks solutions to political problems by military actions. At Garças and Araguaia, for example, Colonel José Morbeck had organized the region along these lines, i.e., sharing the organization of all human settlements with their various representatives. In Poxoréu, due to the electoral system introduced in 1947 and renovated in 1965 and also in 1979, the leaders were able to coexist with forms of parliamentary representation, by articulating a balanced policy that pretend to correspond to the interests of the community. The work can be justified because it covers a relatively large period of the Poxoréu's history, while in other Brazilian regions and Mato Grosso were taking important political, economic and social policy, and Poxoréu was not able to adapt after exhaustion of diamond reserves that led to the economic stagnation of the municipality. The methodology used to develop this thesis is historical, but there are others important themes to analyze, such as, for example, the issue of leaders, which appear stronger over all the work. Then, the history of Poxoréu is put within the history of Mato Grosso and Brazil, and also seeks to reconstruct the routes of migrants throughout the twentieth century for the region, and seek, in the armed conflict in the Garças and Araguaia and in the violence inside the miner region, the causes of the immobilism of the powerful and conformism of the people, with the reflections that are still being felt after the first decade of the twenty first century.

Key-Words: Colonelism, Migration, Conformism and Immobilism.

## SIGLAS

ARENA Aliança Renovadora Nacional  
CEMAT Companhia Energética de Mato Grosso.  
CNM Código Normativo da Mineração  
CODEP Companhia de Desenvolvimento de Poxoréu  
CPI Comissão Parlamentar de Inquérito  
DNPM/MT Departamento Nacional de Produção Mineral, seção Mato Grosso  
FEMA Fundação Especial do Meio Ambiente  
FINAM o Fundo de Investimentos para a Amazônia.  
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INTERMAT Instituto de Terra de Mato Grosso  
INSS Instituto Nacional de Seguro Social  
MDB Movimento Democrático Brasileiro  
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
NEPO Núcleo de Estudo de Populações da UNICAMP  
ONU Organização das Nações Unidas  
PC-MT Partido Conservador de Mato Grosso  
PCB Partido Comunista Brasileiro  
PDT Partido Democrático Trabalhista  
PFL Partido da Frente Liberal  
PIB Produto Interno Bruto  
PL Partido Liberal  
PMDB Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP Partido Popular  
PR-MT Partido Republicano de Mato Grosso  
PRODEAGRO Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
PRODOESTE Programa Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso  
PSD Partido Social Democrático  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PSR Partido Social Republicano  
PST Partido Social Trabalhista  
PT Partido dos Trabalhadores  
PTB Partido Trabalhista Brasileiro  
SEPLAN-MT Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso

SUDAM Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCE-MT Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TER-MT Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

UDN União Democrática Nacional

URP União pela Recuperação de Poxoréu

## LISTAS

MAPA DAS MIGRAÇÕES .....	50
Foto 1 DOM FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA .....	80
Foto 2 PEDRO CELESTINO .....	82
Foto 3 ARLINDA PESSOA MORBECK E JOSÉ MORBECK .....	84
Foto 4 RETRATO DE MANOEL BALBINO DE CARVALHO .....	86
Foto 5 CASA PERNAMBUCANA ANTES DO ATAQUE DE 25/05/1925 .....	95
Foto 6 CASA PERNAMBUCANA DEPOIS DO ATAQUE DE 25/05/1925 .....	95
Foto 7 HORÁCIO DE MATOS .....	97
Foto 8 MÁRIO CORRÊA DA COSTA .....	107
Foto 9 JOAQUIM NUNES ROCHA .....	128
Gráfico 1 PERCENTUAL DOS ENTREVISTADOS EM BAIRROS DE POXORÉU .....	165
Gráfico 2 PROVENIÊNCIA DOS ANTEPASSADOS DOS ENTREVISTADOS .....	165
Gráfico 3 PROBLEMAS MAIS URGENTES DE POXORÉU .....	166
Gráfico 4 IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA DOS ENTREVISTADOS .....	166
Tabela 1 POPULAÇÃO DE MATO GROSSO 1900-1940 .....	21
Tabela 2 POPULAÇÃO DE MATO GROSSO ENTRE 1950 E 1970 .....	21
Tabela 3 POPULAÇÃO DE MATO GROSSO ENTRE 1980 E 2010 .....	22
Tabela 4 TAXA DE CRESCIMENTO DA MESORREGIÃO SUDESTE MATO-GROSSENSE .....	26
Tabela 5 ATIVIDADE PRINCIPAL DA FORÇA DE TRABALHO DE POXORÉU: 1940-1970 .....	122
Tabela 6 CENSOS POPULACIONAIS .....	141
Tabela 7 ELEIÇÃO DE 1996 NO MUNICÍPIO DE POXORÉU .....	161
Tabela 8 ELEIÇÃO DE 1996 NO MUNICÍPIO DE POXORÉU .....	161
Tabela 9 EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE POXORÉU .....	163
Tabela 10 FORMAÇÃO DO PIB DE POXORÉU EM MILHÕES .....	172

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS</b> .....	<b>19</b>
1.1 CICLOS DE OCUPAÇÃO .....	19
1.2 INCENTIVOS ÀS MIGRAÇÕES .....	20
1.3 LITÍGIO E DIAMANTE .....	24
1.4 A MARCHA PARA O OESTE .....	27
1.5 CORONÉIS DO GARIMPO EM CENA .....	29
1.6 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS .....	32
<b>2 DESLOCAMENTOS</b> .....	<b>37</b>
2.1 INDÍGENAS, FAZENDEIROS E GARIMPEIROS .....	37
2.2 A POSSE DA REGIÃO .....	40
2.3 DESLOCAMENTOS E ITINERÁRIOS .....	44
<b>3 CORONÉIS E JAGUNÇOS</b> .....	<b>55</b>
3.1 A PEDAGOGIA DOS CORONÉIS .....	55
3.1.1 João Galo .....	55
3.1.2 A Caçada .....	58
3.1.3 A Máquina de Guerra .....	64
3.2 SINFONIA SEM MAESTRO .....	67
3.3 DISPUTAS POLÍTICAS .....	71
3.4 A LIDERANÇA DE JOSÉ MORBECK .....	76
3.5 A INCORPORAÇÃO .....	82
3.5.1 José Morbeck .....	83
3.5.2 Carvalhinho .....	85
3.5.3 Coronéis do Garimpo .....	86
3.5.4 O São Bartolomeu do Alcantilado .....	88
3.5.5 Rompimento entre os Coronéis do Garimpo .....	90
3.6 O CONFLITO ARMADO .....	92
3.7 RETIRADA DOS CORONÉIS DO GARIMPO .....	96
3.8 HOMENS AMARRADOS PASSAM PELA “PRAÇA DA LIBERDADE” .....	102

3.9 OS HUGUENOTES DO TESOURO .....	108
<b>4 O CORONELISMO DE POXORÉU .....</b>	<b>117</b>
4.1 O POVOAMENTO E O CRESCIMENTO DA CIDADE DE POXORÉU .....	117
4.2 POXORÉU NO PERÍODO DO ESTADO NOVO .....	124
4.3 UM DOS ÚLTIMOS CORONÉIS DO SUDESTE MATO-GROSSENSE .....	126
4.4 LUTAS .....	134
4.5 AS DÉCADAS PERDIDAS DE POXORÉU .....	140
<b>5 À GUIA DE CONCLUSÃO: CONFORMISMO E IMOBILISMO .....</b>	<b>147</b>
5.1 CICLOS ECONÔMICOS E MODELOS POLÍTICOS .....	147
5.2 ACOMODAÇÃO COMPULSÓRIA .....	153
5.3 RELAÇÕES DESIGUAIS .....	155
5.4 MUDANÇAS NO DISCURSO POLÍTICO .....	160
5.5 GRUPOS POLÍTICOS DE POXORÉU .....	164
5.6 DESAFIOS PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS .....	169
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO 1 DICIONÁRIO DO GARIMPO .....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXO 2 ATA DA LIGA GARIMPEIRA .....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO 3 A LUTA NO GARÇAS .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO 4 A QUESTÃO DOS LIMITES ENTRE MATO GROSSO E GOIÁS .....</b>	<b>225</b>
<b>ANEXO 5 AS TERRAS EM MATO GROSSO .....</b>	<b>241</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, foi construída uma cultura eminentemente garimpeira na região sudeste mato-grossense em geral e em Poxoréu, em particular. Essa cultura foi formada graças a uma série de deslocamentos humanos provenientes principalmente da Região Nordeste, no início do século, atraídos pela descoberta de imensas jazidas diamantíferas que, posteriormente, possibilitaram a fundação de cidades como Poxoréu, Guiratinga, Torixoréu, Tesouro, General Carneiro, Barra do Garças e Alto Araguaia. Nesse espaço de múltiplas proveniências, também foram tecidas relações políticas, econômicas e sociais, que transbordaram o século XX e alcançaram o século XXI num processo de esgotamento, devido à entrada no seu universo de novos migrantes provenientes do Sul do Brasil, que romperam com o mito de que a terra do cerrado era imprópria para a agricultura, e ao próprio sistema político baseado em relações provenientes do coronelismo que se implantou na região junto com a descoberta do diamante.

O objetivo do presente trabalho é buscar as causas do imobilismo dos poderosos que se instalaram na administração do município, bem como as causas do comodismo do povo de Poxoréu. Nesse sentido, este trabalho servirá também para analisar outras situações semelhantes em diversas partes do Brasil, marcadas pelo estigma do coronelismo ou do caudilhismo.

Dentre as tantas hipóteses que podem ser levantadas para fins deste trabalho, será possível mapear dois momentos da implantação do coronelismo do Garças e Araguaia e de Poxoréu. O coronelismo do Garças e Araguaia, em certo sentido, foi um coronelismo guerreiro, centrado na pessoa de José Morbeck, que, mesmo como funcionário público, se contrapôs às autoridades mato-grossenses, criando entre os garimpeiros laços de afeição, submissão e mesmo de temor. O segundo momento foi o coronelismo surgido a partir da eleição de 1947, em Poxoréu. Essa eleição possibilitou o surgimento de um novo tipo de coronelismo ligado ao jogo democrático que passou a governar o país. Essa eleição marcou o início de centralização do poder nas mãos de uma família, mantendo o sistema de representação popular.

Porém, em certo sentido, a hipótese que mais se adapta à situação tanto do Garças e do Araguaia quanto de Poxoréu, é a de que, ao longo do século XX, essas duas regiões passaram por um processo de criação de relações políticas e sociais semelhantes ao modelo implantado

por César (100 a.C.-44 a.C.), em Roma, conhecido como cesarismo, isto é, um sistema de governo centrado na figura de um líder, que se torna ou se julga o único detentor do poder. Por esse sistema, o líder mantinha a sua autoridade graças à patente militar ou graças a fatos heroicos. É próprio do cesarismo buscar as soluções dos problemas políticos mediante ações militares. No Garças e Araguaia, por exemplo, o coronel José Morbeck organizou a região nesses moldes, isto é, loteando os aglomerados humanos entre os seus diversos representantes (Capítulo 3). Em Poxoréu, devido ao sistema eleitoral implantado em 1947 e reformado em 1965 e em 1979, as lideranças foram capazes de conviver com formas de representação parlamentar, com o pretexto de articular uma política equilibrada que correspondesse aos interesses da comunidade (BOBBIO, 1998) (Capítulo 4).

Por isso alguns atores necessariamente aparecerão ao longo do trabalho, devido à importância que eles tiveram na formação das relações políticas, sociais e econômicas da região e a quão decisiva se tornou a sua liderança sobre o território. Assim, na primeira metade do século XX, aparecerão os presidentes do estado, como Dom Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922), Pedro Celestino (1922-1926), Mário Corrêa da Costa (1926-1930 e 1935-1937) e os coronéis José Morbeck e Manoel Balbino de Carvalho, que dividiam entre si a liderança sobre os garimpos do sudeste mato-grossense, mas cujas relações ultrapassavam o território de Mato Grosso e do Garças e o do Araguaia, para alcançar os centros consumidores do diamante e a capital federal, Rio de Janeiro.

O período do Estado Novo (1937-1945) foi o período da intervenção estadual no território diamantino, após o conflito armado que pôs fim às facções dos coronéis guerreiros e passou a usar da estratégia de criar distritos de paz e circunscrições municipais governados por políticos que não haviam participado dos eventos ocorridos entre 1922 e 1929, ou seja, do conflito armado e da invasão da Delegacia de Poxoréu, que resultou, posteriormente, na prisão de Carvalhinho, em setembro de 1929, em Jataí. Nesse período, foi decisiva a presença em Poxoréu de Júlio Müller, que, como interventor estadual, criou primeiro o Distrito de Paz, em 1932, e posteriormente o Município de Poxoréu, que se instalou em 1938.

No período imediato à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e ao Estado Novo (1937-1945), com a restauração da democracia, desde a primeira eleição, em 1947, foram reconstruídas as bases do coronelismo de Poxoréu. A partir daí, os políticos locais que sobressaíram estavam ligados à família Rocha, que assumiu o controle do município em união com a família Ribeiro Vilela, e mantiveram-se no poder até o ano 2000, quando foram derrotados pelo grupo liderado por Antônio Rodrigues da Silva.

Dessa forma, justifica-se a escolha de um arco relativamente grande, ou seja, o século XX, para se fazer a reconstrução histórica, política e social que dá suporte à busca das causas do imobilismo dos poderosos e do comodismo do povo de Poxoréu. O século XX foi testemunha da história e também das transformações econômicas pelas quais o Brasil, Mato Grosso e Poxoréu passaram. Em relação a Poxoréu, a primeira base econômica foi o garimpo. Mas essa base foi suplantada pela pecuária ainda na década de 1950. Quando da transferência da capital federal para o Planalto Central, em 1960, e após as ações da Fundação Brasil Central, que depois foi substituída pela SUDECO, em 1967, a economia mato-grossense passou por um processo de inserção no mercado internacional, enquanto a economia de Poxoréu passou por um processo de estagnação, devida à sua não inserção nos projetos de desenvolvimento criados tanto pelo governo federal quanto pelo estadual.

Como os reflexos políticos, econômicos e sociais no longo processo histórico são passíveis de verificação em épocas mais recentes, no caso de Poxoréu é preciso prestar atenção não somente na atividade garimpeira, mas também nas ações dos atores político-sociais que construíram as suas relações no município. Por isso, embora ao mesmo tempo histórico-político, o enfoque desta pesquisa também tem a ver com outras áreas das ciências humanas, como, por exemplo, a psicologia, a sociologia e a antropologia. Para se chegar a isso, foi preciso o contato com diversos indivíduos ligados à própria história de Poxoréu, sejam eles garimpeiros, fazendeiros ou mesmo funcionários públicos, para compor um corpo analítico dessa sociedade que se desenvolveu no sudeste mato-grossense. Os dados histórico, econômicos e sociais obtidos individualmente foram também confrontados com uma extensa bibliografia local, regional e brasileira.

Por isso optou-se pela metodologia histórica para trabalhar o objetivo deste trabalho. No entanto trata-se de uma abordagem que possibilita estabelecer a relação entre o processo histórico e as estruturas econômicas, tornando-se, conforme Bielschowsky (2000, p. 42), “um método muito atento às mudanças de comportamento dos agentes e à trajetória das instituições, bem como ao exame dos desequilíbrios típicos de economias e sociedades em rápida transformação”. Bielschowsky (2000, p. 42) fala do método criado por Celso Furtado para analisar as economias latino-americanas e a brasileira, que já estava presente no seu primeiro livro, *A Economia Brasileira*, de 1954.

As metodologias empregadas por Furtado se enquadram num tipo de análise para o qual só se responde às questões essenciais sobre o desenvolvimento social e econômico se ultrapassados os limites do tipo tradicional, e limitado de análise econômica em que seja

abolida a fronteira entre o que era moda rotular como “fatores econômicos” e como “fatores sociais”. Trata-se de uma construção teórica não usual, por adotar elementos multidisciplinares como incluir delimitações analíticas em termo de espaço e tempo (geografia e história), noções ausentes na ortodoxia econômica. Cabe observar, ainda, o fato de Furtado readaptar sua análise teórica original, constituindo sua motivação política aliada ao tratamento teórico do subdesenvolvimento (MENDES; TEIXEIRA, 2004). Na mesma direção, Mallorquin (2005) considera a preocupação com a questão de espaço (geografia) e tempo (história) na sua análise estruturalista do subdesenvolvimento. Tratamento semelhante pode ser encontrado em Oliveira (2003), que observa a trajetória intelectual de Furtado ligada à questão política e social, em especial com o Nordeste brasileiro.

O estruturalismo como sistema analítico tem por base a caracterização das economias periféricas ou subdesenvolvidas em contraste com as economias centrais ou desenvolvidas. Os aspectos principais nesse contraste referem-se à: baixa diversidade produtiva; reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infraestrutura; especialização em bens primários; heterogeneidade tecnológica; oferta ilimitada de mão de obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico. A partir dessa contextualização, realiza-se a análise da forma de inserção das economias subdesenvolvidas no ambiente internacional, ou neste caso no ambiente regional, e as condições para a superação das situações adversas das economias periféricas por meio de um processo de industrialização conduzido por um planejamento estratégico, tendo o estado como agente principal (BIELSCHOWSKY, 2000).

As principais contribuições de Furtado à abordagem estruturalista são consideradas em três aspectos: a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda; e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas. Considera-se também como uma contribuição teórica de Furtado, a ênfase dada ao aspecto regional como limitante de um projeto nacional integrado de desenvolvimento. Furtado fez sua leitura do Brasil incorporando um fator geográfico na dimensão analítica “histórico-estrutural”. Ao inserir no debate sobre o subdesenvolvimento a questão das desigualdades (sociais e de renda), o caráter regional é considerado como elemento central de análise, enfatizando também do ponto de vista político, de maneira mais direta na Região Nordeste (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

Segundo Mallorquin (2005), outras características da abordagem de Furtado são a hipótese do subdesenvolvimento como um processo distinto da experiência dos países

centrais; a percepção da heterogeneidade e do dualismo dos países dependentes, como o Brasil, reproduzindo também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, aspecto este diretamente ligado ao problema das desigualdades regionais.

Furtado (1961) considerava a ação coordenadora do estado como única capaz de planejar alternativas de crescimento de longo prazo, proporcionando o ambiente necessário para investimentos de maior tempo de maturação. Essa concepção repercutiu na forma de atuação dos governos nacionais a partir de meados dos anos 1940. O estado assumiu cada vez mais o papel de planejador central da economia para incrementar a industrialização do país, que vinha em processo acelerado desde 1930. E acentuam-se as preocupações com a técnica e a prática do planejamento, enquanto elementos da política econômica governamental.

No que diz respeito ao complexo nordestino, Furtado (1959, p. 61) observa que “as formas que assumem os dois sistemas da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – no lento processo de decadência que se inicia na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação do que, no século XX, viria a ser a economia brasileira”. Os dois sistemas produtivos apresentavam um caráter de crescimento puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e mão de obra, com tal característica, não implicando, segundo ele, “modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e, portanto, na produtividade”. Ele considera, ainda, que “a expansão da economia nordestina, durante esse longo período consistiu, em última instância, num processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia” (FURTADO, 1959, p. 64).

Na mudança do centro dinâmico da economia para o Sudeste, ele observa que “o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração”. Se, por um lado, o rápido crescimento da economia cafeeira entre 1880 e 1930 criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda *per capita*, por outro, dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno do qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se (FURTADO, 1959, p. 238).

Essa análise compreende, portanto, uma abordagem histórico-estruturalista (centro *versus* periferia) não apenas no contexto internacional, mas também do ponto de vista interno (regional) no caso específico do Brasil. Assim, entende-se que o autor faz uma leitura regional de maneira a enfatizá-la como elemento central na evolução do processo de industrialização e da implantação do modelo de substituição de importação no país.

Dessa forma, o autor prenuncia que “essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos da população do país, poderão dar origem a uma série de tensões regionais. A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos”. E continua prevendo que o processo de integração econômica dos próximos decênios, por um lado, exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões e, por outro, requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país. Nesse momento, Furtado considera a relação entre integração regional e crescimento: “É de supor que, caso progrida essa integração, a taxa média de crescimento da economia tenderá a elevar-se” (FURTADO, 1985, p. 240-42)

Portanto, a questão da distribuição de renda não se restringe apenas aos aspectos gerais relativos ao problema de propriedade fundiária ou aos conflitos sociais advindos do caráter inerente ao processo produtivo capitalista, mas a desigualdade regional se impõe como tema fundamental, senão central, de análise. A preocupação com a unidade, a integração nacional, a visão conjunta do aproveitamento de recursos e fatores, associado ao receio de conflitos regionais, comprova que a questão regional conforma-se em tema singular de avaliação e compreende uma das bases da conformação estrutural heterogênea do país. As questões de propriedade da terra e de conflitos sociais assumem, assim, contornos regionais específicos. Defende-se, então, que, ao invés da natural compreensão de que o recorte regional surge da abordagem “histórico-estrutural” de Furtado, a análise “histórico-regional-estrutural” se impõe de partida em função da evolução histórica diferenciada das diversas regiões do país, definindo estruturas econômicas regionais distintas (elas próprias, heterogêneas).

Essa visão regional pode ser ainda captada em entrevista recente, em que Furtado (2003, p. 11) observa que “o Brasil continua sendo uma constelação de regiões de distintos níveis de desenvolvimento, com uma grande heterogeneidade social e graves problemas sociais”. Em resumo, as desigualdades econômicas e sociais (produto, renda, emprego, salário, educação, saúde, etc.) são, em última instância, os vários aspectos das desigualdades regionais existentes ainda no país. Portanto as associações entre o papel da distribuição de renda e do mercado interno e o crescimento econômico em sua abordagem analítica devem ser tratadas não somente refletindo a heterogeneidade social e produtiva, mas também questões geográficas, particularmente no que diz respeito ao caso brasileiro.

Porém, no que diz respeito à região do Garças e Araguaia e à de Poxoréu, não é suficiente uma metodologia histórica ou metodologia histórico-estruturalista de Celso

Furtado. Em certo sentido, nessas duas regiões foram criadas relações de poder, de forças, de disputas, de constituição de lideranças pautadas na força das armas, em apoio dos garimpeiros e de afronta à política estadual. Como se vê no capítulo 3, o coronelismo do Garças e Araguaia é um coronelismo garimpeiro centrado em José Morbeck exercida sobre os garimpeiros em confronto com o poder do Estado de Mato Grosso. Já no capítulo 4, torna-se possível notar que o coronelismo da família Rocha é um coronelismo de partido, ou seja, um coronelismo cujo poder emerge de sucessivas vitórias no pleito eleitoral.

Isso posto, o trabalho ora desenvolvido será dividido em cinco capítulos. No primeiro, cujo título é *Cenários Político-Econômicos*, procuraremos situar a história de Poxoréu dentro do contexto da história de Mato Grosso e do Brasil, ao longo do século XX. Para tanto, serão levados em consideração aspectos geográficos, econômicos, políticos e sociais que foram decisivos para a criação das relações entre os diversos atores políticos, econômicos e sociais que contribuíram para o desenvolvimento do município. No segundo capítulo, que tem por título *Deslocamentos e Itinerários*, intenta-se realizar uma excursão pela história do povoamento da região, procurando, ainda que de maneira sintética, levantar os roteiros dos migrantes que, saindo dos seus lugares de repulsão, encontraram o seu local de destino nas terras de garimpo de Mato Grosso, em geral, e de Poxoréu, em particular. O terceiro capítulo, cujo título é *Coronéis e Jagunços*, é dividido em duas partes, sendo que a primeira trata das relações entre os coronéis e os jagunços, e a segunda apresenta os eventos que tornaram possível o surgimento da cidade de Poxoréu, em 1926. Dentre esses eventos, estão o Massacre do Alcantilado, de 1924, o conflito José Morbeck-Carvalhinho, de 1922-1926, e as ações do governo mato-grossense com o objetivo de incorporar a região sudeste à administração estadual. A partir desses eventos, torna-se possível trabalhar, no quarto capítulo, *O Coronelismo de Poxoréu*, a história do município desde 1926 até o ano 2000. Para a reconstrução que se tentou fazer, foram levantados dados tanto econômicos, como populacionais, mas principalmente as relações entre os diversos atores políticos que deram sua contribuição tanto para o crescimento quanto para a estagnação do município. No quinto capítulo, intitulado *Conformismo e Imobilismo*, além da definição dos termos a partir dos dados levantados nos capítulos anteriores, procurou-se estabelecer as causas do imobilismo dos poderosos e do conformismo do povo, que funcionam como estratégias de sobrevivência e moeda de troca, dentro de um jogo político que começou com a eleição de 1996 e cujos resultados foram alcançados no ano 2000.

Para se realizar o presente trabalho, além de uma extensa pesquisa bibliográfica, foi necessário também realizar uma pesquisa de campo, dado que as fontes bibliográficas são escassas e ao mesmo tempo não lineares. Para tanto, a reconstrução histórica que será apresentada nos próximos capítulos fará surgir as lideranças que marcaram época, ao longo do século XX, em Poxoréu. Esse percurso histórico-político não se tornaria possível se à bibliografia existente não fossem acrescentadas informações colhidas na cidade, principalmente entre os garimpeiros, fazendeiros e também entre outras pessoas atuantes na própria política da cidade. Assim, foi possível realizar um trabalho de indagação, de conhecimento da realidade, de registro e de memória, que mesmo executado num propósito de ser exaustivo, permitiu reconstruir apenas alguns dos fragmentos dentre as tantas possibilidades.

# 1 CENÁRIOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

## 1.1 CICLOS DE OCUPAÇÃO

No início do século XX, Mato Grosso era um estado que fazia fronteiras externas com a Bolívia e o Paraguai e mantinha limites internos com Paraná, São Paulo, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. A extensão das fronteiras externas era, respectivamente, de 1.166 km com a Bolívia e de 1.131km com o Paraguai. Essas fronteiras foram o resultado do ciclo bandeirante de conquista do oeste brasileiro e começaram a ser traçadas ainda no século XVI. Até o século XVIII, a porção sul, em especial, esteve envolvida em diversas batalhas entre os portugueses e os espanhóis. As disputas entre os dois povos ibéricos pelas terras mato-grossenses foram definitivamente resolvidas no Tratado de Madrid, em 1750, quando as conquistas dos bandeirantes foram reconhecidas pelo governo espanhol.

Os bandeirantes paulistas deixaram como herança para Mato Grosso um extenso território de 1.500.000 de km<sup>2</sup>. Já no período republicano e ao longo do século XX, o extenso território da antiga Capitania de Mato Grosso foi dividido em duas ocasiões<sup>1</sup>. A primeira divisão ocorreu no dia 13 de setembro de 1943. Nessa ocasião, o território mato-grossense foi reduzido em 268.451 km<sup>2</sup>, que se tornaram parte do Território do Guaporé, posteriormente rebatizado com o nome de Território Federal de Rondônia e, por fim, Estado de Rondônia. A segunda divisão aconteceu em 1977. Com a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro desse ano, foi criado o atual Estado de Mato Grosso do Sul, que foi implantado em 1979. Assim, a antiga Capitania de Mato Grosso, criada em 1748, ficou reduzida a 903.357,908 km<sup>2</sup>.

O povoamento inicial do estado, cujo território, pelo Tratado de Tordesilhas (1494), pertencia à Espanha, teve início no ciclo espanhol de ocupação. As expedições espanholas no território mato-grossense tiveram início em 1535, quando os jesuítas chegaram a construir uma redução para a evangelização dos indígenas nas margens do Rio Miranda, a que deram o

---

<sup>1</sup> Na verdade, o estado teve outras duas divisões. Uma vez que a porção sul do estado reivindicava a criação de uma unidade federativa fora da zona de influência de Cuiabá, a primeira delas ocorreu em 1932. Nessa ocasião, nos inícios do governo de Getúlio Vargas, foi criado, sem a autorização da União, o Estado de Maracaju. O estado funcionou entre 10 de julho a 2 de outubro de 1932. Os criadores dessa circunscrição federativa apoiaram a causa paulista Revolução Constitucionalista de 1932. Com o fim da revolução, o estado também foi dissolvido. A segunda divisão ocorreu quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, em 1943. Pelo Decreto-lei n.º 5 812, de 13 de setembro de 1943, o governo federal criou os territórios de fronteira desde a Região Norte até a Região Sul, a saber: Amapá, Rio Branco – atual Estado de Roraima –, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçú. A Constituição de 1946 reincorporou o território ao Estado de Mato Grosso.

nome de Santiago de Xerês. O povoado que aí se formou chegou a ser elevado à categoria de bispado, em 1643. Ao longo do século XVI, os espanhóis foram aos poucos marcando presença no território. Após a fundação da redução nas margens do Rio Miranda, Juan Ayolas alcançou a Lagoa Guaíba, na divisa com o atual Estado do Paraná, em 1537. Em 1543, explorando caminhos alternativos para o Peru, Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, à frente de quinhentos homens, entre os quais 150 indígenas, também acampou nas margens da mesma lagoa. Em 1547, Martinez de Irala subiu pelo Rio Paraguai e conseguiu chegar às proximidades dos Andes.

As expedições dos bandeirantes paulistas se deram enquanto os espanhóis procuravam ocupar o território e usá-lo como passagem para as regiões andinas, em especial o Peru. Em 1648, os bandeirantes destruíram o povoado fundado pelos jesuítas. A partir daí, as incursões que tinham origem em São Paulo passaram a ser mais frequentes. Nesse mesmo ano, Antônio Raposo Tavares chefiou uma expedição que chegou ao planalto de Maracaju. Esse mesmo bandeirante, cruzando as extensas terras que hoje compõem os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, chegou até o Peru, nas cabeceiras do Rio Solimões.

As expedições bandeirantes que se seguiram, mormente para prear os indígenas que seriam transportados para São Paulo, levaram também à descoberta de ricas jazidas auríferas nas confluências dos Rios Coxipó e Cuiabá. Com a descoberta do ouro nessa região, que se revelou bastante rica, em 1719, numa reunião convocada por Pascoal Moreira Cabral foi assinada a ata de fundação do Arraial do Bom Jesus de Cuiabá.

Por causa do ouro, Mato Grosso se tornou um centro tão importante para o governo da Metrópole portuguesa que, em poucos anos, mais precisamente no dia 9 de maio de 1748, foi elevado à categoria de Capitania, junto com o Estado de Goiás, separando-se da administração direta da Capitania de São Paulo. O ouro de Cuiabá, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Vila Bela e Diamantino, portanto, motivou o povoamento inicial de Mato Grosso.

## 1.2 INCENTIVOS ÀS MIGRAÇÕES

Depois de passar pelo período imperial (1822-1889) e ainda com as lembranças vívidas da recente Guerra do Paraguai (1864-1870), Mato Grosso chegou ao século XX com um vasto território com alguns lugares de mineração exauridos e também com riquezas ainda inexploradas, com porções extensas de terras devolutas (Cfr.: Anexo 5) e com baixa

densidade demográfica. Sobre a população mato-grossense, entre 1900 e 2000, é preciso distinguir os três momentos diferentes do estado: o do território inicial deixado pelos bandeirantes, o do território dividido em 1943 e o do território atual, fruto da divisão ocorrida em 1977. A tabela a seguir apresenta o crescimento populacional do estado entre 1900 até 1940, isto é, antes da primeira divisão do estado. Nesses quarenta anos, a população mato-grossense duplicou a cada vinte anos, isto é, de 1900 a 1920, e no período subsequente, de 1920 a 1940:

<b>Tabela 1</b>			
<b>POPULAÇÃO DE MATO GROSSO ENTRE 1900-1940</b>			
<b>SUPERFÍCIE: 1.500.000 km<sup>2</sup></b>			
<b>CENSO</b>	1900	1920	1940
<b>TOTAL</b>	118.025	246.612	432.265

(Fonte: IBGE, 2000)

A próxima tabela já contempla a população de Mato Grosso após a perda de parte do seu território para formar aquele que é atualmente o Estado de Rondônia. No censo de 1950, o extenso território mato-grossense continuava pouco habitado, mas já recebia um contingente relativamente grande de migrantes que passaram a povoar principalmente a porção que é o atual Estado de Mato Grosso do Sul. Porém os dados colhidos pelo IBGE, principalmente entre os anos de 1960 e 1970, apresentavam já os primeiros resultados do deslocamento das preocupações do governo federal com a ocupação da região central do Brasil e da Amazônia. Levando-se ainda em consideração o Mato Grosso unido, isto é, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre 1950 e 1960 o crescimento populacional foi da ordem de 367.495 habitantes, mas, entre 1960 e 1970, houve um incremento populacional da ordem de 707.551 habitantes. No censo de 1970, no entanto, já foi possível notar um maior fluxo de migrantes para o eixo da BR 163, a norte de Cuiabá.

<b>Tabela 2</b>			
<b>POPULAÇÃO DE MATO GROSSO ENTRE 1950 E 1970</b>			
<b>SUPERFÍCIE: 1.231.549 km<sup>2</sup></b>			
<b>CENSO</b>	1950	1960	1970
<b>TOTAL</b>	522.044	889.539	1.597.090

(Fonte: IBGE, 2000)

Os dados dos últimos censos, isto é, posteriores à divisão do estado, efetivada em 1979, testemunhavam que os incentivos dados pelo governo federal para a ocupação de Mato

Grosso, já no bioma amazônico, passaram a colher os primeiros resultados entre 1960 e 1970. Nesse período, o estado passou por inovações na gestão da produção agrícola, principalmente com a criação de duas autarquias federais de incentivo ao desenvolvimento da região amazônica (SUDAM) e da região Centro-Oeste (SUDECO) e a elaboração e operacionalização de programas específicos, como o PRODOESTE, em âmbito federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.192, de 8 de Novembro de 1971, e o PRODEAGRO, criado em 1979, pelo governo estadual, a partir dos quais se tornou possível a implantação de projetos empresariais em áreas inabitadas do cerrado e da Amazônia mato-grossense e também o surgimento de pequenos núcleos urbanos, que se tornariam posteriormente municípios vocacionados ao agronegócio voltado para o mercado internacional.

O PRODEAGRO previa, entre seus objetivos, por exemplo, a restauração de rodovias estaduais, a implantação de projetos comunitários geradores de alternativas econômicas, a recuperação de áreas degradadas e o cadastramento fundiário de imóveis rurais e teve, entre os seus principais resultados, a abertura de rodovias estaduais, o zoneamento ecológico e socioeconômico estadual, a recuperação de áreas degradadas, o cadastramento de 400 mil imóveis rurais e a implantação de 166 projetos comunitários geradores de alternativas econômicas. Esses projetos conectados com a abertura de financiamentos pelos bancos e por órgãos governamentais, tanto federais quanto estaduais, foram decisivos para transformar estrutura produtiva de Mato Grosso, nas décadas seguintes.

Portanto, após a segunda divisão do estado, que se concretizou em 1979, na esteira das transformações que já se vinham observando nas décadas anteriores, principalmente com a abertura de eixos rodoviários ao longo da BR 163, mais conhecida como Cuiabá-Santarém, e com os projetos de assentamentos de pequenas propriedades em diversas regiões de Mato Grosso, as migrações foram decisivas para a transformação do estado numa potência agrícola dentro do Brasil:

<b>Tabela 3</b>					
<b>POPULAÇÃO DE MATO GROSSO ENTRE 1980 E 2010</b>					
<b>SUPERFÍCIE: 903 357,908 km<sup>2</sup></b>					
<b>CENSO</b>	1980	1991	2000	2005	2010
<b>TOTAL</b>	1.138.691	2.020.581	2.504.353	2.803.274	3.033.991

(Fonte: IBGE, 2010)

A tabela acima, além de mostrar o significativo crescimento populacional de Mato Grosso nos últimos quarenta anos, comprova também que, entre os anos de 1980 e 2000, as

migrações foram mais intensas e, portanto, mais decisivas para a ocupação principalmente dos biomas amazônico e do cerrado mato-grossenses, ao mesmo tempo em que outros estados, como, por exemplo, Rondônia e Tocantins, além do oeste da Bahia, na zona de influência do Rio São Francisco, também se beneficiavam das migrações vocacionadas para o agronegócio. No entanto, apenas a título de exemplo, em relação a Mato Grosso, entre os anos de 1980 e 1991, o crescimento populacional foi da ordem de 881.890 habitantes. Entre 1991 e 2000, no entanto, o crescimento foi menor, 483.772 habitantes.

Entre 2000 e 2010, o crescimento foi positivo em relação à década anterior, tendo sido da ordem de 529.638 habitantes. Em relação ao crescimento econômico, se tomados como exemplos os anos de 1981 e 2000, por exemplo, no período o crescimento do PIB brasileiro foi da ordem de 2,12%, do Centro-Oeste de 4,93% e de Mato Grosso de 6,66%. Esse foi o período de maior crescimento populacional de Mato Grosso e também um período em que houve um grande crescimento econômico, que colocou Mato Grosso entre os principais produtores de grãos e um dos maiores exportadores de *commodities* agrícolas do Brasil. Segundo dados da Secretaria de Planejamento de Mato Grosso, o crescimento econômico do estado foi, em média, de 8% ao ano nas duas últimas décadas.

Porém os resultados dos incentivos dados pelos governos federal e estadual a partir da década de 1960, apesar do crescimento da população e do forte crescimento econômico, começaram a dar os primeiros resultados na década de 1990, quando as *commodities* agrícolas mato-grossenses ganharam o mercado internacional. Por exemplo, em 1996, enquanto as exportações brasileiras totalizaram 47,75 bilhões de dólares, as exportações mato-grossenses totalizaram 660 milhões de dólares.

Nos anos seguintes, houve um significativo aumento nas exportações tanto do Brasil quanto de Mato Grosso. Por exemplo, no ano 2000, as exportações brasileiras totalizaram 55,12 bilhões de dólares, e as de Mato Grosso, 1,03 bilhões de dólares. Em 2010, os valores eram os seguintes: 202,92 bilhões de dólares. Por sua vez, as exportações mato-grossenses aumentaram para 8,45 bilhões de dólares, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

### 1.3 LITÍGIO E DIAMANTE

Quanto à região do Garças e Araguaia, o povoamento se deu na esteira da mineração do diamante. Situada entre as duas antigas capitanias auríferas de Mato Grosso e Goiás, teve o seu povoamento inicial no final do século XIX e início do século XX, quase dois séculos depois da descoberta das primeiras amostras de diamantes na região de Diamantino, em 1747. No entanto, ainda no ciclo bandeirante de ocupação das terras mato-grossenses, a região passou a ser habitada pelo povo Bororo, que fugia da escravização por parte dos bandeirantes paulistas. A defesa do território pelos indígenas e também a preocupação maior com a fronteira externa, mormente com o Paraguai, fizeram com que a região sudeste de Mato Grosso se mantivesse à margem dos deslocamentos migratórios que ocorriam em outras partes do estado.

Alguns fatores de ordem política e econômica levaram o governo estadual a voltar sua atenção para o território que cobria uma extensa porção de terra entre a margem oeste do Rio Araguaia e as bordas da Serra de São Vicente, a 64 km de Cuiabá. Talvez os mais importantes deles tenham sido o litígio com o Estado de Goiás, que, em meados do século XIX, reivindicava o direito sobre a região; a descoberta de diamantes no início do século XX, nas barrancas do Rio Garças, financiada pelos fazendeiros, que foram conquistando o território aos indígenas e instalando as suas fazendas; e a ação dos coronéis que passaram a disputar o controle do território<sup>2</sup>.

Parte dessa região atualmente se encontra confinada na microrregião do Tesouro. Contudo a zona de influência do antigo território, que foi aos poucos se formatando sob a influência do coronel José Morbeck, era mais extensa, no quartel inicial do século XX. Englobava também parte do território dos atuais municípios de Alto Araguaia, Barra do Garças, Dom Aquino e Rondonópolis, municípios situados na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso, que compreende, além da Microrregião do Tesouro, as Microrregiões de Alto Araguaia, Primavera do Leste e Rondonópolis, além de parte da Microrregião do Médio Araguaia, onde se situa o município de Barra do Garças, região na qual residiu José Morbeck,

---

<sup>2</sup> Sobre esses temas, volta-se a eles durante todo o trabalho, mais precisamente no capítulo 3, ao tratar da ação de José Morbeck que, numa reunião com os garimpeiros na região de Caçununga, na porção central do território diamantino sob a sua influência, reivindicou o direito de nomear coronéis para controlar a região das Pombas, território que faria, posteriormente, parte do município de Dom Aquino, cujo território faz limites com a Serra São Vicente.

que tinha a pretensão de instalar nessas terras garimpeiras um território governado por coronéis.

O início do povoamento da região do Garças e Araguaia coincidiu com a exaustão da mineração aurífera de Cuiabá, no início do século XX, e num momento em que os fazendeiros, provenientes de Goiás, atravessando o Rio Araguaia, passaram a pressionar os indígenas na busca por locais propícios para a criação de gado. O contato com os indígenas e as análises das características da terra, principalmente pelos migrantes oriundos de Minas Gerais, levaram também à descoberta de diamante, que se tornou o motor inicial dos grandes deslocamentos humanos, principalmente de nordestinos, para a região, e que também levou ao surgimento de relações sociais e políticas com reflexos significativos ao longo de todo o século XX, em toda a bacia diamantina do Garças e Araguaia, principalmente em Poxoréu<sup>3</sup>.

Quanto ao aspecto populacional, uma vez que os municípios da região somente foram criados a partir da década de 1930, toma-se como exemplo a taxa de crescimento demográfico das quatro microrregiões que compõem a mesorregião sudeste de Mato Grosso: Alto Araguaia, Tesouro, Primavera do Leste e Rondonópolis, apenas entre os anos de 1970 e 2000. Sobre os outros dados do crescimento populacional dessa região anteriores ao período acima referido, voltaremos nos próximos capítulos. Essa mesorregião possui atualmente uma superfície de 71.887,201 km<sup>2</sup> e uma população de 526.445 habitantes.

Os dados colhidos pelo IBGE, nos últimos censos, servem para uma análise mais acurada dos movimentos populacionais que ocorreram nos últimos decênios no próprio estado. As grandes transformações na esfera econômica em âmbito estadual não proporcionaram a integração de todas as regiões ao sistema produtivo promovido pelas migrações recentes para Mato Grosso. *Ao contrário*, a abertura das fronteiras agrícolas, em especial na Microrregião de Primavera do Leste, provocou uma onda de migração dos habitantes da Microrregião do Tesouro para as microrregiões próximas.

---

<sup>3</sup> Os mineiros tinham já um conhecimento das características da terra propícias à existência do diamante. Segundo Santos (1976), a exploração do diamante no Brasil é anterior a 1729, mas foi por essa época que o mineral passou a ganhar importância para a corte portuguesa. Portanto, quando os diamantes foram descobertos em Mato Grosso, os mineiros já exploravam as jazidas do Tijuco, no Vale do Jequitinhonha.

<b>Tabela 4</b>			
<b>TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DA MESORREGIÃO SUDESTE MATO-GROSSENSE</b>			
<b>CENSO</b>	1970/1980	1981/1990	1991/2000
<b>Microrregião de Alto Araguaia</b>	2,9	1,9	1,0
<b>Microrregião de Primavera do Leste</b>	1,6	3,4	13,3
<b>Microrregião de Rondonópolis</b>	2,0	2,7	2,0
<b>Microrregião de Tesouro</b>	-0,2	1,3	-1,3

(Fonte: IBGE, 2000)

Os dados das taxas de migração mostram que a Microrregião do Tesouro, isto é, onde se concentram as porções históricas garimpeiras que atraíram os grandes fluxos migratórios do início do século XX, e na qual está situado o município de Poxoréu, conheceu não somente o refluxo migratório, mas também o decréscimo populacional e nisso teve como aliada a estagnação econômica, diferentemente das regiões circunvizinhas.

A tabela acima, sobre o crescimento da Mesorregião Sudeste Mato-Grossense, apresenta, ainda, entre outros elementos passíveis de análise, um incremento populacional moderado entre os anos de 1981 e 1990, isto é, da ordem de 1,3%, contra um decréscimo relativamente insignificante entre 1970 e 1980, ou seja, da ordem de 0,3%, e significativamente acentuado nos anos de 1991 a 2000, ou seja, da ordem de 1,3%, praticamente anulando o crescimento da década anterior. Esse incremento pode ser explicado por duas razões, sendo que a primeira se deve ao fato de que os migrantes advenientes do Sul do Brasil usaram principalmente Poxoréu como apoio logístico até implantarem suas cidades no Planalto do Alcantilado. A segunda razão está estritamente ligada às descobertas de novas jazidas de diamantes em regiões de monchão e também à utilização da mecanização no processo de extração do diamante.

O período de maior decréscimo populacional da Microrregião de Tesouro, entre 1990 e 2000, foi marcado não somente pela exaustão das jazidas diamantíferas recentemente descobertas, mas também por duas outras razões, sendo a primeira o crescimento das cidades próximas a Poxoréu, ligadas ao agronegócio e com comércio e estruturas de serviços mais desenvolvidos, e a segunda foi a falta de empregos na região de Poxoréu, marcada por uma estrutura trabalhista bastante primitiva, baseada na agricultura de pequena escala e na mineração do diamante.

Por outro lado, enquanto a Microrregião de Primavera do Leste passou a receber significativas levas de migrantes que passaram a se dedicar ao agronegócio, também outras

regiões que já tinham alavancado o seu crescimento econômico no agronegócio, como a Microrregião de Rondonópolis, também perderam intensidade no crescimento populacional. Esse crescimento foi recuperado, após o ano 2000, quando, principalmente Rondonópolis, além do incremento da agricultura também passou a investir na industrialização.

De todo modo, dentro do contexto pecuário, do agrícola, do minerador e de migrações é que o historiador poderá reconstruir parte da história de Poxoréu, o sociólogo poderá analisar as relações sociais que se foram tecendo no município, o antropólogo poderá coletar os elementos simbólicos e identitários do povo e o cientista político poderá analisar os tipos de relações de poder criados por uma estrutura coronelista os quais ainda mantiveram o povo ligado a um passado recente de dominação.

#### 1.4 A MARCHA PARA O OESTE

Para efeito do presente trabalho, serão considerados três períodos históricos específicos que mais se afeiçoam à construção da identidade de Poxoréu. Porém esses períodos se conectam com a própria história da ocupação recente da Região Centro-Oeste e, em particular, de Mato Grosso. Tais períodos se tornam decisivos na tentativa de traçar um perfil das migrações e dos modelos de desenvolvimento que foram implantados nas últimas décadas na mesma região<sup>4</sup>.

Embora as migrações em si não sejam o foco deste trabalho, é importante lembrar que, em relação ao sudeste mato-grossense, por trás da questão migratória já existe subjacente um problema social ao qual ela está associada, a saber: a seca, a presença dos coronéis, a concentração da propriedade da terra e a crise da economia açucareira do Nordeste. Na verdade, não são os migrantes que devem ser considerados como um problema social, mas a própria migração é que deve ser considerada como tal<sup>5</sup>. O que se refletiu, principalmente em Poxoréu, a partir dessa visão, foi o agravamento da questão social associado à exclusão<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Sayad (2000) aborda o tema da migração a partir da perspectiva do estado. Para ele, pensar o processo migratório equivale a pensar o estado. Como será visto mais adiante, fatores conjunturais foram decisivos para o governo federal repensar a política de fronteira e de ocupação das extensas áreas de baixa densidade do Brasil.

<sup>5</sup> Esta visão é compartilhada por Martins (2003), quando analisa os novos tipos de desigualdade provocados pelas migrações que ocorreram ao longo do século XX no Brasil. Para ele, as migrações geraram um novo tipo de desigualdade: entre os plenamente incluídos e aqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas (*Apud* IBGE, 2011).

<sup>6</sup> Os efeitos perversos da mineração em Poxoréu, por exemplo, se refletiram desde a criação do município, nos graves problemas sociais e econômicos enfrentados pela população. No entanto persistiu a lógica do sistema implantado desde o início na porção oeste do Rio Araguaia. Os fazendeiros transformaram o garimpo numa fonte

No que diz respeito à ocupação das terras do município de Poxoréu, o arco histórico passa não somente pela mineração, pela implantação de pequenas colônias agrícolas, mas também pela própria evolução do povoamento do Centro-Oeste e de Mato Grosso. A maior contribuição do governo federal para o desenvolvimento da Macrorregião Centro-Oeste talvez tenha sido a construção de Brasília, inaugurada em 1960. A concretização desse projeto secular se deveu naquela época à conjuntura internacional, em especial a partir dos eventos advenientes da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, que mostravam a vulnerabilidade da capital federal localizada à beira-mar, momentos nos quais navios brasileiros eram fundeados por submarinos alemães no litoral brasileiro e no Atlântico Norte. Essa fragilidade também não deixou de ser notada em relação a outras regiões. Por exemplo, mapas alemães mostravam Santa Catarina como território alemão<sup>7</sup>.

Atento às manobras provenientes do exterior, que poderiam comprometer a soberania nacional sobre os extensos territórios da Amazônia, o governo federal em diversas épocas se aprestou em dar início ao processo de interiorização da capital federal. Getúlio Vargas, ao entrar na Segunda Guerra, retomou “a política de penetração central. Navios brasileiros eram atacados e afundados, o representante japonês na Sociedade das Nações (antecessora da ONU), levantara a bandeira do *labensraum*, ou espaço vital – diga-se Amazônia – por países em grande atividade e pequenos em território – diga-se Japão –, para ser colonizado” (BORGES, 1987, p. 240). Foi na esteira desse cenário internacional que o governo do Estado Novo (1937-1945) lançou a Marcha para o Oeste, com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, que abriu espaço para a criação de cidades como Aragarças, em Goiás, e Nova Xavantina, em Mato Grosso, e teve uma duração de quarenta e três anos.

A zona a que a Fundação Brasil Central se propôs desbravar e colonizar estava situada nas bordas da região sudeste mato-grossense, mas os resultados posteriores foram sentidos em toda a Região Centro-Oeste e, por consequência, também em Poxoréu. A expedição, que teve início em 1943, tinha como alvo a bacia dos Rios Xingu e Tapajós, mas acabou atingindo mais de 1,5 milhão de km<sup>2</sup>, compreendendo o centro e o norte de Mato Grosso, o oeste de Goiás e o sul do Pará. Aeroportos foram abertos em Nova Xavantina, Xingu e Cachimbo, para levar equipamentos e suprimentos para os membros da Expedição Roncador-Xingu, que realizaram estudos sobre a viabilidade econômica de toda a região. O principal efeito do projeto da expedição foi o de despertar o interesse dos governos estaduais, do povo, da

---

alternativa de renda à pecuária praticada. Com a exaustão das jazidas diamantíferas, os fazendeiros permaneceram com a sua fonte de renda primitiva e os garimpeiros sem alternativas de emprego no município.

<sup>7</sup> cf. BORGES, 1987, p. 240

imprensa e, principalmente das forças produtivas do país, para os extensos territórios vazios do cerrado e da Amazônia. A partir de então, o mundo viu nascer não só Brasília, no Distrito Federal, e Água Boa, Sinop e Alta Floresta, em pleno coração da Amazônia mato-grossense, mas também rodovias do porte da Belém-Brasília, a Transamazônica e, principalmente, a mobilização econômica para o centro do Brasil<sup>8</sup>.

A partir dessa conjuntura interna e externa, portanto, a questão das migrações inter-regionais passou a ser praticamente uma questão de estado. Porém, a partir do Estado Novo, é possível perceber não somente um estado permanente de atenção à questão das fronteiras, mas também um deslocamento das atenções para a ocupação territorial do cerrado e da Amazônia, em geral. O que se iniciou com a Expedição Roncador-Xingu, em 1943, ainda no Estado Novo, transformou-se em política de incentivos governamentais na década de 1960. Como parte das políticas do governo militar, implantado em 1964, em 1966, foi criada a SUDAM e, em 1967, foi criada a SUDECO, sendo que esta última substituiu as ações da Fundação Brasil Central, que encerrou suas atividades nesse mesmo ano, e passou a investir em políticas de desenvolvimento não somente para a região próxima ao Rio Araguaia, mas para todo o Estado de Mato Grosso.

## 1.5 OS CORONÉIS DO GARIMPO EM CENA

Para se fazer uma análise das ações do governo federal para a Região Centro-Oeste, a partir da Marcha para o Oeste, é preciso voltar aos inícios do regime republicano, ou seja, entre 1889 e 1930. Naquela época, ainda era recente a memória das experiências Guerra do Paraguai (1864-1870). No caso específico de Mato Grosso, o governo federal se fazia notar pela forte presença de militares que estrelavam o território sul do estado com suas guarnições avançadas, que, mais tarde, se acomodariam em torno da zona de influência de Campo Grande. Contudo a presença dos militares também se refletia nas disputas que envolviam os diversos atores que governavam o estado, nelas distinguindo os coronéis guerreiros, os coronéis usineiros e outras facções coronelistas que se uniam para defender os próprios

---

<sup>8</sup> A questão das fronteiras no Brasil sempre foi uma preocupação para o governo. Após o fim das hostilidades com os espanhóis, ainda em meados do século XIX, o expansionismo norte-americano foi sentido nas relações entre os dois países. Naquele momento, por iniciativa de William Trousdale, veio à luz a possibilidade do traslado de parte da população negra norte-americana com o fito de ocupar a Amazônia. Nessa região, eles se ocupariam com a produção de borracha e também com a plantação de algodão. O Brasil teve não somente que criar estratégias materiais para evitar a invasão da Amazônia, como também se preparar para defender o seu território nos foros internacionais que tratavam sobre a questão.

interesses em Cuiabá. As contínuas disputas pelo poder no estado levaram a diversas intervenções por parte do governo federal<sup>9</sup>. Ainda durante a República Velha (1889-1930), as preocupações do governo federal em Mato Grosso, portanto, diziam respeito mais à fronteira sul do estado do que a quaisquer outros fatores, que poderiam ser resolvidos com as intervenções.

No que diz respeito à economia estadual, a exaustão das minas de ouro de Cuiabá e de outras regiões auríferas mato-grossenses em 1904, o fim do primeiro ciclo da borracha (1850-1912) e as contínuas disputas pelo poder, para as quais o governo estadual devia inverter quantias elevadas para manter as forças de defesa, levaram o estado à exaustão de recursos<sup>10</sup>. No entanto a exaustão do ouro levou, principalmente o sul do estado, a diversificar a sua economia. A agropecuária passou a comandar a arrecadação, principalmente com o cultivo da erva mate, a produção de carne e a produção de couro. A porção norte ainda se beneficiou por algum tempo com a produção de derivados da borracha, que gozava de forte aceitação no mercado externo, mas a produção logo paralisou, em 1914, por causa de problemas logísticos e da concorrência estrangeira.

É na ampla esteira dessas questões políticas e econômicas que entram em cena os coronéis da região do Garças e Araguaia, amparados, como será visto nos próximos capítulos, pela criação de gado, pelas primeiras descobertas de jazidas diamantíferas nas margens do Rio Garças e pela relativa facilidade de transportar o produto diamantino para fora de Mato Grosso. Após resolver o litígio com o Estado de Goiás, o governo estadual passou a investir não somente no controle político da região, mas também na contenção do contrabando de diamantes do Garças e Araguaia para outras regiões do Brasil e para o exterior. Esse controle somente se tornou possível, mas não de maneira efetiva, após os conflitos armados que colocaram frente a frente os coronéis que comandavam a região e que praticamente duraram, entre ameaças e as batalhas, de 1923 a 1926.

---

<sup>9</sup> Uma dessas intervenções, a ser vista mais detalhadamente no capítulo II, envolveu diretamente a região do Garças e Araguaia, quando José Morbeck foi convidado por Pedro Celestino para defender o governo instalado em Cuiabá contra os ataques dos militares sediados no sul do estado e contra os membros do Partido Republicano de Mato Grosso, por causa dos arranjos políticos que Caetano Albuquerque concretizou logo após a sua eleição, em 1914. Ele fez composição com o partido contrário, nomeando para cargos importantes figuras do partido opositor. Diante da crise que se instalou, em 1917, houve a intervenção federal que abriu caminho para as composições que levaram à Presidência estadual o Bispo Dom Aquino de Francisco Corrêa, no ano de 1918.

<sup>10</sup> Corrêa (1969) é um dos autores que fazem um levantamento detalhado das receitas e despesas do Estado de Mato Grosso. No período das descobertas dos diamantes na região do Garças e Araguaia, entre 1901 e 1909, os anos de 1901, 1905 e 1909, foram deficitários, o ano de 1902 a receita foi igual à despesa, e os anos de 1904, 1906, e 1907 foram superavitários. O autor não fez referência ao ano de 1903.

Nesse cenário, Poxoréu se tornou, principalmente a partir de 1926, um capítulo importante no processo do povoamento da região sudeste mato-grossense, porque a descoberta de diamantes nas proximidades do Morro da Mesa se deveu justamente às disputas travadas entre os coronéis mais importantes da região. A corrutela logo passou a receber migrantes de diversas partes do Brasil, principalmente nordestinos, e garimpeiros provenientes da mesma região diamantina do Garças e Araguaia que fugiam da violência entre grupos rivais, por exemplo, baianos e maranhenses, e do recrutamento compulsório entre os garimpeiros para defender os coronéis que disputavam a liderança sobre o território em pleno processo de povoamento.

Quando o povoado de Poxoréu foi elevado à categoria de município, em 1938, as preocupações do governo federal com o povoamento da região Centro-Oeste e amazônica já estavam numa fase de formatação que culminaria na Marcha para o Oeste. Indiretamente, os municípios vizinhos iriam ser mais beneficiados do que Poxoréu com as ações de povoamento e também de integração da região ao resto do país.

Assim, é possível perceber que, desde a construção das primeiras habitações rústicas até os inícios do século XXI, Poxoréu, a cidade que foi considerada como “a capital dos diamantes” de Mato Grosso, passou pelos diversos períodos históricos da política e da economia nacional. No entanto, enquanto as estratégias estadual e federal de ocupação do território foram aos poucos colhendo os seus frutos, Poxoréu permaneceu sob o domínio de coronéis que haviam vivido sob a égide dos coronéis guerreiros que dominaram o Garças e Araguaia. Eles voltaram a estabelecer suas bases, principalmente a partir de 1947, quando o destino do município praticamente ficou ligado à família Rocha, como será visto nos próximos capítulos.

A influência política que essa família exerceu em Poxoréu, na região sudeste mato-grossense e nas esferas estadual e federal ainda está para ser estudada. De todo modo, é possível afirmar que essa influência política não se refletiu no desenvolvimento econômico do município que foi instalado em 1939. Nas décadas seguintes, em especial na década de 1960, com a implantação de Brasília, Cuiabá foi interligada com a capital federal pela rodovia BR-364, e, com São Paulo e o sul do país, pela BR-163. A construção dessas vias favoreceu o desenvolvimento e o crescimento da importância política e econômica de Rondonópolis. A implantação dessas rodovias na prática isolou a região de Poxoréu de um plano de desenvolvimento integrado com as políticas econômicas tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual. Nem a influência dos membros da família Rocha foi capaz de interligar a

região com as rodovias federais que se foram abrindo tanto a norte quanto a sul do antigo território diamantino.

O isolamento da região favoreceu a essa família que governou o município por 54 anos e às famílias-satélites que davam sustentação ao modelo político e econômico que foi implantado em Poxoréu. A política de implantação de pequenas colônias agrícolas em áreas distintas do município, que deram origem Paraíso do Leste, Aparecida do Leste e a Jarudore, foi suprimida pela ação dos latifundiários que tomaram à força os lotes demarcados pelo governo para os pequenos assentados e implantaram suas fazendas para a criação extensiva de gado.

A construção de Brasília, no entanto, trouxe como benefício a integração política e econômica de Mato Grosso com as outras regiões do país. Dentre as estratégias usadas pelo governo federal estavam a interligação entre Brasília e as capitais dos estados e a criação e a operacionalização de projetos ligados à agropecuária que, nas décadas seguintes, transformariam o estado em um dos principais exportadores de grãos do país.

## 1.6 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Assim, quando, a partir da década de 1970, o Estado de Mato Grosso recebeu novos fluxos migratórios, naquele momento provenientes da Região Sul do Brasil, que fizeram com que a população, segundo dados do IBGE, passasse, no final da mesma década, de 970.000 para 3.033.991 habitantes, em 2010, e algumas das bases da integração da região já estivessem praticamente sedimentadas. Ainda no final da década de 1960, as primeiras rodovias asfaltadas começaram a cortar o território de Mato Grosso, em especial as BRs-163, ao norte, e 364, ao sul. No entanto a economia de Poxoréu, bem como a da Microrregião do Tesouro, não foi beneficiada pelos programas de desenvolvimento para o cerrado, promovidos tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual, que levaram ao surgimento de diversos polos de desenvolvimento que se destacaram pela capacidade de responder às demandas internas e externas pela produção de *commodities* agropecuárias.

O mapeamento histórico até aqui elaborado permite, então, identificar os eixos interpretativos da tese proposta em períodos históricos mediante os quais é possível formatar a história de Poxoréu dentro de um quadro mais amplo da história do Brasil e de Mato Grosso. Para melhor organizar os arquivos dessa análise histórica e política, delimitamos

esses períodos num arco que vai da Primeira República (1889-1930) até o início do século XXI, sendo que o ano 2000 se tornou emblemático para a história de Poxoréu. Esses períodos têm como apelos 1) os grandes deslocamentos humanos iniciais de diversas partes do Brasil (1900-1930)<sup>11</sup>, principalmente do Nordeste, com destino às regiões de garimpo do sudeste mato-grossense, 2) a suplantação da economia mineradora pela agropecuária, ainda em meados do século XX (1930-1960), num momento em que as demandas externas fizeram com que a atenção do governo federal se deslocasse para a ocupação das terras da Amazônia e do cerrado do centro do Brasil, e 3) o divórcio cultural entre os descendentes dos antigos migrantes garimpeiros já fixados em Mato Grosso e os migrantes mais recentes, os sulistas, que implantaram novos modelos econômicos e de gestão em Mato Grosso (1960-2000). Por isso, o seu formato é bastante diversificado tanto política quanto economicamente.

O primeiro período, portanto, é o das grandes migrações iniciais que possibilitaram a convivência entre a economia pastoril e a descoberta do diamante. Trata-se de um período bem definido de implantação das fazendas na região sudeste mato-grossense, por pecuaristas vindos de Goiás e do sul de Mato Grosso, e que implantaram na região um ciclo pecuário-minerador que abriu caminho para o povoamento da região habitada desde o século XVIII pelo povo Bororo. Esse período tem como característica a implantação do coronelismo guerreiro na região do Garças e Araguaia, como acontecia em todo o Estado de Mato Grosso na época. Esse período também foi marcado pela passagem da Coluna Prestes pelo território do Garças e Araguaia, que derrotou, em 1926, as forças legalistas na região de Sangradouro, e pelos conflitos armados entre os coronéis em disputa pela liderança no território diamantino.

O segundo período, que vai de 1930 a 1960, é o período da suplantação da economia mineral pela economia agropecuária na região de Poxoréu. Em certo sentido, a nova política de ocupação da região central do Brasil que começava a se operacionalizar, concomitantemente com a implantação de novos modelos de manejo da terra, encontrou no município padrões sociais e políticos ainda marcados pelos padrões existentes anteriormente em toda a região do Garças e Araguaia. A riqueza gerada pela produção diamantífera foi invertida pelos fazendeiros para o aumento do rebanho, fazendo, assim, crescer a necessidade de aumentar também a pressão sobre as pequenas propriedades situadas nas áreas de

---

<sup>11</sup> Evidentemente, os movimentos migratórios foram sempre uma constante para o Estado de Mato Grosso. No entanto existem diferenças significativas entre os deslocamentos que ocorreram no início do século XX, para a região de Poxoréu, e os que ocorreram a partir da década de 1960. Os primeiros foram impulsionados pela mineração, e os outros pela agropecuária, que será decisiva para o próprio desenvolvimento econômico de Mato Grosso.

colonização implantadas pelo governo federal nas décadas de 1930 e 1950, principalmente em Aparecida do Leste, Paraíso do Leste e Jarudore<sup>12</sup>.

Esse período tem como ponto alto a construção de Brasília como parte do projeto de ocupação do cerrado e da Amazônia e de interiorização do desenvolvimento econômico do país. Portanto, nesse período, acontece o deslocamento da preocupação com a fronteira sul do estado os grandes espaços vazios de outras regiões do Centro-Oeste e da Amazônia. Esse deslocamento da atenção do governo federal para a região do cerrado e amazônica se tornaria decisivo em muitos aspectos para o território do Garças e Araguaia, porque, após os conflitos armados nessa zona diamantina, o governo estadual encontrou o formato ideal para impor a sua autoridade sobre os coronéis e os garimpeiros. Os pequenos distritos, como Poxoréu, logo adquiriram autonomia administrativa e, em consequência, a assistência do estado principalmente na área de justiça e segurança pública.

A política de nomeação de interventores, principalmente de segurança e judiciários, para a região do Garças e Araguaia, desde o final dos conflitos armados entre José Morbeck e Manoel Balbino de Carvalho, em 1926, pelo governo do estado, foi interrompida no final da era Vargas, em 1945, quando as circunscrições locais passaram a eleger representantes locais para os paços municipais e para as câmaras de vereadores. Com isso, o município de Poxoréu, que até então era governado por prefeitos nomeados e que não pertenciam aos quadros políticos municipais, passou a eleger representantes locais, a partir de 1947. Essas eleições possibilitaram à família do coronel Joaquim Nunes Rocha entrar em cena na política de Poxoréu.

Nesse período, mais especificamente na década de 1950, marcado pela implantação da corrente desenvolvimentista no Brasil, a economia de Poxoréu deixou de ser baseada apenas na extração de diamante ou nas pequenas lavouras de subsistência. A pecuária, segundo o Anuário Estatístico do IBGE, de 1958, suplantou a indústria de extração mineral em valores e em produção. Contudo a pecuária ainda mantinha os padrões rudimentares de criação e manejo do gado. As mudanças significativas para os criadores de gado somente se dariam na década de 1960, quando a capital federal foi definitivamente transferida do Rio de Janeiro para o Distrito Federal.

---

<sup>12</sup> No quarto capítulo, volta-se sobre este assunto, tratando, mesmo que de forma sucinta, sobre a ação dos fazendeiros que levaram à morte de pequenos proprietários agrícolas da região de Aparecida do Leste e da destruição de suas propriedades e de suas plantações.

Começava então um novo ciclo na história da Região Centro-Oeste, mas principalmente para o Estado de Mato Grosso. Esse ciclo teve início em 1960. Foi o período no qual ocorreram novos fluxos migratórios para o estado, em especial depois da década de 1960, os quais possibilitaram a transformação da economia baseada na agricultura de escala local e na pecuária extensiva numa economia agropecuária desenvolvida e mais afeita às regras do mercado internacional.

Essas transformações, no entanto, tornaram-se mais evidentes somente após a divisão do estado, em 1977, quando foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso, de pouco mais de 970 mil habitantes, passou a mais de 2 milhões de habitantes no ano 2000. Devido à grande extensão, Mato Grosso viu crescer o número dos municípios de 38 para 141, desde a divisão política do estado, em 1977, e a implantação de Mato Grosso do Sul, em 1979. Os municípios de Mato Grosso se multiplicaram tanto por causa das distâncias, quanto por causa dos modelos políticos existentes em cada região.

No caso de Poxoréu, os deslocamentos recentes de migrantes da Região Sul do Brasil encontraram a política nas mãos de uma única família e a ausência de um plano de desenvolvimento econômico. Até as terras eram consideradas impróprias para o cultivo. As duas culturas, isto é, a local e a migrante, não puderam conviver entre si e o próprio município teve que sofrer mais uma divisão, com a criação do município de Primavera do Leste.

O quadro apresentado até aqui, possibilita trabalhar nos próximos capítulos a história de Poxoréu de maneira mais específica, ligada à história da região do Garças e Araguaia. A atenção se voltará, num primeiro momento, para as migrações que ocorreram no início do século XX para o sudeste mato-grossense. Logo em seguida, tratar-se-á dos acontecimentos que levaram ao conflito armado entre os coronéis do Garças e Araguaia. Esse conflito foi decisivo para o surgimento de Poxoréu, em 1926, e para a construção de sua identidade política e econômica, que, no início do século XXI, passa por importantes transformações, devido à exaustão do modelo coronelista que se implantou a partir de 1947, no município.



## 2 DESLOCAMENTOS

### 2.1 INDÍGENAS, FAZENDEIROS E GARIMPEIROS

A atual Mesorregião Sudeste de Mato Grosso é formada por quatro microrregiões, a saber: a de Alto Araguaia, a de Primavera do Leste, a de Rondonópolis e a de Tesouro, formando um território de 71.887,201 km<sup>2</sup>, onde vive uma população de 526.445 habitantes, segundo estimativas do IBGE, de 2012. À história dos municípios dessa região se une também a história de dois outros municípios, um situado na barra do Rio Garças com o Araguaia, Barra do Garças, e o outro situado ao norte desse município, também às margens do Rio Araguaia, Araguaiana, os quais pertencem à Microrregião Médio-Araguaia e fazem parte da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso.

A sorte da maior parte dos municípios que compõem a região, a saber: Alto Araguaia, Alto Garças e Alto Taquari, da Microrregião de Alto Araguaia; Campo Verde e Primavera do Leste, da Microrregião de Primavera do Leste; Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, São Pedro da Cipa, da Microrregião de Rondonópolis; e Araguainha, General Carneiro, Guiratinga, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréu, Ribeirãozinho, Tesouro e Torixoréu, da Microrregião do Tesouro, em algum momento se cruzou, ao longo do século XX, seja pelos próprios ritos do povoamento, seja pelos desmembramentos territoriais, para a criação de circunscrições municipais, como, por exemplo Rondonópolis, Primavera do Leste e Dom Aquino, que constituíram seus territórios desmembrando-se total ou parcialmente de Poxoréu, e também por causa das descobertas das jazidas diamantíferas nos tributários do Rio Garças, que levaram à conquista do território habitado pelo povo Bororo desde meados do século XVIII.

Trata-se, portanto, de uma história relativamente recente, isto é, construída ao longo do século XX e início do XXI, mas, como veremos a seguir, ainda no período imperial ela já era motivo de disputa entre Mato Grosso e Goiás. Porém, uma série de eventos contribuiu para que, ao longo do século passado, a região sobressaísse pela produção diamantífera e, em um primeiro momento, pela prática da pecuária extensiva, e, num segundo momento, pela cultura mais desenvolvida do agronegócio, principalmente a partir dos anos de 1960, quando as ondas migratórias provenientes principalmente da Região Sul do Brasil, abriram as fronteiras agrícolas de Mato Grosso para o Brasil e para o mundo, e, atualmente, já está dando

passos significativos rumo à industrialização.

Muito contribuiu para o desenvolvimento das microrregiões de Primavera do Leste e Rondonópolis a ação do Governo Federal que, nos finais da década de 1960 e durante a década de 1980, ampliou a malha rodoviária do Brasil, integrando a Região Centro-Oeste e, em especial, Mato Grosso, às Regiões Norte, Sul e Sudeste do País. Assim, a Microrregião de Primavera do Leste foi beneficiada, ainda na década de 1980, com a pavimentação da antiga Estrada Cuiabá-Goiás, que foi aberta no século XVIII, atualmente conhecida como BR-070, que liga Cáceres, na fronteira com a Bolívia, a Brasília; a Microrregião de Alto Araguaia e a de Rondonópolis foram beneficiadas, na década de 1960, com a BR-364, que liga Goiás ao Acre; e a Microrregião de Rondonópolis foi beneficiada, nesse mesmo período, com a BR-364 e com a BR-163, que liga o Pará e Mato Grosso às Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Estas duas últimas rodovias, em certo sentido, já haviam sido abertas ainda nos períodos colonial e imperial, com a finalidade de facilitar a comunicação e o escoamento da produção aurífera entre Cuiabá e Goiás e entre Cuiabá e São Paulo.

As notícias que se têm dessa porção de terra situada entre Mato Grosso e Goiás, tendo como limite o Rio Araguaia, testemunham que, desde a descoberta do ouro, nas proximidades de Cuiabá e em outras regiões do estado, os colonizadores passaram a ter uma preocupação quase que exclusiva com a manutenção das fronteiras com os espanhóis e com a produção do ouro para abastecer os cofres da Coroa Portuguesa. A preocupação com o atual sudeste mato-grossense é mais recente, por não se tratar de uma fronteira externa, como o era a região sul de Mato Grosso desde as primeiras incursões bandeirantes de conquista do oeste brasileiro e que levaram à Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870.

Em especial a Microrregião do Tesouro rememora o povoamento garimpeiro, cuja história começou ainda nos primórdios do século XX, quando os fazendeiros deram início às conquistas do *Vale dos Coroados*, nome dado ao povo Bororo, que fugiram para a região quando das incursões bandeirantes do século XVIII, que culminaram na descoberta do ouro que levaram à fundação de Cuiabá, em 1719. Durante o período colonial e posteriormente no período imperial, e mesmo no início do século XX, os indígenas fizeram oposição ao trânsito de tropeiros e de exploradores por esse território. As taperas de babaçu que se ergueram desde a Serra de São Vicente, próximas de Cuiabá, até a margem oeste do Rio Araguaia, possibilitaram a fundação de municípios de herança garimpeira, como Poxoréu, Barra do Garças, Guiratinga, Torixoréu, Dom Aquino, General Carneiro e Tesouro, além de vilas que não se desenvolveram a ponto de serem transformadas em circunscrições municipais e cujo

povoamento foi favorecido principalmente em decorrência da descoberta dos diamantes a partir das incursões financiadas pelos fazendeiros, desde 1902.

Nesse ano, o fazendeiro João José de Moraes, mais conhecido como Cajango, proveniente de Minas Gerais, em decorrência das informações colhidas entre os indígenas sobre a existência de pedras nas barrancas do Rio das Garças, às quais eles denominavam de *tori cuiége*, ou seja, pedra que brilha como as estrelas, deu início às primeiras prospecções do diamante nos afluentes do Rio Garças. De posse das informações obtidas dos indígenas e também da comparação entre a formação da terra de sua fazenda com o solo das regiões diamantinas de Minas Gerais, Cajango financiou a prospecção de diamantes na barra do Rio Caçununga com o Rio Garças, sob o comando de Feliciano Cezilos dos Santos e sua esposa Joana Francisca de Jesus. Entre os garimpeiros encontravam-se José Luiz, Zelino, Chico Preto, Angelo Italiano, Manezinho Cuiabano e um bororo.

Essa descoberta fez com que os primeiros fazendeiros que se instalaram na região também passassem a fazer inversões de recursos em novas prospecções de novas jazidas diamantíferas. Assim, por exemplo, o goiano Antônio Cândido de Carvalho, desde de 1902, a partir de sua fazenda sediada nas margens do Rio Itiquira, ao sul da província diamantina do Garças e Araguaia, também se envolveu com o garimpo ao financiar as expedições que alcançaram a região onde atualmente se encontra instalado o município de Poxoréu. A expedição por ele financiada começou em 1903, sob a liderança de João Airenas Teixeira, que passou a procurar pelo diamante nos afluentes do Rio São Lourenço. Tendo chegado ao vale do Rio das Pombas, mesmo não tendo descoberto diamante, voltou ao local de onde partiu acreditando na existência dele.

Em relação ao município de Poxoréu, as descobertas que justificaram a implantação das primeiras povoações na região somente se deram a partir da década de 1920. Mais exatamente em 1924, os garimpeiros descobriram diamantes nas cabeceiras do rio São Lourenço. Foi, então, fundada a Vila de São Pedro, que recebeu esse nome devido à descoberta das primeiras gemas de diamantes na localidade no dia 29 de junho. Em pouco tempo, devido à sua indescritível prodigalidade, a vila que se ergueu nas proximidades das catras (Cfr. Anexo 1) que se abriram na localidade chegou a abrigar mais de três mil pessoas. Formaram-se, logo em seguida, os povoados de Pombas, dos Sete e do Alcantilado, nas proximidades da Vila de São Pedro.

A maioria dos catadores de diamantes do Garças e Araguaia era formada por nordestinos, mormente por baianos. No entanto logo se juntaram outros aventureiros vindos

de todas as partes do Brasil. O segundo maior contingente de migrantes foi formado pelos maranhenses, que anteriormente se dedicavam à extração da borracha na Amazônia mato-grossense. Os primeiros catadores de diamantes financiados por Cajango, por exemplo, eram seringueiros que estavam de passagem pela região em direção ao Estado do Pará. A descoberta do diamante fez com que também outros contingentes de maranhenses se juntassem aos outros migrantes que se espalharam pelas diversas áreas de extração do Garças e Araguaia. Na região de Poxoréu, enquanto a Vila São Pedro era formada em sua maioria por baianos, o garimpo do Alcantilado, por exemplo, era em sua maioria formado por migrantes advenientes do Maranhão.

Esses financiamentos de expedições exploradoras de diamante por parte dos fazendeiros e a implantação de fazendas tanto ao norte quanto ao sul do Vale dos Coroados, aliados aos problemas internos que se foram criando dentro do território diamantino, possibilitaram a fundação de Poxoréu, já nos estertores do conflito armado entre as facções de Morberck e Carvalhinho pela liderança da região. A descoberta do diamante nas cercanias do sopé do Morro da Mesa foi obra de Doroteu Sodré, também conhecido como Maroto Sodré, em 1926, enquanto, com seu irmão Barbosinha, e seus companheiros, João Dourado, Joaquim Prateado e Peito Roxo, fugiam da violência que culminou na chacina dos maranhenses, ocorrida na Vila do Alcantilado, em 1924, na zona de influência da Vila de São Pedro e do recrutamento compulsório de garimpeiros nas lutas que colocaram frente a frente os coronéis José Morbeck e Carvalhinho, em sua disputa pelo controle da zona diamantífera do Garças e Araguaia.

## 2.2 A POSSE DA REGIÃO

A descoberta do diamante na barra do Rio Caçununga com o Rio Garças logo se espalhou principalmente pelos estados do Nordeste. Devido aos problemas estruturais existentes nessa região, ou seja, devido à concentração de terra, aos fatores climáticos, ao regime coronelista e à crise da economia açucareira do Nordeste, logo os migrantes aportaram na região sudeste de Mato Grosso, servindo-se de diversos roteiros para os seus deslocamentos. Os migrantes oriundos da Bahia, mormente da região da Chapada da Diamantina, e de Minas Gerais, mormente do Vale do Jequitinhonha, já tinham familiaridade com a extração do diamante. Os maranhenses, assim como os paraenses, possuíam mais familiaridade com a extração da

borracha. Em meio aos migrantes que se dedicaram à cata do diamante, houve deslocamentos de outras partes do Brasil que se dedicaram ao comércio, à agricultura em escala local, à atividade pastoril ou à atividade capangueira, isto é, à intermediação entre os catadores de diamante e os grandes compradores das regiões consumidoras do produto no Brasil e no exterior.

Os migrantes para a região do Garças e Araguaia, em geral, e para Poxoréu, em particular, logo passaram a assistir ao loteamento do território entre os fazendeiros, a transposição do modelo coronelista implantado por José Morbeck, a partir de 1914, em toda a região, e com a família Rocha, em Poxoréu, a partir de 1947, e aos esforços do governo de incorporar região à administração estadual. Assim, o território que só se tornou importante para Mato Grosso por causa das disputas de limites com o Estado de Goiás (Cfr. Anexo 4) e com a descoberta do diamante, passou a interessar a Mato Grosso por causa da grande renda auferida pelos fazendeiros e faiscadores com o diamante.

Porém a disputa pelo território teve, inicialmente, um grande entrave para o seu povoamento: o povo Bororo. Para debelar a ação dos indígenas contra as fazendas instaladas nas cercanias do Vale dos Coroados, algumas ações do governo estadual foram decisivas para ocupação da região. Ainda durante o período imperial, o governo implantou colônias militares ao longo do Rio São Lourenço, que resultaram no confinamento de considerável contingente desse povo. Em 1848, o Diretor Geral dos Índios de Mato Grosso, em relatório enviado ao governo provincial, apresentava um quadro da situação desse povo: *Os Coroados habitam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Pouco e pouco exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole, e dos seus usos, pois não se relacionam conosco, fogem de nós e quando procuram nossos moradores e viandantes é para hostilizá-los. Com tais disposições e dominadas por sua situação, as estradas que vão desta cidade para Goiás e para São Paulo, os Coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para o cristão, se não fosse o sentimento de covardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam a rosto descoberto, ou expondo a sua vida ao menor risco. Entretanto, por vezes, têm atacado aos viandantes e moradores do sertão, que se viram obrigados a abandonar os seus estabelecimentos, os quais, se bem que de pouca importância, eram de grande utilidade para as tropas que neles se achavam, pelo menos, o provimento do milho tão necessário para os animais já cansados por longa e penosa viagem. Os mesmos índios chegaram a cometer estragos, matando e incendiando até em sítios do termo desta cidade e distantes menos de vinte léguas; por essas razões, poucos anos se passam sem que o*

*Governo expeça bandeiras contra eles; porém, o resultado ordinário dessas expedições há de destruir um maior ou menor número de adultos, e aprisionar algumas crianças que entre nós se criam e que de nenhum modo aproveitam para redução e catequese da nação a que pertencem (O ARQUIVO, Cuiabá: 1905, apud XAVIER 1999).*

O povo Bororo tinha sido contatado inicialmente no ciclo espanhol de conquista das terras mato-grossenses, passando pelo período de preação ocorrido durante o ciclo bandeirante, no século XVIII, até o início do ciclo do ouro, quando Mato Grosso se transformou numa das mais importantes capitânicas para a Metrópole lisboeta no Brasil. As investidas bandeirantes com a finalidade de escravizar a esse e a outros povos indígenas fizeram com que parte dos bororos se deslocasse para a região situada entre os Rios São Lourenço e Garças, ocupando uma vasta área que ultrapassava os limites do então Estado de Mato Grosso, chegando até a porção central do Estado de Goiás. A resistência ao invasor foi realizada pelos indígenas mediante escaramuças ou mesmo ataques diretos às fazendas que se implantaram nas cercanias do grande vale do São Lourenço. Em 1817, começaram as campanhas militares nas proximidades na região. A partir de então as campanhas se fizeram cada vez mais frequentes, quase sempre sem o sucesso esperado. Por causa dessas investidas dos indígenas contra os invasores, o governo passou a justificar as ações militares no território. Posteriormente, elas levaram, em apenas uma excursão, à morte de quatro centenas de indivíduos da tribo, na década de 1890.

Se, por um lado, os indígenas sofriam com as ações dos militares, por outro lado, passaram a manter uma relação mais amistosa com os fazendeiros provenientes da margem leste do Rio Araguaia e do sul do então Estado de Mato Grosso. Os fazendeiros tinham um comportamento menos agressivo em relação aos indígenas, utilizando-se da estratégia de lhes dar presentes, comida e bebida em troca da amizade e do próprio território. As ações dos militares e dos fazendeiros no final do século XIX e início do século XX se deram de maneira contemporânea. Enquanto os militares penetravam o território do Vale dos Coroados pelo oeste, os fazendeiros implantavam suas fazendas migrando do Estado de Goiás para Mato Grosso. Em 1904, os indígenas já tinham sido aldeados ou fora do seu território ou em algumas partes dele, ao longo dos rios São Lourenço, Paraíso ou Jarudore.

Enquanto era conquistado aos indígenas pela ação dos militares e dos fazendeiros, outro fator, naquele momento de ordem política, levou à disputa entre os governos de Goiás e Mato Grosso pelo território. Em 1857, o governo goiano realizou consulta junto ao Secretário dos Negócios do Império contestando os limites entre os territórios goiano e mato-grossense.

Para o governo mato-grossense, a questão já tinha sido resolvida desde 1748, no ato mesmo de criação pela Coroa das Capitânicas de Mato Grosso e Goiás, naquele momento desmembradas do território paulista. As migrações dos fazendeiros goianos para o território a oeste do Rio Araguaia e a proximidade das fazendas mais com o território goiano do que com Cuiabá fizeram com que, em 1890, a consulta se transformasse em reivindicação pública do território.

A reivindicação, no entanto, somente foi discutida no Sexto Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Belo Horizonte, no ano de 1919. O Estado de Mato Grosso se fez representar pelo Senador Antônio Francisco de Azeredo, que havia sido Presidente do Congresso Nacional, pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e por João Barbosa de Faria. Prevendo os embates entre as partes no Congresso e como medida antecipatória em vista da defesa do território, o governo mato-grossense, além dos seus representantes, fez realizar, em 1918, um plebiscito entre os habitantes da região, principalmente entre os garimpeiros, cujo resultado foi pela manutenção dos limites estabelecidos em 1748. O plebiscito foi realizado por José Morbeck, que colocou em funcionamento a máquina coronelista por ele liderada no território do Garças e Araguaia à disposição do governo mato-grossense.

A partir do momento em que deixou de ser motivo de disputa entre as duas unidades da federação, o território diamantino, que era contemplado sempre com novas descobertas e com expedições de prospecção de possíveis lavras, formado, como a maior parte do estado, por terras devolutas, passou a ser dominado, assim como em outras partes de Mato Grosso, por coronéis, principalmente por José Morbeck, que se fazia representar em cada aglomeração temporária ou definitiva que se abria em torno das jazidas exploradas por homens fiéis à sua liderança.

Em certo sentido, a presença de José Morbeck facilitou não somente a exploração do diamante, mas também a implantação de fazendas, uma vez que esse coronel era o representante estadual para a colonização e distribuição de terras e exercia um poder quase que discricionário sobre a produção do mineral. Dessa forma, os fazendeiros vindos de Goiás e também os mato-grossenses, provenientes do sul da região Garças e Araguaia, iniciaram a implantação de fazendas na zona de influência dos Rios São Lourenço, Garças e Araguaia, ao mesmo tempo em que se intensificaram, por causa da exploração do diamante, as migrações para o território. Porém, assim como existia, em especial no sul de Mato Grosso, uma demanda secessionista, desde 1914, com o crescimento da autoridade de José Morbeck,

também foram sendo consolidadas as bases para a criação na região de um possível território garimpeiro governado por coronéis.

Foi a partir desse contexto de disputa pelo território que culminou no conflito armado que colocou frente a frente os coronéis e o Estado de Mato Grosso do que se tornou possível o surgimento de Poxoréu, como será visto nos próximos capítulos. No entanto não se pode falar sobre o povoamento de toda a região sem se levar em consideração os atores e as razões que contribuíram para tornar o território objeto de disputa entre o governo mato-grossense e os coronéis. Aparentemente, o que se processou no Garças e Araguaia, em geral, e, ulteriormente, em Poxoréu, em particular foi uma organização de mecanismos de controle não somente da produção do diamante, mas também das ações dos garimpeiros. Isso possibilitou, posteriormente, a algumas das localidades que ganharam autonomia administrativa, a criação de vínculos estreitos entre algumas famílias que foram usados para se estabelecerem no poder municipal, como foi o caso das famílias Ribeiro Vilela e Rocha, em Poxoréu, o que ficará mais claro a partir da excursão sobre a história da região a ser feita nos próximos capítulos.

### 2.3 DESLOCAMENTOS E ITINERÁRIOS

A história da região do Garças e Araguaia, em geral, e a história da região de Poxoréu, em particular, embora tenham começado com o povo Bororo, contra os quais foram enviadas várias expedições militares, e com a implantação de fazendas, para a criação extensiva de gado, ganharam visibilidade a partir da descoberta do diamante. Os fazendeiros foram os financiadores da exploração do diamante e transformaram a renda auferida na mineração em fonte alternativa à renda proveniente da atividade pastoril. Dessa forma, o diamante, mais do que a pecuária, foi o elemento que revelou o seu potencial para a economia estadual, mesmo que o relatório sobre os minerais do estado, de 1914 — quando aconteceu a concessão da exploração de metais na região para a Companhia de Antônio Mota Moreira e que, ulteriormente, seria combatida pelos coronéis e revogada pelo governo de Pedro Celestino, em 1923 —, não tenha sequer mencionado a existência desse metal na zona do Garças e Araguaia.

A vocação primeira da Mesorregião Sudeste Mato-grossense foi a pecuária, mas foi o diamante que uniu a sorte de toda a região, de maneira definitiva. A descoberta do diamante na região do Garças e Araguaia se deu no início do século e, na atual município Poxoréu, na

década de 1920. No entanto há também outras características físicas que são comuns ao Garças e Araguaia e a Poxoréu, como o relevo e a hidrografia. Praticamente toda a região é possuidora de um relevo especial que a geologia calcula tenha sido formado no éon fanerozóico, que abarca os últimos 543 milhões de anos e começou no período Cambriano, e é o lugar no qual as bacias dos rios da Prata e Araguaia/Tocantins se encontram e se dividem. Alguns afluentes tributários dos rios que abastecem a bacia amazônica, mediante a Bacia do Araguaia/Tocantins, quanto a bacia Prata, que têm suas nascentes entre os Planaltos do Alcantilado e o Pantanal Mato-Grossense, delimitando as regiões geofísicas da Amazônia com a do Centro-Sul do Brasil. Os rios mais importantes da região são o Rio Araguaia, que tem, entre os seus tributários o Rio Garças, para o qual conflui o Rio Caçununga, que deságuam no Rio Araguaia para compor a Bacia Amazônica, e o Rio São Lourenço, que tem entre os seus tributários os Rios Coité, Poxoréu, Vermelho e Paraíso, e que, a partir do Pantanal, vão formar a Bacia do Prata, desaguando antes no Rio Paraguai.

Nessa porção anteriormente habitada pelo povo Bororo, rica de pastagens e com algumas manchas de terra nas quais também se podia dedicar à agricultura, assim que ocorreram as descobertas do derivado do carbono também ocorreu, contemporaneamente, a aparente união dos dois elementos humanos mais importantes do povoamento inicial do sudeste mato-grossense: os fazendeiros e os garimpeiros. Aqui se faz referência ao povoamento inicial para diferenciar os dois tipos de povoamento que aconteceram na região, a saber: o povoamento fruto da migração garimpeira e o povoamento mais recente, fruto da ocupação das terras pelos empresários ligados ao agronegócio advenientes da Região Sul do Brasil. No que diz respeito ao povoamento inicial, os garimpeiros migraram para a região em diversos deslocamentos cujas origens eram principalmente na Região Nordeste e o destino eram as regiões produtoras de diamante de Mato Grosso, em especial, as do Vale dos Coroados.

Quanto ao Garças e Araguaia e a Poxoréu, houve inicialmente pelo menos cinco deslocamentos humanos distintos, que culminaram no povoamento de toda a Mesorregião Sudeste Mato-grossense, legando ao estado, nas últimas décadas, dois tipos diferenciados de municípios, a saber: os de herança garimpeira e os de vocação agropecuária. Esses deslocamentos aparentemente tiveram sua origem no Nordeste brasileiro. Contudo muitos outros elementos de outros estados e até do exterior buscaram, na província diamantina situada na margem oeste do Rio Araguaia e em Poxoréu, não somente a riqueza que brotava da terra, mas também o refúgio contra o sistema de concentração de terra e o coronelismo

existente principalmente no Nordeste brasileiro ou mesmo para crimes cometidos em outras regiões.

De todo modo, a mobilidade de populações dos diversos estados brasileiros para Mato Grosso, em geral, e para o sudeste mato-grossense e Poxoréu, em particular, provocou vários deslocamentos iniciais comuns, em especial no que diz respeito às migrações para as regiões de mineração de diamante. Dois deles podem ser caracterizados como exclusivos para Poxoréu. Neste caso, um desses deslocamentos teve sua origem a oeste do território diamantino do Garças e Araguaia, ou seja, dos mineradores provenientes de outras regiões de exploração do diamante do Estado de Mato Grosso, como, por exemplo, Diamantino e Gatinho, que, posteriormente, passou a ser município com o nome de Alto Paraguai. Esse deslocamento faz com que, diferentemente das outras localidades temporárias e permanentes do território diamantino, a população mato-grossense em Poxoréu, desde o seu povoamento inicial, seja maior do que a maranhense, a goiana ou mesmo a soma dos indivíduos que migraram de outros estados. O outro deslocamento foi provocado pelos conflitos intestinos do próprio território do Garças e Araguaia.

Os deslocamentos de nordestinos para Mato Grosso apresentavam características similares tanto em relação ao Garças e Araguaia e a Poxoréu quanto em relação a outras regiões produtoras de diamantes do estado. Por exemplo, os lugares de origem dos migrantes baianos eram principalmente Lençóis, Barreiras e Chapada Diamantina. Porém, devido à diversidade dos locais de “repulsão” e também devido ao significativo contingente de alguns grupos específicos, como os maranhenses e os mineiros, torna-se importante traçar os possíveis roteiros de viagem usados pelos migrantes para alcançar o território do sudeste mato-grossense.

O primeiro desses deslocamentos, portanto, surgiu no momento em que o governo mato-grossense envidava esforços para combater a ação do povo Bororo que atacava fazendas, tropeiros ou mesmo exploradores que se aventuravam pelas estradas que, saindo de Goiás ou São Paulo, levavam a Cuiabá. O crescimento vegetativo dos rebanhos e também a facilidade legal de se implantar fazenda nas terras devolutas de Mato Grosso fizeram com que o território do Garças e Araguaia fosse sendo comprimido pelas necessidades dos criadores de gado. Estes, deslocando-se do leste, isto é, de Goiás e de Minas, e do sudeste do então Estado de Mato Grosso, estabeleceram contato e se beneficiaram duplamente da amizade com os indígenas: puderam implantar suas fazendas e ainda foram informados sobre a existência do diamante, que depois passou a ser uma fonte de renda alternativa à pecuária. Os fazendeiros

que se deslocaram do leste aproximaram-se mais das cabeceiras do Rio Garças, e os que se deslocaram a partir do sul de Mato Grosso, subiram o Rio Taquari e o Rio Itiquira e, posteriormente à implantação de suas fazendas, financiaram as expedições que foram descobrir, primeiro as formas, depois o diamante, no vale do Ribeirão das Pombas, situado na região em que atualmente estão implantados os municípios de Poxoréu e Dom Aquino.

Em certo sentido, os fazendeiros completaram o trabalho de conquista da região que as expedições militares enviadas pelo governo mato-grossense só conseguiram à base da força e que resultaram tanto nos massacres, quanto no confinamento dos indígenas nas colônias militares de Princesa Isabel e Teresa Cristina, erguidas ao longo do Rio São Lourenço e em outras regiões do estado. Assim que encontraram, nas margens dos Rios Garças, São Lourenço e Araguaia e seus tributários, terras apropriadas para a criação de gado, próprias do bioma do cerrado, e também porções de terras que podiam ser destinadas à agricultura, os fazendeiros implantaram as suas fazendas e, posteriormente, seguindo os ritos das leis relativas à terra vigentes naquela época, fizeram a requisição do título de posse junto aos órgãos do governo estadual. Essa tarefa, pelo menos no Garças e Araguaia, era facilitada pela presença do coronel José Morbeck, que exercia o exercício de agente de colonização e repartição de terras e também de controlador da produção mineral, e que também tinha implantado sua fazenda na região próxima de Barra do Garças.

O segundo deslocamento é mais significativo e ocorreu em diversas épocas do povoamento da região. Este tinha pelo menos duas vertentes, a saber: de matriz baiana e de matriz maranhense. A vertente baiana tinha três itinerários distintos. Os migrantes partiam do Nordeste não somente por causa da existência de diamantes em Mato Grosso, mas, seguindo caminhos diferentes, também como resposta à propaganda veiculada sobre o estado em todo o território nacional para atrair indivíduos e famílias para povoar os sertões despovoados da fronteira oeste brasileira. Contudo a descoberta do diamante no território do Garças e Araguaia se tornou a causa principal da atração pelo estado.

No início do século XX, os aglomerados urbanos mais consistentes de Mato Grosso situavam-se ao longo dos Rios Cuiabá e Paraguai, sendo os mais importantes Cuiabá e São Luís de Cáceres, além de Vila Bela da Santíssima Trindade, a primeira capital do estado. Cuiabá tinha se desenvolvido graças à mineração aurífera e à condição de sede administrativa estadual, e o segundo graças ao extrativismo héveo.

No caso dos deslocamentos dos baianos, podem ser encontrados pelo menos três itinerários. O primeiro deles era formado por migrantes que partiam das regiões centrais do

estado, tais como Lençóis ou Chapada Diamantina, entre outras localidades, e em Salvador embarcavam rumo ao porto de Santos. De Santos, partiam de trem para Campo Grande ou Corumbá, então localizadas na porção sul de Mato Grosso. De Campo Grande, eram transportados de caminhão até Rondonópolis e daí seguiam para as regiões garimpeiras. Os que prosseguiram viagem até Corumbá, embarcavam em vapores que os transportavam até Cuiabá, e daí eles alcançavam as províncias diamantinas, ou a cavalo ou por caminhão.

O segundo itinerário dos baianos pode ser designado como a rota dos tropeiros. Estes partiam de Lençóis e de outras localidades, passavam por Barreiras e, cruzando o Estado de Goiás, chegavam diretamente ao território diamantino do Garças e Araguaia. Esse foi o mesmo itinerário seguido por Manoel Balbino de Carvalho, vulgo Carvalhinho, com o seu séquito de tropeiros e mueres que transportavam todos os haveres necessários para dar início às lojas que ele abriu no garimpo de Bandeira e também em Santa Rita do Araguaia.

No que diz respeito à terceira rota, os migrantes baianos partiam de Juazeiro e, subindo o Rio São Francisco, passavam por Belo Horizonte, até chegar a Barra Mansa, no Rio de Janeiro. Do Rio de Janeiro seguiam para São Paulo. O roteiro de São Paulo até a região do Garças e Araguaia e Poxoréu era o mesmo dos que vinham por vapor até o porto de Santos. Pegavam a estrada de ferro Noroeste do Brasil, até Campo Grande. De caminhão, seguiam para o sudeste de Mato Grosso, chegando pelo lado sul, onde hoje se encontra a cidade de Rondonópolis. A partir daí, entravam na região garimpeira.

Quanto ao roteiro dos maranhenses, estes se aproveitaram da via navegável do Araguaia/Tocantins, para, então, entrar na região diamantina a partir de Araguaiana e Barra do Garças. Porém, por fazerem da Amazônia, os maranhenses, ao contrário dos baianos, já encontravam espalhados pelos seringais do Amazonas, do Pará, do Acre e de Mato Grosso. O chamado Primeiro Ciclo da Borracha ocorreu entre os anos de 1850 e 1912, mas o seu apogeu foi entre os anos de 1879 e 1912, período em que começavam as primeiras incursões sobre o território do Vale dos Coroados, na região sudeste mato-grossense. O Segundo Ciclo da Borracha ocorreu entre os anos de 1942 e 1945, período em que os japoneses invadiram a Malásia e a produção hévea daquele país deixou de abastecer o mercado mundial. Entre os ciclos primeiro e segundo da borracha ocorreram as grandes descobertas de jazidas no território diamantino do Garças e Araguaia e de Poxoréu. As migrações dos maranhenses para esses territórios também se deram em decorrência do enfraquecimento do comércio do látex, que deu vigor à economia e ao crescimento de diversas cidades mato-grossenses, como Barra do Bugres e Vila Bela e também Cáceres e Cuiabá, que se beneficiaram da indústria hévea por

causa dos portos fluviais que favoreciam o escoamento da produção. Com a crise do açúcar no Nordeste, no século XVIII, os nordestinos passaram a migrar para a região amazônica, onde passaram a se dedicar à extração da borracha, tornando-se, assim, responsáveis pela ocupação da Amazônia e, por conseguinte, da porção amazônica de Mato Grosso. Em razão dessa migração, após a decadência do ciclo da borracha, ao lado dos baianos, tanto na região do Rio das Garças como em Poxoréu, excetuando-se os mato-grossenses, os maranhenses formaram as maiores forças de exploração de pedra preciosa<sup>13</sup>.

Nesse segundo deslocamento, já se apresentavam com mais clareza os fatores estruturais da migração: a decadência da economia açucareira – que entrou em colapso justamente por causa da corrida do ouro, ainda no século XVIII, que fez com que a mão de obra, na sua maioria formada por escravos, migrasse dos canaviais para as lavras, principalmente para Minas Gerais –, a estrutura fundiária concentrada nos locais de origem dos migrantes, a submissão ao poder dos coronéis e a seca nos sertões nordestinos. Esses problemas, no entanto, não foram resolvidos nos locais de destino dos migrantes. Por exemplo, o sistema fundiário baiano era um sistema concentrado. No entanto a busca por uma estrutura fundiária marcada pela desconcentração de terra não aconteceu em Mato Grosso. Os migrantes baianos encontraram em Poxoréu um espaço que teve que ser adquirido pelo governo mato-grossense para a instalação do perímetro urbano de Poxoréu, pois as descobertas de diamantes no sopé do Morro da Mesa fizeram com que os terrenos existentes nas circunvizinhanças das lavras logo fossem loteados entre os fazendeiros que pediam a homologação do título de posse pelo governo do estado, conforme estatuíam as leis relativas à terra no início do século XX.

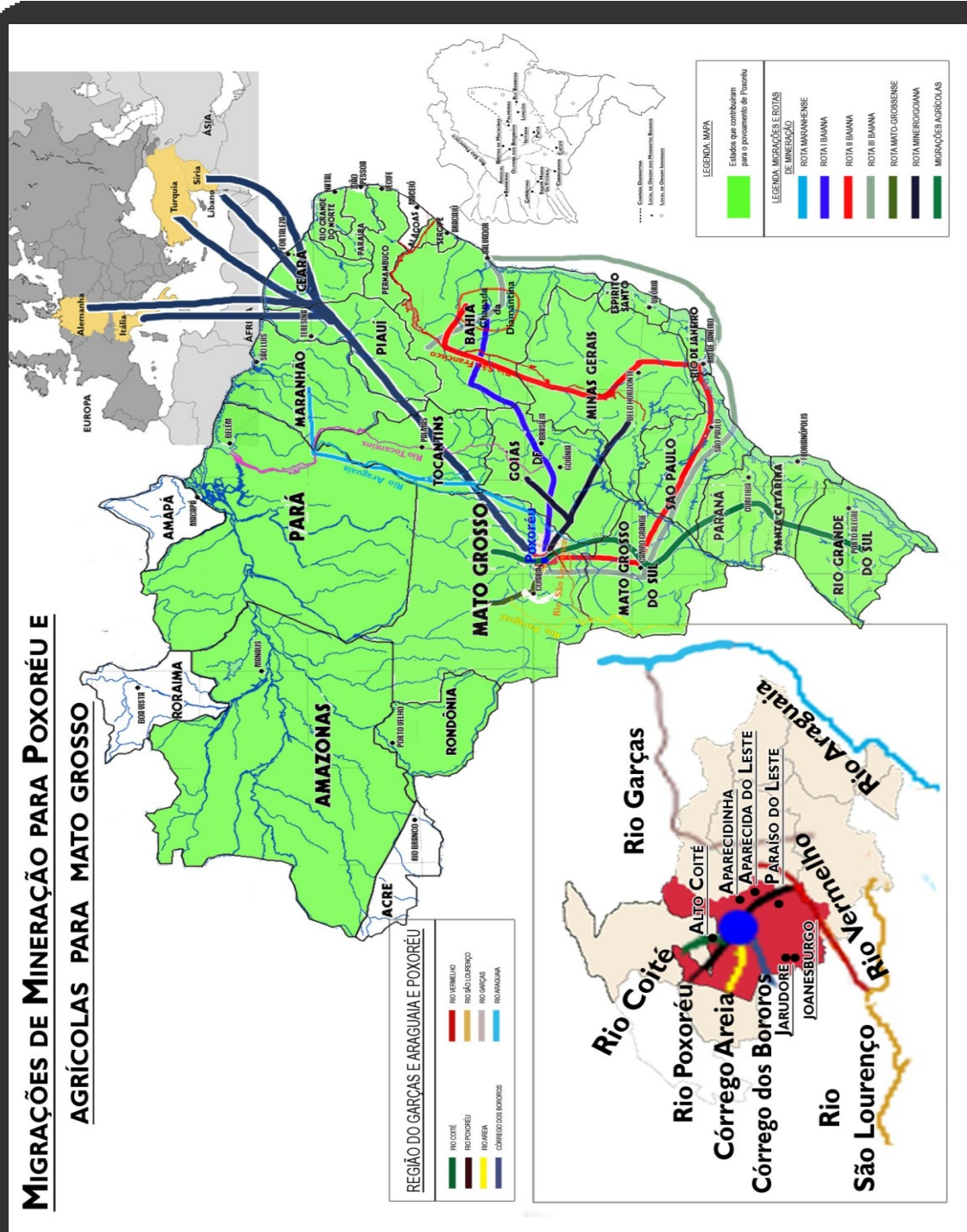
Os lugares nos quais essa estrutura ainda estava em processo de consolidação encontravam-se distantes dos centros habitados e com difícil acessibilidade, como é o caso, por exemplo, de Aparecida do Leste, Jarudore, Paraíso do Leste e a colônia de Lambari. Porém a expansão das fazendas pelos territórios de colonização agrícola promovida pelos governos federal e estadual foi responsável pela união da sorte dos colonos agrícolas com o sistema garimpeiro que estendeu toda a estrutura social e trabalhista do garimpo para o resto do território municipal, inclusive com o uso da violência. O enfrentamento entre fazendeiros e colonos culminou, em 1964, no conflito que levou ao incêndio de áreas destinadas aos

---

<sup>13</sup> Baxter (1988), em sua pesquisa sobre os garimpeiros de Poxoréu, num universo de 330 entrevistados, fala de 55,5% de baianos contra 9% de maranhenses na região de Poxoréu, excetuando-se os mato-grossenses e Barrozo (2007), da mesma forma, apresenta os seguintes dados, para a região de Alto Paraguai: 22,87% de baianos e 6,10% de maranhenses, também se excetuando os mato-grossenses.

pequenos proprietários na região de Aparecida do Leste.

## MIGRAÇÕES DE MINERAÇÃO PARA POXORÉU E AGRÍCOLAS PARA MATO GROSSO



O terceiro deslocamento aconteceu entre 1930 e 1950 e teve como causa as ações do governo federal em conjunto com o governo estadual em vista do povoamento do estado, já dentro do processo de ocupação da Amazônia, em decorrência de acontecimentos externos que, em certo sentido, fizeram com que o governo federal deslocasse a sua atenção da fronteira oeste, ou seja, com o Paraguai, para o Norte do país mediante planejamentos inter-regionais de integração econômica e política que, nas décadas de 1950-1960, culminariam na transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Em relação ao município de Poxoréu, o maior contingente de migrantes nesse período foi formado por cearenses, que receberam lotes principalmente nas colônias de Aparecida do Leste e de Paraíso do Leste, capitaneados por Argemiro Pimentel, que depois também fundaria a colônia agrícola de Mutum, que, ulteriormente, se tornou o atual Município de Dom Aquino. Esse projeto de ocupação foi implantado já sob os auspícios da Fundação Brasil Central, idealizada nos inícios do Estado Novo, mas que teve os seus trabalhos iniciados somente em 1943, quando teve início a Expedição Roncador-Xingu, quando passou a desbravar o noroeste goiano, o nordeste mato-grossense e o sul do Pará.

Em vista da consecução desse projeto, o governo tinha criado colônias agrícolas em diversas partes do Brasil Central. Além de Aragarças, em Goiás, que se tornou o centro de irradiação do projeto, em Mato Grosso a principal cidade que foi fundada sob os auspícios da Fundação Brasil Central foi Xavantina, atualmente Nova Xavantina, que cresceu nas margens do Rio das Mortes e também da BR-158. A partir desses polos, outras cidades também foram surgindo e deram impulso, atualmente, ao desenvolvimento do agronegócio no nordeste do estado, como Água Boa, Confresa, Vila Rica, Cocalinho e Novo São Joaquim.

Também a região próxima de Poxoréu recebeu algumas levas de migrantes que fizeram parte do descimento promovido pelo governo para as colônias agrícolas de Mato Grosso. Além das colônias de Paraíso do Leste, Aparecida do Leste e Jarudore, outras colônias como as do Rio Vermelho e de Ponte de Pedra, que atualmente formam parte de Rondonópolis, foram criadas com vocação voltada para a agricultura. Muitos desses migrantes desviaram-se posteriormente da vocação agrícola para a atividade garimpeira.

Esses deslocamentos foram comuns a todo o povoamento da região sudeste mato-grossense e mesmo a todo o estado. O quarto e o quinto foram, em parte, distintos deles, porque estão ligados mais diretamente ao povoamento do município de Poxoréu. O território de Poxoréu originalmente possuía 25.509 km<sup>2</sup> e englobava parte dos atuais municípios de Jaciara, São Pedro da Cipa e Juscimeira, além de Rondonópolis e Dom Aquino, e se situava

no limite entre a região do Rio das Garças e Cuiabá. Essa proximidade tornava mais fácil a migração dos garimpeiros advenientes de Cuiabá e das cabeceiras do Rio Paraguai – mormente Alto Paraguai e Diamantino –, regiões nas quais as riquezas diamantíferas, descobertas ainda no século XVIII, estavam em declínio, e de Cuiabá, onde a mineração do ouro já se havia esgotado, no início do século.

Por outro lado, a migração para Poxoréu no auge das descobertas do diamante foi facilitada pela existência da estrada Cuiabá-Goiás, construída em 1737, que se ligava à região pela parte norte, e a estrada Cuiabá-Rondonópolis, pela parte sul. Esse deslocamento trouxe para Poxoréu um tecido humano diferenciado em relação àquele existente nas outras localidades do Garças e Araguaia. Segundo dados do Recenseamento de 1940, por exemplo,  $\frac{3}{4}$  da população de Poxoréu era classificada como parda ou negra, mesma proporção encontrada na população cuiabana (81%), enquanto que, em municípios garimpeiros como Guiratinga, os pardos ou negros representavam 44,1% e na região Alto Araguaia 58,8%.

O quinto deslocamento ocorreu em decorrência da própria situação interna do Garças e Araguaia que, a partir de 1914, passou a contar com uma estrutura coronelista que se foi consolidando sob a liderança de José Morbeck. Essa estrutura passou a ser combatida já no final do governo de Dom Aquino Corrêa (1918-1922), quando a questão dos limites com Goiás já tinha sido resolvida em favor de Mato Grosso, e o espectro da Concessão dada a Antônio Mota Moreira voltou à tona e levou à criação da Liga Garimpeira, em 1925 (Cfr. Anexo 2). O novo presidente do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1924), suspendeu a Concessão, em 1923, e abriu caminho para a incorporação da região à administração estadual.

Começou, então, o jogo de forças entre José Morbeck e o Estado de Mato Grosso, o que teve como consequência o conflito armado, que durou até o início do governo de Mário Corrêa da Costa (1926-1930), inclusive com recrutamento de garimpeiros para ambos os lados da disputa. A partir da declaração de guerra entre as partes, os garimpeiros passaram a se deslocar para o novo garimpo de Poxoréu por três motivos: fugir da violência que havia levado à chacina do Alcantilado, em 1924, fugir do recrutamento para as lutas que aconteciam a leste de Poxoréu, entre o governo estadual e o coronel José Morbeck, e devido à abundância de diamante tanto nas beiradas dos flumes quanto em terra firme.

O sexto deslocamento de migrantes teve início na década de 1960. O governo militar criou a SUDAM, pela Lei nº 5.174, de 26/10/1966, com a finalidade de transformar a

economia da Amazônia e fortalecer as áreas de fronteira da região. A porção norte do Estado de Mato Grosso fazia parte da região natural da Amazônia. Por isso foi favorecida pelos projetos governamentais que foram implantados sob os auspícios dessa autarquia. Dentre as ações da SUDAM, estavam a isenção de impostos, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, além da isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras para a implantação de projetos a região amazônica. Os projetos foram financiados pelo FINAM.

Em 1967, o governo federal criou uma segunda autarquia que também foi decisiva para as mudanças socioeconômicas que se seguiriam na região nas décadas seguintes. A SUDECO foi criada por meio da lei nº 5.365, de 1º/12/1967. Essa autarquia foi criada para substituir a Fundação Brasil Central e tinha entre seus objetivos melhorar as condições socioeconômicas da região e a sua integração com o resto do país. Assim, o governo passou a investir na formulação de políticas de migração internas em vista do povoamento do Centro-Oeste, principalmente o do norte de Mato Grosso. Além disso, dentre os objetivos da autarquia, estava a produção de alimentos e matérias-primas integrada às atividades industriais com enfoque no mercado externo.

Para tanto, o governo federal investiu na criação e na consolidação dos grandes eixos rodoviários que facilitaram a mobilidade dos migrantes. Nas margens desses eixos rodoviários, surgiram cidades com vocação agrícola, que, a partir de meados da década de 1990, passariam da produção de matéria-prima para a industrialização. As primeiras ondas de migrantes que aportaram na região de Poxoréu abriram caminho para a fundação, em 1982, da atual cidade de Primavera do Leste, localizada no Planalto do Alcantilado, nas margens da BR-070. Para o seu povoamento acorreram migrantes em especial da Região Sul do Brasil, que encontraram em Poxoréu apenas um apoio logístico temporário, que, ao mesmo tempo, promoveu o próprio crescimento populacional da cidade, principalmente na década de 1980.

Esses deslocamentos dizem respeito à mobilidade tanto com destino ao Garças e Araguaia e a Poxoréu, como também a outras regiões nas quais se praticava a extração de diamantes em Mato Grosso. Eles foram testemunhas vivas da ocupação do território da Microrregião do Tesouro, na qual se situa o município de Poxoréu, compondo a grande Mesorregião Sudeste do Estado de Mato Grosso. As ondas migratórias podem ser definidas como “migrações espontâneas” e “migrações dirigidas” por razões históricas de caráter interno ou externo.

As migrações espontâneas foram aquelas iniciais, ou seja, de 1900 a 1960, que tinham como principal atração o garimpo. Os fatores que as condicionaram foram precipuamente a crise da economia açucareira que atingiu o Nordeste do Brasil, a concentração de terra e as disputas coronelistas naquela mesma região. As migrações dirigidas, que ocorreram a partir de 1960, foram aquelas mais recentes, ocorridas quando a própria economia da região já se encontrava baseada sobre a pecuária desde os anos de 1950, e obedeceram às ações do governo federal em vista do desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste e a sua integração com o sistema produtivo das regiões mais desenvolvidas do país.

A diversidade entre os migrantes iniciais e os recentes fez com que, em princípio, não acontecesse a integração entre eles porque as demandas do agronegócio que se desenvolveu fora dos limites da Microrregião do Tesouro eram diferentes daquelas do sistema produtivo que se formatou na região, desde o início do século XX. Com o fim da extração de diamantes, na década de 1990, no entanto, as demandas por terra para o agronegócio foram cada vez mais comprimindo o território de Poxoréu, mudando a própria estrutura política, econômica e social herdada desde o início do povoamento do município.

Nos próximos capítulos, aborda-se a história de Poxoréu dentro do amplo espectro da história do Garças e Araguaia, sempre levando em consideração o propósito deste trabalho, que é analisar as causas do conformismo da população e do imobilismo político existente entre os munícipes.

### 3 CORONÉIS<sup>14</sup> E JAGUNÇOS

#### 3.1 A PEDAGOGIA DOS CORONÉIS<sup>15</sup>

##### 3.1.1 João Galo

Antes de realizar a excursão pela história do Garças e Araguaia, torna-se importante falar da relação entre os coronéis e os jagunços<sup>16</sup>. Para tanto, serão apresentados dois relatos que, embora jocosos, foram testemunhas da tenuidade da confecção dessa relação também marcada pela fidelidade, pela confiança, pelo reconhecimento e pela valentia, ao mesmo tempo em que mostram o grau de violência existente nas regiões de garimpo.

Em relação à ordem cronológica, os relatos são posteriores aos fatos sobre os quais se reportará nos próximos tópicos. Eles servem, no entanto, para medir a intensidade da valentia do jagunço e como ele se apresentava diante do povo. O primeiro desses relatos foi colhido a partir da experiência do advogado Florisvaldo Flores Lopes, da cidade de Barra do Garças, Mato Grosso. Os eventos relatados no texto são posteriores a 1933, porque já relatam a existência de Poxoréu com alguma estrutura de segurança, e anteriores a 1937, quando ocorreu a chacina do Tesouro, que será relatada ainda neste capítulo. Trata-se de um relato

---

<sup>14</sup> Por coronel entende-se aqui o conceito usado em todo o território nacional para indicar o indivíduo, geralmente proprietário rural, ocasionalmente um burocrata, comerciante ou profissional liberal do interior do país, que controlava o poder político, social e econômico de uma região, em especial durante a primeira República, entre 1889 e 1930. Porém, a sua origem é mais antiga. Sua origem pode ser encontrada em 1831, quando foi criada a Guarda Nacional. No período imperial, os quadros da corporação eram nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província. Com a influência dos latifundiários sobre a estrutura da guarda nacional, a patente de coronel da Guarda Nacional se tornou quase que um título de nobreza, que era concedida aos grandes proprietários de terra. Daí vem a autoridade do coronel.

<sup>15</sup> Aqui se poderia fazer um diálogo com Victor Nunes Leal, em relação à obra *Coronelismo de Enxada e Voto*. No entanto existem diferenças significativas entre o coronelismo ao qual faz referência aqui difere em muitos pontos do coronelismo analisado por Victor Nunes Leal. O que existe de comum entre os coronéis que Victor Nunes Leal faz referência é a estrutura agrária, a coexistência de um regime político de base representativa na qual se manifesta o poder dos senhores de terras e o compromisso, a troca de favores entre o poder público e os líderes locais, além do mandonismo, do filhotismo, do nepotismo e da desorganização dos serviços públicos locais.

<sup>16</sup> Preferimos usar aqui o termo jagunço por diversas razões. Em primeiro lugar, porque é comum principalmente no Nordeste chamar jagunços os homens que se colocavam a serviço dos coronéis. Eram assim chamados, por exemplo, os homens que serviam Horácio de Mattos, na Chapada da Diamantina. Jagunço é também o homem contratado por outro para ser o seu guarda-costas. No Garças e Araguaia, no entanto, o coronel José Morbeck se utilizava dos serviços dos próprios garimpeiros, enquanto que Carvalhinho, além dos seus ajudantes vindos na expedição de 1922, após ser inocentado da morte do amante da esposa, ele se viu na obrigação de voltar à Bahia para contratar novos jagunços para atuarem nas lutas que se seguiriam ao assalto de Santa Rita do Araguaia. Os jagunços também são chamados de asseclas e peões.

que mostra que os jagunços tinham entre suas características a criação de relações livres, amistosas e até de igualdade com os coronéis.

Florisvaldo relata: *Meu pai mandou que eu fosse ver quem estava batendo à porta àquela hora. Chegando lá, dei com uma figura esguia, alta, de um moreno avermelhado, porte imponente, vestindo terno de brim cinza-claro, chapéu de abas largas com bambolim pendendo no queixo quadrado, botas reluzentes, esporas enormes rosetas prateadas, com uma comprida piola de três argolas no braço e dois enormes '38' pendurados na guaiaca. Atrás de si, mastigando o freio, uma grande mula baia, arreada com um cutiano manteado de couro, coberto com um volumoso pelego vermelho e na garupa um grande alforje de fivelas largas, marcado com duas letras vistosas amarelas: 'JG'. 'É filho do Elpídio?'. Não foi preciso responder-lhe, pois meu pai, que estava na cozinha remendando uma bateia com breu quente, apareceu e trocaram um longo abraço. Juntos entraram, e só mais tarde fiquei sabendo que ali estava em carne e osso um dos homens mais famosos dos garimpos do leste: o João Gato do Poxoréu. A amizade com meu pai tinha raízes profundas, pois ainda rapazola viera em sua companhia, nos idos de 1933, juntamente com outros baianos, tendo atravessado Minas Gerais e Goiás, sempre a pé, em busca dos lendários garimpos do Lajeado. Meu pai, que deixou a família toda na Bahia, ficou por aqui, ora no Bandeira, ora no Alcantilado, enquanto o João fincou os pés pros lados do Coité e da Raizinha, região do Poxoréu, a mais rica e violenta do Estado. Ali, quem não era valente acabava morto nas brigas noturnas dos puxa-facas, nas disputas das famosas raparigas que, segundo contam, exigiam dos garimpeiros que forrassem o chão com notas de 500 mil réis, para que elas dançassem em cima. Mas o pior não era morrer, o terrível para qualquer garimpeiro era ser preso e amarrado no mourão que a polícia, na falta de cadeia, tinha fincado no meio das ruas das corrutelas. Um dia, tentaram amarrar, aliás, amarraram um sócio do João num mourão na Raizinha. Era o Baianinho, um crioulinho baixo e de fala mansa, que se recusara a ir buscar palhas para cobrir a barraca da enrabichada do sargento, comandante do destacamento. Quando João chegou à corrutela, à tarde, e soube do acontecido, foi até a casa do sargento, que na hora jantava, e de revólver em punho o obrigou a ir até o mourão cortar as cordas que amarravam o Baianinho, isto às vistas de mais quatro policiais armados que não esboçaram qualquer reação. A partir daí, o João, que era apenas João, passou a ser chamado de João Galo. E suas proezas não terminaram. Contam, ainda, que uma vez chegou lá um tenente famoso pelas bravuras que fizera no Gatinho, dizendo a todos que ali estava para cortar os esporões do João Galo, arrancar-lhe as penas e depois deixá-lo como galinha*

*choca. O João, que estava numa grupiara, rio abaixo, foi avisado dos intentos belicosos do tenente, e simplesmente mandou dizer-lhe que no sábado pudesse esperá-lo, que ele ia lá fazer-o-saco. No sábado, a corrutela parou, pois desde cedo o tenente, carregando um enorme mosquetão, andava de bolicho em bolicho, comendo cana e arrotando valentias, contando as malvadezas que fizera no garimpo do Gatinho, sentado no balcão do bolicho do Velho Damião. Uma voz mansa cortou a conversa: “Damião, enche um copo de café misturado com sal para mim. O tenente, que não o conhecia pessoalmente, virou-se, rindo para o lado, e perguntando: ‘Tá doido, moço? Onde já se viu beber café com sal?’. ‘Num é pra mim, não, tenente, é pra você beber. Eu sou o João Galo, que você quer cortar as esporas e arrancar as penas’. Sacou de dois revólveres e enfiou na cara do bicho que, tremendo como vara verde, bebeu o copo todo de café com sal. Ainda não satisfeito, aproximou-se dele, arrancou-lhe os botões da braguilha e mandou que tirasse as lustrosas polainas e saísse para a rua com elas na mão. A rua estava cheia e em silêncio. Da batida que saiu, o pobre tenente fanfarrão se mandou a pé, deixando sem comando os seus homens da corrutela (apud VARJÃO, 1987).*

O relato ilustra o tipo de homem que existia em Poxoréu e no Garças e Araguaia e como a autoridade do estado, representada pelo aparato de segurança, era quase nula, e quando se fazia necessário o confronto, nem sempre saía vencedora. Também apresenta, por um lado, outro dado significativo que é o alto índice de violência existente em Poxoréu mesmo depois da criação do Distrito, em 1932. Além disso, é significativo o fato de que até as autoridades constituídas sofriam com ela e, por outro lado, testemunha que em Mato Grosso alguns símbolos da escravidão ainda não tinham sido totalmente abolidos, sendo utilizados pela autoridade policial não somente como medida exemplar para os garimpeiros, mas também como solução para a falta de estruturas mínimas para o exercício da segurança pública. O relato mostra ainda que não existia qualquer controle sobre o uso de armas na região. As armas, o revólver e a cartucheira, eram parte integrante da indumentária do garimpeiro. Por fim, mas não por último, na região do garimpo, a qualificação do crime ficava, em muitas situações, ao livre arbítrio do policial no comando. No caso em questão, o amigo de João Galo tinha sido punido apenas por ter se recusado a ir buscar palha para cobrir cabana da enrabichada (cfr.: Anexo 1) do comandante do destacamento.

Essa precariedade estrutural da segurança pública aliada com as ações dos policiais gerava a insatisfação dos moradores dos garimpos, em geral, e não passava despercebida aos

olhos de pessoas, como Carvalhinho, que esperavam por uma oportunidade para se apresentar como defensoras dos garimpeiros.

Foi nesse espaço da ausência do estado com suas estruturas de correção que surgiram os valentões que, como João Galo, eram capazes de realizar proezas como obrigar um delegado a deixar a sua refeição, sob a mira de um revólver, para soltar um preso amarrado no garrote. Com isso, surgiu a visão negativa do policial, que passou a ser visto como alguém que provocava violência e vingança ou alguém que fugia como covarde quando não estava no controle da situação.

### 3.1.2 A Caçada

O segundo relato, diferentemente do anterior, entra na cosmovisão de um coronel da região de Araguaiana, para retratar a sua relação com um dos seus jagunços. O coronel em questão não tinha um nome específico, mas sua procedência era do Pará. Numa região de valentes, um coronel precisava se rodear de homens de sua estrita confiança e estabelecer com eles códigos de conduta, que seriam mantidos enquanto existissem vínculos entre si. O coronel é descrito como arrogante, mas com um coração bom, capaz até de praticar alguns gestos de caridade. Entre seus subordinados estavam aqueles que lhe deviam afeição, aqueles que lhe eram submissos por humildade e aqueles que se submetiam por temor. De posse dessa tríplice razão pela qual era servido – afeição, submissão por humildade e temor –, esse coronel era mais temido do que amado. Tinha muitas posses: fazenda, gado, engenho de açúcar e vastos canaviais. Esse coronel pode ser a personificação de todos os tipos de coronéis existentes em Mato Grosso naquela época: o fazendeiro, o pecuarista, o garimpeiro e o usineiro. Seu desejo era construir uma cidade que levasse o seu nome.

*Certa ocasião, o Coronel chamou um de seus asseclas para uma caçada de caititus em mata não muito próxima. Arrearam os pangarés com os cutianos de vaquejadas, vestiram os gibões de couro que protegiam dos arranhões de espinhos de unha de gato da macega, chamaram os cachorros caçadores e debandaram no rumo da Serra do Tanácu, onde, certa vez, caíra um avião Constelation da Panair, que fazia a linha do Rio de Janeiro para Miami. O coronel e o peão cavalgaram léguas e léguas sem encontrar as esperadas varas de porcos caititus. Já quase para desistir da empreitada, ouviram os latidos da cachorrada acuando a vara de porcos, nas grimpas e fraldas da serra. Desapearam dos cavalos, amarraram-nos à*

sombra de um pequizeiro na trilha por onde andavam e embrenharam-se no matagal, passando por furnas e riachos até chegarem onde a matilha acuava os pecaris. O lugar era íngreme, de difícil acesso até a furna da serra. O Coronel, já cansado pelo peso da carabina, munição e da indumentária de vaquejada, virou-se para o peão e mandou acender um facho de palhas de palmeira de bacuri secas e verdes para fazer fumaça lá no fundo da furna, onde estavam acuados os animais da caçada. Ao comando do Coronel, as palhas foram arrancadas, feita a tocha e o fumaceiro invadindo o esconderijo provocou a saída do primeiro caititu, que o velho matou com um certo tiro na cabeça. 'Matei o meu', disse o Coronel, virando-se ao companheiro; agora, vou tanger outro para você pegar. Renovada a operação de facho e fumaça, nova caça provocada pela asfixia sai da boca e é alvejada pelo peão. O velho, satisfeito com a caçada, alegre e pábulo, diz: 'vamos regressar, andamos uns quatro quilômetros, mas valeu a pena. Teremos que alcançar os animais. O peão, com instinto devassador, disse: 'Qual nada, Coronel, não vou andar tanto pra deixar caititu acuado vivo. Vamos matar o resto'. Debalde, o velho ponderou que seria uma matança inútil, um ato estroina, pois o peão, sozinho, com auxílio do facho, matou mais dois caititus que estavam na furna. Virou-se para o Coronel, que naquele instante lhe tomara as carabinas, e, sem perceber sua intenção, disse, alegre: 'Vou tirar os couros e esquartejar para levar os melhores pedaços'. Foi contraditado em sua afirmativa, ouvindo do companheiro: 'Pedi para não matar os bichinhos. Disse-lhe que já havíamos caçado o necessário. Você teimou e quis fazer perversidade, portanto não vou aceitar que mate bichos para desperdiçar. Já que matou, tem que levar para serem aproveitados pelos que necessitarem'. O peão, vendo a arrogância do velho, na intenção e na desigualdade de forças, já que o Coronel matreiramente ficou de posse das carabinas, argumentou: 'Coronel, eu não tenho condições de carregar três caititus nas costas. São bem quatro quilômetros que nos distam dos animais'. 'Quando lhe disse para não matar mais, você não atendeu, pois agora vai ter que levar, porque não vou matar animais à toa, para os urubus comerem', contradisse o velho, arrogantemente. E o Coronel continuou: 'Quem encomenda sermão paga a missa e quem não aguenta o pote não pega na rodilha. Você quis matar para fazer carnificina e agora tem que levar'. O peão, enraivecido e ciente de que a situação naquela hora não lhe favorecia, amarrou os três caititus, jogou-os às costas e se arrancou, caindo aqui, levantando ali e alcançando acolá. Numa correria inigualável, de raiva, de medo e de temor, andou metade do caminho dentro do mato, com o peso exorbitante e exaustivo das caças nas costas, até chegar a um riacho. Vendo que a água corria cristalina e fria, serpenteando pelo vale entre as sombras das árvores, encostou-se no barranco, jogou a carga no chão e desceu rolando

*como um tresloucado para saciar a sede bruta que lhe apertava a garganta como se quisesse matá-lo. Alguns minutos de descanso vê chegar o velho pachorramente, carregando apenas um terço da carga que lhe tocara. Descuidadamente, o Coronel larga a sua caça ao chão, descansa também as armas que conduzia e desce tranquilo para também beber água. Ao subir o barranco já encontra o peão de posse das armas dos dois e uma com a bala na agulha, tendo outra a tiracolo. Vira-se para o velho, desafiadoramente, e diz: ‘Agora, Coronel, vosmecê vai legar aquela carga porque eu estou cansado e eu levo a sua. Lá na furna eu estava em desvantagem e a situação era desfavorável para mim. Aqui, agora, será o que Deus quiser. Também sou homem e também sou macho’. O velho, vendo que o homem não estava brincando, que sua ira estava extravasando os limites da tolerância humana, delicadamente, vira-se para ele e diz, rindo como que procurando desanuviar o ímpeto. ‘Eu estava era brincando com você. Você é macho pra cachorro, gosto de ver cabra-macho. Vamos deixar parte da caça aqui e voltamos para buscar depois. O peão replica, firmemente: ‘Não, senhor, o senhor disse que não pode desperdiçar caça. Eu andei bastante com essa carga, agora é a sua vez’. ‘Menino, gostei do seu gesto, mas já estou alquebrado das forças e você que é jovem tem mais força do que eu. Somos companheiros de caçada, leve dois que eu levo dois’, disse o velho, procurando amenizar os ânimos do peão, em tom de quem implora. O peão, a contragosto, aceitou a proposta, mas rebateu: ‘Saiba que sou homem de qualquer parada e se o senhor está pensando que tenho medo de quem quer que seja, está muito enganado’. Terminaram a viagem de regresso e, ao chegarem ao retiro, o velho reuniu a peonada para dizer: ‘De hoje em diante, este é o cabra da minha confiança, é macho até debaixo d’água, não tem medo de cara feia e não come amanhecido’. Por muitos anos ficaram juntos, até que o destino os separou (Apud Varjão, 1987).*

O relato foi feito quase que à maneira dos “apólogos”, mas à parte a jocosidade, apresenta uma série de elementos que podem ser interpretados como de caráter pedagógico, sociológico ou antropológico, mostrando a diferença que existia entre o coronel e o jagunço, deixando claro que cada coisa devia permanecer no seu devido lugar, ou seja, o coronel seria sempre coronel e o jagunço seria sempre jagunço.

Porém, se analisado a partir de uma perspectiva de futuro, nas entrelinhas o relato já apresenta o dado de que a submissão do jagunço ao coronel era, naquela época, resultado da estrutura coronelista existente na região do garimpo, mas que, em algum momento, essa estrutura poderia ser rompida ou por algum fato externo, como, por exemplo, a incorporação da região à administração estadual, ou interno, como o descontentamento que levou à derrota

da família Rocha na eleição do ano 2000. Após os momentos de tensão, a caçada terminou não com um banquete na casa do coronel, mas no pátio da fazenda, onde este conferiu o certificado de aceitação do peão como “cabra-macho”, ou seja, “homem de sua confiança”.

O estudioso que fizer um pequeno exercício básico de interpretação do texto, menos exegético e mais hermenêutico, extrairá dele alguns elementos sobre a “iniciação” de um jagunço ou peão, como o quer o texto. O mestre era o próprio coronel. Ele conhecia as suas necessidades e sabia de que tipo de homens tinha necessidade, nas horas extremas.

Em primeiro lugar, embora na introdução o texto relate que o coronel seja paraense e nada se informe sobre a proveniência do jagunço, é possível afirmar que ambos poderiam ser de qualquer outra parte do Brasil e o que se conta pode ser aplicado no processo de recrutamento que um coronel podia realizar para descobrir em que tipo de homens pode depositar sua confiança.

Em segundo lugar, o coronel era proprietário das montarias e dos petrechos necessários à caça. O relato mostra que o coronel se preocupava tanto com o animal, protegendo-o com as “indumentárias de vaquejada”, quanto com o jagunço, vestindo-o com os gibões de couro para protegê-lo dos arranhões de espinhos de unha de gato da macega. Essa preocupação com o animal e com o jagunço era a mesma que ele tinha em relação a si próprio. Também seu pangaré recebeu a mesma proteção e ele se vestiu com a mesma moda do jagunço.

Em certo sentido, o coronel tinha como meta conquistar a confiança do seu homem conferindo-lhe certa igualdade no manejo dos instrumentos de trabalho, que eram de sua propriedade. Além disso, proveu todo o necessário para que o jagunço estivesse preparado para qualquer situação. As dificuldades encontradas enquanto estivesse em missão não poderiam ser as do ambiente natural, como os espinhos da macega ou as variações do relevo. Com essas precauções, era possível ao coronel mudar de estratégia sempre que precisasse perseguir o seu objetivo, que podia estar atocaiado em algum lugar das proximidades do seu território. Foi dentro dessa aula *in loco* que ambos deixaram a montaria em algum lugar da macega, porque as variações do relevo poderiam denunciar a sua presença e, dessa forma, ou seriam atacados ou deixar que a presa viesse a escapar.

O coronel, aos poucos foi criando “pontos de comunhão” com o jagunço, possibilitando que ele seguisse todos os passos da sua “pedagogia”. Porém, a escola à qual o jagunço frequentava não podia sofrer influência de outros métodos de formação. Estava

localizada no espaço que convinha ao coronel: o território de sua fazenda. Ainda neste capítulo faremos referência à propriedade do coronel José Morbeck, onde ele formou a fazenda Patagônia: 500 mil hectares, uma extensão de terra que atualmente abarcaria desde os limites de Barra do Garças com Goiás até a região de Diamantino, na porção central do Estado de Mato Grosso. O relato mostra que o coronel e o jagunço cavalgaram léguas e léguas até o lugar onde os cães caçadores acantonaram os caitutus, mas, mesmo assim, lá nos limites, nas grimpas e nas fraldas da serra, após “mais quatro quilômetros”, é que eles conseguiram encontrar as presas.

Há outros elementos importantes nesse “processo formativo”. Nos diálogos que se desenrolam no relato, o coronel usou como pronome de tratamento o “você”, enquanto que o peão usou o “vosmecê”. Embora seja possível perceber que o coronel em questão fosse mais velho, em todo o relato também é possível também notar que, em nenhum momento, a hierarquia entre os dois foi quebrada, nem mesmo quando o jagunço recuperou as armas e ameaçou o coronel, para provar que era cabra-macho e que não tinha medo nem mesmo do coronel. Este até percebeu que corria perigo, em certos momentos, por isso o medo de ser morto fez com que mudasse suas estratégias com o jagunço, e fez isso com a finalidade de reconhecer sua bravura: o peão era “cabra-macho”. Era com esse tipo de gente que “o coronel” podia contar “nas horas precisas”, como disse Carvalhinho a José Morbeck a respeito de Reginaldo de Melo, após os trágicos acontecimentos da chacina do Alcantilado, de 1924.

Além disso, mesmo quando o coronel e o jagunço estavam com suas respectivas armas, era o coronel quem se mantinha no comando. O jagunço era um cumpridor das ordens, como, por exemplo, pegar as palhas de bacuri, tanto as verdes como as secas e juntá-las para fazer fumaça. Por fim, foi ele quem deu as ordens para que o jagunço matasse o caititu que deveria levar. O coronel sabia o que devia ser feito em cada situação. Ele precisava de homens que atendessem às suas necessidades e não que seguissem os próprios instintos, pois, do contrário, não teria um jagunço capaz de se submeter às suas ordens.

O que representaria o caititu? Em certo sentido, poderiam ser os amigos em perigo ou os inimigos atocaiados. A função do coronel e dos jagunços era libertar aqueles que andavam no seu bando ou matar os que ousavam ultrapassar os limites de sua propriedade. De alguma forma, tanto os amigos quanto os inimigos tinham que sair da tocaia. Embora eles pudessem cair em suas mãos, não necessariamente todos deviam morrer. Há uma diferença entre o ímpeto do jagunço e a necessidade do coronel. O jagunço queria pegar a presa e saquear a

melhor parte, enquanto que o coronel preferia que algumas presas permanecessem livres para poder dar a notícia da sua benevolência ou espalhar a notícia de que ninguém deveria penetrar os seus domínios.

Quando percebeu que o jagunço estava excedendo os limites, o coronel teve sempre um artil para evitar a perda do controle sobre o seu homem. Ele se aproveitou, então, do descuido do jagunço, para tomar, sorrateiramente, as suas armas. Assim, o jagunço sentiu na pele a imprudência dos seus atos ou o abuso da própria liberdade. Foi por essa razão que suportou o cansaço e o peso dos seus atos até quase morrer de sede. No entanto, também o coronel podia perder de vez em quando o controle da situação. Podia esquecer-se de alguns detalhes às vezes decisivos que, num momento de tensão, poderiam ser imperdoáveis, como deixar as armas no barranco, correndo, assim, o risco de se colocar em desvantagem em relação ao inimigo. Em certo sentido, o coronel podia também ser “traído” quando menos esperasse, pois nem sempre era capaz de pensar em todas as estratégias de controle do seu pessoal ou mesmo se antecipar diante das ações do governo ou de outras facções de coronéis.

Foi nesse momento que o “apólogo” ganhou um tom mais intenso e mais dramático. A “guerra”, que podia ser ganha no instante anterior, também poderia ser perdida no instante seguinte. Na iminência da vingança, ou seja, frente a frente com o inimigo, o coronel tinha que fazer uso de outro estratagema, no qual poderia perceber o quanto de piedade tinha o coração do inimigo ou do jagunço. Se com o inimigo o jagunço podia despelar, escarpelar, carregar o couro, espoliar, “levar a melhor parte”, com ele mesmo, isto é, com o coronel, isso não poderia acontecer. Dessa forma, mudando de estratégia, o coronel procurou mostrar ao jagunço que sabia reconhecer suas qualidades, sua bravura e sua capacidade de lidar com as diversas situações que seriam decisivas nas suas relações.

Tudo o que o coronel fez tinha por objetivo testar o jagunço e provar que ele era considerado digno de sua confiança. Quando percebeu que estava diante de um “homem de bem”, mas seu subordinado, o coronel, então, cedeu em parte às suas reivindicações, e até aceitou dividir com ele o peso da caçada ou os despojos da batalha, no caminho de volta para casa. Isso abriu caminho para que o Coronel percebesse que o jagunço, mais do que antes, podia ser útil às suas necessidades. Não reagiu com violência ou mandando que recebesse uma lição por ter posto sua vida em perigo. Ao contrário, assim que retornou aos domínios de sua casa, na sede da fazenda, enobreceu o jagunço diante de todos, dando-lhe a nota final da sua iniciação: “ele é cabra-macho”. Com isso conquistou do jagunço uma fidelidade e uma

lealdade que seriam como acontece nas juras de um casamento, isto é, até que a morte ou algum evento fora da estrutura coronelista os separasse.

O primeiro relato, sobre João Galo, retratava a valentia de um garimpeiro, dono do seu corpo, da sua força de trabalho, protegido por duas armas que era parte da sua indumentária, e, no segundo relato, o jagunço era um homem que vivia na propriedade do coronel, usava do seu cavalo, da roupa que o coronel lhe dava.

Por esses dois relatos, é possível tipificar os homens que José Morbeck e Carvalhinho tiveram à sua disposição no conflito armado do Garças e Araguaia. José Morbeck, por estar há mais tempo no Garças e Araguaia, por possuir uma grande propriedade, que transbordava os limites da região, e por ter mais entradas entre os garimpeiros, tinha à sua disposição os dois tipos de homens, representados pelos garimpeiros que lhe deviam lealdade e também por homens que viviam na sua fazenda, dispostos a defendê-lo em qualquer eventualidade. Na prática, ele criou com os garimpeiros e fazendeiros laços de afeição, submissão e, como imperasse sobre uma estrutura coronelista, o coronel José Morbeck procurava criar também uma imagem não de temor, mas de defensor dos garimpeiros. Por seu turno, Manoel Balbino de Carvalho, naquela ocasião, amparado pelas forças policiais, teve que contratar jagunços na região da Chapada Diamantina, na Bahia, que atuavam como mercenários, sob o seu comando. Porém, os laços entre Carvalhinho e os jagunços por ele contratados não tinham sequer laços com o território do Garças e Araguaia. Posteriormente, eles passaram a garimpar nas proximidades de Poxoréu.

### 3.1.3 A máquina de guerra<sup>17</sup>

Esse quadro permite perceber a existência de uma espécie de “máquina de guerra” que já estava em andamento na porção sudeste de Mato Grosso, liderada pelo coronel José Morbeck. A partir de 1913, o governo de Mato Grosso foi aos poucos operacionalizando ações que tinham como meta incorporar à administração política e econômica do estado. No entanto, na região do Garças e Araguaia e em Poxoréu, os “nômades” do garimpo já estavam construindo

---

<sup>17</sup> No sentido dado por Deleuze-Guattari (1987), de que “a máquina de guerra é exterior ao aparelho de estado”. Esse axioma surge a partir de uma pergunta: “há algum meio de se subtrair o pensamento do modelo de estado?”. Aqui, o termo é utilizado para mostrar a tensão entre os garimpeiros, representados por José Morbeck, e o aparelho de Estado de Mato Grosso, para marcar os termos da oposição entre os bandos formados pelos garimpeiros – que não estão incorporados à administração estadual – e as demandas das autoridades do estado.

o seu espaço-geográfico e sua afetividade, o espaço da satisfação de suas necessidades. Nesse espaço, aconteceu, antes disso, nas regiões garimpeiras, a simbiose da potência ou virtude secreta de solidariedade e a movência correspondente das genealogias que passaram a determinar a união das forças dos coronéis com os garimpeiros. Foi dessa forma criado o espaço nômade a partir do qual surgiu algo não redutível nem ao monopólio de um poder orgânico nem a uma representação local<sup>18</sup>. Foi sobre esse corpo que o governo mato-grossense fez liberar o seu poder de domínio com o fito de incorporar a região à administração estadual e também com o fito de transformar o espaço nômade em um espaço “civilizado”, mas se aproveitando do mesmo tecido humano existente em toda a extensão da zona garimpeira do Garças e Araguaia e de Poxoréu, ou seja, de alguns fazendeiros, para impor sua autoridade judicial e militar.

Essas forças foram geradas pelo amálgama de diversos tipos brasileiros que se juntaram na zona de influência do Garças e Araguaia e de Poxoréu para formar o que se convencionou chamar de “povo garimpeiro”, mas, talvez por motivos políticos, essa convenção não significou a verdadeira incorporação administrativa do estado. Ao contrário, o discurso suplantou a prática política e deu origem a rupturas que se tornaram marcantes principalmente na sociedade poxoreense.

As origens políticas que persistiram no construto cultural dos garimpeiros continuam presentes atualmente em Poxoréu como resíduo dessa herança que já estava sendo criada pela apropriação da força do garimpeiro pelos poderosos. No entanto, talvez o historiador não deva fixar o foco de sua análise apenas no processo de formação política da região a partir de um sistema político organizado, tal como acontece atualmente no Brasil, com os seus fundamentos constitucionais, mas na própria índole dos coronéis e dos garimpeiros, sendo que estes eram considerados pelos coronéis do garimpo e pelo governo de Mato Grosso como incultos e rudes e que, antes da incorporação da região à administração estadual, conviviam com os diversos tipos de violência próprios das regiões de garimpo.

A formação dessa máquina de guerra se deu à margem do Estado de Mato Grosso ou de Goiás, que passou a reivindicar a mancha verde que ainda não tinha sido explorada e que estava situada entre o Rio Araguaia e Cuiabá. Surgiu, no entanto, de uma relação entre os fazendeiros e os nômades catadores de diamantes, relação esta desconectada do aparato estatal ou mesmo legal existentes na época.

---

<sup>18</sup> Cfr. Deleuze-Guattari (1987).

Foi a construção dessa máquina de guerra, formada por peças que se foram juntando sem se importar com as origens, ou seja, se eram baianos ou maranhenses, goianos ou matogrossenses, classe social – naquela época existiam somente as duas mais importantes –, os garimpeiros ou fazendeiros, que passou a ditar o rito dos eventos que marcariam politicamente a região. No entanto, as relações criadas enquanto Mato Grosso procurava incorporar a região à administração estadual não foram relações simétricas, porque havia necessariamente um propósito de ordem política, econômica, social e mesmo cultural que ditava as normas das relações entre os garimpeiros e os coronéis. Foi essa relação assimétrica, desigual, aparentemente integrada, coesa, que possibilitou, posteriormente, o surgimento do coronelismo de Poxoréu, que iria se utilizar da estrutura partidária surgida com a Constituição de 1946, para controlar politicamente a administração municipal até o ano 2000.

Enquanto os garimpeiros mantiveram-se subordinados aos coronéis e puderam explorar o diamante sem o controle do governo estadual, mas tendo que pagar ao fazendeiro somente o “imposto” pelo uso da terra, tudo permaneceu como devia ser: os poderosos tinham o diamante como fonte de renda alternativa à pecuária e o garimpeiro podia prospectar e explorar o diamante em suas fazendas, nas margens dos rios, dos córregos e dos monchões. A paz somente foi perturbada quando começaram a ser concedidos direitos de exploração do diamante a mineradoras que não estavam ligadas aos fazendeiros da região. Por exemplo, em 1901, os pedidos para a prospecção e exploração de diamantes no Garças e Araguaia somaram-se 14, mas não alcançaram o vale do Rio São Lourenço. A concessão que abarcava todo o território diamantino do Garças e Araguaia, dada a Antônio Mota Moreira, em 1913, levou ao conflito armado entre Mato Grosso e José Morbeck, sendo anulada em 1923, mas a custo de lutas intestinas, cujas vítimas maiores foram os próprios garimpeiros.

Portanto, é dentro das relações entre os fazendeiros e os garimpeiros que se tornará possível perceber a existência de uma diferença significativa entre as tropas que se colocaram sob o comando tanto de Carvalhinho quanto sob o comando de José Morbeck. Carvalhinho tinha sob as suas ordens considerável número de homens com preparo militar enquanto José Morbeck tinha à sua disposição um considerável contingente de garimpeiros e jagunços que havia reunido na região, sem o devido preparo para a luta. No entanto, como será melhor explicado nos próximos tópicos, o conflito armado terminou sem que uma das partes pudesse declarar vitória sobre a outra. Em 1926, o governo do estado ordenou a retirada das tropas militares da zona de conflito, José Morbeck se retirou para a sua fazenda e Carvalhinho tentou reconstruir sua vida econômica e política em Poxoréu, como será visto nos próximos tópicos.

### 3.2 SINFONIA SEM MAESTRO

O processo de povoamento da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso teve início com as expedições militares num processo que resultou no confinamento do povo Bororo em colônias militares ao longo do Rio São Lourenço, nos finais do século XIX. O vale dos Coroados foi definitivamente conquistado pela ação dos fazendeiros. A seguir, esses criadores de gado que foram habitar a região oeste do Rio Araguaia, no limite com o Estado de Goiás, região situada entre as províncias auríferas mato-grossense e goiana, após a descoberta do diamante, passaram a financiar os nômades catadores de diamante que encontraram, numa área de 48.288,840 km<sup>2</sup>, ricas jazidas da pedra que os Bororos haviam batizado com o nome *Tori Cuiege*, isto é, da “pedra que brilha como estrela”.

No capítulo anterior, ainda que de maneira sumária, foram reconstruídos os itinerários dos deslocamentos dos migrantes que promoveram o povoamento inicial e recente da região e foram identificados os diversos fluxos migratórios formados principalmente por baianos, mato-grossenses, goianos, maranhenses, paulistas, mineiros, pernambucanos, paraenses, entre outros, além de estrangeiros, que aportaram na região em busca da riqueza auferida com a exploração do diamante. Os migrantes iniciais dedicaram-se uns ao trabalho árduo de revolver a terra, outros à pecuária extensiva, outros, ainda, à agricultura em escala local, para abastecer os mercados garimpeiros, e outros que se dedicavam ao comércio, entre tantas atividades, primárias ou não ou à exploração da mão de obra do garimpeiro mediante contratos tácitos de trabalho conhecidos como “meia-praça”.

Nesse ambiente de múltiplas proveniências, com o aumento da atividade garimpeira, também se desenvolveram múltiplas relações políticas, sociais e econômicas, que se tornaram decisivas na formação do construto cultural do povo do Garças e Araguaia e do povo poxoreense e que ainda continuam presentes neste início da segunda década do século XXI.

Muito embora se tenha feito referência a todo o território do Garças e Araguaia, o foco principal do primeiro capítulo foi sempre Poxoréu. A partir daqui, ao mesmo tempo em que se focalizará a ação do governo mato-grossense em vista da incorporação de toda a zona diamantina à esfera administrativa de Cuiabá, também será reconstruído o cenário que possibilitou aquela que poderia ser considerada a verdadeira razão da fundação de Poxoréu, ou seja, a violência entre os garimpeiros, que atingiu o seu clímax no massacre dos maranhenses perpetrado pelos baianos, em 1924, e ao conflito armado entre José Morbeck e

Carvalhinho, como parte dos esforços envidados pelo governo estadual para estabelecer o seu domínio sobre a região.

Embora a região sudeste mato-grossense estivesse sob a administração de Cuiabá desde 1748, ocasião que transformou o território mato-grossense numa das províncias minerais mais importantes para a Coroa portuguesa, por diversas razões o governo estadual somente voltou sua atenção para ele quando o povo Bororo passara a representar perigo para os viajores e tropeiros que utilizavam as estradas então existentes para o transporte de carga entre Cuiabá e Goiás ou entre Cuiabá e São Paulo ou quando os fazendeiros procedentes de Goiás e do sul do então Estado de Mato Grosso começaram a implantar suas fazendas na região, levando consigo a influência goiana para o território mato-grossense<sup>19</sup>. Com o fito de coibir as emboscadas e os ataques dos indígenas às fazendas da região, foram organizadas diversas expedições militares ao longo do vale do Rio São Lourenço, sendo que, numa delas, na década de 1890, foram mortos 450 Bororos adultos, além de terem sido feitos mais de 50 prisioneiros<sup>20</sup>.

Quando, a partir de 1914, com o objetivo de controlar a produção mineral no seu território, o governo mato-grossense expediu decretos de Concessão autorizando a exploração de minerais preciosos na região encontrou forte resistência principalmente de José Morbeck, funcionário público estadual, que, além de trabalhar como agrimensor, possuir uma grande fazenda instalada nas proximidades de Barra do Garças, já exercia forte liderança política sobre toda a região. A sua liderança entre os fazendeiros se devia ao fato de que era ele quem homologava, como representante do governo, o título de posse das terras onde eram implantadas as fazendas.

O governo estadual, por diversas razões, passou a colocar em prática o projeto de incorporar o sudeste mato-grossense à administração estadual. Em alguns momentos nos quais a situação política estadual agudizava com o acirramento dos conflitos entre os grupos que se alternavam no poder, como foi o caso da Caetanada, sobre o qual voltaremos a seguir,

---

<sup>19</sup> Quem melhor descreve os direitos mato-grossenses sobre aquele que se convencionou chamar Mato Grosso Goiano é o bispo-presidente, Dom Francisco de Aquino Corrêa, que incentivou o coronel José Morbeck a realizar o plebiscito para que os garimpeiros decidissem de que lado ficaram, se de Mato Grosso ou de Goiás, e que municiou o senador Francisco Azeredo da documentação necessária para defender os direitos do estado sobre a região, no VI Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em 1919.

<sup>20</sup> Dentre esses prisioneiros estava a índia Rosa Bororo, que, após ser educada em Cuiabá, tornou-se professora e foi usada como intérprete em outras expedições militares com o fito de minar a resistência dos indígenas. Parte da história de Rosa Bororo é contada por Ofélia e Narbal Fontes no livro *Cem Noites Tapuias*, no qual narram o seu sequestro por indígenas da etnia Xavante, que já estavam se aproximando da região, vindos do atual território do Estado de Tocantins.

houve a tentativa de envolver José Morbeck e os outros coronéis por ele comandados na política do estado.

Em 1917, o povoamento do Garças e Araguaia já se encontrava em fase adiantada. Portanto, já estava sendo confeccionado um tecido humano engendrado por migrantes das regiões mineiras do Brasil, aos quais se juntavam os seringueiros do Norte, os aventureiros de outros estados e até os fazendeiros que vislumbraram na mineração uma fonte de renda alternativa à pecuária que já era praticada desde o início do século XX. Posteriormente, a partir dos desdobramentos de alguns acontecimentos decisivos, que serão mencionados no momento oportuno, essa composição entre o Estado de Mato Grosso e os coronéis passou da convivência pacífica, tolerada, para o confronto, até chegar aos campos de batalha, com sitiamento de cidades.

Nos próximos parágrafos serão apresentadas as ações levadas a termo pelas autoridades mato-grossense em vista da incorporação da zona diamantífera do Garças e Araguaia à administração estadual<sup>21</sup>. Os acontecimentos que serão aqui descritos se deram enquanto a terra era revolvida e coronéis, fazendeiros, bandidos, garimpeiros, capangueiros, tropeiros, prostitutas, praticantes de jogatina e jagunços, entre outros<sup>22</sup>, circulavam pelas trilhas que se abriam por entre morros de cascalho em terra firme na sua busca pelo diamante. O território no qual encontraram o diamante formava e forma a planície que se eleva pouco acima da planície do Pantanal. Foi nele que foram erguidas as bases das relações que possibilitaram o surgimento do espaço político que favoreceu a criação de relações sociais, políticas, econômicas de dependência entre os diversos atores político-sociais que formaram o tecido humano da região, tecido humano diferenciado, mas com o anseio comum de achar a “pedra da fortuna” escondida no recanto rico da terra da promessa mato-grossense.

Os fazendeiros e os garimpeiros criaram no Garças e Araguaia um território governado inicialmente por leis baseadas no costume, por acordos tácitos e por compadrios que

---

<sup>21</sup> Os três historiadores, sendo que todos eles descreveram os acontecimentos em épocas bastante posteriores aos acontecimentos analisados neste capítulo, mais utilizados neste trabalho são Xavier (1999), para quem principalmente o Presidente estadual, Mário Corrêa da Costa, impediu a criação de um estado territorial de governo coronelista; Ribeiro (1958), para quem os governos estaduais praticaram a estratégia do dissenso entre os coronéis desse território diamantino como maneira de impor o domínio jurídico e policial sobre os garimpeiros; e Varjão (1987), que descreve o resultado dessa ação como uma “página negra que sombreia a memória da área”. De todo modo, os fatos comprovam que a violência era um dado consumado nesse território diamantino e que a ação do governo estadual, além de coibir a violência, tinha por finalidade estabelecer os limites entre a autoridade do estado e a dos coronéis e evitar, por fim, uma possível secessão da área do território mato-grossense.

<sup>22</sup> Para Aureli (1962), os três tipos de gente que ele encontrou em sua viagem pelos sertões do Araguaia e do Garças foram os garimpeiros, os boiadeiros e os mariscadores.

expandiram os vínculos familiares. Nele foram criados laços de proteção que possibilitavam o recrutamento dos garimpeiros pelos coronéis para lutas armadas. As terras de garimpo, por outro lado, faziam o passado de dominação dos sertões baianos passar por um processo de ressuscitação na terra da promessa mato-grossense. Nesse território diamantino, o criminoso podia até se transformar em homem de bem, pois nele as legislações nacional ou estadual tinham pouco valor. Nesse mesmo território foi criada uma “sinfonia” que unia a felicidade pelo bamburrão, o tropel dos novos fluxos migratórios e a sensação de satisfação consumada pela fogosidade das meretrizes que prestavam serviços ao garimpeiro, ao fazendeiro, ao tropeiro, ao capangueiro e a quem tivesse recursos pecuniários para pagar pelos seus serviços em meio à jogatina dos fecha-nuncas (Cfr. Anexo 1) que animavam as aglomerações humanas temporárias ou permanentes da zona diamantina.

Os acordes dessa música sem maestro, mas com diversos tocadores, eram extraídos do instrumento mais adequado ao compositor para um território no qual o revólver e a cartucheira eram parte indispensável da indumentária dos seus habitantes. Às vezes o instrumento tocado era afinado com a faca, o facão, a foice, a alavanca, a enxada, o machado, ou mesmo com as pedras, para produzir os mais diversos tipos de rituais de morte. Os crimes mais comuns eram praticados eram a punição à ladroagem, a vingança por causa de crimes cometidos em outros estados, as disputas fatais por uma prostituta e a vindicação dos policiais. Mas o som que ricocheteava das armas andava passo a passo com outros “anúncios”, alegres e promissores – aqui entendido como tiros –, tinha também por finalidade comemorar a descoberta de uma “pedra”, ou seja, um diamante de grande valor, ou o nascimento de uma criança, entre outras causas.

O interesse do governo pela zona diamantina do Garças e Araguaia aconteceu num momento em que a política de Mato Grosso passava por uma revisão de suas bases organizativas, desde a Proclamação da República, em 1889. O estado, que fora capitania, no regime colonial, e província, no regime imperial, convivia com uma imensidão de terras devolutas, escassa ocupação humana, deterioração da economia, forte presença dos militares e com sérios questionamentos acerca da legitimidade de diversos presidentes<sup>23</sup> que assumiam o controle do governo.

Três eram as urgências que os governos estaduais deveriam enfrentar para manter a unidade do estado. Em primeiro lugar, a questão da secessão da porção sul, na zona de

---

<sup>23</sup> Preferimos usar aqui o termo “Presidente”, porque assim foram chamados os governadores no período da Primeira República, denominação mudada a partir da Revolução de 1930.

influência de Campo Grande, com uma economia mais desenvolvida, baseada, sobretudo, na pecuária extensiva, na exploração do mate na região fronteira com o Paraguai, e a presença de migrantes da Região Sul, com forte ideal revolucionário, herdado da Revolução Farroupilha (1835-1845). Em segundo lugar, o estado convivia com a questão militar não resolvida, mormente na porção sul, cuja presença era importante para manter a fronteira oeste com o Paraguai, mas que exercia forte influência na política do estado. Em terceiro lugar, o estado convivia com as ações de bandos e bandidos ao lado dos conflitos armados liderados por coronéis praticamente em todas as regiões de Mato Grosso.

Ao lado dessas três urgências, a questão específica da zona diamantina do sudeste do estado não seria apenas um simples elemento novo a ser acrescentado ao quadro da política mato-grossense. Indiretamente, havia o perigo ou da secessão a região ou da anexação da mesma pelo Estado de Goiás.

### 3.3 DISPUTAS POLÍTICAS

A história de Mato Grosso, durante o período da República Velha (1889-1930), foi intensamente marcada por acontecimentos que provocaram intervenções federais, seja por conta da mudança da forma de governo seja por causa do golpe do Marechal Floriano Peixoto, que levou à renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca<sup>24</sup> ou, ainda, por causa das disputas entre os grupos que queriam controlar o governo estadual, como aconteceu, por exemplo, em 1917. Além de ser uma região de fronteira, ainda marcada pelos eventos recentes da Guerra do Paraguai (1864-1870), a então província se transformou também em terra de destino de diversos elementos revolucionários de outras regiões do país. Os farrapos foram o principal grupo que passou a ocupar a região sul, para onde levaram os ideais revolucionários gaúchos, ao mesmo tempo em que passaram a praticar uma pecuária mais desenvolvida, com as técnicas de manejo dos bovinos utilizadas no Rio Grande do Sul. Além de terra de destino, o território mato-grossense se tornou também terra de desterro – antes, no período colonial, principalmente os contrabandistas de ouro ou de metais preciosos eram deportados para Angola ou Moçambique – para elementos revolucionários de outros estados,

---

<sup>24</sup> No dia 3 de novembro de 1891, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso. Houve o contragolpe de 23 de novembro, no qual Floriano Peixoto obrigou Deodoro a renunciar. Esse fato repercutiu em Mato Grosso na recusa das autoridades locais em aceitar o presidente estadual enviado pelo Rio de Janeiro, o General Luís Henrique de Oliveira Ewbank durou poucos dias

como foi o caso de Francisco Sabino Vieira, líder da Sabinada (1837-1838), que passou boa parte de seus dias confinado nas adjacências da Fazenda Jacobina, na região de Cáceres, a poucos quilômetros da fronteira com a Bolívia.

Porém, o Estado de Mato Grosso, desde a fundação de Cuiabá, no século XVIII, nem sempre dependeu de variantes externas para caracterizar o seu perfil de zona de conflito. Os governantes tiveram sempre que agir com violência para manter a ordem diante dos abusos perpetrados por migrantes que encontravam na região a possibilidade de reconstruir suas vidas marcadas por pretéritas ações violentas. Por exemplo, em 1723, os irmãos Lourenço e João Leme depuseram o primeiro Intendente das minas de ouro de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral. Foram considerados como bandidos e assassinos dos mais infames que já passaram pela face da terra. O episódio aconteceu porque Pascoal Moreira Cabral defendeu o Vigário que se havia recusado a reconhecer o casamento de uma bastarda de Lourenço Leme. Diante disso, Lourenço Leme reuniu o povo no Largo da Mandioca e propôs a substituição do Regente das Minas de Cuiabá por Fernão Dias Falcão.

Quase cem anos depois (1821), às vésperas da Independência do Brasil, após um governo descrito como ambicioso, concussionário, caprichoso, brutal e hipócrita, que fez crescer o crime e o nepotismo, sacrificando o bem público, o capitão-general Francisco de Paula Magessi foi deposto por uma junta governativa encabeçada por Dom Luís de Castro Pereira, Bispo de Ptolamaida, bispo titular da Diocese de Cuiabá entre 1804 e 1822, que encabeçou uma junta que entregou o governo ao primeiro presidente da província, já no Brasil independente, José Saturnino da Costa Ferreira, tendo exercido o cargo entre 1825 e 1828.

Esses eventos revelam dados importantes de uma Capitania, posteriormente Província e, por fim, Estado de Mato Grosso, que foram criando uma composição política eivada de personalismo e capacidade de arregimentação de forças para manter “homens com nome” à frente do governo em Cuiabá, ao mesmo tempo em que esse poder foi alargando suas abas, a ponto de criar grupos antípodas que travavam disputas acirradas pelo controle político do estado. Diante de tal situação, é que passaram a aflorar os ilegalismos que se tornaram uma constante no cenário político mato-grossense. Esses ilegalismos, embora sérios do ponto de vista da ordem político-administrativa, em épocas posteriores, tornaram-se a fonte na qual os grupos rivais se inspiravam para reforçar suas bases de apoio e partir para o confronto, sempre relançando os projetos políticos pessoais ou grupais na conquista do governo.

O período da Primeira República em Mato Grosso (1889-1930), posteriormente, assistiu ao crescimento da estratégia dos coronéis, os grandes proprietários de terra, os comerciantes e também os usineiros espalhados ao longo dos rios navegáveis, em um primeiro momento ligados ao entorno de Cuiabá, e, em um segundo momento, após a Guerra do Paraguai, alternados com os grandes proprietários do sul do estado, que deram origem aos grupos dos Murtinho, Corrêa da Costa, Ponce, Barros, Celestino que exerciam efetivamente o poder de decisão em âmbito local ou estadual. Eles passaram, então, a manter o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais e a dispor de uma grande capacidade de mobilização de forças em seus respectivos redutos. Esses grupos, não apenas familiares, mas também grupos afins, eram unidos por interesses comuns e momentâneos, ao mesmo tempo em que preservavam uma relativa autonomia de mando local, onde concentravam suas posses e seus patrimônios.

Foi dentro desse espaço vital, em que os interesses privados se imiscuíam com os públicos, eivado de projetos políticos personalistas, que aconteceram os grandes embates que transformaram os coronéis ao mesmo tempo em homens de governo e bandidos, conforme o lado em que se encontravam na disputa pelo poder. Assim, os ilegalismos passaram a conviver com o poder e as deposições ou reconduções de governantes e as ações de bandos e bandidos passaram a ser entendidas como verdadeiras “revoluções” entre os grupos que lutavam pelo poder no estado<sup>25</sup>.

Os episódios de deposição e recondução de governos transformaram o território mato-grossense num território propício ao aparecimento de um banditismo político paralelo ao dos chefes políticos. As autoridades acabaram perdendo o controle sobre a situação. O auge desse descontrole ocorreu no final da segunda década do século XX quando os grupos que se apresentavam como “revolucionários”, mas sem projeto político, econômico ou social definido, naquele momento, ligados às legendas partidárias republicanas, não foram capazes de criar uma agenda política apta a responder às reais necessidades do estado.

A tentativa de pacificar os ânimos sempre exaltados entre os partidos políticos se deu em 1917 quando os coronéis, sempre divididos, não conseguiram impor de consenso entre as facções, que inspirasse confiança nos partidos e na sociedade coronelista. Esse foi um momento decisivo para a política de Mato Grosso, porque os grupos que disputavam o poder

---

<sup>25</sup> Em certo sentido, a palavra “revolução” parece ter sido o melhor termo encontrado pelos historiadores para classificar os diversos tipos de disputas existentes – de caráter político – e também os ideais de paz – que vicejavam dentro da sociedade – que se faziam presentes logo após a Proclamação da República, em 1889 (BARROS, 1996).

vislumbraram no bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956) a única pessoa capaz de estabilizar o “poder” e controlar os “ímpetos revolucionários” sempre recídivos e reincidentes no estado<sup>26</sup>.

Quando Dom Francisco de Aquino Corrêa assumiu o cargo de Presidente, em 1918, tinha consciência tanto de que as lutas, revolucionárias ou não, estavam não somente prejudicando o progresso do estado, mas também estavam deixando para trás um rastro de violência. Como presidente, ele assumiu um tom de conciliação, inclusive com as lideranças coronelistas do Garças e Araguaia, abrindo caminho para “soluções” posteriores, de outros presidentes estaduais, que teriam reflexos até os dias atuais no construto cultural e político dos poxoreenses.

Já no seu discurso de aceitação da candidatura à presidência, no dia 25 de outubro de 1917, Dom Aquino procurou fixar a atenção dos políticos num projeto de reconstrução das bases de sustentação da administração estadual. No centro do discurso, Dom Francisco de Aquino Corrêa procurou colocar a palavra “paz”, palavra de ordem à qual estariam subordinadas as outras questões mais urgentes de caráter administrativo, econômico e financeiro. Para Dom Aquino, não era a um bispo que se ia pedir *a solução de problemas de ordem administrativa, econômica, financeira, industrial, que eu sei? Mas ao problema social da paz, este, sim, cabe perfeitamente nos âmbitos da missão apostólicas dos ministros daquele que veio dizer aos homens: ‘A paz esteja convosco!’*. [...] *É de paz que, antes de tudo e acima de tudo, precisa o nosso caro Mato Grosso. Não vos esconderei, portanto, os meus ideais de conciliação, de conagraçamento, de confraternização, certo de que outros não são os vossos.* [...] *Devo contar com a vossa generosidade e o apoio do vosso patriotismo. Faz-se mister que os partidos desistam, ao menos temporariamente, de pleitear interesses que possam, de qualquer forma, obstar ao pronto e completo reerguimento do estado.*

A paz, naquele momento, tornou-se o contraponto para as “revoluções”, palavra usada para definir as ações dos diversos movimentos armados que explodiam em diversas regiões do estado. Na zona diamantina do Garças e Araguaia, o coronel José Morbeck, seguindo o seu projeto de secessão da região em relação ao estado, definiu a recusa em aceitar a operacionalização da Concessão da exploração de metais preciosos de 1914 como um ato revolucionário. O convite à paz feito aos grupos que disputavam o poder em Cuiabá, portanto,

---

<sup>26</sup> No próximo tópico, relataremos o evento que culminou no Acordo entre as lideranças dos Partidos Republicano Conservador e Republicano Mato-Grossense para atender ao apelo do Presidente Wenceslau Braz para solucionar a crise de governabilidade que se havia instaurado em Mato Grosso.

não chegou ao território liderado pelo agrimensor baiano. José Morbeck, além de ter negada a verba de 10 Contos de Réis prometida para a realização do plebiscito de 1918 que daria a posse definitiva do Mato Grosso Goiano a Mato Grosso, pondo fim às disputas de limites entre Mato Grosso e Goiás, também recebeu do governo estadual o indeferimento da homologação da posse sobre os 500 mil hectares de terra, na qual formaria a grande fazenda Patagônia, que abarcaria diversos municípios entre o Rio Araguaia e o Rio das Mortes.

Do Garças e Araguaia, o coronel enviou um telegrama ao presidente com o seguinte teor: “ou cai a *Concessão*<sup>27</sup> ou arrebenta a *Revolução!*”. A recusa de Dom Aquino de liberar a verba prometida para a realização do plebiscito em 1918 e a possibilidade de a *Concessão* entrar em operação<sup>28</sup> abriram caminho para que os coronéis das 44 corrutelas do Garças e Araguaia espalhassem a ideia de que os garimpeiros seriam os mais prejudicados pelo governo do estado e que somente a criação de uma Liga Garimpeira<sup>29</sup> é que poderia fazer frente aos planos do governo (Cf. Anexo 2). Certamente, essa Liga, que se reuniu em 1925, seria o embrião de um território governado por coronéis na zona diamantina do Garças e Araguaia, ideia que Jose Morbeck somente partilhava com um grupo restrito de seguidores.

A revolução de José Morbeck se daria, portanto, dentro do quadro conturbado no qual se encontrava a administração do estado, marcado pelas disputas entre o norte e o sul e pela presença dos militares que entravam nas disputas pelo governo estadual. José Morbeck, naquele momento, dispunha de uma teia de relações que dava suporte ao seu projeto. No entanto, não levou em consideração as próprias questões internas do território diamantino, como as disputas entre os grupos de baianos e maranhenses, a inaptidão dos coronéis sob o seu comando para resolver os casos de violência que surgiam entre os garimpeiros e a própria disputa pelo poder no território.

De todo modo, as disputas entre os diversos grupos que lutavam pelo controle da administração levaram ao esgotamento as disputas entre os partidos e as personalidades que compunham o mosaico de múltiplas cores da política estadual<sup>30</sup>. Dom Francisco de Aquino Corrêa, naquele momento bispo Coadjutor de Cuiabá, no entanto, não alcançou o objetivo

---

<sup>27</sup> A “*Concessão*” de que se fala aqui é aquela concedida, no ano de 1914, ao coronel Antônio Mota Moreira para explorar os metais, metalóides e fósseis minerais, entre outros, existentes no Vale do Rio das Garças e seus tributários até o Rio Araguaia, num raio de 70 léguas de extensão

<sup>28</sup> Na verdade, a *Concessão* foi feita, mas, devido à resistência de Morbeck, ficara em suspenso até segunda ordem.

<sup>29</sup> A Liga Garimpeira se transformou no embrião daquele que, posteriormente, seria chamado de Partido Morbequino.

<sup>30</sup> Cfr.: Corrêa Filho (1969), Mendonça (1970), Póvoas (1985).

esperado de promover a união entre os partidos<sup>31</sup> e de suas lideranças em torno da pacificação política estado. Terminou o seu mandato em meio a desentendimentos e intensas disputas pela sua sucessão e sem que as lideranças os partidos entrassem no clima de conciliação auspiciado em 1918.

Em relação ao Garças e Araguaia, coube a Dom Aquino resolver a questão dos limites do estado com Goiás. Para isso, contou com o apoio do Senador Antonio Francisco de Azeredo, que chefiou a Delegação Mato-Grossense no Sexto Congresso de Geografia ocorrido em Belo Horizonte, em 1919. Quando partiu para esse Congresso de Geografia, o Senador Azeredo tinha em mãos farto material histórico enviado por Dom Aquino e também o resultado do plebiscito realizado em 1918 entre os habitantes da zona garimpeira do Garças e Araguaia por José Morbeck.

Os acontecimentos posteriores à incorporação administrativa por Mato Grosso da região do Garças e Araguaia é que abriram as portas para o conflito armado, naquela que ficou conhecida como “guerra Morbeck-Carvalhinho<sup>32</sup>. A partir do esgotamento das forças dos coronéis do garimpo, é que os garimpeiros, e com eles todos os que dependiam direta ou indiretamente do garimpo, passaram a sentir o poder do estado, com medidas administrativas inibidoras da ação dos coronéis ligados principalmente a José Morbeck.

### 3.4 A LIDERANÇA DE JOSÉ MORBECK

Ao lado das disputas partidárias, da interferência dos militares na política e das diversas ações de bandos, bandidos e facções que consumiam as forças de segurança e o tesouro do estado, o território do Garças e Araguaia também se tornou uma fonte de inquietação importante para o governo estadual. Após a solução da questão dos limites com Goiás, o governo passou a prestar mais atenção no poder de mando dos coronéis dessa zona diamantina.

José Morbeck tinha uma boa formação acadêmica, mantinha relações de amizade com o Senador Antonio Francisco de Azeredo (1861-1936), que exercia forte influência no Congresso Nacional, era casado com a irmã de Epitácio Pessoa (1865-1942), Presidente da

---

<sup>31</sup> Os partidos em disputa em Mato Grosso eram o Partido Republicano, o Partido Republicano Conservador, o Partido Nacional.

<sup>32</sup> Aqui é importante mencionar mais uma vez que os coronéis do Garças e Araguaia, além do projeto de fundar um estado entre Goiás e Mato Grosso, mantinham uma política em certo sentido independente das composições que atuavam na política mato-grossense.

República ente 1918 e 1922, quando o governo estadual, em 1922, se recusou a liberar a verba prometida para a realização do plebiscito de 1918 e a homologar o direito de posse sobre a Fazenda Patagônia, além de voltar a aventar a possibilidade de fazer cumprir a Concessão dada a Antônio Mota Moreira, no ano de 1913.

José Morbeck mantinha com Mato Grosso um vínculo empregatício, mas, ao mesmo tempo, mantinha, também, uma teia de relações que tinha como epicentro o Garças e Araguaia e se ramificava até alcançar a capital federal, o Rio de Janeiro, para onde fazia constantes viagens em busca de apoio político e, nos momentos mais tensos, mormente quando teve que se confrontar com a oposição de Manoel Balbino de Carvalho, o Carvalhinho, que foi nomeado, em 1925, pelo governo estadual como Delegado das Minas do Garças e Araguaia, em busca de armas, mesmo que para consegui-las tivesse que usar outros pretextos, como o combate à Coluna Prestes passava pela região diamantina.

Embora em princípio aparentemente não fizesse composição com os arranjos dos grupos políticos que lutavam pelo controle político do estado, o coronel José Morbeck acompanhava com interesse os acontecimentos em âmbito estadual que certamente poderiam afetar o território diamantino. O território do Garças e Araguaia estava dando os primeiros passos no seu povoamento, ainda habitando na provisoriedade na precariedade das barracas e dos acampamentos temporários dos garimpeiros, mas já tinha um comandante, que mantinha os garimpeiros e os fazendeiros em relativa estabilidade, em se comparando com outras regiões de Mato Grosso.

Esse clima de instabilidade estadual e estabilidade regional fez com que o governo então instalado em Cuiabá arregimentasse as forças do norte para evitar um combate com os militares aquartelados na região de Campo Grande. Em 1916, houve um episódio que ficou conhecido como “a Caetanada”, evento que veio a abalar em definitivo as bases do frágil sistema político estadual loteado entre coronéis e militares. As disputas entre os partidos estavam levando a mais uma intervenção federal no estado, que acabou ocorrendo em 1917.

O General Caetano Manoel de Faria Albuquerque tinha sido eleito no pleito de 15 de agosto de 1915. Após um ano de governo, começou a enfrentar forte oposição do partido pelo qual havia sido eleito, o PC-MT, ao nomear colaboradores ligados ao PR-MT, da oposição. Os líderes do PC-MT, que tinha entre os seus filiados o Senador Francisco Azeredo, o Vice-Presidente, Manoel Escolástico, e os deputados estaduais eleitos pelo partido, decidiram abrir processo legislativo contra o presidente Caetano. Em 1916, sob a alegação da falta de

garantias para funcionar em Cuiabá, a Assembleia foi transferida para Corumbá, onde passou a realizar as sessões legislativas.

Os militares entraram em cena, principalmente no sul, armando o cenário para a deposição do presidente. Com o fito de evitar uma possível intervenção federal, o coronel Pedro Celestino, que havia governado o estado entre 1908 e 1911, e que depois também seria presidente do estado por uma segunda vez, entre 1922 e 1924, período no qual explodiram os conflitos do Garças e Araguaia, lançou, em Cuiabá, um manifesto “Ao Povo de Mato Grosso” com o objetivo de garantir a continuação de Caetano à frente da administração. Nesse ato, também convidou José Morbeck para ajudá-lo na defesa de Caetano. A partir desse momento, José Morbeck passou não somente a ser respeitado, mas também a ser temido quando o assunto era o Garças e Araguaia.

Apesar dos esforços de Pedro Celestino, a intervenção federal aconteceu em 1917. Caetano renunciou e abriu caminho para uma momentânea recomposição das forças políticas estaduais, criando, para isso, um intervalo no qual os partidos se comprometeram a apoiar, como já foi relatado anteriormente, Dom Aquino, que assumiria a presidência com o objetivo de pacificar as forças políticas que lutavam pelo controle do governo estadual. Em relação ao Garças e Araguaia, o governo de Dom Aquino trouxe inicialmente compensações para José Morbeck, mas depois vieram também as rupturas. Daí por diante, a sorte do Garças e Araguaia passou a ser a mesma do coronel. Ele passou a ter poder de polícia e também administrativo. Quando, em 1922, assumiu pela segunda vez a presidência do estado, Pedro Celestino sentiu-se impotente para alterar o status adquirido por José Morbeck diante do estado e dos garimpeiros.

Se anteriormente José Morbeck mantinha laços políticos em âmbito nacional, a sua fama já havia ultrapassado as fronteiras nacionais. Por exemplo, os movimentos sindicais ingleses ligados à indústria diamantífera julgavam que ele fosse o único dono das opulentas minas de Mato Grosso. Em vista disso, propuseram formar com ele uma sociedade para dividir parte do monopólio que detinha, mas o coronel preferiu continuar a ser somente o chefe dos garimpeiros.

Foi como “defensor” e chefe dos garimpeiros e “em nome” deles que reuniu a Liga Garimpeira, em 1925 (Cfr. Anexo 2), num momento delicado de suas relações com o governo estadual, episódio que também marcou o fim das composições do líder do Garças e Araguaia

com os arranjos políticos estaduais e deu início ao mais ambicioso projeto de sua vida: a criação do Estado do Garças e Araguaia.

No dia 22 de dezembro de 1924, ocorreu um episódio que marcou de maneira definitiva o povoamento do Garças e Araguaia. Naquele dia, um grupo de baianos, liderados por Chiquinho Baiano, promoveu o massacre de 18 maranhenses na vila do Alcantilado e 1 na vila São Pedro. Com isso, veio à tona a violência no território diamantino que, aparentemente, gozava de estabilidade. As notícias da violência entre os garimpeiros fizeram com que o presidente se aprestasse na incorporação da região à administração estadual. Do mesmo modo, José Morbeck também passou a envidar esforços no sentido de conservar o próprio poder sobre o território diamantino. Em princípio, reatou relações com Carvalhinho, após a morte de Reginaldo de Melo, em Cuiabá, em 1925, e convocou uma reunião extraordinária da Liga Garimpeira para estabelecer os termos de um possível acordo com o governo estadual (Cfr. Anexo 2).

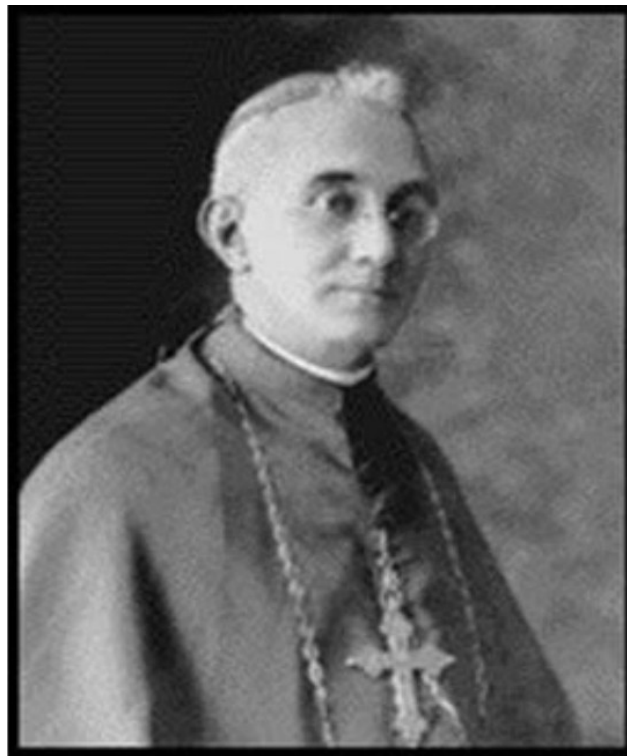
A reunião extraordinária da Liga aconteceu em 1925 com o objetivo de discutir a questão da Concessão, que na prática já tinha sido suspensa desde 1923, foi estrategicamente realizada na presença do Coronel Cândido Soares Filho, representante do prefeito de Cuiabá, que estava em visita a Caçununga. José Morbeck, então, apresentou suas petições ao governo do estado de maneira peremptória. As cláusulas da Ata tinham como reivindicações a cessação imediata do ato da Concessão, a implantação de cadeias públicas nos núcleos urbanos do Garças e Araguaia, a ampliação da autoridade morbequina até a região dos garimpos das Pombas, a abertura de inquérito em Caçununga para apurar o assassinato dos maranhenses do Alcantilado e a construção de escolas em todas as localidades abertas pelos garimpeiros.

O conteúdo da Ata passou a ser entendido em Cuiabá como um *ultimatum* de José Morbeck e da Liga Garimpeira endereçado ao governo do estado para que resolvesse as questões urgentes do Garças e Araguaia (Cfr. Anexo 2). A ameaça de José Morbeck continha mesmo um significado somente conhecido pelos seus amigos íntimos. Sua intenção era criar um território independente de Mato Grosso no território diamantino do Garças e Araguaia.

É sob esse prisma também que se pode entender o seu empenho particular em promover, em 1918, o plebiscito que eliminou a possibilidade de Goiás voltar a reivindicar mais uma vez a revisão dos limites traçados ainda no período colonial entre as duas antigas capitanias auríferas. Eliminando Goiás da disputa, os esforços, “não” de José Morbeck, mas da Liga Garimpeira, tinham como objetivo eliminar a crescente influência de Mato Grosso

sobre o território diamantino. Dentre as cláusulas da Ata enviada a Cuiabá, a cláusula 7ª dizia: “De acordo com o desenvolvimento dos fatos fica concedido ao Exmo. Sr. Dr. José Morbeck o direito de alterar o que consta nas presentes cláusulas ou aumentá-las, visando o interesse geral”.

As relações entre José Morbeck e o governo do estado complicaram-se a partir do momento em que Estêvão Alves Correia, presidente de Mato Grosso entre 1924 e 1926, tomou conhecimento do conteúdo da Ata da Liga Garimpeira. Esta não somente mostrava a força de José Morbeck, mas também a dificuldade de controlá-lo. Na prática, José Morbeck, ao reunir a Liga, havia apenas se antecipado às futuras investidas que certamente seriam feitas pelo governo estadual no Garças e Araguaia. A Ata foi assinada pelos “homens insignes do Garças e Araguaia”: José Morbeck (que parece ter sido o redator da Ata), Cândido Soares Filho, Antônio Bonifácio Pires, José de Barros Cavalcanti, Joaquim Ferreira Laborão, Salvador Hora, Ondino Rodrigues Lima, Leonardo Cortes, Joaquim de Souza. Significativa é nela a ausência de Manoel Balbino de Carvalho, uma vez que suas relações com Morbeck estavam momentaneamente rompidas por causa do episódio do Alcantilado, de 22 de dezembro 1924.



**Foto 1** - Dom Francisco de Aquino Corrêa, Presidente de Mato Grosso entre 1918 e 1922 (Foto do Arquivo Público Estadual-MT)

Antes mesmo da reunião extraordinária da Liga Garimpeira, em 1925, motivado pela recusa de Dom Aquino de liberar as verbas para pagar as despesas com o plebiscito de 1918 e pela ameaça de a Concessão de 1914 ser colocada em prática, José Morbeck já tinha começado a praticar uma série de atos discricionários contra os representantes do governo do estado no Garças e Araguaia. Por exemplo, em 1923, expulsou o Promotor de Justiça de Santa Rita do Araguaia; em 1924, mandou fuzilar Olavo de Tal e oito companheiros em Alcantilado do Garças; em 1925, no mês de maio, promoveu o assalto à delegacia de Santa Rita do Araguaia e o saque da casa de comércio que mantinha em sociedade com Carvalhinho; expulsou, ainda em 1925, um explorador de diamantes chamado Daniel de Lima, sob a ameaça de morte e confisco de todos os seus bens; e, também em 1925, mandou prender o Juiz de Direito de Santa Rita do Araguaia, Diocleciano do Canto Menezes, o amigo que o tinha convidado a migrar para Mato Grosso; condenou também à morte o coronel Honório Álvares, suplente do Juiz Federal na localidade, e o sargento Dyonísio Carvalho, Comandante do Destacamento Policial da mesma localidade.

A partir desses episódios, José Morbeck se apresentava como defensor dos garimpeiros e qualquer ação do governo estadual na zona diamantina do Garças e Araguaia era entendida como ato não somente contra José Morbeck, mas também contra os próprios garimpeiros. A começar por Dom Aquino, também o antigo aliado, Pedro Celestino e, principalmente Mário Corrêa da Costa, os governos estaduais passaram a ser vistos como inimigos dos garimpeiros.

Quanto ao povo, principalmente os garimpeiros, composto de migrantes de diversas partes do Brasil, já acostumado com as lutas coronelistas principalmente na Bahia, mantinha uma aceitação passiva da autoridade do coronel que, em certo sentido, poderia ser confundida como base para o respaldo popular que José Morbeck gozava. Por fim, os atos morbequinos provavam também que ele já havia desrespeitado uma série de leis estaduais e se houvesse a secessão do Garças e Araguaia, ele estaria a salvo das consequências judiciais que se seguiriam.

Por esse motivo, o governo do estado, de certa forma, temia tomar uma atitude radical em relação a José Morbeck. Uma eliminação mediante a sua prisão, morte ou expulsão do território poderia desestabilizar ainda mais a disputa entre o estado e as lideranças da região. A ação deveria ser realizada, portanto, de outra forma. Em certo sentido, a liderança de José Morbeck deveria ser combatida dentro do seu próprio grupo, ou seja, provocando a disputa pelo poder entre os coronéis e, em consequência disso, minando sua força econômica até que

ele voltasse em definitivo para a sua fazenda e o governo assumisse o controle da região, como parte do processo de sua incorporação política, administrativa e econômica ao estado.

### 3.5 A INCORPORAÇÃO

O conflito armado entre José Morbeck e Carvalhinho foi um capítulo importante na história de Poxoréu. Talvez o seu último ato tenha acontecido na Praça da Liberdade, onde, ao lado da Igreja Matriz, lugar em que naquela época era o endereço da Cadeia Pública. Como será relatado mais adiante, foi para Poxoréu que Carvalhinho migrou após ter a sua casa de comércio destruída pelos homens de José Morbeck, em Santa Rita do Araguaia, e após cessarem os combates mais a leste, nas proximidades do Rio Araguaia.

Em Poxoréu, Carvalhinho estava relativamente distante do braço de José Morbeck, que retornara para a sede de sua fazenda, nas proximidades de Barra do Garças. Poxoréu estava mais próxima de Cuiabá. A qualquer movimento do seu desafeto, Carvalhinho poderia se deslocar com rapidez para a capital, onde, supostamente, teria a proteção do governo do estado. Foi também de Poxoréu que ele fugiu, após o ataque à cadeia pública, na qual o delegado e seu ajudante foram mortos.



**Foto 2** - Pedro Celestino Presidente de Mato Grosso entre 1908 e 1911 e entre 1922 e 1924 - (Foto do Arquivo Público Estadual-MT)

Esses eventos posteriores aos confrontos do Garças e Araguaia foram aqui citados com a finalidade de recordar alguns outros momentos que foram decisivos nesse conflito de facções, que tinha por objetivo combater o coronelismo garimpeiro que não comungava com os arranjos políticos existentes em Mato Grosso, composto por fazendeiros, usineiros e por militares. De todo modo, os historiadores de Poxoréu terão sempre que se voltar para esse conflito como elemento-chave para entender a sua fundação – seus fundadores estavam fugindo não só da violência da Vila de São Pedro, mas também da possibilidade de recrutamento para as batalhas entre os coronéis – e o desenvolvimento da ação do governo estadual para coibir a própria ação do coronel Carvalhinho.

O conflito teve seus inícios imediatamente após a sucessão de Dom Aquino na presidência do estado pelo coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 1922, mas só ganharam a dimensão de conflito armado a partir de 1924. Por essa época, o governo de Mato Grosso já tinha conhecimento do construto cultural que dava sustentação à organização social, econômica e política do Garças e Araguaia. A zona diamantina do sudeste mato-grossense estava organizada nos mesmos moldes que se observava na generalidade dos sertões brasileiros, quer se olhasse para os coronéis nordestinos ou para os generais de pampas sulinos. A Ata que chegou às mãos de Estêvão Alves Correia, em 1925, fê-lo perceber que não podia mais adiar uma solução para o sudeste mato-grossense e que esta devia ser feita em benefício do estado.

Estêvão Alves Correia colocou em prática um plano, cuja essência se resumia em provocar divisões entre os mais influentes coronéis do Garças e Araguaia para depois incorporar a zona diamantina à administração estadual. A própria leitura da Ata que lhe havia sido entregue pelo representante da Polícia Cuiabana, ofereceu-lhe o elemento mais apropriado ao projeto. Foi informado das discordâncias entre José Morbeck e Carvalhinho quanto à punição a ser dada a Reginaldo de Melo, por não ter solucionado o problema da violência entre baianos e maranhenses no vale das Pombas.

### 3.5.1 José Morbeck

Antes de tentar reconstruir a história do conflito armado é importante registrar alguns elementos da biografia dos dois principais personagens do Garças e Araguaia e que não podem ser deixados de lado na historiografia de Poxoréu e do Garças e Araguaia, pela sua

ligação com os garimpeiros e pela formação do seu universo político, ainda presentes nos dias atuais<sup>33</sup>.

José Morbeck nasceu em 1878, no Município de Maracás, Estado da Bahia. Formado em engenharia agrônômica pela Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lajes, em 1903, com doutoramento na mesma área, em 1911. Ainda em 1903, migrou para Mato Grosso, a convite de um amigo, o Juiz de Direito da Comarca de Registro do Araguaia, Dr. Diocleciano do Canto Menezes, a quem posteriormente expulsou de Registro do Araguaia, em 1925.

Antes de chegar a Mato Grosso, fixou residência nas proximidades de Caiapônia, em Goiás. Em Mato Grosso exerceu o ofício de medidor de terras, mais afeito à sua profissão de agrimensor, e, posteriormente, reivindicou uma vasta extensão de terras entre os Rios Garças, Araguaia e Diamantino, perfazendo a extensão de 500 mil hectares, à qual deu o nome de Fazenda Patagônia.

Em 1913, pelo Ato nº 462, de 28/01/1913, Documento Registrado no livro AB nº 13 do arquivo público de Cuiabá, foi nomeado por Joaquim Augusto da Costa Marques, presidente do estado entre 1911 e 1915, para Diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização. Por essa época, o sudeste mato-grossense já se encontrava em pleno processo de povoamento não somente pelos fazendeiros, mas também pelos garimpeiros, que, em 1909, tinham descoberto as primeiras gemas de diamantes na região.



**Foto 3** - Foto de Arlinda Pessoa Morbeck e José Morbeck  
(foto do arquivo da família Morbeck)

Desde 1913, Morbeck passou a residir nas proximidades do atual Município de Barra do Garças, de onde podia desenvolver a sua atividade de servidor público estadual e também

---

<sup>33</sup> Cfr.: Ribeiro (1958), Mendonça (1970), Baxter (1988), Varjão (1985), Xavier (1999) e Carmo (2010), etc.

exercer sua liderança sobre a extensa zona garimpeira do Garças e Araguaia. Foi nesse mesmo ano que começaram os desentendimentos com o governo do estado, que concedeu os direitos de exploração de toda a zona garimpeira à “Cia Indústria e Comércio”, comandada pelo Coronel Antônio Mota Moreira. Por ter emitido parecer “violento” contra essa Concessão, José Morbeck foi demitido do cargo que ocupava no estado, mas continuou a sua atividade política entre os garimpeiros. Teve uma intensa vida política, além de servidor público, como Intendente de Araguaiana, e, de 1924 a 1925 e de 1928 a 1930, foi Prefeito de Alto Araguaia, para onde a sede da Comarca de Araguaiana foi transferida, nos inícios da década de 1920. Em 18 de maio de 1923, recebeu o título de Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Os últimos anos de sua vida foram transcorridos no Estado de São Paulo, para onde se mudou com a finalidade de proporcionar melhores estudos para os filhos. Fixou residência em Valparaíso. Faleceu em 1955, com 78 anos de idade, em Nova Iguaçu, de uma pneumonia contraída durante viagem ao Rio de Janeiro. O corpo de José Morbeck foi, posteriormente transladado para Valparaíso.

### 3.5.2 Carvalhinho

Manoel Balbino de Carvalho, mais conhecido como “Carvalhinho”, nasceu em 1886, em Pernambuco. Migrou com seus pais para a Bahia, onde se casou, mas teve que enfrentar a justiça por ter assassinado o amante da esposa, em 1921. Após sair inocentado do assassinato, migrou, em 1922, na companhia de 16 peões que o ajudaram a conduzir uma tropa de 300 muares, com suprimentos para reiniciar sua atividade de comerciante, para o sudeste mato-grossense. Em Mato Grosso, estabeleceu-se, em princípio, num aglomerado chamado São José das Bandeiras. Seus peões passaram a ser garimpeiros e ele pôde ali abrir uma casa de comércio, a “Casa Vermelha”. Em Santa Rita do Araguaia, atualmente Alto Araguaia, abriu outra casa de comércio, a “Casa Pernambucana”.

Foi na observação da atividade garimpeira e também dos costumes do lugar que Carvalhinho entrou em contato com José Morbeck, o líder regional, com o qual dividiu o capital da loja de Santa Rita. Após os incidentes do Garças e Araguaia e após ter sua situação judicial resolvida em Mato Grosso, migrou para Jataí, em 1930. Carvalhinho, após a sua vida no Garças e Araguaia teve forte atuação política em Goiás, como Prefeito de Jataí, em 1931, e

deputado estadual, de 1935-1937. Segundo dados da Assembleia Legislativa de Goiás, foi chefe político de Jataí, pós 1930. Nesse estado, foi intransigente defensor de Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) que no exercício de suas funções de interventor, primeiro entre 1930 e 1933, e, posteriormente, entre 1935 e 1938, transferiu a capital goiana de Goiás para Goiânia, em 1935. Carvalhinho foi ainda um dos líderes da Legião de Outubro, criada em 1931, em Minas Gerais, com a finalidade de apoiar a Revolução de 1930. Filiou-se, em 1934, ao PSR. Foi também um dos fundadores da Associação Comercial de Goiás, sendo seu presidente em 1940. Posteriormente, mudou-se para São Paulo, onde morreu, no dia 26 de novembro de 1966, com 80 anos de idade.



**Foto 4** - Retrato de Manoel Balbino de Carvalho, vulgo Carvalhinho (Foto do Arquivo Público da Prefeitura de Jataí-GO)

### 3.5.3 Coronéis do Garimpo

José Morbeck e Carvalhinho dividiram por muito tempo a sorte dos garimpos do Garças e Araguaia. A amizade foi se tornando cada vez mais estreita a ponto de José Morbeck se tornar padrinho de casamento de Carvalhinho. Dessa forma, os dois passaram a exercer uma autoridade quase que conjunta num território diamantífero que já se encontrava loteado por chefes subordinados ao agrimensor baiano, que, após o episódio da Caetanada, de líder respeitado que era, passou a ser temido, e era visto acompanhado dos seus valentões onde quer que se encontrasse. José Morbeck, com o seu círculo de relações parentais e políticas que

se estendiam então para além território mato-grossense, dividia com os outros coronéis do Garças e Araguaia um poder que o tornava capaz de combater a interferência do estado na região até mesmo no seu direito de cobrar tributos sobre o mineral explorado.

Naquela época, a situação econômica de Mato Grosso se ressentia da exaustão do ouro em Cuiabá, desde 1904. Além disso, o Ciclo da Borracha que tinha começado em 1850 e entrado em colapso em 1912 deixara o estado sem uma base econômica definida, exceto na região sul, onde atualmente está instalado o Estado de Mato Grosso do Sul, que mantinha sua economia baseada na extração do mate e na pecuária.

Para o governo do estado, a região do Garças e Araguaia poderia ser a solução para o problema das finanças estaduais, mas a influência do governo na região era mínima e as relações dos coronéis do Garças e Araguaia se davam mais com os compradores de diamantes principalmente do Rio de Janeiro e daí com o exterior. As discordâncias entre José Morbeck e Carvalhinho dariam ao governo de Mato Grosso a chance de refazer a economia do estado e também a possibilidade de incorporar a zona diamantina à administração estadual<sup>34</sup>.

Foi também de olho nas finanças do estado, na evasão das riquezas do Garças e Araguaia e na incapacidade de cobrar tributos que o governo vislumbrou em Carvalhinho, respeitado devido ao bando de peões que havia trazido da Bahia, que se havia transformado em um dos “compadres” de Morbeck na região de Santa Rita, mas em franca discordância com o aliado, desde 1924, a possibilidade de colocar o plano de incorporar a zona liderada por Morbeck sob o controle do estado.

O governo estadual aticou os desentendimentos entre o coronel comerciante, fazendeiro, empresário e comprador de diamantes, outorgando-lhe os poderes que antes eram de José Morbeck, o coronel agrimensor, fazendeiro e líder dos garimpeiros, e lançou toda a região no conflito armado. Diferentemente das outras regiões do estado, nas quais os coronéis mantinham um poder bastante estrito e localizado, o poder de José Morbeck abarcava praticamente toda a região do sudeste mato-grossense. A desestabilização de sua liderança somente se daria no caso de haver disputas internas pelo poder entre os garimpeiros.

---

<sup>34</sup> Varjão (1985) afirma que, na época, “a evasão de impostos causa enormes prejuízos ao estado”. Baxter (1988) confirma essa afirmação, e diz, a respeito de Poxoréu, que “não foi mantido nenhum registro da produção diamantífera de Poxoréu. Até 1938, a agência coletora de impostos de Poxoréu arrecadou impostos igual a 1/10 (um décimo) do valor dos diamantes. O contrabando de diamantes era comum, principalmente porque os agentes coletores e a polícia, ocasionalmente, entravam em conluio com os compradores, e a natureza, em parte subjetiva, do valor de qualquer diamante tornava fácil a fraude. Os compradores, lembrando o começo do comércio de diamantes, afirmam que desde que alguma taxa fosse paga regularmente, os agentes coletores dificilmente investigariam as transações com maior rigor: os impostos, afirmam os compradores, eram raramente pagos em mais de ¼ (um quarto) do comércio real”.

### 3.5.4 O São Bartolomeu do Alcantilado

O governo estadual se aproveitou, então, das discordâncias entre José Morbeck e Carvalhinho para desestabilizar a liderança regional do coronel agrimensor. Tudo começou devido aos desdobramentos de um episódio conhecido na região como “o São Bartolomeu do Alcantilado” ou “o São Bartolomeu dos garimpos”, no dia 22 de dezembro de 1924, na região do vale Ribeirão das Pombas.

Essa região, tendo se apresentado com indescritível prodigalidade, logo atraiu um grande contingente de garimpeiros e gente de toda espécie. Formaram-se, em pouco tempo, os povoados de Pombas e dos Sete, nas proximidades da Vila de São Pedro. Com a riqueza brotando da terra, os garimpeiros tinham, com facilidade, à sua disposição, farta bebida, mulheres e jogos de carta. Nesse ambiente regado a bebida, floresciam diversos tipos de gente, como aqueles que ficavam dóceis, prestativos e cordiais, enquanto que outros tinham manifestações de melindres e hostilidade, enfurecendo-se por qualquer razão, culminando sempre na morte de alguém.

A história conta que o Massacre do Alcantilado teve início na noite do dia 21 de dezembro de 1924, num dos cabarés da vila de São Pedro. Um garimpeiro de origem baiana e outro de origem maranhense passaram a disputar as preferências de uma mulher de nome Caboclinha. Logo os dois grupos começaram a se enfrentar defendendo os seus conterrâneos. Após algumas discussões, tudo voltou à normalidade.

Os desentendimentos tiveram desdobramentos no dia seguinte, quando um garimpeiro conhecido como Chiquinho Baiano, tendo reunido um grupo de baianos, partiu para o garimpo do Alcantilado, próximo de São Pedro, com a finalidade de exterminar os maranhenses. Antes de sair do povoado de São Pedro, o grupo avisou a um maranhense, proprietário de um armazém, que se, ao voltar do Alcantilado, ele estivesse sem camisa, como se encontrava naquele momento, também seria morto. O bolicheiro tomou a ameaça como brincadeira.

No garimpo do Alcantilado, o grupo de Chiquinho Baiano atacou os maranhenses. Praticamente, todos os maranhenses que lá residiam foram mortos. Quando retornou à vila de São Pedro, o grupo encontrou o bolicheiro maranhense ainda sem camisa. O bolicheiro se juntou aos outros 18 maranhenses mortos no Alcantilado.

O pânico se instalou no vale do Ribeirão das Pombas. Nem mesmo o representante de José Morbeck na região do vale do Ribeirão das Pombas, ousava confrontar-se com o grupo de Chiquinho Baiano. Reginaldo de Melo apenas proferiu uma sentença, a respeito do massacre, com medo do agravamento da situação: “O que está feito, não está por fazer”.

Posteriormente, esse episódio iria marcaria não somente nas relações entre os grupos formados pelos baianos e maranhenses, mas também os arranjos políticos que mantinham a estabilidade no território diamantino. Momentaneamente, José Morbeck, que se encontrava em Caçununga com Carvalhinho, passou a tomar providências com o objetivo de evitar a perda do controle sobre a região garimpeira que estava situada mais próxima da capital do estado.

Foi colhendo aos poucos as informações sobre o massacre. Uma das primeiras notícias lhe chegou por um moço cujos parentes tinha sido assassinado pelos baianos. O rapaz, do qual a história não registrou o nome, acusou Reginaldo de Melo de participar da carnificina. Da vila São Pedro, Reginaldo de Melo se sentia impotente, porque, após os atos de violência, Chiquinho Baiano também passou a ditar as ordens na vila de São Pedro. O moço fugira para Caçununga com a finalidade de obter a punição para os culpados.

Porém, as notícias mais detalhadas foram as descritas na carta enviada a José Morbeck por um maranhense chamado Ondino Rodrigues de Lima, que, na hora do massacre, não se encontrava no garimpo: *Córrego das Pombas, 23 de dezembro de 1924. Exmo. Sr. Dr. José Morbeck: Meu caro é meu desejo que vos encontre e a sua família em pleno gozo de saúde. Tem esta por fim comunicá-lo a maior das minhas infelicidades, na manhã de vinte e dois, um grupo de baianos de acordo com os chefes (ilegível) o Quinco que está dando noticia de terem barbaramente assassinado três ou quatro maranhenses e gritando por toda a parte que reunissem os baixa ferro, descessem até o Alcantilado, nosso acampamento distante mais de dois quilômetros encontrassem nosso pessoal almoçando em toda a calma, porque ignorava fossem assassinados com a máxima selvageria, o Agostinho nosso irmão, o tio Zuza e mais quatro companheiros de barraca e ainda não posso afirmar se terão sido somente estes porque faltam dois dos filhos do tio Zuza e quatro companheiros que estavam no barracão e que não foram encontrados até esta hora, os quais ignoro, onde foram vivos ou mortos, e nem procurá-los posso porque corre com visa de verdade que tal grupo pretende me incluir e ao Leonardo no rol das vítimas, não tenho expressões para esclarecer o banditismo com que tais desordens foram praticadas, somente o jovem Castiliano e Salvador Hora se revoltaram contra tal procedimento. E incrível mas infelizmente é verdade. Os homens depois de*

*assassinarem os rapazes picam os cadáveres a punhaladas e ainda detonaram carabinas nos rostos que chegaram a queimá-los o fogo da pólvora. Com esta comunicação não posso nem implorar o vosso auxílio porque quando esta chegar se eu não me defender já estarei no número dos mortos, é somente para vos por a par destes tristes acontecimentos. A diferença que existia entre eu, meu irmão e meus primos é porque eram ingênuos, o filho caçula do tio Zuza. Amadeu já é sabido que saiu no mundo esguaritando e horrorizado, não sei onde esta criança irá se parar com este terror, tudo isto que vos esclareço não tem nada de alarme, é a realidade, bem sabe que não aumento história. A minha demora aqui é somente saber dos nossos infelizes primos que não sei o resultado, só isto faz-me a retirada desta pequena faixa de Mato Grosso e da sua chefia. Peço recomendar a D. Arlinda, ao Rodolfo e D. Tutu. De V. Ex<sup>a</sup> Att. Cr<sup>o</sup>. Ondino Rodrigues Lima (Carta do Arquivo da Família Morbeck).*

Após ler a carta de Ondino, José Morbeck convocou reunião com os principais coronéis do Garças e Araguaia, entre eles Carvalhinho, para decidir sobre as providências a serem tomadas em relação ao massacre. Era favorável sacrificar seu braço direito no local, Reginaldo de Melo, a fim de evitar a ocorrência de outros possíveis massacres entre maranhenses e baianos em outras partes do Garças e Araguaia.

### 3.5.5 Rompimento entre os coronéis do garimpo

Carvalhinho, no entanto, não se mostrou favorável com a solução apresentada por José Morbeck. Para ele, Reginaldo de Melo tinha ficado de mãos atadas diante da violência perpetrada contra os maranhenses. Pediu a José Morbeck que os assassinos fossem presos, mas que não se perseguisse Reginaldo de Melo. Ele estava certo da inocência do aliado e também tinha certeza de que podia contar com ele quando necessário. Armou-se, então, uma acalorada discussão entre os dois coronéis. Porém, nada demovia José Morbeck de sua pretensão de justiça. Carvalhinho, então, deixou a reunião e voltou para Santa Rita do Araguaia.

O presidente do estado, entre os tantos relatos que certamente colheu sobre os eventos do vale do Ribeirão das Pombas, deve ter dado especial atenção justamente a esse desentendimento, que se transformou, posteriormente, em trunfo para dar início ao plano de criar a dissidência entre José Morbeck e Carvalhinho e incorporar o território diamantino à administração estadual.

Os eventos do vale do Ribeirão das Pombas se tornaram, então, parte da agenda tanto de José Morbeck como do governo estadual. Na zona diamantina do Garças e Araguaia, Reginaldo de Melo, de representante de José Morbeck no vale do Ribeirão das Pombas, passou a figurar entre os comparsas de Chiquinho Baiano e de seus companheiros de chacina que passou a desestabilizar a ordem existente na região. Reginaldo de Melo tentou mandar notícias a Caçununga, com a finalidade de sondar terreno sobre a própria situação em face dos acontecimentos. Como não obtivesse resposta, partiu para a localidade a fim de se entender pessoalmente com José Morbeck.

Enquanto pernoitava numa das fazendas da família Ribeiro Vilela, algumas pessoas se adiantaram a ele e foram, assustadas, comunicar a sua aproximação de Caçununga. O coronel José Morbeck se muniu de cautela. Imaginando que Reginaldo estivesse acompanhado pelos companheiros de Chiquinho Baiano e que a sua ida a Caçununga seria um pretexto para tomar de assalto a localidade, preparou-se para o possível ataque, espalhando os defensores da localidade nas cercanias da Serra da Arnica, no início de 1925, perto da qual o bando de Reginaldo de Melo necessariamente deveria passar. À frente do piquete estava o moço que por primeiro informou a José Morbeck sobre a chacina do Alcantilado. Tinha ele por intenção matar Reginaldo de Melo, para, assim, vindicar seus parentes mortos.

Reginaldo de Melo estava realmente acompanhado por alguns homens e logo que se aproximaram da Serra da Arnica receberam sucessivas descargas de bala. Na fuga, Reginaldo foi encontrar refúgio no garimpo da Chapadinha, onde acabou sendo preso. Na presença de José Morbeck fez repetidos apelos para que não fosse punido, mas o coronel já tinha decidido a entrega-lo às autoridades de Cuiabá.

Após a prisão de Reginaldo de Melo, uma grande companhia de homens partiu rumo a São Pedro com o fito de aprisionar o bando que perpetrara a chacina. Chiquinho Baiano, o líder do grupo, recusou-se a se entregar e foi logo morto. Os outros se renderam assim que viram seu líder morto e se deixaram levar amarrados à presença do coronel. Eles, assim como aconteceu com Reginaldo de Melo, foram entregues por José Morbeck aos soldados da Força Pública, que os levaram para Cuiabá.

O presidente Estêvão Alves Correia começou, então, a pôr em prática o plano de desestabilização do poder do coronel José Morbeck e dos seus liderados sobre a região diamantina do sudeste mato-grossense. Enquanto os homens de José Morbeck ainda estavam na cidade, manteve Reginaldo de Melo livre. Reginaldo de Melo foi visto desfilando em carro aberto pelas ruas de Cuiabá, sendo assassinados por Antônio Leandro, Deija Lira e José

Franklin, homens de confiança de José Morbeck que haviam acompanhado os prisioneiros até a capital.

A morte de Reginaldo de Melo pelos homens de José Morbeck teve como consequência o acirramento das contendas entre os dois coronéis que compartilhavam entre si a liderança sobre a zona diamantina do Garças e Araguaia. Num primeiro momento, José Morbeck e Carvalhinho reataram a amizade. Porém, ainda em 1925, os dois partiram para o Rio de Janeiro com a finalidade de tratar de interesses comuns e de apoio político. Por essa ocasião, Estêvão Alves Correia, conhecedor da autoridade de José Morbeck sobre os garimpeiros e das desavenças entre ele e Carvalhinho, colocou em ação o plano para desestruturar de vez a liderança dos coronéis sobre o sudeste mato-grossense. A viagem simultânea dos três – o presidente do estado, José Morbeck e Carvalhinho – ao Rio de Janeiro se apresentou como a oportunidade para tal. Uma vez que a Concessão para a exploração dos minerais do Garças à Companhia de Antônio Mota Moreira não tinha entrado em operação, devido à resistência de José Morbeck, e, em 1925, após a reunião da Liga que culminara na elaboração da Ata imperativa que havia sido enviada ao governo, o governo estadual nomeou Antônio Balbino de Carvalho como Delegado Especial do Garças e Araguaia e Agente Arrecadador das Minas dos garimpeiros.

Com isso, o governo estadual colocava José Morbeck sob o comando Manoel Balbino de Carvalho, ao mesmo tempo em que dava mostras claras de que não aceitaria que a mão dos coronéis do Garças e Araguaia alcançasse Cuiabá, como havia acontecido, com o assassinato de Reginaldo de Melo. José Morbeck percebeu, então, o golpe desfechado contra a sua liderança sobre o território diamantino do sudeste de Mato Grosso. Rompeu em definitivo com Carvalhinho e voltou para o Garças com a finalidade de se preparar para a luta.

### 3.6 O CONFLITO ARMADO

Provisionado com a autoridade que lhe fora conferida pelo governo de Mato Grosso, Manoel Balbino de Carvalho também retornou para Santa Rita do Araguaia com a finalidade passar a exercer a função de Delegado Especial do Garças e Araguaia e Agente Arrecadador das Minas em toda a região do Garças e Araguaia. Mais tarde, o Presidente Mário Corrêa iria chamar a aceitação por Carvalhinho do cargo de representante do estado no Garças e

Araguaia, como um ato oportunista ditado pela sede de poder. A consequência imediata da aceitação do cargo de Delegado do Garças foi o rompimento total dos vínculos de amizade e mesmo comerciais com José Morbeck.

A guerra foi, então, declarada. José Morbeck, no entanto, era apadrinhado pelo Senador Francisco Azeredo. Enquanto ainda se encontrava no Rio de Janeiro, conseguiu armas e munição. No seu retorno ao Garças e Araguaia, levantou seu quartel general na localidade de Caçununga, começando por ali a convocação dos garimpeiros para combater Carvalhinho. Carvalhinho, antes de retornar ao Garças, passou por Cuiabá, onde foi investido do cargo para o qual havia sido nomeado e daí partiu para Santa Rita do Araguaia.

O primeiro enfrentamento entre os dois lados começou na noite do dia 24 de maio e terminou no dia 25 de maio de 1926. Antes disso, somente havia boatos de que José Morbeck haveria de ser atacado em Caçununga. Então, o coronel se antecipou aos boatos e ordenou aos seus homens que atacassem imediatamente Santa Rita do Araguaia. O grupo comandado pelo Major Candinho<sup>35</sup> promoveu um ataque que durou 35 horas e obrigou as forças de Carvalhinho a bater em retirada. Cinco dos homens de Carvalhinho morreram nesse primeiro enfrentamento.

Dessa primeira batalha, que resultou na desfiguração da Casa Pernambucana, cujo capital era dividido entre José Morbeck de Carvalhinho. Ao fim desse primeiro combate, a Casa Pernambucana foi saqueada e incendiada pelos homens comandados pelo Major Candinho.

Carvalhinho partiu, então, para a Bahia com o objetivo de recrutar homens dispostos a lutar contra a facção de José Morbeck. Retornou a Santa Rita pela Bacia do Prata, conforme o relato que segue: *Os jornais do Rio, São Paulo e Salvador dão grande destaque ao fato, dizendo que a iniciativa do conflito foi de Manoel Balbino. Novamente o capangueiro vai ao Rio levar novo lote de diamante e se encontrar com Pedro Celestino para explicar-lhe o acontecido em Santa Rita. No caminho encontra Pedro Ludovico, seu amigo e correligionário, conversaram longamente sobre o Governo de Goiás. O Presidente de Mato Grosso já tinha voltado para o seu estado e por isso o encontro não aconteceu. No hotel, onde sempre se hospedava, aparece um senhor estranho que o convida para uma conversa. Saíram de carro e pararam diante de uma delegacia de polícia. Carvalhinho nem percebeu.*

---

<sup>35</sup> De acordo com a Ata de fundação da Liga Garimpeira, o coronel Candido Soares Filho, vulgo coronel Candinho, foi eleito como segundo homem na hierarquia dos coronéis do Garças e Araguaia. Era o delegado de José Morbeck para a localidade de Caçununga, região central do sudeste mato-grossense. Foi ele quem comandou a primeira batalha contra Carvalhinho, na região de Santa Rita do Araguaia.

*Descem. Entram no prédio e ali se vê detido. Não sabia por quê. Após alguns entreveros, sai com a ajuda do seu comprador de diamantes que tinha influência no meio político. Na porta da mesma delegacia é novamente cercado por alguns policiais que lhe diz: O Senhor está preso. Logo tudo se esclarece e ele vai embora. Embarca para Salvador. Queria ver o irmão mais velho. Durante a viagem, na mesa do restaurante do navio, tendo ao lado o médico Carlos Chagas, o capangueiro é insultado por um deputado federal que o hostilizava há muito tempo (Carvalhinho o impedira de casar-se com a irmã). Chegando a Salvador vê que a imprensa baiana divulgara os acontecimentos de Santa Rita como se fosse ele o culpado e descobriu que tudo não passava de armação do deputado Geraldo Rocha, seu quase cunhado. Resolve que deveria retornar ao trabalho em Mato Grosso. Duas correspondências que conduzia e que deveriam ser entregues ao Presidente Artur Bernardes, certamente não chegariam ao destino. Por medida de segurança, iria de navio até Buenos Aires, de lá ao Paraguai e de Assunção ia de barco até Cuiabá. Assim, estaria em casa. Durante a viagem ficou conhecendo o embaixador da Bolívia. Na Capital da Argentina os dois se hospedaram no mesmo hotel. Carvalhinho, já famoso e conhecido por fotografias em todo o País, é abordado ali por um general que lhe afirmava conhecer toda a sua história pelos jornais da Argentina e o orienta como fazer para retornar ao Brasil: viajar clandestinamente porque havia olheiros por toda parte com a missão de prendê-lo. Chegando a Assunção descobriu que o Embaixador do Brasil no Paraguai era José Rodrigues Alves, filho de Rodrigues Alves, ex-presidente dos brasileiros, seu amigo de longa data. Foi até lá. Novamente mais problemas. Depois de alguma conversa, o embaixador lhe disse que ele não poderia retornar à sua terra por ordem superior e ali mesmo inutilizou o seu passaporte. Para sair do Paraguai deu três contos de réis ao comandante do barco e seu nome não constou da lista de passageiros. Viajou como clandestino e não houve nenhum incidente. Chega a Corumbá. Novamente a história se repete. No quarto do hotel chega um oficial do Exército e lhe mostra um telegrama: Prenda Manoel Balbino de Carvalho, conhecido por coronel Carvalhinho, que seguiu vapor... Após curto diálogo, Balbino descobriu que o oficial tinha grande relação de amizade com familiares seus na Bahia. A prisão não se deu e ainda conseguiu com o militar uma lancha para levá-lo até Cuiabá. Foi neste percurso que encontrou um barco que descia pelo Rio Paraguai e nele estava o Presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino, que se dirigia ao Rio de Janeiro, via Buenos Aires. Conversaram rapidamente e seguiram viagem. Assim que Carvalhinho chegou a Cuiabá, o vice-presidente do estado foi procurá-lo no hotel. O Governo de Mato Grosso lhe dava carta branca para agir a fim de colocar José Morbeck*

*fora da região dos garimpos. Para isso uma força militar composta de 200 homens foi posta à sua disposição, além de muita arma e cerca de 78.000 balas<sup>36</sup>.*



**Foto 5-** A Casa Pernambucana, de Manoel Balbino de Carvalho, em Santa Rita do Araguaia (Arquivo da Prefeitura de Jataí-GO).



**Foto 6** - O mesmo prédio depois de 35 horas de intenso tiroteio desfechado pelos homens de José Morbeck, em 25 de maio de 1925. Carvalhinho, que estava no interior desta casa com outros companheiros, conseguiu fugir ao cerco, mas teve as mercadorias saqueadas (Arquivo: Prefeitura de Jataí-GO).

De posse dessas armas e no comando dos seus homens, Carvalhinho conseguiu retomar a cidade de Santa Rita do Araguaia no mês de outubro de 1925. Enquanto isso, José

<sup>36</sup> <http://www.jatai.not.br/Hist%F3rias/Carvalhinho/index.htm>, visitado em: 09/09/2011.

Morbeck viajou para o Rio de Janeiro, de onde voltou ao Garças com farta munição, conseguida graças ao fato de a sua esposa, Arlinda Pessoa Morbeck, ser irmã do ex-presidente Epitácio Pessoa, e também graças ao “pretexto” de combater a Coluna Prestes que, naquele momento, passava por Mato Grosso tentando arregimentar os garimpeiros em benefício de sua causa<sup>37</sup>.

### 3.7 RETIRADA DOS CORONÉIS DO GARIMPO

O primeiro grande embate entre os homens de José Morbeck e Carvalhinho se deu nos dias 24 e 26 de maio de 1925 em Santa Rita do Araguaia, como já foi relatado acima, e resultou, após 35 horas de combate, na fuga de Carvalhinho que partiu rumo à Bahia para arregimentar forças e poder dar continuidade ao combate no Garças e Araguaia. Sua providência mais imediata deveria ser a retomada de Santa Rita do Araguaia, fato que aconteceu em outubro de 1925.

As ações de José Morbeck, além de se tornarem um confronto pessoal com Carvalhinho, também foram de confronto contra as autoridades de Mato Grosso. Visavam precisamente expulsar do território diamantino policiais e juízes e toda espécie de gente que estivesse subordinada ao governo. Em certo sentido, a luta do coronel era uma luta pessoal não somente em vista da manutenção do seu prestígio dentro e fora da região diamantina e sua autoridade sobre os garimpeiros, mas também da criação do estado do Garças e Araguaia.

Exemplo histórico para isso não lhe faltava em seu estado de origem. Horácio de Queiróz Matos (1882-1931) havia enfrentado o governo baiano em diversas ocasiões na luta para manter sua autoridade sobre a Chapada da Diamantina. As pazes com o governo baiano

---

<sup>37</sup> Meirelles (2006) narra a passagem dos homens da Coluna Prestes pelos garimpos do Araguaia como um dos momentos em que eles ficaram fascinados com as histórias da opulência dos garimpeiros do Rio Araguaia. Segundo ele, os olhos dos revolucionários brilhavam ao ver que homens parecidos com eles, pobres e humildes, haviam se enricado da noite para o dia. À semelhança dos homens de Prestes, os garimpeiros andavam armados com revólveres e espingardas de caça. E afirma: *“As tentativas de atraí-los para as fileiras revolucionárias tinham sido inócuas. Os garimpeiros, como a maioria da população do interior, eram imunes ao discurso urbano da revolução. Democracia, justiça social, arbítrio, direitos individuais eram palavras abstratas, sem qualquer significado no universo em que viviam. Lutar pela liberdade? Lutar contra o Governo? Lutar para quê? Os rebeldes é que deveriam se juntar a eles, no garimpo, uma atividade muito mais lucrativa do que sair por aí, como salteadores, trocando tiros com a Polícia e com o Exército”*. Em seguida, Prestes propôs aos revolucionários de se juntarem aos garimpeiros para formarem um exército contra o governo, num projeto que não consistia em transformar os rebeldes em garimpeiros, mas em dar novo alento às tropas. O projeto não foi aceito, devido à resistência dos garimpeiros e porque os membros da Coluna acreditavam que isso fragmentaria a tropa. Por isso, preferiram prosseguir a sua viagem rumo à fronteira com a Bolívia.

somente foram feitas com a intervenção do governo federal que, em meados da década de 1920, arrebanhara o coronel para combater as hostes andarilhas da Coluna Prestes, nomeando-o Comandante do Batalhão Patriótico das Lavras Diamantinas, quando ganhou o título de Tenente-Coronel da Guarda Nacional, em 1925. O Batalhão Patriótico foi uma milícia criada para combater a Coluna por Floro Bartolomeu, em 1925, em Juazeiro do Norte.



**Foto 7 - Horácio de Matos em 1900  
- (Foto do Arquivo Público de  
Macaúbas-BA)**

Em suas andanças pelo oeste brasileiro no encalço da Coluna Prestes, Horácio de Matos passou também pela zona diamantina do Garças e Araguaia, nos anos de 1925 e 1926. Nessa região, devido à influência política que gozava principalmente no Rio de Janeiro, José Morbeck talvez tivesse em mente a mesma reação do governo federal ou de amigos importantes, no Congresso Federal, para combater a Coluna Prestes. Com isso, José Morbeck evitaria que a sua liderança fosse colocada em perigo. No entanto, a situação era outra: a Coluna Prestes era um evento nacional e o problema do Garças e Araguaia era algo que dizia respeito somente a Mato Grosso. Dessa forma, aos poucos, as forças de José Morbeck foram sendo minadas pela atuação das tropas lideradas por Carvalhinho.

Por seu turno, Carvalhinho tinha por intenção exercer efetivamente o cargo para o qual havia sido investido pelo estado. Se anteriormente comungara com José Morbeck, inclusive nas suas intenções de apoiá-lo nas disputas com o governo estadual, naquele momento vislumbrava também a possibilidade de, no caso de sair vitorioso no conflito armado, passar a exercer o mesmo poder de José Morbeck sobre os garimpeiros antes da deflagração do conflito.

Por seu turno, o governo mato-grossense tinha por interesse a incorporação do território diamantino à administração estadual num momento em que as finanças do estado ainda se ressentiam da exaustão da produção do ouro em Cuiabá e crise da produção da borracha, que enfrentava a concorrência da produção malaia. O controle do fluxo das riquezas do Garças e Araguaia poderia ser uma saída para o problema econômico estadual.

Assim, os combates giraram em torno desses três personagens: o estado e Carvalhinho, de um lado, e José Morbeck, do outro. No entanto, há poucos relatos sobre o que realmente aconteceu nos campos de batalha. Os enfrentamentos entre as partes envolvidas no conflito consistiram de emboscadas, tocaias e sitiamentos principalmente da cidade de Santa Rita do Araguaia. O primeiro dos grandes combates se deu com a tomada dessa cidade pelas tropas morbequinas, em maio de 1925, logo após o seu retorno do Rio de Janeiro, quando Carvalhinho foi nomeado delegado do Garças e Araguaia. As tropas morbequinas chegaram à cidade durante a noite. Carvalhinho e seu contingente estavam dentro de sua residência, a Casa Pernambucana, quando foram surpreendidos pelo ultimato dos homens de José Morbeck. Do enfrentamento, sobraram cinco mortos.

Além dos recursos recebidos de Cuiabá, do contingente de homens que o governo lhe disponibilizou, Carvalhinho também conseguiu contratar jagunços nos sertões baianos, principalmente entre os seguidores de Horácio de Matos. Com esse propósito, e com as notícias que chegavam do Garças e Araguaia à Bahia e ao Rio de Janeiro, sobre a Coluna Prestes e sobre as ações de José Morbeck, Carvalhinho retornou a Mato Grosso para retomar Santa Rita e fazer valer a sua autoridade. Conseguiu armas e apoio político para combater a mesma Coluna Prestes, mas os utilizou para combater Carvalhinho.

A retomada de Santa Rita por Carvalhinho começou em julho de 1925. Ele partiu à frente das tropas militares mato-grossenses, num total de 300 praças, comandados pelo Capitão Daniel de Queiroz, e pelos jagunços contratados na Bahia. Quando chegaram às proximidades da Serra da Arnica, encontraram os homens do Major Candinho, o segundo

homem na hierarquia criada por José Morbeck para o Garças e Araguaia. Os homens comandados de José Morbeck se haviam entrincheirado no alto da serra. O major Candinho acreditava que dali era mais fácil levar a termo o combate contra a tropa de Carvalhinho. A estratégia do coronel, no entanto, se revelou um fracasso, porque a tropa de Carvalhinho rodeou a serra fechando aos homens emboscados todas as possibilidades de descida.

Após o cerco à Serra da Arnica, as tropas de Carvalhinho apenas esperaram pela rendição dos sitiados. Estes, tomados pela sede e pela fome, puseram-se em fuga, e, na perseguição, sofreram muitas baixas. As tropas de Carvalhinho se animaram e, de vitória em vitória, de julho a outubro de 1925, tomaram todos os mais importantes localidades da região diamantina, desde Lajeado, Aldeia, Cai-Cai e Córrego Danta até Santa Rita do Araguaia, de onde Carvalhinho havia fugido, no mês de maio passado.

Essas batalhas, de curta duração, provaram que a tropa morbequina não tinha o devido preparo militar. Formada por homens dispostos e corajosos, animados pela causa do seu líder, a tropa morbequina não tinha o devido preparo para manusear as armas que tinha à disposição. Apesar do fervor pela causa do coronel, suas tropas sofreram sucessivas baixas e derrotas. Por isso, se refugiaram nas grimpas das serras, partindo apenas para incursões noturnas. Dessa forma, evitavam o confronto direto com as tropas de Carvalhinho, que eram melhor preparadas. O sitiamento de Santa Rita chegou ao fim em outubro de 1925, mas a localidade continuou sendo atacada pelas tropas de José Morbeck.

No declinar de 1925, os dois lados do conflito entraram em acordo e depuseram as armas, sem que um deles fosse declarado vencedor. O governo de Mato Grosso havia consumido recursos e pessoal no conflito e com isso havia esvaziado ainda mais o tesouro estadual. Quanto a José Morbeck, este continuou no palco das grandes batalhas, mas estava exaurido de recursos. Carvalhinho não chegou efetivamente a exercer o cargo para o qual havia sido provisionado pelo governo de Estêvão Alves Correia, que havia substituído Pedro Celestino no dia 25 de outubro de 1924, ficando no cargo até o dia 22 de janeiro de 1926. No final dos conflitos, sem as suas casas comerciais em Bandeira e Santa Rita, mais uma vez teve que migrar, desta feita para Poxoréu, depois das descobertas de diamantes no sopé do Morro da Mesa, em julho de 1926, acompanhado pelo seu grupo de jagunços baianos, arregimentados nas fileiras de Horário de Matos.

Estêvão Alves Correia foi substituído por Mário Corrêa da Costa, no dia 22 de janeiro de 1926<sup>38</sup>. Em relação ao Garças e Araguaia, uma de suas primeiras providências, após a retomada de Alto Araguaia, em outubro de 1925, foi a retirada das tropas militares da zona de conflito. Porém, temendo a recuperação do Garças e Araguaia e com ela a volta dos coronéis, o novo presidente tomou logo providências para colocar em cada localidade da região diamantina os representantes do estado. Para Santa Rita do Araguaia, por exemplo, mandou Waldomiro Corrêa da Costa, como chefe da delegacia de polícia. Com José Morbeck acantonado em sua fazenda, o centro de sua preocupação passou a ser Poxoréu, para onde havia migrado Carvalhinho.

Embora conflito armado tivesse terminado na parte oriental do território diamantino, sobraram as histórias ou estórias que visavam manter a imagem de José Morbeck e manchar a imagem do governo estadual diante do garimpeiro. Entre essas histórias, está o fato de que, enquanto as partes litigantes se debatiam nos campos de batalha, as forças do governo usavam do artifício de apresentar requisições em todos os armazéns, fazendas e lavouras por onde passavam, para conseguir alimentação. Muitos estabelecimentos comerciais ou mesmo os fazendeiros foram exauridos de seus recursos por conta de tais requisições que, nem durante nem após o conflito, foram pagas. Para não atender às requisições aqueles que dispunham de algum recurso abriam buracos nos campos e nas matas, dentro dos quais escondiam seus pertences ou mercadorias, enquanto fugiam para outros lugares. Por conta dos ataques das tropas do governo e dessas aquisições sem valor pecuniário, o Garças e Araguaia ficou praticamente despovoado, e isso por si só já justificava a retirada das tropas do governo da região.

É no contexto do massacre do Alcantilado, de 1924, e do conflito entre José Morbeck e Carvalhinho e o Estado de Mato Grosso, que chegou ao campo de batalha em 1925, deixando desabitadas as praças que tinham sido palco do conflito armado a oriente do território diamantino do sudeste mato-grossense, que, no mês de julho de 1926, foram descobertas as primeiras amostras de diamantes nas confluências do Rio Poguba com o Córrego Areia e o Córrego dos Bororos e fizeram surgir as primeiras habitações que deram início ao povoamento de Poxoréu. Seus fundadores foram, portanto, Maroto Sodré e seu

---

<sup>38</sup> Mário Corrêa da Costa, médico, governou o Estado de Mato Grosso em dois momentos. O primeiro, ainda na República Velha, de 1926 a 1930. Nesse período sucedeu a Pedro Celestino, a quem, posteriormente acusou de fazer composição com José Morbeck. Em relação ao Garças e ao Araguaia, nesse período, confrontou-se, no final de seu governo com Carvalhinho, iniciou o processo de consolidação da autoridade de Mato Grosso sobre o território garimpeiro. No segundo período, de 1935 a 1937, aconteceu o “Caso do Garimpo do Tesouro”, que será a conclusão do processo de consolidação do domínio de Mato Grosso sobre o Garças e Araguaia.

irmão Barbosinha, João Dourado, Joaquim Prateado e Peito Rocho, que, na fuga de São Pedro rumo a Caçununga, levaram consigo petrechos apropriados à garimpagem e encontraram diamantes onde atualmente se encontra implantado o distrito-sede do município.

A descoberta de diamantes nesse local interrompeu a viagem dos fugitivos rumo à região central do Garças e Araguaia. Com as prospecções sempre resultando em abundantes coletas da pedra preciosa, tanto em monchões como nas barrancas dos córregos e rios, não demorou muito para que os habitantes das vilas próximas a São Pedro, no vale do Ribeirão das Pombas, ainda com a lembrança recente da violência perpetrada pelos baianos contra os maranhenses, de 22 de dezembro de 1924, fossem aos poucos se despovoando principalmente a Vila de São Pedro para povoar a corrutela próxima ao Morro da Mesa, que deu o primeiro nome à localidade.

Esse foi, em certo sentido, o motivo do desaparecimento da Vila de São Pedro, em 1927, onde ocorria uma média semanal de cinco mortos, causada pelo consumo excessivo de bebidas alcoólicas, pelo jogo de cartas, pelas disputas pelas mulheres, pelo enriquecimento fácil e dois outros fatores: o livre acesso e porte de armas tanto para os homens de bem quanto para aqueles que se entregavam às bebidas e a ausência de policiais.

A fuga dos garimpeiros rumo a outros lugares menos afeitos à violência incomodou sobremaneira os homens de negócio de São Pedro, isto é, os pensionistas e os capangueiros. Juntamente com os garimpeiros, em 1925, 166 pessoas do lugar assinaram petição ao Superintendente de Polícia do Estado, Primeiro Tenente Antônio Accioli, e ao Agente das Minas de Diamante e Subdelegado de Polícia, Severiano Godofredo de Albuquerque, para evitar o despovoamento de São Pedro e solicitar o fechamento da corrutela do Morro da Mesa. A razão para o fechamento da vila era a sua insalubridade. Foram imediatamente atendidos, com a criação de uma Subdelegacia na vila São Pedro.

O estado agiu, então, com rapidez enviando os policiais para a região com o objetivo de evitar o surgimento de novos coronéis que assumissem o controle da vila. No entanto, os policiais que foram enviados para fechar o garimpo do Morro da Mesa não comprovaram as razões alegadas pelos signatários da petição enviada às autoridades de Cuiabá desde a vila de São Pedro. Na prática, perceberam que ali os garimpeiros faturavam em um dia o que no vale do Ribeirão das Pombas se arrecadava em um mês e passaram também eles a garimpar.

São Pedro surgira com o garimpo e a construção das habitações se deu de maneira improvisada com os materiais existentes: pau, barro e palhas de babaçu. Os garimpeiros não

tinham tempo para pensar em comodidades e os comerciantes amontoavam onde fosse possível mercadorias e produtos inflamáveis. Em 1927, enquanto os músicos tiravam seus acordes e os garimpeiros e as prostitutas bailavam, um carreiro da Fazenda Santa Paz, hoje situada em Rondonópolis, após ter comprado querosene em um dos bolichos da vila, enquanto bebia o seu aguardente e tentava acender um fogo para o preparo da comida, jogou uma grande quantidade de álcool sobre os gravetos e o fogo foi pegar nas paredes da Pensão da Sinhá Dias, daí se espalhando por toda a vila São Pedro. A vila não foi reconstruída após o incêndio e seus habitantes se mudaram para a vila que se formava no sopé do Morro da Mesa, que depois mudaria o nome para Poxoréu.

### 3.8 HOMENS AMARRADOS PASSAM PELA “PRAÇA DA LIBERDADE”

Poxoréu, portanto, nasceu após a descoberta das primeiras amostras de diamantes por maranhenses que fugiam da chacina do Alcantilado, em 1924, e da sanha dos valentões liderados por Chiquinho Baiano que haviam espalhado o terror por toda a região do vale do Ribeirão das Pombas. Seu contingente populacional também foi logo aumentando graças à chegada à corrutela dos primeiros fugitivos da guerra entre José Morbeck e Carvalhinho mais a oriente da zona diamantífera do Garças e Araguaia.

Quando a autoridade do coronel José Morbeck sobre esse território diamantino foi definitivamente substituída pela do Estado de Mato Grosso, no final de 1926, Carvalhinho já residia em Poxoréu e dividia o seu tempo em constantes visitas a Cuiabá com a finalidade de receber as verbas prometidas pelo presidente Pedro Celestino para pagar as dívidas que havia contraído durante os embates ocorridos em Lajeado, Aldeia, Cai-Cai e Córrego Danta e Santa Rita do Araguaia para adquirir suprimentos para as tropas que estavam sob o seu comando.

Devido à sua proximidade com Cuiabá e também devido ao intenso movimento e às grandes extrações de diamante que movimentavam a corrutela, Carvalhinho vislumbrou a possibilidade de reconstituir a sua vida econômica e política na vila de Poxoréu. Acreditava que teria para isso o respaldo do próprio governo estadual, uma vez que tinha entrado na luta com uma autoridade provisionada pelo governo estadual. No entanto, seus cálculos não se concretizaram. O governo do estado, naquela ocasião liderado por Mário Corrêa da Costa, que, conhecedor dos eventos beligerantes acontecidos na legislatura que o havia precedido (1922-1926) e também da composição política entre o Pedro Celestino e os coronéis do

garimpo, preparou-se para não ceder às reivindicações de Carvalhinho e também para evitar que novos coronéis assumissem o controle da região garimpeira.

Mário Corrêa da Costa tinha consciência de que o governo precisava assumir o controle da região sudeste mato-grossense e que isso passava inclusive pela anulação de Manoel Balbino de Carvalho. Suas pretensões de reconstruir-se econômica e politicamente em Poxoréu foram contrariadas mediante a criação de uma delegacia de polícia comandada por um destacamento adrede escolhido para a vila. O governo, além de protelar a liberação das verbas que seriam destinadas ao pagamento das dívidas contraídas durante o conflito, também se recusava a pagar a indenização pelas perdas advenientes da destruição de seu estabelecimento comercial de Santa Rita do Araguaia. Mediante o destacamento policial localizado na vila do Morro da Mesa, também passou a monitorar as ações do coronel. Carvalhinho tinha seu salvo conduto pelos serviços prestados ao governo, mas, para se garantir, estava ainda rodeado dos jagunços que arregimentara na Bahia, junto ao coronel Horácio de Matos, e que havia levado consigo para Poxoréu.

Ao assumir o controle da zona de influência dos coronéis do garimpo, o governo do estado, com o seu aparato policial, também passou a colocar em prática uma política de “tolerância zero” em relação às ilegalidades que aconteciam entre os nômades catadores de diamante. Em certo sentido, buscava naquele momento substituir as relações baseadas no costume, vigente na época de José Morbeck, pelo “sistema legal” do Brasil e de Mato Grosso. Para isso, os policiais foram munidos da autoridade necessária para coibir os possíveis atos de violência.

Carvalhinho, acostumado ao modelo antigo, no qual as contendas eram resolvidas entre amigos, nas suas viagens a Cuiabá, passou também a protestar contra o tratamento que os policiais dispensavam aos garimpeiros em Poxoréu. Assim, diante da protelação da liberação das verbas que julgava ter direito junto ao governo, do não ressarcimento da indenização pela destruição do seu estabelecimento comercial em Santa Rita do Araguaia e dos pretensos desmandos dos policiais acobertados pela autoridade do estado, Carvalhinho arquitetou um plano que, se concretizado, colocá-lo-ia nas graças dos garimpeiros afastando para sempre o fantasma da traição a José Morbeck quando aceitou assumir o cargo de Delegado do Garças e Araguaia.

O plano foi preparado após o seu último encontro com Mário Corrêa da Costa, que não atendeu às suas reivindicações costumeiras nem à nova, que era a substituição do Tenente Telésforo da Nóbrega, delegado de Poxoréu. Ao retornar à vila, foi aos garimpos do Caracol e

do Varjão, para combinar com os seus jagunços o assalto à Delegacia de Polícia. Antes disso, já tinha subornado o soldado que ficaria de guarda na delegacia na noite do ataque para facilitar a entrada dos seus jagunços.

A execução do plano se deu no dia 29 de julho de 1929. No entanto, o plano passou a enfrentar revezes porque, de forma inesperada, a guarda da delegacia fora trocada. Assim, logo que entraram na Delegacia, o guarda de plantão, Manoel José dos Reis, reagiu. No tiroteio que se seguiu, o guarda matou um dos jagunços de Carvalhinho e foi logo morto. O delegado, Telésforo da Nóbrega, assim que ouviu os tiros, saiu da hospedaria em que se encontrava, a Pensão Mineira, e rumou para a Delegacia, mas foi morto antes de lá chegar. A Delegacia, então, foi tomada pelos garimpeiros que também se apossaram das armas e das munições lá estocadas.

Outro problema que os articuladores do plano não previram foi o da comunicação entre Poxoréu e Cuiabá. Em Cachoeirinha, situada a doze léguas de Poxoréu, havia um posto telegráfico. A estação telegráfica foi logo invadida e as comunicações com Cuiabá cortadas. A seguir, Carvalhinho enviou um batalhão de homens, sob o comando de Felix Bravo, à vila de São Pedro, para tomar a Subdelegacia que há pouco havia sido instalada na localidade. O comandante do destacamento, Benedito de Paula Corrêa, sendo pego de surpresa, fugiu da vila, e o seu ajudante, Severino, que tinha o apelido de “Canavial”, por ingerir muita cachaça, resistiu até a última bala. Fugiu com a permissão de Felix Bravo, por admirar “a coragem e a bravura” do soldado.

Por fim, após cortar as comunicações telegráficas com Cuiabá e tomar a delegacia de Poxoréu e a subdelegacia de São Pedro, os homens de Carvalhinho voltaram a se reunir em Poxoréu, onde encontraram as ruas praticamente vazias. É que os garimpeiros, temendo a repetição na vila da tragédia do Garças e Araguaia e temendo também um possível recrutamento para uma nova luta, que contribuiria para piorar a sua imagem diante do governo do estado, desertaram das fileiras do coronel e partiram para lugares onde poderiam garimpar com segurança. Assim, avaliando a situação, Carvalhinho fugiu de Poxoréu, sendo acompanhado por 30 homens, rumo a Jataí, no Estado de Goiás.

Dessa forma, Carvalhinho, de aliado do governo de Mato Grosso, passou à categoria de bandido, ladrão e fugitivo. No dia 13 de maio de 1929, Mário Corrêa da Costa enviou comunicado à Assembleia Estadual, por ocasião da abertura de sua 14ª Legislatura. No comunicado, procurou esclarecer as motivações das ações do governo em Poxoréu.

Descreveu Carvalhinho como um homem ambicioso, que esperava apenas o momento para se revoltar contra José Morbeck. Justificou as ações dos policiais que, no exercício de seu ofício de servidores do governo, apenas deram vazão ao instinto do coronel pelo poder, levando assim à sua nomeação como Delegado do Garças e Araguaia.

O texto enviado por Mário Corrêa da Costa à Assembleia Estadual retratava, ainda, a visão do governo acerca da tomada da Delegacia de Poxoréu: *Grandemente abalada foi a ordem pública com o assalto em Poxoréu, rica região garimpeira, por uma quadrilha de bandidos e ladrões que, em avançadas horas da noite, pôs em execução esse tenebroso plano há muito concebido, que teve por epílogo o massacre e o bárbaro trucidamento do bravo Tenente da Força Pública, Telésforo da Nóbrega Fernandes, verdadeiro tipo de militar, que ali comandava o destacamento e cumulativamente exercia a função de delegado de polícia, bem como o assassinato do praça do Primeiro BC da mesma força, Manoel José dos Reis, que heroicamente se portou na defesa do quartel assaltado quando fazia a sua sentinela. Foi autor desse tenebroso plano o célebre cangaceiro Manoel Balbino de Carvalho, vulgo Carvalhinho, alcunha pela qual é conhecido nos sertões do Nordeste brasileiro esse tipo acabado de facinora. Aportado às nossas terras, trazido pela cobiça de uma fortuna fácil e à caça do ouro e do diamante, dentro em pouco, se celebrizou tão tristemente esse indivíduo pela prática dos mais monstruosos crimes, que timbrava em perpetrar pessoalmente ou como mandante quando não lhe era de todo o possível fazê-lo. Não tardou que a polícia deslumbrasse logo na pessoa de Carvalhinho, o mais perfeito espécime para a consecução de planos os mais hediondos, que a paixão partidária gera e a ambição do mando concebe. Fácil seria o trabalho de revoltar-se a criatura contra o criador. Foi bastante despertar-lhe a vaidade e iludi-lo com a efêmera chefia da polícia na região garimpeira, com a destituição e o aniquilamento completo do engenheiro José Morbeck que havia decaído das graças do chefe supremo da polícia mato-grossense. Não hesitou o governo de então, para o início das suas hostilidades, em nomeá-lo para o cargo de delegado de polícia do município de Santa Rita do Araguaia onde ele, amparado e insuflado em todos os seus atos, cometera as maiores arbitrariedades e desmandos. Certo ainda de que os seus esforços em prol da politicagem que avassala o estado seriam generosamente compensados, cercou-se Carvalhinho de gente da pior espécie a quem, com promessas vãs, fascinava pelas posições que viria ocupar e pelos fartos pagamentos aos serviços que ele dizia 'estar prestando em bem da ordem pública'. Não esperava, entretanto, Carvalhinho a transformação radical por que passou a política mato-grossense. A engenhosa imaginação de Manoel Balbino de Carvalho fantasiara*

*contas e despesas que montavam em algumas centenas de contos de réis e para as quais ele reclamava imediato pagamento. Eram costaneiras de cartas e frangalhos de papel com recibos, acusando fornecimentos de mercadorias no valor de dezenas de contos, passados e firmados por indivíduos que mal desenhavam os nomes, que nada possuíam de seu, e de todos conhecidos como simples operários ou meros garimpeiros. Era, enfim, um acervo audacioso de transferências mais que suficientes para ação policial e consequente punição de um consumado chantagista ou escroque. A repulsa por minha parte em satisfazer tão descabida pretensão, gerou no espírito de Carvalhinho a vendeta mais ignominiosa e mais de acordo com a sua mentalidade tarada – a de destruir pelo fogo, após o saque, todos os núcleos garimpeiros. E a execução tenebrosa do plano se fez desde logo sentir com o carinhoso e ardiloso assédio ao comandante do destacamento que teve a ingenuidade de acreditar na sinceridade do bandido para, algumas horas apenas, quando dormia tranquilamente, cair varado por balas certas que o prostraram morto, em seguida, o seu cadáver ser profanado, dilacerado à faca e os seus intestinos à mostra para gáudio e satisfação das feras humanas que se reuniram em torno do corpo daquele que pagou tão duramente com o sacrifício da sua acida o cumprimento do dever imposto pelo cargo que exercia. Não fora, Senhores Deputados, a energia com que agiu o meu governo, fazendo seguir, convenientemente aparelhada, numerosa força policial ao encalço dos bandidos, por certo igual sorte teriam Lajeado, Cafelândia, Caçununga, Tesouro, Santa Rita e muitos outros garimpos daquela região. É de todos sabido, entretanto, que a covardia é nata nos perversos e miseráveis. Ao pressentirem as providências para a repressão do banditismo e o castigo severo dos criminosos, rumaram eles em direção à Goiás onde também sentiram a ação dos nossos valorosos soldados que, com o assentimento do governo daquele estado, fiz atravessar a fronteira em perseguição ao bando sinistro para o seu completo esfacelamento. Quando já o cerco se fazia pela nossa polícia próxima a Mineiros, em território goiano, e a captura do bando se tornava iminente, imploravam os perversos e pusilânimes ao presidente Brasil Caiado a sua misericórdia, jurando falsamente uma fidelidade com que conseguiram imbuir a credulidade do governo do estado vizinho, que então determinou fosse o seu Secretário do Interior e Justiça pessoalmente se entender com o comandante do contingente para que cessassem as hostilidades contra os criminosos, assumindo antes aquela alta autoridade o compromisso de entregá-los à Justiça mato-grossense (MENDONÇA, 1970).*

No dia 13 de agosto de 1929, Carvalhinho foi preso em Jataí pelo próprio Secretário de Segurança Pública de Goiás, enquanto organizava a comemoração do aniversário do seu

filho. No ato da prisão, Carvalhinho conheceu o conteúdo do telegrama enviado às autoridades goianas: *Carvalhinho seguiu para esse estado fim se juntar Pedro Ludovico e promover levante contra seu Governo. Matou chefe destacamento Poxoréu e tomou armas seus homens, além de cortar fios Telégrafo Nacional e queimar pontes estradas de automóveis. Peço prendê-lo e autorizar entrada tropas Mato Grosso em Goiás. Saudações Mário Corrêa, Presidente Estado Mato Grosso.* Não resistiu à voz de prisão. Apenas terminou de jantar e se entregou, passando aquela noite na cadeia de Jataí, à espera da escolta que o levaria para Cuiabá.



**Foto 8 -** Mário Corrêa da Costa  
Presidente do estado de Mato Grosso entre  
1926-1930 e governador entre 1935-1937  
(Arquivo do Tribunal de Contas de MT)

Após a prisão de Carvalhinho, alguns dos seus companheiros também foram presos e, no dia 5 de setembro de 1929, embarcados em caminhões escoltados por soldados rumo a Cuiabá, via Três Lagoas, onde foram entregues às autoridades mato-grossenses. No meio do percurso rumo a Cuiabá, o comboio das viaturas passou por Poxoréu. Antes de entrar na cidade, derrubaram os presos das viaturas, amarram-nos pelo pescoço, para exibí-los para o povo que seguia o cortejo pelas ruas principais de Poxoréu.

Após desfilarem pelas ruas do povoado, o cortejo dos homens amarrados pelo pescoço entrou na Praça da Liberdade. Foram colocados diante das covas onde tinham sido enterrados o delegado Telésforo e o policial Manoel José dos Reis. De acordo com relatos da época, os

policiais obrigaram os homens de Carvalhinho a se ajoelhar, a beijar a covas e a comer da terra usada para tampar as sepulturas. Um dos presos se recusou a fazê-lo, sendo imediatamente espancado até desmaiar. Depois de ser arrastado e amarrado em um tronco de árvore, foi novamente espancado até a morte.

De Poxoréu, os prisioneiros foram levados para Cuiabá, onde entraram na cidade amarrados e escoltados por homens fortemente armados. Segundo Mário Corrêa da Costa, Carvalhinho estava alheio à transformação radical por que passava a política mato-grossense. Em certo sentido, ele estava aludindo à mudança de postura que seu governo assumira de não fazer composição com os coronéis do Garças e Araguaia, como o fizera o seu predecessor Pedro Celestino.

Carvalhinho foi julgado em outubro tanto pelo governo mato-grossense quanto pelo governo federal. Pela União, foi acusado de atacar a unidade telegráfica de Cachoeirinha e pelo estado, foi acusado de matar soldados e provocar a convulsão no Garças e Araguaia. No Tribunal de Júri, seus advogados procuraram provar que ele tinha sido vítima de armações jurídicas tramadas por Mário Corrêa da Costa, mas foi condenado. No início de 1930, foi indultado pela Revolução comandada por Getúlio Vargas. A partir daí, toda a história de Carvalhinho passou a ser escrita na cidade de Jataí, em Goiás. Nessa cidade foi considerado como o grande líder político após 1930, tendo exercido as funções de Delegado de Polícia, Prefeito e Deputado Estadual, como já foi mencionado acima.

### 3.9 OS HUGUENOTES DO TESOURO

O Estado de Mato Grosso incorporou definitivamente o território do Garças e Araguaia à sua administração a partir de 1926, com o fim das hostilidades entre José Morbeck e Carvalhinho.

Em fins de 1925, José Morbeck se retirou na sua fazenda sem recursos financeiros capazes de ancorá-lo numa outra disputa pelo controle do território diamantino. Teve também o pedido de homologação definitiva do título de posse da Fazenda Patagônia recusado ainda no governo de Pedro Celestino. Enfrentou a luta pelo poder dentro do território diamantino enquanto viu crescer o poder de Carvalhinho e a ação do governo mato-grossense para incorporar o Garças e Araguaia à administração do estado. A tentativa de secessão do Garças e Araguaia foi silenciada nas últimas tentativas dos homens de José Morbeck de retomar a cidade Alto Araguaia, após o mês de outubro de 1925. Após 22 de janeiro de 1926, quando

Mário Corrêa da Costa assumiu o governo do estado, as partes beligerantes concordaram em entregar as armas e os soldados que antes estavam sob o comando de Carvalhinho se retiraram dos campos de batalha.

Como já foi acenado acima, as primeiras providências tomadas pelo governo foram as nomeações de delegados de polícia para todas as regiões e de juizes alinhados com a política de segurança do estado. Assim que tomou posse, Mário Corrêa da Costa nomeou o novo chefe de polícia de Santa Rita do Araguaia, na pessoa de Waldomiro Corrêa da Costa, e o Desembargador Custódio Asclepiades como Delegado Especial para todo o Garças e Araguaia. Essas nomeações tinham por finalidade evitar a restauração da liderança dos coronéis, que impediam a incorporação administrativa, econômica, mas, sobretudo, política, ao resto do estado. Assim que a vila do Morro da Mesa começou a acolher os migrantes de diversas partes do Garças e Araguaia e ganhou consistência como núcleo urbano, a partir de julho de 1926, Carvalhinho migrou para a localidade que posteriormente se chamaria Poxoréu. O governo estadual, então, enviou um destacamento especial com a finalidade de monitorar as ações do coronel, que tentava reorganizar-se econômica e politicamente, após o conflito armado.

Com o assalto à Delegacia de Polícia de Poxoréu, a fuga, a prisão de Carvalhinho e o espetáculo do cortejo dos homens amarrados que tiveram que desfilar pelas ruas do povoado de Poxoréu, a região garimpeira passou para uma nova fase de sua história. No entanto, há alguns outros eventos que confirmam que foram necessários longos anos de intensa atividade policial para que o estado instaurasse o seu domínio sobre o território garimpeiro recém-conquistado. A presença dos policiais e de um aparato legal rompia com os arranjos consuetudinários que vigoravam entre os garimpeiros. Daí até a construção de um novo “construto” cultural, que desconectasse, em definitivo, o ideário garimpeiro do aparato coronelista seriam necessárias outras ações significativas que marcassem os novos tempos que se instalavam no sudeste mato-grossense.

O caso do garimpeiro João Galo, citado acima, ocorrido após 1933, que pôs um sargento valentão para correr, em Poxoréu, com suas duas armas ornando o corpo e obrigando o militar a tomar café com sal, após ter amarrado seu amigo num mourão no centro da praça ou por arrotar valentia, é um caso típico de que a autoridade policial nem sempre foi respeitada na região. Essa relação conflituosa entre garimpeiros e policiais se deveu ao fato de que as próprias ações dos policiais se tornaram violentas e, em sua maior parte, marcadas pela vingança. Por conta dos abusos cometidos por eles e também da falta de submissão do

garimpeiro, os relatórios enviados pela polícia às autoridades baseadas em Cuiabá, produziam um misto de encanto e desencanto em relação ao nômade caçador de diamantes.

Um acontecimento significativo que marcou as dificuldades da consolidação da autoridade do estado sobre o território do Garças e Araguaia ocorreu no dia 9 de agosto de 1937 e ficou conhecido como “O Massacre do Tesouro” ou “O Massacre dos Huguenotes do Tesouro”: *Na corrutela garimpeira de Tesouro, uma vila debruçada à margem do rio das Garças, afluíram milhares de garimpeiros que ali exploravam manchas diamantíferas. A corrutela era servida por um pequeno destacamento policial comandado pelo Sargento Leonel e apenas dois policiais. Eles constituíam a maior preocupação dos habitantes pelas truculências com que puniam os casos ou desordens que estavam em sua alçada. Com autoridade mal exercida, amarravam assiduamente a troncos de árvores das vias públicas, para correções corriqueiras, qualquer garimpeiro menos atrevido, que em fins de semana se excedia na bebida e se deixava prender. Como porcos, passavam o dia inteiro amarrados de pés e mãos, em troncos expostos à visão da comunidade, que já nutria contra os militares forte corrente de antipatia popular. Certa noite, depois de uma farra de alegria, os garimpeiros Abrão, Filipe, Antônio da Luzia e Major Funga detonaram tiroteio de seus revólveres nas ruas e, ao serem molestados pelo Sargento Leonel, deram-lhe uns sopapos, fazendo-lhe beber pinga obrigado. Forçaram sua retirada, se quisesse voltar com vida para o destacamento no Lageado (hoje Guiratinga). Tudo o que fizeram diziam ser prova de que na região havia cabra macho. O certo é que o sargento, indo até o Lajeado, sede do município a que estava subordinada a vila do Tesouro, pintou a garimpeirama da corrutela com tintas negras. Encarecia que o superior, Tenente José Silvério Magalhães (hoje coronel reformado), determinasse que voltasse ao Tesouro o mensageiro, com uma bem maior escolta e munição em quantidade, a fim de demonstrar aos desordeiros que a polícia não se intimida diante do clima desordeiro. Dissera o Sargento Leonel ser uma questão de honra voltar em desforra à corrutela, para que a polícia não ficasse desmoralizada no conceito popular. A notícia da volta do destacamento alvoroçou os participantes da noite dos tiroteios, que se haviam mudado para outras paragens, evitando serem mortos ou presos. Chegou, então, ao Tesouro o Sargento Leonel, acompanhado do delegado e um número bem grande de soldados, bem armados e municados, que iriam impor o apaziguamento no garimpo. Em determinado dia ocorreu ruma discussão entre um garimpeiro não identificado e o sargento. Dizem que foi coisa de somenos importância. Certo é que o destacamento belicoso esperava uma oportunidade para entrar em ação e promover a desforra. E o pingo d'água surgiu para*

*derramar o ódio recalçado. Em um dos costumeiros animados sábados à noite, grande número de garimpeiros e mundanas estavam presentes nas duas casas de diversão, os dois fecha-nuncas do lugar. Este sábado era o dia ansiosamente aguardado. Era a fatídica noite de 9 de agosto de 1937. Quando começou o funcionamento dos bailes, hora em que se registravam pares dançando em animadas voltas, foram surpreendidos pela chegada da polícia, de forma agressiva, tomando a porta de acesso e saídas dos cabarés, barrando todos para uma revista policial e detonando, ato contínuo, o tiroteio da fuzilaria com balas mortíferas. Foram os dois fecha-nuncas atacados ao mesmo tempo. Em ambos a carnificina e o morticínio foram calamitosos. Vitimados ou baleados, homens e mulheres gemiam em desespero de dor. Alguns, milagrosamente, conseguiram correr para não receberem as punhaladas de misericórdia que os soldados aplicavam após as descargas, quando a vítima ainda agonizava. Ato contínuo, na mesma noite, os policiais invadiram barracões de garimpeiros para, prendendo os homens, fazê-los abrir valas em forma de covas, onde depositaram dezenas de moribundos para enterrá-los juntamente com os mortos. Assim, evitava-se uma avaliação exata do número de chacinados. Os que procederam à tarefa de abrir os sepulcros ficaram apavorados com o morticínio e com a calamidade brutal do fato. Foi destacada a clamorosa dor do garimpeiro Prudêncio, pedindo para não ser sepultado vivo, fato que não apiedou os massacrantes policiais. Viveu ainda muitos anos, aqui pela região, o garimpeiro Teodomiro Guilherme Grunwel, judeu, que fora alvejado no pé quando corria, testemunha e vítima, que transmitiu detalhes da chacina, pelo tempo afora. A mundana Carmélia, que ao se separar do marido, na Baliza, mudou para o Tesouro, indo parar nos lupanares, deixando sua vida de senhora, ao lado do respeitável marido, Modesto, cambista de jogo de bicho, também foi testemunha ocular do massacre (VARJÃO, 1985).*

O que chama à atenção no relato acima é o clima de vindicação e de retaliação que se instalou no Garças e Araguaia e em Poxoréu nos anos que se seguiram ao conflito armado entre os coronéis Morbeck e Carvalhinho (1922-1926). O estado não dispunha ainda de estruturas de segurança pública capazes de responder às necessidades que surgiam das próprias relações entre os garimpeiros. Persistiam ainda as desconfianças surgidas entre baianos e maranhenses no povoado do Alcantilado, situado no vale do Ribeirão das Pombas, no final de 1924. Embora o recrutamento para o conflito entre os dois coronéis beligerantes não fizesse distinção entre os locais de proveniência dos garimpeiros, certamente o grupo de Carvalhinho era o que inspirava menos confiança no período do pós-conflito. Além de ter ficado do lado de Reginaldo de Melo, que nada fez para conter a violência perpetrada por

Chiquinho Baiano na vila São Pedro, Carvalhinho ainda foi buscar na Bahia, junto ao Coronel Horácio de Matos, os jagunços que o ajudaram a manter o Garças e Araguaia em estado de atenção por diversos anos.

Todos esses eventos passaram a compor o quadro que se criou em todo o território diamantino após o conflito armado que recentemente acabara, isto é, no final do ano de 1925. Ao lado disso, governo estadual passou a ser visto como inimigo do garimpeiro. Dentro do quadro político estadual, do ponto de vista do faiscador, a recondução de Mário Corrêa, na legislatura de 1935 a 1937, ao governo do estado representou o início de uma nova era de perseguição. No seu comunicado sobre os fatos ocorridos em Poxoréu, ainda em 1929, que culminaram na invasão da Delegacia e na morte do delegado, aquilo que era aplicado a Carvalhinho, “um ser da pior espécie”, passou a ser aplicado aos garimpeiros.

Diante disso, o aparato policial ficava ao arbítrio do delegado de plantão, o que provocava reações como a de João Galo, em Poxoréu, e dos garimpeiros Abrão, Filipe, Antônio da Luzia e Major Funga, em Tesouro. A reação dos garimpeiros era contra a truculência dos policiais e os seus métodos de punição, a saber: o ato de amarrar os desordeiros em troncos, nas praças públicas, constituía a maior afronta à população, e prova, ao mesmo tempo, que novas forças sociais e políticas já estavam surgindo no território diamantino, e retornariam ao poder nas décadas seguintes.

O Massacre do Tesouro fez repercutir negativamente a imagem de Mato Grosso em outras partes do território nacional. Embora as notícias dos abusos dos policiais passassem pelo crivo das autoridades estaduais, a história do massacre do Tesouro foi logo noticiada, primeiro em Goiás e depois em Mato Grosso. Em Goiás, as notícias do massacre começaram a ser veiculadas em Balisa por um correspondente do jornal *A Noite* que, ao ter notícia do massacre, passou a colher informações entre os sobreviventes e tornou o acontecimento conhecido em âmbito nacional. Em Mato Grosso, o Jornal *Gazeta do Comércio*, de Três Lagoas, após noticiar os fatos, recebeu do Chefe de Polícia do estado, Daniel de Queiroz, no dia 21 de agosto de 1937, a seguinte nota de esclarecimento: *A bem da verdade e com o fim de vos esclarecer a respeito das últimas ocorrências havidas no Garimpo do Tesouro, tenho a satisfação de vos enviar a cópia do telegrama que, nesta data, enderecei ao Excelentíssimo Senhor Capitão Felinto Müller, Digníssimo Chefe de Polícia da Capital Federa. Em aditamento ao mesmo, esclareço-vos que a origem daquela exagerada notícia partiu do correspondente do jornal A Noite, residente em Balisa, Estado de Goiás, cerca de 50 léguas distante do lugar onde se deu o conflito, e, de Balisa a Tesouro, são difíceis os meios de*

*comunicação. Entretanto, aquele correspondente, ao transmitir a notícia logo no dia posterior, referiu-se que, ao amanhecer, ainda se achavam insepultos seis mortos às portas da Delegacia de Polícia de Balisa.*

A notícia do Massacre do Tesouro chegou também ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. Isso fez com que o Chefe de Polícia do Estado mandasse, no dia 1º de setembro de 1937, telegrama a Felinto Müller, Chefe de Polícia do Distrito Federal, para que este impedisse a veiculação de notícias difamatórias contra as autoridades mato-grossense, pelos jornais do Rio de Janeiro: *Capitão Felinto Müller, Chefe de Polícia – Rio. Levo ao conhecimento de V. Excia. Diversas pessoas neste estado veiculam boatos terroristas emprestando fatos que aqui ocorrem hediondos e violências praticadas autoridades policiais, valendo-se nome V. Excia. Como aconteceu há poucos dias com ocorrências, havidas Garimpo Tesouro, onde pelotão em execução mandado Dr. Juiz, foi capturar criminosos Otávio Corrêa ou Otávio Corrêa da Silva e João Rosa de Brito foragidos autoridades paulistas, cujos criminosos, reunidos companheiros, atacaram escolta com armas de fogo, forçando repelir altura. Naturalmente não devia ocorrer e nem suicidar-se. Como V. Excia. não ignora, zona garimpeira residem elementos foragidos todos estados do Brasil. Dr. Juiz Direito apura ocorrência tudo acordo Leis. Tratando-se região acidentada, despovoada, sem fácil comunicação, como V. Excia. não ignora, autoridades necessitam muita energia desempenho funções e não devem ser tratadas jornais desta Capital como facínoras, quando apenas cumprem abnegadamente dever. Creio não permitir acusações infundadas autoridades, quanto mais o país estando estado de Guerra. Estes alarmes muito vêm perturbando sossego e tranquilidade pública nesta hora que elementos terroristas, inimigos Pátria, lançam miséria a fim aproveitarem confusão. V. Excia. melhor outro saberá avaliar. Quem conhece zona garimpeira leste, sabe quanto mais se presta criação cangaço, carecendo maiores esforços e vigilância autoridades para que não imperar naquelas ricas paragens cangaços e banditismo reinou Nordeste. Colocando fatos devidos termos estou certo V. Excia. às saberá desautorizar empréstimo nome V. Excia. às ocorrências, como também coibir publicações jornais infâmias e misérias enxovalham autoridades, trazem descrédito país, além de intranquilidade pública (apud XAVIER, 1999).*

O texto do telegrama deixava claras duas coisas. A primeira era que o estado, mesmo uma década depois de findado o conflito armado entre José Morbeck e Carvalhinho ainda temia a volta dos coronéis ao território diamantino. Por isso, justificava a ação dos policiais como resultado do cumprimento das ordens emanadas por um juiz de direito que expedira

ordem de prisão contra foragidos paulistas e recordava ao Chefe de Polícia da Capital Federal que a região ainda estava propensa a se tornar vítima do cangaço e banditismo dos coronéis do garimpo. Se os policiais agiram com violência, era porque tinham sido atacados por primeiro. As mortes que se seguiram ao conflito eram naturais em se tratando da execução de uma ordem judicial. A segunda é que ainda imperava na região um clima violento, sendo imputado aos garimpeiros o construto cultural de suas origens, propício ao cangaço e à violência. Numa região tomada pela violência, as autoridades “devem agir” de forma enérgica.

De todo modo, este pode ser considerado como o maior morticínio ocorrido na região garimpeira de Mato Grosso. Não se sabe ao certo quantas pessoas, inocentes ou não, pereceram. O episódio, no entanto, foi o resultado de uma das tantas ações promovidas pelo governo como parte da estratégia de consolidação da incorporação da região sudeste à administração estadual, mas mostra, ao mesmo tempo, que essa incorporação não se deu de maneira pacífica e que as forças políticas dentro do Garças e Araguaia estavam se reorganizando à revelia das ações do governo do estado.

Porém, a consolidação da autoridade de Mato Grosso sobre o território do Garças e Araguaia também se deu de outra maneira. Com o findar das disputas dos coronéis, o território garimpeiro foi aos poucos sendo dividido em circunscrições municipais, livrando-o de ficar sob a autoridade de uma única pessoa como aconteceu na época do coronel José Morbeck.

Após a divisão de Mato Grosso, em 1979, os municípios que compõem a região garimpeira do Garças e Araguaia, segundo a divisão administrativa de Mato Grosso, foram reunidos na microrregião de Tesouro. Alto Araguaia, antiga Santa Rita do Araguaia, Barra do Garças e Dom Aquino passaram a formar parte de outras microrregiões vizinhas do antigo território garimpeiro. Além desses, o território do Garças e Araguaia foi dividido nos seguintes municípios: Guiratinga, município criado pelo Decreto-Lei nº 145, de 29 de março de 1938; Poxoréu, município criado pelo Decreto nº 206, de 26 de outubro de 1938; Tesouro, criado pela Lei nº. 664, de 10 de dezembro de 1953; e Torixoréu, município criado pela Lei Estadual nº 665, de 10 de dezembro de 1953. Os outros municípios da região são de fundação mais recente, e Araguainha, criado através da Lei Estadual nº 1.946 de 22 de Novembro de 1963; General Carneiro, criado pela Lei Estadual nº 2.051, em 03 de Dezembro de 1963; Pontal do Araguaia, criado pela Lei Nº 5.097, de 20 de dezembro de 1991; Ponte

Branca, criado pela Lei Estadual nº 1948, de 11 de novembro de 1963; e Ribeirãozinho, criado pela Lei Estadual nº 5.910, de 20 de dezembro de 1991.

Esta excursão pela história do Garças e Araguaia, que resultou na incorporação da região à administração estadual, abre caminho para reconstruir a história de Poxoréu. Dessa forma, no próximo capítulo, que será dividido em duas partes, sendo que, na primeira, reconstruiremos o período histórico que vai da sua emancipação política, em 1938, até o ano 2000, será possível perceber que o coronelismo garimpeiro do Garças e Araguaia foi um coronelismo guerreiro, encarnado na figura de José Morbeck, e o coronelismo de Poxoréu, cuja data de aparecimento se deu nas eleições de 19 de janeiro de 1947, foi um coronelismo que se apropriou das siglas partidárias, primeiramente da UDN, depois da ARENA, tendo sobrevivido ao Regime Militar, de 1964, e ao retorno à democracia, em meados da década de 1980.



## 4 O CORONELISMO DE POXORÉU

### 4.1 POVOAMENTO E CRESCIMENTO DE POXORÉU

Os eventos violentos ocorridos no garimpo do Alcantilado, no dia 22 de dezembro de 1924, quando ocorreu o massacre dos maranhenses, perpetrado por migrantes baianos, o conflito armado do Garças e Araguaia, que passou das palavras para as vias de fato entre maio e outubro de 1925, e a descobertas de diamantes no sopé do Morro da Mesa, marcam o início da história de Poxoréu, no mês de julho de 1926. Essas descobertas mudaram o curso da história da região. Em julho de 1926, o povoado do Morro da Mesa, visitado pelos maranhenses que fugiam do Alcantilado, liderados por Maroto Sodré, reuniu as condições necessárias para se firmarem as bases da fundação da cidade que receberia, posteriormente, o nome de Poxoréu. Além dos eventos violentos, que marcaram o passado da região, houve também outros fatores que foram decisivos para o crescimento do povoado que se tornou Distrito de Paz, município e comarca, como veremos a seguir.

Entre esses fatores, podemos citar, em primeiro lugar, o confinamento do povo Bororo em colônias militares ao longo do Rio São Lourenço, na bacia do Pantanal ou em reservas demarcadas em outras regiões do Vale dos Coroados. O processo se iniciou com as expedições militares que chegaram, numa só batalha, na década de 1890, a provocar a mortandade de 450 indivíduos dessa tribo, e foi concluído pela sedução dos fazendeiros que foram abrindo extensas áreas de pastagem na região, no início do século XX.

Em segundo lugar, a abundância de diamantes na barra dos Córregos Areia e dos Bororos com o Rio Poxoréu. Como essa confluência é como se fosse o fundo de um grande carumbé e o tipo de diamante encontrado na região fosse de aluvião, ou seja, transportados em diversas eras geológicas para as bacias fluviais, em Poxoréu o diamante foi encontrado tanto nas barrancas dos rios ou no seu leito quanto em locais geologicamente tributários dos rios ou córregos, mais conhecidos como grupiaras ou monchões. A exploração do diamante em Poxoréu começou em 1926 e praticamente desapareceu nos inícios dos anos de 1990.

Em terceiro lugar, aliado a esses dois fatores, o relevo nas proximidades da povoação possibilitou aos fazendeiros que se instalaram na região se beneficiarem dos campos planos e com abundantes pastagens naturais, a savana do cerrado, principalmente para a criação de

bovinos, criando uma estrutura agropastoril que, aos poucos, foi absorvendo parte da mão de obra garimpeira<sup>39</sup>. Essa nova configuração econômica, no entanto, não modificou a situação do garimpeiro que migrou para a atividade agropastoril. Ao contrário, o mesmo modelo de contrato vigente no garimpo, o sistema conhecido como meia-praça, também migrou para as fazendas. Mas havia uma diferença entre os trabalhadores garimpeiros que passaram a se dedicar à pecuária e aqueles que passaram a se dedicar à agricultura. Estes percebiam um salário para cuidar do gado, roçar os pastos e construir cercas. No entanto, não tinham carteira assinada, o que fazia com que eles vivessem à margem da seguridade social.

Outro fator que colaborou para o povoamento de Poxoréu foi a existência de manchas relativamente extensas de solo fértil. Essas manchas estavam localizadas nas proximidades do futuro distrito-sede, mas também foram decisivas para o surgimento de outros distritos de Paraíso do Leste, Jarudore e do povoado de Aparecida do Leste. Também neste caso é possível perceber que o modelo trabalhista empregado no garimpo não passou por mudanças significativas. Os garimpeiros que migraram para a agricultura passaram a enfrentar um modelo estratificado de distribuição da terra que já havia sido apropriada por importantes famílias que migraram para a região<sup>40</sup>. Aqui se faz necessário mencionar que o proprietário de terra em Mato Grosso, em especial na região do Garças e Araguaia, tomava posse do território onde implantaria a sua fazenda, depois requeria junto ao governo estadual a homologação do título de posse, mediante o pagamento de uma quantia relativamente baixa pelo hectare ao governo do estado. O uso da terra para a agricultura, pelos garimpeiros ou não, se dava mediante o mesmo contrato existente no garimpo, ou seja, o do meia-praça, que fazia com que o resultado final da produção fosse dividido em partes iguais com o proprietário da fazenda. Também esse novo agricultor não tinha nenhuma garantia de seguridade social.

A descoberta do diamante nas proximidades do Morro da Mesa possibilitou também, a partir de 1927, a migração dos comerciantes, oftalmologistas, farmacêuticos, padeiros, dentistas, médicos e outros profissionais da Vila de São Pedro e de outras regiões para o povoado que se tornaria posteriormente conhecido como Poxoréu. O comércio mais

---

<sup>39</sup> Segundo o IBGE, o relevo encontrado no município de Poxoréu é distribuído assim: Montanhoso: 10%, Ondulado: 30% e Plano: 60%.

<sup>40</sup> Há uma diferença entre o povoamento de Poxoréu e dos distritos subordinados à sua administração, como Jarudore e Paraíso do Leste e da povoação de Aparecida do Leste. Principalmente Paraíso do Leste e Aparecida do Leste surgiram como fruto da criação de colônias agrícolas pelo governo federal para o povoamento da Região Centro-Oeste, a partir da década de 1930. Nesses locais, foram criados pequenos lotes que foram distribuídos principalmente aos migrantes nordestinos. Contudo, o mesmo processo que se deu nas cercanias do distrito-sede do município se estendeu para esses sítios. Os fazendeiros foram cercando os pequenos lotes com suas fazendas, até, por fim, tomarem toda a região, não sem gerar conflitos com os indígenas ou com os migrantes.

desenvolvido, no entanto, era a compra e venda de diamantes, com uma estrutura mormente importada dos Estados da Bahia e de Minas Gerais, mas que em parte funcionava na clandestinidade, diretamente ligada aos exportadores radicados no Rio de Janeiro e em São Paulo, e dali com os joalheiros e comerciantes de diamantes baseados na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Holanda. Certamente José Morbeck foi o maior beneficiário desse comércio, porque era tido pelos sindicatos de mineração ingleses como o único dono da zona diamantina do Garças e Araguaia. O mesmo tipo de comércio clandestino continuou posteriormente em Poxoréu, tornando-se quase que impossível quantificar o que realmente era prospectado e extraído na sua zona de influência.

A afirmação da vocação urbana de Poxoréu possibilitou também o surgimento de pequenas indústrias próximas à localidade, principalmente aquelas ligadas à construção civil, que fabricavam tijolos e telhas, à fabricação de produtos derivados do leite, como o queijo, o requeijão e os doces, e de derivados da mandioca e de cachaça. Nas matas situadas nas proximidades de Poxoréu também foram criadas pequenas serrarias, que produziam tábuas, vigotas e caibros para serem vendidos no povoado.

Além desses fatores de natureza econômica, também colaborou para o surgimento desse povoado a passagem da Coluna Prestes pelo Garças e Araguaia, entre 1925 e 1927, já quase no fim de sua peregrinação desde o Sul, pelo sul de Mato Grosso, Centro Oeste e Nordeste. Assim como aconteceu em outras regiões, os seguidores de Prestes encontraram a resistência dos chefes civis regionais – e no Garças e Araguaia, com as facções de José Morbeck e Carvalhinho em conflito, ambos procuraram tirar proveito da situação para defender seus projetos e suas posições políticas e econômicas<sup>41</sup>.

Com a fama dos andarilhos revoltosos antecedendo à sua chegada, as lideranças políticas nacional, estaduais e locais, passaram a agir de maneira conjunta. Foi assim que o coronel Horácio Matos aportou na região, tendo partido da Chapada da Diamantina no enalço da Coluna, e os coronéis locais prepararam os garimpeiros para resistir à tentativa de

---

<sup>41</sup> Meirelles (2006) ainda afirma que os sertanejos nunca entenderam o significado do apostolado revolucionário da Coluna. Tanto entre os garimpeiros quanto entre os trabalhadores rurais por onde eles passavam percebiam tinham aspirações e visões diferentes do mundo. Por isso, não falavam a mesma língua. Quanto aos habitantes do Garças e Araguaia, de origem mormente nordestina, acrescenta: “analfabeto, ingênuo e ordeiro, o sertanejo respeita o padre e o chefe político da terra, a quem está sempre pronto a servir, devoto e fiel, como um cão”. À parte a esse olhar negativo sobre o sertanejo, que recai também sobre o garimpeiro, os primeiros habitantes de Poxoréu, passavam por um período de transição no seu posicionamento em relação aos líderes regionais: havia os derrotados, ligados a Morbeck, os pretensamente vitoriosos, ligados a Carvalhinho, e o aparato policial mato-grossense atento aos movimentos dos coronéis. Os garimpeiros que encontraram refúgio em Poxoréu ao mesmo tempo em que fugiam da violência, estavam também, naquele momento, “cavando na terra” as bases de um novo posicionamento político, que seria reforçado pela presença do governo mato-grossense.

recrutamento pelos líderes da mesma. De qualquer forma, a Coluna passou pela região do Garças e Araguaia, alcançando a Colônia Indígena de Sangradouro, e indo, posteriormente, se embrenhar nas matas bolivianas.

No entanto, desde 1926 até os inícios da década de 1990, a constituição do futuro município de Poxoréu passou a ser ditada pelo garimpo, já que logo o seu território foi loteado entre os fazendeiros. Fazendeiros, comerciantes, campangueiros e nômades catadores de diamantes foram ocupando o seu território, que logo ganhou importância em relação ao estado. Poxoréu surgiu no fim do período da República Velha com a marca da luta contra os coronéis, num arranjo político não de todo diferenciado daquele que acontecia em outras partes do território nacional. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, as relações da região com o resto do país já não mais se davam através dos coronéis, mas através do próprio governo estadual<sup>42</sup>.

Em 1929, prevendo o crescimento da povoação, o governo do estado criou uma área de 3.595 hectares como parte do Patrimônio que se destinaria à futura cidade de Poxoréu. Em 1931, o povoado do sopé do Morro da Mesa já contava com aproximadamente de 3 mil habitantes e com considerável quantidade de construções em alvenaria, nisso diferenciando a povoação das outras vilas da região, mormente São Pedro e do Alcantilado, e até dispunha de uma escola primária.

Ainda em 1931, os garimpeiros, ao invés de um contingente policial vindo da parte do governo sediado em Cuiabá, receberam a visita do próprio prefeito de Cuiabá, Júlio Müller, que, segundo o jornal cuiabano *A Plebe*, de 12 de agosto, esteve anteriormente em São Pedro, e a seguir em Poxoréu, disse que “estava animado com aquela intrépida e heróica população dos garimpos, sobre a intrepidez e tenacidade desses laboriosos desbravadores dos sertões mato-grossenses”. Na oportunidade, o prefeito de Cuiabá, circunscrição à qual o povoado de Poxoréu estava subordinado, também ouviu os lavradores nas suas petições relativas à homologação dos títulos da terra, além da abertura de estradas<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> É importante mencionar aqui que, durante o período do coronelismo arcaico, comandado por Morbeck, embora fosse funcionário do governo de Mato Grosso, suas relações eram mais intensas junto ao governo federal, principalmente entre 1919-1922, quando Epitácio Pessoa era Presidente da República, uma vez que era seu cunhado, e, posteriormente, tinha como interlocutor o Senador Antônio Azeredo, que representou Mato Grosso no Senado entre 1906 e 1923.

<sup>43</sup> Naquela ocasião, embora a população urbana fosse relativamente baixa em relação à população rural, a povoação de Poxoréu já possuía alguns serviços básicos de infra-estrutura, uma estrada de rodagem paralela à Cuiabá-Goiás, aberta pelo coronel José Morbeck, que cortava o território no sentido oeste-leste, além de uma ligação com Cuiabá, que conectava a localidade com a mesma estrada Cuiabá-Goiás, no sentido leste-oeste.

O crescimento de Poxoréu, ao contrário dos garimpos de São Pedro, do Alcantilado e dos Sete, se deveu à extensão das áreas circunvizinhas que poderiam ser exploradas, tanto nos mochões e grupiaras quanto nas barrancas e nos leitos dos rios e dos córregos adjacentes. As outras atividades econômicas, mormente a pecuária e a agricultura, embora também em franco desenvolvimento, sempre dependiam da quantidade de diamante recolhida<sup>44</sup>.

Em 1929, foram descobertas outras jazidas de diamante em outras regiões do antigo Estado de Mato Grosso, principalmente nas proximidades das cabeceiras do Rio Paraguai, o que deixou a povoação momentaneamente estagnada. No entanto, novas descobertas fizeram com que a garimpagem se tornasse mais atrativa em Poxoréu e, no dia 16 de fevereiro de 1932, Julio Müller conseguiu do Interventor Federal, Dr. Leônidas Antero de Barros, a assinatura do Decreto 131, pelo qual ficava criado o Distrito de Poxoréu, subordinado também judicialmente a Cuiabá.

A criação do município se deu em 1938 após Julio Müller ser nomeado Interventor Federal para Mato Grosso, já no período do Estado Novo (1937-1945). No dia 26 de outubro desse ano, através do Decreto-Lei nº 208, foi criado o Município de Poxoréu, desmembrado de Cuiabá e com três distritos: Poxoréu, Coronel Ponce, Ponte de Pedra, atualmente Rondonópolis. No dia 31 de dezembro de 1943, mediante o Decreto Lei Estadual nº 545, foi criada a Comarca de Poxoréu.

O crescimento populacional de Poxoréu teve importante incremento entre os anos de 1938 até 1970<sup>45</sup>. Nos finais da década de 1970, mas como fruto do processo de interiorização da ocupação do Brasil Central que começou ainda na época de Getúlio Vargas e também com os incentivos à migração interna iniciados na década de 1960, começou uma nova onda migração, proveniente da Região Sul do Brasil. Essa migração trouxe importantes transformações econômicas para o Estado de Mato Grosso e fez surgir, num espaço de pouco mais de 30 anos, mais de 70 novos municípios, sendo que Primavera do Leste foi o município

---

<sup>44</sup> É importante mencionar aqui que os fazendeiros sempre tiveram uma posição privilegiada no processo de povoamento do Garças e Araguaia. E isso não foi diferente em Poxoréu. Além de implantarem suas fazendas e depois solicitar junto ao governo do estado o respectivo título de posse, eles passaram a ser beneficiados pela garimpagem, porque auferiam renda advinda da exploração do garimpo em suas propriedades, equivalente a 10% do valor do diamante recolhido, como também se beneficiavam do sistema meeiro das plantações familiares de produtos agrícolas. Disponham de pastagens naturais – savanas do cerrado – em abundância. O garimpo se tornou para eles não somente uma alternativa à economia agropastoril, mas também uma importante fonte de renda.

<sup>45</sup> A década referencial de 1970 é significativa devido ao fato de que, em 1979, houve a divisão de fato de Mato Grosso. A antiga região leste, onde Poxoréu está situada, assim como a região do Garças e Araguaia, passaram a fazer parte da mesorregião sudeste de Mato Grosso. Essa divisão trouxe transformações significativas para a parte que ficou conhecida como Mato Grosso, zona que ficou sob a influência de Cuiabá.

que provocou a divisão de Poxoréu, alterando mais uma vez a sua área inicial de 25.509 km<sup>2</sup> quadrados para 6.517 km<sup>2</sup>.

Não existem dados censitários relativos ao ano da criação do município poxoreense. Dados aproximados dão conta de quando foi criado o Distrito de Poxoréu, em 1932, a população residente no povoado naquela época era de 3 mil habitantes. No entanto, em 1940, segundo dados do IBGE (2000), na sua área original, o território de Poxoréu contava com 14.779 habitantes e, em 1950, com 21.720 habitantes. Essa população diminuiu para 16.968, em 1960, porque o município perdeu território para a formação dos municípios de Jaciara, Alto Garças, Itiquira e Rondonópolis, durante a década de 1950. Em 1970, a população total do município chegou a 27.854 habitantes.

Esses dados também permitem acompanhar a distribuição da mão de obra no município:

<b>Tabela 5</b>						
<b>ATIVIDADE PRINCIPAL DA FORÇA DE TRABALHO DE POXORÉU: 1940 -1970</b>						
<b>ATIVIDADE</b>	<b>1940</b>		<b>1950</b>		<b>1970</b>	
Força de Trabalho Total	7.651	%	7.698	%	8.814	%
Garimpagem	4.741	62	2.415	31,8	1.863	21,1
Agricultura, Pastagem	2.426	31,7	4.191	54,4	6.031	68,4
Comércio	178	2,3	242	3,1	259	2,9
Indústria de Transformação	68	0,9	293	3,8	000	000
Atividades Sociais	184	2,4	444	5,8	501	5,7
Transporte e Comunicação	14	0,09	39	0,17	89	0,31
Administração, Defesa e Educação	40	0,27	74	0,34	71	0,25

(Fonte: Brasil - Recenseamento Geral, censos de 1940, 1950 e 1970)

Esse crescimento populacional, aliado ao relativamente alto número dos trabalhadores no garimpo, nos inícios da colonização das terras ao redor das quais se formou a cidade, e a importância dada, principalmente por Júlio Müller, a essa zona garimpeira, mostravam a também, naquele momento, relativa mudança no perfil econômico de Poxoréu. À medida que população aumentava, seria de se supor também o conseqüente aumento da mão de obra nas lides garimpeiras. O processo se deu ao contrário. As possibilidades de trabalho passaram a ser encontradas no campo, principalmente na pecuária e na agricultura familiar, que foi a vocação primeira dos primeiros habitantes não indígenas de todo o Garças e Araguaia.

De todo modo, é possível perceber a importância que o entorno da povoação foi adquirindo no processo de incorporação política e administrativa iniciado por diversos antecessores de Júlio Müller no governo estadual, desde Dom Aquino e passando por Pedro Celestino e por Mario Corrêa da Costa. Júlio Müller, no entanto, foi beneficiado, após os eventos que implodiram a autoridade dos coronéis do garimpo, como já foi afirmado anteriormente, pela nova situação que passou a vigorar no País, graças à ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1930.

Júlio Müller, além de estabelecer, nos idos de 1931, uma relação que ainda não havia sido posta em prática pelo alto escalão do governo estadual em relação aos garimpeiros, realizou sua primeira visita às terras de Poxoréu. Após ter sido nomeado por Getúlio Vargas como Interventor para Mato Grosso (1937-1945), passou também a usar uma nova relação com população garimpeira, produzindo uma “linguagem” que, como já foi mencionado, exaltava a laboriosidade dos nômades catadores de diamante em vez de imputar-lhes a responsabilidade por atos violentos como acontecia nos governos anteriores<sup>46</sup>.

Júlio Müller também se empenhou, durante os anos em que foi Interventor Federal para Mato Grosso, em promover a emancipação político-administrativa do município. O município foi criado, como foi visto acima, em 26 de outubro de 1938 e no próprio decreto de criação do mesmo já estava também prevista a emancipação judiciária do mesmo em relação a Cuiabá, que se daria em 1943.

Esta excursão sucinta pela história dos inícios do povoamento de Poxoréu dá abertura para um próximo passo, ou seja, a tentativa de reconstituição da aventura administrativa poxoreense em dois tempos, sendo que o primeiro se situa no período do Estado Novo e, o segundo, no período que vai de 1947 até o ano 2000. Esses dois períodos são importantes porque, no primeiro, em certo sentido, os políticos locais ficaram de fora do comando do município, e, no segundo, com o estabelecimento das eleições diretas, após a Segunda Guerra, pela Constituição de 1946, aconteceu o retorno dos políticos locais ao poder municipal, despontando no horizonte político de Poxoréu a família Rocha, que marcaria por mais de meio século a vida poxoreense, tanto política quanto economicamente.

---

<sup>46</sup> Uma abordagem que difere daquela encontrada na Mensagem enviada por Mário Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa Estadual, em 1929, e do testemunho de Ribeiro (1958), para quem Mário Corrêa tratava os garimpeiros como canalhas.

## 4.2 POXORÉU NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Como já foi mencionado no capítulo anterior e no início deste, a fundação de Poxoréu se deveu a diversos fatores. O conglomerado urbano mais próximo de onde atualmente se encontra a sede do município era a vila São Pedro. Ali, imperava o clima de violência causado não somente pelas desavenças entre os baianos e os maranhenses, mas também pelo ambiente propício a ela existente na região de garimpo. Na região do Garças e Araguaia, havia a luta entre as facções de José Morbeck e Carvalhinho, este último como representante do estado e os temores de uma possível ação da Coluna Prestes (1925-1927) que pudessem desestabilizar o projeto de incorporação administrativa do território diamantino administração estadual.

A conjunção desses fatores fez com que a sorte dos dois mais importantes coronéis garimpeiros do sudeste mato-grossense entrasse naquele momento em contato com Horácio de Matos, coronel baiano que perseguia a Coluna Prestes, então em busca de desterro na Bolívia, mas também abriu caminho para o surgimento de um novo modelo político, que seria implantado após o período do Estado Novo, de subordinação da população a novos líderes locais, ligados à estrutura partidária implantada a partir da Constituição de 1946.

Terminados os combates do Garças e Araguaia, entre maio de 1925 e janeiro de 1926, a descoberta de diamantes no sopé do Morro da Mesa, em julho de 1926, transformou o povoado num local de refúgio tanto dos fugitivos de São Pedro quanto do resto da região. Os garimpeiros temiam que viessem a acontecer novos recrutamentos para as disputas entre os coronéis ou contra o estado. Embora tenha sido substituído no governo estadual em 1930, o projeto de Mário Corrêa da Costa de impedir a volta dos coronéis garimpeiros ao domínio recentemente conquistado do território teve continuidade, graças ao modelo de governo adotado por Getúlio Vargas de nomear Interventores para os estados (Cf. Art. 9º da Constituição de 10/11/1937).

Para Poxoréu, a nomeação de Júlio Strubing Müller como Interventor para Mato Grosso, entre 1937 e 1945, se revelou de extrema importância porque, mesmo antes de a povoação ser elevada a município, ele, como Prefeito de Cuiabá, havia feito a primeira visita de um membro do alto escalão administrativo do estado à região, em 1932. Foi graças a Júlio Müller que Poxoréu foi elevada a distrito, em 1932, depois a município, 1938, e durante esse ato, já foram preparadas as bases para se tornar emancipado judicialmente de Cuiabá, com a criação da Comarca de Poxoréu, em 1943, como já foi mencionado acima.

Portanto, tendo sido criado como município no período do Estado Novo<sup>47</sup>, Poxoréu conviveu por duas legislaturas, a saber, 1939-1943 e 1943-1947, com prefeitos nomeados pelo interventor. Assim sendo, os dois primeiros prefeitos de Poxoréu foram, respectivamente, Luis Coelho de Campos, mais conhecido como Coronel Luisinho, que era possuidor de uma fazenda nas proximidades de onde hoje se encontra a cidade de Rondonópolis. O coronel Luizinho, como era chamado, governou Poxoréu de 1º de janeiro de 1939, até o dia 26 de março de 1943.

O segundo prefeito nomeado de Poxoréu foi o cuiabano Rachid J. Mamed. Rachid Mamed governou o município de 26 de março de 1943 até 29 de outubro de 1945. Tornou-se, em 1945, comprador de diamantes, e, na primeira legislatura após o Estado Novo, se tornou Deputado Estadual Constituinte, em 1947, pelo PSD, sendo reeleito por duas vezes consecutivas para o mesmo cargo na Assembleia Legislativa, entre 1950 e 1954 e entre 1954 e 1959. Para as legislaturas seguintes, a saber: de 1954-1959 e de 1959-1963, candidatou-se e saiu vitorioso para o cargo de Deputado Federal, pelo PSD, e na eleição de 1967, para a legislatura de 1967-1969, concorreu ao mesmo cargo pela ARENA. Não terminou o mandato nem concorreu à reeleição seguinte porque foi nomeado para o cargo de Ministro do TCE-MT, em 24 de novembro de 1969.

Além de Prefeito, Deputado Estadual e Deputado Federal, Rachid Jorge Mamed foi também Subdelegado de Polícia do Distrito e atualmente Município de Tesouro, em 1941. Na Assembleia Legislativa, exerceu o cargo de Presidente da casa, em 1956. No Congresso Nacional, participou das Comissões Mistas que culminaram no Projeto de Emenda Constitucional 3/1967, que suspendia a vigência do Art. 28, Inciso I, cujo fundamento era a eleição para prefeitos e que, na mudança operada, passou a vigorar a eleição indireta para prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades de fronteira, com base no princípio da segurança nacional. Também participou, como Vice-Presidente, da Comissão Mista, na qual foi criada a SUDECO, em 1967. Foi membro das Comissões Permanentes de Agricultura, de Minas e Energia, em 1967, e suplente da Comissão de Transporte, em 1967. Participou, ainda, como membro titular da Comissão Especial para a Valorização Econômica da Amazônia, em 1967, e da CPI criada para apurar a venda de terras brasileiras a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, em 1967. Foi, por fim, membro da Associação Interparlamentar de Turismo, em 1967. Morreu em São Paulo, em 1988.

---

<sup>47</sup> O Art. 27, da Constituição outorgada, de 1937, dava suporte ao governador para nomear livremente os prefeitos.

Embora a Constituição de 1937, no seu Artigo 26, assegurasse autonomia organizativa aos municípios, de acordo com “seu peculiar interesse”, e assegurasse também a “escolha dos Vereadores pelo sufrágio direto dos munícipes alistados eleitores na forma da lei”, a instalação da primeira Câmara Municipal de Poxoréu somente se deu após a eleição de 19 de janeiro de 1947. Naquele ano, o vereador mais votado no município foi Joaquim Nunes Rocha, pela UDN. Outro vereador que foi eleito para compor a primeira Câmara dos Vereadores foi Antônio Félix de Oliveira, pelo PSD, que, seria eleito prefeito para a legislatura que se iniciaria em 1950.

#### 4.3 UM DOS ÚLTIMOS CORONÉIS DO SUDESTE MATO-GROSSENSE

Após as duas legislaturas com prefeitos nomeados, o fim do Estado Novo trouxe também mudanças significativas no cenário político nacional. Getúlio Vargas renunciou, após 15 anos de governo, e abriu caminho para a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, que restabeleceu o regime democrático e as garantias das liberdades individuais dos brasileiros. Além disso, foi criado o novo sistema partidário, que passou a vigorar já na eleição de 1947.

Em Poxoréu, os políticos locais se organizaram em torno dos partidos UDN, PSD, PTB e PCB, sendo que o udenismo passou a imperar na política municipal<sup>48</sup>, com a eleição de Joaquim Nunes Rocha, que praticamente comandou a política partidária do município por mais de cinquenta anos<sup>49</sup>. No entanto, posteriormente, antes golpe militar de 31 de março de 1964, as disputas pela prefeitura do município se restringiram a praticamente dois partidos, ou

---

<sup>48</sup> Enquanto perdurou o sistema partidário que passou a vigorar na eleição de 1947.

<sup>49</sup> As análises aqui apresentadas sobre a vida partidária em Poxoréu estão de acordo com o estudo de Maria Manuela Renha de Novis Nevis (2001). Segundo a autora, “*Ao analisar as bases udenistas mato-grossenses pode-se, desde logo, contrapor a urbana Cuiabá de Benevides (para quem o povo não estava representado na UDN: Maria Vitória de Mesquita Benevides: A União Democrática Nacional. Os Partidos Políticos no Brasil, Brasília: UNB, 1981, V. 1): a julgar pela capital, o “povo” – no sentido das massas populares – não está excluído da UDN. De fato, é conhecida a identificação das bases populares da capital com a UDN e não com o PTB. Por certo, tal fato deveu-se às deficiências de organização trabalhista, sem esquecer a forte presença de um proletariado burocrático dependente da máquina estadual e, portanto, condicionado pela “política de clientela”. Parcelas dessa massa urbana, incompatibilizadas com as referências do PSD, poderiam ter optado pela UDN, descartando o PTB “adesista” e pouco influente no poder. As bases petebistas teriam migrado para a UDN?*”. A mesma autora colheu a explicação desse fato, em Poxoréu, nas palavras de Joaquim Nunes Rocha: “*É, deveriam ser as bases (do PTB), mas não foram porque surgiu como formador do PTB o Júlio Müller, que era um ex Interventor Federal no estado. E, de outro lado, do PSD, toda a cúpula dominante; o PTB que deveria ser o partido proletário, do povo, da massa, passou a ser o partido de elite, de empresários. E a UDN, então, encontrou o campo largo para se organizar*” (NEVIS, 2001, p. 126).

seja, a UDN e à coligação PSD/PTB, que se transformaram em ARENA e MDB, com a reforma partidária criada pela Lei Complementar de nº 4, de 20 de novembro de 1965.

A eleição de 1947 trouxe para o cenário político do município não somente a vida partidária, mas também a possibilidade de os próprios poxoreenses escolherem os seus representantes, rompendo com a política intervencionista implantada pelo antigo presidente do estado, Mário Corrêa da Costa, que tinha por finalidade impedir a volta do coronelismo ao comando da região garimpeira.

Contudo, já na primeira eleição, os cidadãos do município assistiram a uma disputa acirrada entre a UDN e a coligação PSD/PTB, que resultou na fuga daquele que o tribunal eleitoral declarou ser o prefeito eleito. Para essa disputa, concorreram, pela UDN, João Marinho Falcão, e, pelo PSD/PTB, Orlando Murare. O presidente da eleição, o juiz de direito João da Cunha Cavalcante, após abrir a primeira urna do distrito-sede municipal constatou que cada candidato havia recebido 107 votos. As outras urnas também foram confirmando os resultados dessa primeira urna. No entanto, uma urna instalada na seção do garimpo da Raizinha, localidade situada nas proximidades da rodovia MT-373, que liga Poxoréu aos municípios de Juscimeira e Jaciara, na BR-364, deu a vitória a Orlando Murare.

Esses resultados criaram um imbróglio na política poxoreense. As disputas passaram para o campo da justiça eleitoral. Orlando Murare buscou refúgio em Guiratinga, município vizinho de Poxoréu, diante das ameaças advindas dos partidários da UDN. João Marinho Falcão, no entanto, alheio às disputas judiciais e às contestações dos adversários, tomou posse e passou a comandar o governo municipal, tornando-se alvo de forte oposição.

A coligação PSD/PTB, ciosa da vitória do seu candidato, passou a brigar na justiça pela restauração dos resultados as urnas, saindo, por fim, vencedora. O prefeito que havia assumido, João Falcão, teve que deixar o Paço Municipal, mas as incertezas continuaram. Instado a assumir o cargo, Orlando Murare, temendo ser alvo de retaliação dos adversários e também temendo pela própria vida, renunciou ao mandato, ainda em 1947, preferindo permanecer em Guiratinga. Essa renúncia criou a vacância na prefeitura, uma vez que não havia o cargo de vice-prefeito na época.

O município de Poxoréu tinha com apenas onze anos quando também foi eleita a primeira composição dos membros da câmara de vereadores. O candidato mais votado entre os munícipes foi Joaquim Nunes Rocha, eleito pela UDN, que se tornaria o político mais influente na política regional e local, desde os tempos dos coronéis, e cuja vida útil na

política, naquele momento, ainda não podia prever o seu prazo de validade, pois sobreviveria à prisão, em 1947, governaria o município por uma legislatura, seria por duas vezes Deputado Estadual e por uma vez Deputado Federal durante o regime militar, veria o filho Lindberg Ribeiro Nunes Rocha ser prefeito por quatro vezes. Seria também Procurador Geral da SUDECO; também assistiria a outro filho, Louremberg Ribeiro Nunes Rocha, exercer o cargo de Deputado Federal e Senador, além de exercer a função de Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso.

Casado com Irantina Ribeiro Vilela Rocha, da família Ribeiro Vilela, família que foi pioneira na colonização oeste da região do Garças e Araguaia, encontrou na união com essa família o suporte de necessário para criar as próprias bases políticas no município.



**Foto 9** - Joaquim Nunes Rocha  
(Arquivo: Câmara Federal)

A ficha política de Joaquim Nunes Rocha é extensa. Foi Presidente do Diretório da UDN, em Poxoréu, de 1948 a 1964. Com a reforma partidária de 1965, que reuniu os partidos UDN e PSD mais conservadores na ARENA, e os partidos PTB e PSD, progressistas, no MDB, transferiu-se para a ARENA. Quando dessa reforma partidária, Joaquim Nunes Rocha se tornou membro e líder do Diretório da ARENA em Poxoréu. Assumiu o cargo de Deputado Estadual, como primeiro como suplente, de 1962 a 1966, após deixar o cargo de vereador, e depois foi eleito por duas legislaturas, entre 1967 e 1970 e entre 1971 e 1974, sendo que,

nessa última legislatura, exerceu também o cargo de líder da bancada da ARENA e líder do governo, na Câmara dos Deputados.

Após esse período representando Poxoréu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, candidatou-se a Deputado Federal, tendo sido eleito para a legislatura de 1975 a 1979. Na Câmara dos Deputados, participou das Comissões Permanentes de Constituição e Justiça, como membro efetivo, em 1977; de Finanças, como membro efetivo, no triênio 1975-1977; de Transportes, como membro suplente, em 1975. Também participou como membro suplente da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, em 1975, e das CPIs para o Sistema Financeiro de Habitação, em 1976, e para o Sistema Fundiário, também em 1976.

Por esses serviços tanto em âmbito local e estadual como em âmbito federal, Joaquim Nunes Rocha, além de cindir a sua história pessoal com a história de Poxoréu, foi considerado como um dos grandes caciques ou leões<sup>50</sup> da política mato-grossense, como representante da UDN, e, posteriormente da ARENA. Rochinha, como esse goiano de Tocantinópolis, atualmente Tocantins, ficou conhecido, chegou à região de Poxoréu na década de 1930. Como “ícone” da história do município, muitos dos fatos ali ocorridos passaram pelo filtro do seu perfil de historiador, como, por exemplo, a história do incêndio da Vila de São Pedro, ocorrido em 1927.

A história política de Joaquim Nunes Rocha começou, portanto, na eleição de 19 de janeiro de 1947, eleição na qual despontou como vereador mais votado. Os resultados dessa eleição foram contestados pela coligação PSD/PTB, inclusive resultando na cassação dos mandatos dos candidatos eleitos pela UDN, mas o prepararam para galgar outros cargos na política estadual e tornar-se o líder mais lembrado da história de Poxoréu e como um dos caciques da UDN de Mato Grosso.

Do imbróglio criado com a renúncia de Orlando Murare ao cargo de prefeito de Poxoréu, em 1947, e com o impedimento judicial do candidato derrotado, João Falcão, Poxoréu ficou sem prefeito já na primeira eleição realizada no município. Coube, então, à Câmara Municipal decidir sobre quem deveria assumir o comando da prefeitura.

A justiça eleitoral convocou novas eleições, principalmente na região da Raizinha, que era o local da contestação judicial pela coligação PSD/PTB, na qual os vereadores da

---

<sup>50</sup> para usar a terminologia de Vilfredo Pareto, que concebia a política como algo muito próximo ao zoológico, e, na época da Revolução Francesa, via os jacobinos como jovens leões famintos, muito ágeis e sanguinários.

coligação comandada por Joaquim Nunes Rocha, da UDN, que havia juntado forças com o PST, foram confirmados nos cargos e diplomados, em Cuiabá, pelo então Desembargador Alírio de Figueiredo. Assim, como vereador mais votado, Joaquim Nunes Rocha foi conduzido também ao cargo de prefeito.

No entanto, no dia 21 de outubro de 1948, todos os mandatos dos vereadores eleitos pela coligação UDN/PST, no ano anterior, foram cassados. A polícia invadiu a Prefeitura e confiscou as chaves do local. Com a maioria restabelecida no legislativo municipal, a UDN convocou a oposição para uma reunião com a finalidade de tratar dos assuntos de interesse do município. O local da reunião foi, então, invadido pela polícia e dali saíram presos todos os vereadores da coligação UDN/PST, naquele momento sob a acusação de terem tomado o prédio da Prefeitura. O ato da prisão foi liderado pelo tenente Antônio Ribeiro, que levou os vereadores para a Delegacia de Polícia, onde foi aberto inquérito por perturbação da ordem pública.

O conflito criado na cidade teve logo repercussão em Cuiabá. O Deputado Estadual pela UDN, Sebastião de Oliveira<sup>51</sup>, ligado às causas dos garimpeiros, viajou a Poxoréu com o propósito de defender os réus. No tribunal que se instalou, assim que o advogado de defesa começou a sua preleção, diante do juiz Antônio dos Santos Lima, também recebeu voz de prisão.

Essa prisão exigiu um jogo de arranjos políticos sem precedentes na história de Poxoréu. O advogado-deputado somente foi solto após a intervenção de um importante político municipal, Argemiro Rodrigues Pimentel, cearense que migrou de Araripe para Mato Grosso, na década de 1930. Foi Argemiro Pimentel quem lançou as bases para a fundação daquela que é hoje a cidade de Dom Aquino. Em Mato Grosso, primeiro se fixou nas proximidades de Tesouro. Depois, migrou para a região de Paraíso do Leste, quando Getúlio Vargas deu início à Marcha para o Oeste, criando as Colônias Nacionais. Diante dos incentivos dados pelo governo federal para a implantação de colônias agrícolas, Argemiro Pimentel passou a liderar a marcha dos migrantes cearenses para essa região. O primeiro grupo chegou a esse território, atualmente parte do município de Poxoréu, por volta de 1941 ou 1942. A partir daí, Argemiro Pimentel se tornou um líder respeitado na região, prestando serviços ao governo estadual. Em Poxoréu, depois seria também vereador, entre 1959 e 1963.

---

<sup>51</sup> Pai de Dante de Oliveira, que, posteriormente, terá participação decisiva, na década de 1970, na solução do conflito entre o governo federal e os garimpeiros, como parte da resistência contra a Portaria 1.504, de 26.7.1979, evento que ainda será tratado neste capítulo.

Foi assim que, usando de sua influência junto às autoridades baseadas na capital e em Poxoréu, intercedeu pela libertação dos réus, principalmente do Dr. Paraná, como era comumente conhecido o Deputado Sebastião de Oliveira. Após a libertação do deputado udenista, os ânimos se acalmaram e os vereadores eleitos foram substituídos pelos seus respectivos suplentes. Assim, com apenas quatro vereadores, dos sete eleitos no ano anterior, Antônio Felix de Oliveira, eleito pelo PSD/PTB, concluiu o primeiro mandato de prefeito de Poxoréu.

A partir desse imbróglio, a vida do município passou a ser considerada como parte do patrimônio político de Joaquim Nunes Rocha. Nas eleições de 1950, foi novamente eleito Antônio Felix de Oliveira, mas não tomou posse devido à sua morte, acontecida em circunstâncias misteriosas. Em eleição suplementar realizada no dia 09 de julho de 1951, Joaquim Nunes Rocha ganhou o direito de dirigir a prefeitura até o ano de 1954.

Enquanto aumentava a sua zona de influência em âmbito estadual, Joaquim Nunes Rocha também passou a assistir à ascensão de seus filhos na política municipal, estadual e federal. Os dois filhos que se destacaram na política foram Lindberg e Louremberg Ribeiro Nunes Rocha. O primeiro, Lindberg, assumiu pela primeira vez o cargo de vice-prefeito de Poxoréu, em 1967, no lugar do prefeito eleito, que pediu licença do cargo e ficou afastado por um período de 14 meses. Na legislatura seguinte, 1970, conseguiu eleger-se prefeito, cargo que voltou a assumir em 1983, e em 1997.

O segundo, Louremberg, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, USP, 1965; curso de especialização em Direito Processual Civil e Teoria Geral do Processo, 1969-1970; Mestrado em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito, Faculdade de Direito da USP, 1971-1973, período no qual exerceu também a função de professor assistente de Direito Civil na PUC-SP. Ainda em São Paulo, exerceu, nesse mesmo período, as funções de Procurador do Estado de São Paulo, Procurador da Fazenda Nacional e Consultor Jurídico da Secretaria de Educação de São Paulo. Em Mato Grosso, foi Secretário Estadual de Educação entre 1973-1975, Vice-Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, entre 1975-1978, ao mesmo tempo em que exerceu também o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural de Mato Grosso. A partir de então, sua vida política transitou pela ARENA, pelo PP, pelo PPR, PMDB e PTB, entre 1979 e 1988. Exerceu atividades partidárias como Vice-Líder do PMDB, no Senado Federal. Foi líder do movimento de peemedebistas mato-grossenses, até, finalmente, filiar-se ao PMDB, pelo qual foi eleito Senador para a legislatura que começou em 1986.

Joaquim Nunes Rocha construiu a sua carreira política no município de Poxoréu e no estado e em âmbito federal de maneira diferente dos coronéis guerreiros que dominaram a região diamantina do Garças e Araguaia no primeiro quartel do século. Politicamente, não estava vinculado aos líderes tradicionais da política estadual por laços de parentesco. Construiu a sua liderança a partir do sistema partidário que emergiu com volta da democracia, em 1946, e foi se adaptando aos momentos políticos pelos quais passou o país a partir de então. A sua vida partidária conheceu um trânsito que começou pela UDN, entre 1946 e 1966, passou pela ARENA, entre 1966 até a reforma partidária de 1979, e pelo PP.

No entanto, nem mesmo a intensa vida partidária foi capaz de deixar de identificá-lo como “coronel”. As raízes históricas de suas bases coronelistas podem ser encontradas na maneira como foi investindo na própria carreira política até se vincular a um partido. Juntamente com a posse de suas fazendas, sendo mais famosa aquela que se encontra nas proximidades da região conhecida como Águas Emendadas, que se limita com a região do Córrego das Alminhas, onde se situava a fazenda da família Ribeiro Vilela, desde o início do século, coligou-se com essa família, casando-se com Irantina Ribeiro Vilela. Essa família era numerosa e também esteve ligada politicamente ao município, tendo inclusive um deles, Antonio Ribeiro Vilela, vulgo Tunico Vilela, eleito vice-prefeito para a legislatura que começou em 1963.

Contudo, o longo período de cinquenta e quatro anos de aparente regularidade no domínio da vida política de Poxoréu por Joaquim Nunes Rocha teve um primeiro revés ainda na segunda metade da década de 1960. Nas eleições de 1966, resultaram eleitos para prefeito, o senhor Antônio dos Santos Muniz, e, para vice-prefeito, o Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, ambos da ARENA. No meio do mandato, mais precisamente em 1968, o prefeito pediu afastamento, ausentando-se da Prefeitura por um período de quatorze meses, período no qual Lindberg assumiu pela primeira vez o comando do município.

Após assumir o mandato como prefeito, Lindberg também teve que se ausentar do município em diversas ocasiões, para a correção de um problema de visão, tratamento esse realizado no Rio de Janeiro. Em 1968, durante uma de suas ausências, a mais prolongada, os vereadores da oposição se mobilizaram e passaram a reivindicar o direito de dirigir o paço municipal. O substituto legal do prefeito seria Antônio Mandú da Silva, uma vez que o afastamento do prefeito havia sido votado na Câmara dos Vereadores e o vice-prefeito, no exercício do cargo de prefeito, se encontrava ausente do território municipal.

Do Rio de Janeiro, Lindberg passou a enviar telegramas seguidos aos vereadores da situação para que não apoiassem a ascensão de Mandú ao cargo de prefeito. Os ânimos ficaram exaltados e a Câmara Municipal presenciou uma sessão tumultuada na qual os aliados de Lindberg, liderados por Jubal Martins de Siqueira, defendiam a titularidade do prefeito em exercício. Os vereadores acabaram por cassar o mandato do titular, o Prefeito Antônio Muniz.

O complicador desse imbróglio era que o mandato de Mandú como presidente da Câmara Municipal também estava no fim. A nova eleição para compor mesa diretora do legislativo somente se daria no dia 30 de janeiro de 1969, num momento em que o prefeito em exercício ainda se encontrava ausente do território municipal. Diante do impasse criado e com a base aliada de Lindberg rechaçando a ascensão de Mandú, a justiça eleitoral interveio, nomeando um interventor para o município, na pessoa do tenente Sebastião Santana Sol, que exerceu a função por um curto período.

Mais uma vez entrou em cena Joaquim Nunes Rocha, naquela ocasião já exercendo o cargo de Deputado Estadual. Com a experiência de quem teve o mandato cassado nos inícios da experiência legislativa de Poxoréu, em 1947, e na ausência do prefeito no exercício do cargo manobrou, inclusive com alguns vereadores da oposição, para que a casa legislativa elegeisse Jurandir Xavier como Presidente do legislativo municipal, para que assim ficasse assegurado o cargo do prefeito no exercício do cargo.

Percebendo a manobra, a oposição também se articulou em torno do nome de outro vereador, suplente, Osvaldo Vieira, mais conhecido como Veio do Chico Pinga, que, tendo sido eleito, assumiu imediatamente o cargo de Prefeito, no lugar do interventor Santana Sol. Vieira ficou no cargo por um período de trinta dias. Enquanto isso, o prefeito licenciado, Antônio Muniz, conseguiu anular, na justiça, a cassação do seu mandato pelos edis, e assumiu novamente a Prefeitura, passando para o partido de oposição, o MDB.

Assim, num curto período de no final de 1968 e início de 1969, a cidade contou com quatro prefeitos, a saber: Lindberg Ribeiro Nunes Rocha (ARENA), Sebastião Santana Sol (interventor), Osvaldo “Veio” Vieira (MDB) e o retorno de Antonio dos Santos Muniz (ARENA, até 1969, quando passou para o MDB).

A tentativa de Joaquim Nunes Rocha de promover uma articulação que resultou na sua derrota dentro do espectro político municipal pode ter sido o início da desarticulação do seu coronelismo na região, mas cujo fim somente se daria na eleição do ano 2000, quando Louremberg já tinha concluído o seu mandato de senador e Lindberg, aproveitando-se do

artifício jurídico da reeleição, criado pela Constituição de 1988, tentou reeleger-se para o cargo de prefeito, naquela ocasião filiado ao PTB, tendo sido vencido por Antônio Rodrigues da Silva ou Tonho do Menino Velho, que disputou a eleição pelo PMDB.

No entanto, a presença influente da família Rocha na política municipal, estadual e federal, bem como de outros políticos, dos quais nos limitamos apenas a mencionar o nome, como Bento Porto, que foi Deputado Estadual, Rachid Jorge Mamed, o segundo prefeito, na década de 1940, não se refletiu no desenvolvimento econômico do município.

A grande obra que resta dessa administração que perdurou sob a sua esfera de influência foi a Usina Hidrelétrica José Fragelli<sup>52</sup>, concluída em 1977, mas que, devido à falta de um plano de manejo de exploração das reservas diamantíferas ainda abundantes nas cabeceiras dos rios e córregos, seus tributários, foi totalmente assoreada. As outras obras realizadas nas diversas administrações da família Rocha, mormente de Lindberg, foram de caráter pontual, como a construção do prédio da prefeitura, nas proximidades do Balneário Lagoa, ou do Ginásio de Esportes Cinquentão, em 1988, erguido para comemorar os cinquenta anos da emancipação político-administrativa de Poxoréu. Outra importante criação de Lindberg, ainda na década de 1980, foi a CODEP, com a qual foram feitas obras de pavimentação com paralelepípedo ou lajota nas ruas próximas ao centro antigo da cidade.

Em 1992, Joaquim Nunes Rocha tentou eleger-se mais uma vez para o cargo de prefeito, mas foi derrotado. Morreu no dia 20 de novembro de 2001, em Cuiabá, e foi sepultado no dia seguinte em Poxoréu. O Jornal *Diário de Mato Grosso*, na sua Edição nº 10101, de 21/10/2001, estampou a seguinte manchete, para definir a sua atuação política: *Morre Rochinha, um dos últimos coronéis de Mato Grosso*. Sua família concluiu o último mandato eletivo no ano 2000, quando Lindberg Ribeiro Nunes Rocha perdeu a eleição na qual resultaria reeleito para prefeito.

#### 4.4 LUTAS

Enquanto a política produzia os seus fatos, a economia de Poxoréu, ao longo do século XX, também passava por transformações. Nos 62 anos de história que marcaram a sua

---

<sup>52</sup> Constituinte em 1947; deputado estadual de 1947 a 1954; líder da oposição em Mato Grosso pela UDN (1947 a 1951); líder do governo pela UDN (1951 a 1953); deputado federal (1955-1959); governador de Mato Grosso entre 1970 a 1974; senador (1-11-80 a 31-1-87); presidente do Senado Federal (1985-1987); presidente do Congresso Nacional (1985-1987); presidente da República interino (28 a 30-9-1986 e 9 a 14-9-1986).

emancipação, entre 1938 e 2000, ao lado do esgotamento das reservas diamantíferas, houve também o incremento da economia pastoril, mais do que agrícola, para, por fim, processar-se a passagem para o agronegócio, este situado sob a zona de influência de Primavera do Leste e Campo Verde, ao longo da BR-070, a partir da década de 1980.

No entanto, nem mesmo a suplantação pelo perfil pastoril pela economia garimpeira, ainda na década de 1950, trouxe os benefícios esperados em vista da incorporação econômica do município à economia do estado, em especial após a divisão de Mato Grosso, em 1979, momento em que o cerrado mato-grossense se beneficiou com a vinda dos migrantes do Sul para as áreas do cerrado e também para o bioma amazônico, onde passaram a praticar a agricultura e a implantar a indústria madeireira.

A produção diamantífera de Poxoréu atingiu o seu apogeu na década de 1940, tendo sido superada pela produção agrícola na década de 1950. Em 1956, as atividades ligadas à pecuária suplantaram em valores absolutos a arrecadação com a extração de diamantes, ou seja, o valor da população bovina era estimado em 167 milhões de cruzeiros, contra a produção anual do carbonífero equivalente a 100 milhões de cruzeiros. Esses dados sugerem também a migração do pessoal alocado nos garimpos para as atividades pastoris.

Na década de 1970, mais precisamente a partir de 1978, essa produção mineral teve um incremento, convertendo mais uma vez o município num importante centro produtor nacional de diamantes.

Começava, então, uma disputa entre o governo federal e os garimpeiros. O Ministério de Minas e Energia expediu concessão de direito de exploração da área diamantífera próxima a Alto Coité a uma mineradora multinacional, cujo nome fantasia era Mineradora São José, mas, em princípio apenas autorizou os estudos *in loco* dos representantes da empresa. Tais estudos<sup>53</sup> tinham sido precedidos por uma série de pesquisas realizadas sobre a dimensão aluvionar diamantífera do Rio Coité, mas não confirmavam a aplicação da Concessão, a não ser pela presença dos funcionários da empresa, que passaram a demarcar os limites da área a ser explorada. Na prática, essa demarcação seria seguida por um ato do governo, homologando a concessão extração do diamante pela da mineradora.

---

<sup>53</sup> O DNPM/MT recebeu pelo menos 26 outros Processos de Solicitação de pesquisa ou de diamante ou de diamante industrial, no território de Poxoréu e na divisa deste com o território do município de Tesouro, emitidos por diversas mineradoras com sedes nos Estados do Rio de Janeiro e Goiás, a partir de 1978 (DOURADO, 2009).

Diante disso, os garimpeiros passaram a se organizar, a fim de impedir qualquer ato normativo autorizando a possível concessão. Para eles, essa autorização implicaria necessariamente na sua expulsão do seu campo de trabalho<sup>54</sup>. Pressentindo a diminuição do seu campo de trabalho, em especial para uma área que ainda estava sendo explorada, nas proximidades de Alto Coité, passaram a acompanhar de perto os trabalhos de demarcação da reserva a ser explorada pelos representantes da Mineradora São José. Essa delimitação consistia em marcar as árvores a leste e a oeste e a norte e a sul do território no qual os faiscadores individuais poderiam trabalhar sem penetrar o território destinado à mineradora.

Os garimpeiros se uniram para defender os seus direitos de exploração do diamante em todos os sítios diamantíferos de Poxoréu. Enquanto os representantes da mineradora iam “demarcando”, eles iam “desmarcando” os sinais deixados nas árvores. Além disso, passaram a mobilizar políticos de diversos partidos e sindicatos tanto da cidade quanto do estado, para agir em seu favor, enquanto iam se armando com cartucheiras, revólveres, machados, foices, enxadas, alavancas, e toda espécie de armas que pudessem ser utilizadas na defesa do território de onde tiravam o seu sustento.

A mobilização continuou, porque, após os estudos dos representantes da Mineradora São José, os garimpeiros esperavam por um pronunciamento do Ministério das Minas e Energia sobre a ratificação ou não da concessão dos direitos de exploração do diamante na área demarcada. Poxoréu passou, então, a ser o centro das atenções em âmbito estadual e federal. Os garimpeiros conseguiram o apoio de Dante de Oliveira, que depois proporia a Emenda das Diretas Já, votada pelos congressistas no dia 25 de abril de 1984, no fim do governo militar, em 1985, e que seria governador do estado de 1995 a 2002, do Deputado Bento Porto, político de naturalidade poxoreense, além de receberem a visita do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Deputado Federal Ulisses Guimarães, e de Carlos Bezerra, posteriormente deputado federal, entre 1979 e 1983, governador, entre 1987 e 1990, e Senador, entre 1995 e 2003.

Contudo, naquele primeiro momento, a mobilização política dos garimpeiros não alcançou o objetivo esperado. No ano seguinte, o Ministro das Minas e Energia, César Calls (de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985, durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo), mediante a Portaria n.º 1.504, de 26/7/1979, publicada no Diário Oficial

---

<sup>54</sup> Aqui é importante recordar que a palavra Concessão evocava os mesmos termos da antiga Concessão combatida no início do século por José Morbeck, que marcou o início das disputas com o governo do estado pelo domínio do território garimpeiro. Em meio às disputas que se seguiram, os acontecimentos do passado vieram à luz, provocando reações inimagináveis entre os catadores diamante dos sítios de Alto Coité e Poxoréu.

da União de 30/7/1979, resolveu criar uma área destinada à produção individual e outra destinada à produção empresarial do diamante.

Os motivos alegados pela portaria ministerial para a concessão eram vários, mas podem ser citar o que segue: a viabilidade técnica da exploração da atividade diamantífera, o interesse nacional de que as condições do exercício dessas atividades, numa área que possuía elevada concentração de faiscaidores, catadores e garimpeiros, não resultassem prejudiciais ao aproveitamento dos recursos minerais e ao sustento de milhares pessoas que trabalhavam nas proximidades de Alto Coité. A última razão apresentada na Portaria para a concessão e a demarcação dos espaços a serem explorados era “a necessidade de serem evitados conflitos entre mineradores e garimpeiros, faiscaidores e catadores, decorrentes da incompatibilidade legal da execução de trabalhos sob os regimes de autorização de pesquisa e concessão de lavra, com as atividades de garimpagem, faiscação ou cata” na região de Alto Coité, Mato Grosso.

Assim, a área demarcada ficou reduzida a 9.175,05 hectares, entre o Rio Poxoreuzinho e Alto Coité. A mesma Portaria estipulava o prazo de quinze dias para a retirada dos garimpeiros, faiscaidores e catadores das áreas destinadas à pesquisa ou à empresa mineradora concessionária.

Dessa forma, o raio de ação dos garimpeiros individuais ficou reduzido a uma porção relativamente pequena, nas proximidades do Distrito de Alto Coité. A constitucionalidade da Portaria passou a ser questionada, porque feria o artigo 76 do Código Normativo da Mineração, de 1967, que dizia que a “autorização de pesquisa obtida por outrem, *não interrompia, necessariamente*<sup>55</sup>, o trabalho do garimpeiro matriculado e localizado na respectiva área”.

Grosso modo, o que estava em jogo era o medo do faiscaidor, ou seja, do garimpeiro individual, de ser expulso das terras das quais retirava o seu sustento. Estavam, assim, criadas as bases para o levante garimpeiro contra a decisão do Ministério das Minas e Energia de conceder os direitos de exploração do diamante em Poxoréu à Mineradora São José.

Na iminência da perda da própria autonomia e também do próprio campo de trabalho, os garimpeiros passaram a realizar reuniões periódicas no anfiteatro da Escola Estadual São José, situada na Rua Goiás. Também o Ministro das Minas e Energia de então, César Cals, signatário da Portaria 1.504, foi instado a comparecer para o debate com os garimpeiros, mas

---

<sup>55</sup> O grifo é nosso.

chegou somente a Rondonópolis, situado a 85 quilômetros de Poxoréu, quando as máquinas da mineradora já estavam avançando rumo a Poxoréu.

Numa dessas reuniões – da qual não dispomos da data, mas que certamente aconteceu após a publicação da Portaria 1.504 –, os garimpeiros passaram do diálogo para o enfrentamento. Entre os discursos dos políticos e dos representantes dos garimpeiros, um dos representantes da mineradora começou a sua preleção procurando mostrar aos garimpeiros os possíveis benefícios econômicos e sociais que adviriam dos trabalhos mecanizados realizados pela empresa. Enquanto falava em números, do meio da plateia ali reunida, sem pedir a palavra, um garimpeiro se levantou e, segundo o professor João de Souza, um dos moderadores desses encontros, “mediu” o sujeito de alto a baixo, e apontando o dedo, disse: “Eita peitcho bom de bala!”.

A reunião se encerrou naquele momento. Os garimpeiros apenas passaram a esperar pela reforma na decisão do Ministério das Minas e Energia. No dia 08 de novembro de 1979, o Ministro César Cals assinava a Portaria 2.230, que foi publicada no Diário Oficial da União no dia 12/11/1979, na qual não só reformava, mas também revogava a Portaria 1.504, restabelecendo o direito dos garimpeiros de continuarem a cata do diamante.

A área destinada à exploração dos garimpeiros duplicou, passando a ser de 18.399,96 hectares. Dentre os motivos da reforma, o Ministro César Cals apontava o fato de que a Portaria 1.504 não atendia “aos objetivos sociais pretendidos por deixar de englobar outros garimpos contíguos à referida área e igualmente necessários ao ordenamento da coletividade local” e sua revogação visava evitar conflitos “decorrentes da incompatibilidade legal da execução dos trabalhos sob os regimes de autorização de pesquisa e de concessão de lavra”. A Portaria 2.230 atendia, no Item II, às reivindicações dos garimpeiros quando estabelecia que na nova área não seriam outorgadas novas autorizações de pesquisa ou de concessão de lavra.

De todo modo, de posse da Portaria 2.230 que revogava a concessão dada à Mineradora São José, os garimpeiros passaram a tirar proveito dos resultados da pesquisa segundo a qual ainda era viável comercialmente a exploração do diamante em na região<sup>56</sup>. O garimpo, que até então era movido quase que exclusivamente pela força de trabalho braçal do faiscador, que manuseava instrumentos como a pá, a enxada, a alavanca, o carumbé e a

---

<sup>56</sup> Dados do DNPM/MT 2006 dão conta que durante esse último período de extração do diamante no município de Poxoréu possibilitou a arrecadação de pelo menos US\$ 800 milhões de dólares americanos, equivalente a R\$ 1.336.000.000,00, na cotação da moeda americana do dia 13/07/2011. Levando-se em consideração que o PIB municipal foi, em 2008, da ordem de R\$ 274.681.000,00, o município hoje necessitaria de 4,8 anos para ter um produto interno bruto equivalente.

peneira, passou a ser tocado com base na tecnologia de dragas, ou seja, uma bomba de sucção e recalque, para a escavação e despejo da mistura de água e material sólido, trabalho esse realizado nas beiradas dos rios, e de caminhões basculantes e retroescavadeiras, para os trabalhos realizados nos monchões e grupiarias.

Como consequência dessa volta à vocação garimpeira, naquele momento mecanizada, as lides do garimpo provocaram ainda mais a degradação do meio ambiente e o desgaste do solo nas proximidades dos garimpos que poderiam ser utilizados para a agricultura. Nas cercanias de Poxoréu, a usina hidrelétrica José Fragelli, que já não suportava o abastecimento do município e também de Primavera do Leste, perdeu o lago que movimentava as turbinas, fazendo com que o Rio Poxoréu voltasse praticamente ao seu leito antigo.

Outra consequência que perdurou até o esgotamento das reservas descobertas entre as décadas de 1970 e 1980, foi a manutenção dos mesmos padrões trabalhistas em vigor desde os inícios da exploração do carbono cristalizado em Poxoréu. Os trabalhadores contratados pelas dragas, geralmente em número de sete, além de não ter um salário fixo ou carteira assinada, viviam à mercê da sorte, e do sistema de partilha dos valores arrecadados semanalmente. 60% do total colhido era destinado ao dono dos equipamentos, dos quais ele tirava uma porcentagem para pagar ao proprietário da terra onde a draga estava localizada. Os outros 40% eram assim distribuídos: 30% para a manutenção dos equipamentos e para o combustível e os outros 10% eram distribuídos entre os sete trabalhadores. Caso o próprio dono da draga também comandasse o trabalho, além dos 80% destinados a si e à manutenção dos equipamentos e ao uso da terra, ainda era beneficiado com a parte rateada entre os sete companheiros de trabalho.

Os garimpeiros, embora contassem com um Sindicato, a Associação Beneficente dos Garimpeiros de Mato Grosso, com sede em Poxoréu, mantiveram-se sempre à margem do sistema nacional de seguridade social. A associação ao sindicato dava-lhes a garantia de, após completar a idade estabelecida para a aposentadoria, perceberem uma pensão do INSS, mas, assim como acontecia com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poxoréu, que, no ano 2009, quando da eleição da sua nova diretoria, contava apenas com 259 eleitores, a adesão dos garimpeiros aos sindicatos em âmbito foi sempre baixa. Os faiscadores, para terem essa assistência mínima da seguridade social, no fim de suas vidas, mantiveram o costume de recorrer aos políticos, para que pudessem ser avaliados pelos médicos autorizados do INSS e assim serem colocados no rol dos pensionistas mantidos pela Previdência Social.

A partir de 1990, as potencialidades diamantíferas de Poxoréu se esgotaram, restando poucos faiscadores, que passaram a ser monitorados pela FEMA, pelo representante no estado do IBAMA e por órgãos de proteção ao meio ambiente. Naquela ocasião, enquanto os municípios vizinhos, mormente, a norte, Primavera do Leste, e, a sul, Rondonópolis, passaram intensificar a produção agropecuária, os administradores de Poxoréu, tendo-se voltado mais uma vez para a cultura garimpeira, não prepararam o município para o novo momento de incorporação da economia de Mato Grosso ao mercado internacional. A chegada dos migrantes do Sul encontrou em Poxoréu um município já com uma população mormente dedicada à atividade agropastoril, mas sem o devido preparo técnico para as demandas especializadas do agronegócio. O garimpeiro havia apenas passado da mineração braçal para uma mineração à base do motor. Tinha aprendido a dirigir o caminhão, a manusear uma retroescavadeira, mas as relações de trabalho continuaram as mesmas que na época do apogeu do diamante. Mesmo nas dragas, vivia como meia-praça, sem qualquer garantia social, às margens das leis trabalhistas.

#### 4.5 AS DÉCADAS PERDIDAS DE POXORÉU

No início deste capítulo foram feitas referências ao incremento populacional de Poxoréu, desde a criação do município, em 1938, que passou pelo primeiro recenseamento em 1940, até os inícios da década de 1970. O corte proposital ali operado tinha sua relevância porque no recenseamento ocorrido em 1940 já era possível também perceber uma transformação incipiente do perfil econômico do município, tomando-se como ponto de partida para a análise o critério da população economicamente ativa de Poxoréu.

As duas bases econômicas que traçaram o perfil econômico de Poxoréu, pelo menos até meados dos anos de 1980, foram a agropecuária e a mineração. A tabela apresentada continha um corte entre os anos de 1950 e 1970, devido ao fato de que em 10 de dezembro de 1953, a Lei nº 666 criou o Município de Rondonópolis, e como tal, parte da população do município de Poxoréu se viu englobada nessa nova circunscrição municipal. De todo modo, tanto o crescimento populacional quanto a distribuição da população economicamente ativa no município já apresentavam a transformação que ocorreu no período em questão e comprovava a mudança do perfil minerador para um perfil agropastoril. Os dados ainda mostravam um perfil altamente garimpeiro em 1940 que foi ligeiramente ultrapassado pelas

lides pastoris em 1950. A partir dessa década, a pecuária passou a absorver a maior parte da mão de obra do município até a década de 1970, quando foi absorvida pelos serviços – administrativos e educacionais – e também pelo agronegócio.

A tabela a seguir mostra como ficou a população do município após 1970:

<b>Tabela 6</b>						
<b>CENSOS POPULACIONAIS</b>						
<b>CENSO</b>	1980	1991	1996	2000	2005	2010
<b>TOTAL</b>	28.054	23.878	21.846	20.030	17.619	17.599

(Fonte: IBGE 2010)

A década de 1980, embora tenha presenciado mais uma vez o revolvimento da terra, inclusive daquela apropriada à agricultura, tanto na área urbana quanto em extensas áreas rurais, mormente nas proximidades dos veios aquíferos, transformou-se, no entanto, na década perdida de Poxoréu. Enquanto as hordas migratórias recentes assumiram o controle do Planalto do Alcantilado, situado nas margens da antiga rodovia Cuiabá-Goiás, atualmente conhecida como BR-070, Poxoréu assistiu não somente a migração dos seus munícipes, principalmente para Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e Santo Antônio do Leste, como também a estagnação econômica, devido a uma série de fatores, entre os quais podem ser citados, em primeiro lugar a infraestrutura habitacional: os primeiros habitantes de Primavera do Leste, por exemplo, encontraram em Poxoréu importante apoio logístico, mas utilizaram a cidade apenas como trampolim para começar a estruturar as fazendas que transformariam esse município em um dos maiores produtores de grãos do Centro-Oeste, criando uma agricultura baseada na pesquisa e nas técnicas trazidas dos campos gaúchos e dos planaltos paranaenses. Na década de 1970/1980, Poxoréu não dispunha nem de um programa habitacional nem de estrutura comercial provedora de materiais de construção. Dispunha de uma pequena produção de telhas e tijolos dirigida pela CODEP, e também de uma olaria no Distrito de Paraíso do Leste, mas a produção de material para construção em âmbito municipal era insuficiente para atender às demandas do novo mercado que se formou no município. A falta de apoio dos gestores municipais, que tinham a sua atenção voltada ainda para as demandas garimpeiras e para uma administração rudimentar das fazendas localizadas no município, possibilitou a mobilidade dos migrantes do Sul e dos próprios habitantes de Poxoréu para o Planalto do Alcantilado, que plantaram suas fazendas nas bordas da BR-070.

Em segundo lugar, a estrutura viária. Em Poxoréu não existia uma estrutura viária capaz de conectar os centros produtores com os centros processadores e consumidores da produção agrícola. As rodovias existentes na região eram todas estaduais. Rondonópolis desde a sua fundação se beneficiou dos fortes investimentos federais nas rodovias BR-364 e BR-163, que ligaram por vias asfaltadas, a partir dos finais da década de 1960, Cuiabá a Brasília e a São Paulo, respectivamente, passando pelo seu perímetro urbano. Também quando as primeiras habitações foram erguidas no lugar onde atualmente se encontra Primavera do Leste, a rodovia BR-070 já se encontrava pavimentada. No interior da antiga região do Garças e Araguaia, somente duas rodovias estaduais eram asfaltadas: a MT-130, que liga Rondonópolis a Paranatinga, passando por Poxoréu, e a rodovia MT-270, ligando Rondonópolis a Guiratinga. As outras rodovias existentes eram e continuam todas sendo estradas de terra, dificultando o trânsito no período de maior precipitação pluviométrica, mormente entre os meses de novembro e março, e o transporte da produção agrícola.

Em terceiro lugar, a produção de energia. Poxoréu, com a chegada dos migrantes, contava com a energia produzida pela Usina Hidrelétrica José Fragelli, concluída, como já foi mencionado acima, em 1977. Em 1980, a usina já não funcionava com a sua capacidade inicial, devido à intensificação da garimpagem ao longo das margens dos rios tributários da represa. Não suportou o incremento populacional que praticamente duplicou os habitantes do distrito-sede do município. Os novos migrantes, ao implantarem os sistemas de armazenamento, no Planalto dos Alcantilados, necessitavam de um sistema elétrico eficiente. Ainda na década de 1980 foi construído um linhão que saía de São Vicente, no entroncamento da BR-070 com as BRs-163/364, que passou a abastecer os consumidores de Campo Verde e Primavera do Leste. Poxoréu somente se beneficiaria de um sistema distribuidor de energia interligado ao sistema nacional nos inícios de 2010. Mesmo assim, ainda não dispõe de uma unidade processamento e distribuição dessa energia que passa pelo município.

Em quarto lugar, a educação. O sistema educacional instalado em Poxoréu não foi capaz de atender às demandas dos filhos dos migrantes do Sul. Segundo dados do NEPO, o índice de analfabetismo chefes de família dos migrantes que fundaram, por exemplo, Primavera do Leste, era de 8,2%, nos inícios da década de 1980, em Mato Grosso, esse percentual somente foi alcançado em 2009, quando a taxa de analfabetismo atingiu o patamar de 7,3% da população, em geral, e em Poxoréu, segundo dados do IBGE, contava, no ano 2000, com uma taxa de analfabetismo entre os adultos com mais de 25 anos na casa dos 19,51%, e de 10,1% entre a população estudantil de 7 a 14 anos. Somente em 1991 é que essa

taxa de analfabetismo se aproximaria daquele patamar entre os jovens da faixa etária dos 15 aos 17 anos, quando alcançou a taxa de 9,2%. De todo modo, é possível afirmar que, na década de 1980, o nível educacional dos migrantes e o seu conhecimento técnico sobre a agricultura eram bem superiores aos dos trabalhadores de Poxoréu.

Em quinto lugar, o comércio. O comércio de Poxoréu estava preparado apenas para atender às demandas garimpeiras e às dos fazendeiros tradicionais. Quando os fluxos migratórios se intensificaram rumo às terras do município, o comércio local tinha como meta o atendimento das demandas garimpeiras e pastoris e não a um modelo comercial mais desenvolvido, como exigia o agronegócio, movido pelas demandas de insumos agrícolas, como adubos, defensivos agrícolas, fertilizantes, agrotóxicos, herbicidas, fungicidas, inseticidas e rações, além de implementos agrícolas, como tratores, arados, plantadoras, maquinário da linha de colheita, adubadoras, entre outros, como a cidade Rondonópolis, por exemplo, poderia oferecer, e também de material de construção em geral. Ao fixarem as bases da cidade de Primavera do Leste, os migrantes do Sul logo implantaram revendedoras desses implementos, como também o comércio de peças e serviços mecânicos necessários à manutenção do maquinário e de construção de silagem.

Além desses fatores, é possível afirmar que o construto minerador e pastoril de Poxoréu não foi capaz de absorver ou mesmo conviver com as diferenças culturais que acompanhavam os migrantes sulistas. A cultura política do município, baseada numa conveniência partidária que possibilitava a manutenção no poder dos coronéis do garimpo, embora já estivesse também fase de esgotamento, ainda se ressentia da presença da família Rocha, liderado naquela ocasião por Lindberg, como prefeito, e Louremberg, como senador. Não tendo sido atendidas as suas demandas e contando com a baixa valorização da terra, os migrantes plantaram, então, a sua cultura no Planalto do Alcantilado e montaram a sua própria infraestrutura comercial, educacional, energética, e, com a captação de recursos federais e estaduais, reforçados pela produção local, ergueram, nas bordas externas da antiga região diamantina, a cidade de Primavera do Leste e, posteriormente, Santo Antônio do Leste, a norte, e a oeste, Campo Verde.

Ao longo do planalto, aquilo que não foi possível em Poxoréu se tornou realidade em Primavera do Leste. Os migrantes de Poxoréu foram absorvidos como mão de obra nas lavouras, nas lojas, nos sistemas de armazenamento de grãos, nos transportes e também nos diversos serviços prestados em âmbito municipal, com diferenças substanciais em relação à cultura mineradora e pastoril do antigo território dos Coroados. Com a instalação dos serviços

públicos de Primavera do Leste, também instâncias pouco conhecidas dos poxoreenses foram sendo criadas. As empresas que lá se instalaram implantaram regimes de trabalho nos quais os funcionários somente podiam exercer a sua profissão mediante contrato de trabalho e carteira assinada.

Embora a transformação econômica do município tenha passado desde o início da década de 1940 de um perfil minerador para um perfil pastoril, os dirigentes políticos de Poxoréu também não foram capazes de se aliar aos fazendeiros para criar nos 40% da superfície plana ou, junto com eles, nos 30% do relevo ondulado, já que os outros 30% eram considerados montanhosos, existente ao longo do sopé do Planalto do Alcantilado, uma cultura mais afeita às transformações econômicas e políticas processadas pelo agronegócio.

Prevendo uma possível mudança no perfil econômico do município, Lindberg Ribeiro Rocha, eleito prefeito pelo PTB para a legislatura de 1996-2000, investiu, nos primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2003), no Projeto Casulo, que tinha por objetivo promover a agricultura familiar e manter os trabalhadores no campo. Enquanto a garimpagem enfrentava a resistência das leis de proteção do meio-ambiente, houve importante incentivo principalmente à produção de maracujá. O município que havia sido considerado o maior produtor de diamantes do Brasil passou, então, a ser conhecido como a “Capital do Maracujá”.

No entanto, a produção do maracujá logo se ressentiu da implantação de uma unidade de processamento para viabilizar a continuação do projeto. Em pouco tempo, o Projeto Casulo passou ser contestado, principalmente devido ao desvio de recursos federais pelos gestores municipais. Atualmente, somente restam algumas pequenas plantações do produto e as casas construídas para assentar os beneficiados pelo projeto estão abandonadas ou são utilizadas para outras finalidades.

No ano de 2000, Lindberg Ribeiro Nunes Rocha tentou novamente se eleger pelo PTB. Nessa eleição, ele entrou na disputa no exercício do cargo de prefeito, tendo como adversário o pemedebista Antônio Rodrigues da Silva, mais conhecido como Tonho do Menino Velho, como era conhecido o seu pai, Aureliano Rodrigues da Silva.

Essa não foi a primeira derrota da família Rocha em Poxoréu. A história dessas derrotas remonta o ano de 1968, quando Joaquim Nunes Rocha, na ausência de Lindberg, também no exercício do cargo de prefeito, como já foi mencionado anteriormente, articulou a cassação do mandato Antônio dos Santos Muniz, sendo derrotado pelas forças da oposição e

pelo retorno do prefeito, que estava licenciado, para completar o mandato. Joaquim Nunes Rocha ainda tentou conquistar a prefeitura do município em 1992, mas não obteve sucesso.

De todo modo, é possível observar que a eleição do ano 2000 foi resultado de um claro protesto dos eleitores poxoreenses, não somente por causa de duas décadas perdidas, mas de 62 de existência do município ou de 54 anos sem um projeto político e econômico dos seus administradores. Entre Tonho do Menino Velho e Lindberg não existiam muitas diferenças. Lindberg era o político experimentado, advogado, com uma vida pública dedicada ao município de Poxoréu. Tonho do Menino Velho, além de técnico agrícola pela Escola Técnica Federal de Mato Grosso, era funcionário do Banco do Brasil, e vereador pelo mesmo partido de Lindberg na legislatura de 1996 a 2000. Também já era um homem experimentado na política, pois havia disputado a primeira eleição para vereador em 1989, tendo ocupado por dois mandatos consecutivos a Presidência da Câmara Municipal.

Tonho do Menino Velho assumiu a Prefeitura amparado pelo lema “Um novo tempo”. A expressiva votação recebida na eleição de 2000, 62,43% do eleitorado, autorizava-o a alavancar um momento de reestruturação política e econômica para o município. Em certo sentido, os cidadãos poxoreenses tinham diante de si o sucesso do desenvolvimento de Primavera do Leste e de Rondonópolis, refletido nos campos cultivados, nas cidades planejadas e no comércio desenvolvido, e o anseio por um novo modelo de gestão no município, que mudasse a paisagem da cidade, marcada por um comércio que atendia apenas às necessidades básicas da população e cuja produção agrícola desenvolvida se resumia apenas àquela que vicejava nas margens da BR-070, tocada por proprietários ligados a Campo Verde e a Primavera.

Este capítulo poderia ser usado para fazer um diálogo com a obra de Leal (1975). Nesse caso, em Poxoréu, até o ano 2000, a realidade era agrária e mineradora e os senhores de terra tinham extensa base representativa na política municipal. Durante o período de 1947 a 2000, que é o período mais importante analisado neste capítulo, os fazendeiros não somente ascenderam ao poder, mas também usaram de todos os modos para manter o controle sobre o sistema político municipal. Outras características do coronelismo analisado em *Coronelismo de Enxada e Voto* também estiveram presentes em Poxoréu, como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais.

Porém, existem diferenças entre os coronéis do garimpo e os coronéis analisados por Leal (1975). Pelos dados apresentados neste capítulo, não aconteceu a reciprocidade esperada da liderança política do coronel, a saber: a realização de obras no seu curral eleitoral, como

escolas, estradas, postos de saúde, rede de esgoto e água encanada. Em Poxoréu, o hospital e o abastecimento de água eram, desde os seus inícios, privados ou mantidos com recursos do governo federal. A rede de água somente foi concluída no final da década de 1970, pelo empresário José Martins. O posto de saúde era obra da Igreja Católica até a década de 1970 e a rede de esgoto somente foi implantada a partir de 2010 e ainda não está em funcionamento. É certo que houve obras de grande porte que foram realizadas na administração da família Rocha, na década de 1970, como a Central Hidrelétrica de Poxoréu. Mas as obras foram pontuais e mesmo que a família Rocha tivesse entre os seus membros senadores e deputados federais a sua influência política não foi capaz de transformar a infraestrutura municipal com a construção de estradas ligando os distritos ou mesmo com a urbanização do distrito-sede do município.

No próximo capítulo, a partir da análise do material apresentado até aqui, isto é, desde a tentativa de criação de um território diamantino governado por coronéis, representados por José Morbeck, entre 1913 e 1926, e da ação do governo de Mato Grosso em vista da incorporação da região à estrutura administrativa do estado, nesse mesmo período, passando pela experiência da violência e das lutas entre as facções representadas por José Morbeck e Carvalhinho e pela experiência de Poxoréu sob o domínio da família Rocha, serão definidos os termos sobre os quais vimos trabalhando até aqui, uma vez que a partir reconstituição histórica que foi sendo feita torna-se possível levantar as causas tanto do conformismo do povo quanto do imobilismo poderosos de Poxoréu, fruto da organização política coronelista garimpeira iniciada ainda no período de povoamento inicial da região do Garças e Araguaia.

## 5 À GUIA DE CONCLUSÃO: CONFORMISMO E IMOBILISMO

### 5.1 CICLOS ECONÔMICOS E MODELOS POLÍTICOS

Mato Grosso, desde as expedições bandeirantes de conquista do oeste brasileiro, que culminaram na descoberta do ouro, no século XVIII, até os dias atuais, com sua economia baseada no agronegócio voltada tanto para o mercado interno quanto para o externo, passou por diversos ciclos econômicos que se transformaram em motores do seu povoamento e que também possibilitaram a conseqüente formatação política e social que se implantou nas diferentes zonas de colonização do estado.

Desde o período colonial, as incursões dos bandeirantes revelaram, primeiramente à Metrópole portuguesa, que essa região, conquistada aos espanhóis e aos diversos povos indígenas que a povoavam, não era apenas uma extensa porção de terra coberta por matas fechadas habitada por povos indígenas, mas uma terra que escondia ricas potencialidades que se foram revelando, posteriormente, para o Brasil e para o mundo, à medida que seu território foi sendo explorado, ao longo de seus três séculos de colonização. As potencialidades naturais do extenso território conquistado pelos bandeirantes e fracionado em duas ocasiões se abrem nos diversos biomas – amazônico, pantaneiro e do cerrado – que sempre conviveram harmonicamente entre si e que possibilitaram, em diversas épocas, a implantação de diversos modelos de desenvolvimento que, atualmente, encontraram uma espécie de formatação, em certo sentido ainda não finalizada, no modelo do agronegócio.

O ciclo aurífero teve uma duração de mais de 150 anos (1727-1904), tendo sido iniciado com a descoberta das primeiras jazidas na região na qual se encontra a cidade de Cuiabá. Embora esse ciclo se confunda com a própria região de Cuiabá, porque esta se tornou capital da capitania, em 1825, e onde o metal precioso era extraído em larga escala, as descobertas desse metal em outras regiões de Mato Grosso também foram responsáveis pelo surgimento de diversas cidades ainda no período de conquista dos bandeirantes e nos séculos subsequentes. Além de Cuiabá, destacam-se Vila Bela da Santíssima Trindade, que foi a primeira capital da Capitania, desde 1752, e também Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Diamantino, sendo que, nesta última, também foram descobertas as primeiras amostras de diamante que se tem notícia no estado.

Durante o ciclo aurífero mato-grossense também ganhou destaque a produção da borracha. Entre os anos de 1850 e 1912, Mato Grosso se beneficiou dessa nova fonte de riqueza. Em especial a partir de 1879, as exportações do látex promoveram a riqueza principalmente de cidades como Vila Bela e Barra do Bugres, situadas a noroeste de Cuiabá, dentro da Amazônia mato-grossense. O ciclo da borracha também ajudou no desenvolvimento de cidades portuárias como Cáceres e Cuiabá, por serem usadas para o escoamento da produção. Porém, o ciclo héveo<sup>57</sup> entrou em colapso concomitantemente à exaustão da produção aurífera de Cuiabá. A decadência do ciclo aurífero e do ciclo héveo, no entanto, foi, em certo sentido, amainada pelas descobertas das jazidas diamantíferas do sudeste mato-grossense.

O ciclo diamantífero mato-grossense<sup>58</sup> começou com as descobertas das primeiras amostras na região das cabeceiras do Rio Paraguai, ainda no século XVIII, mas como naquela época o diamante não representasse um grande valor agregado para a coroa portuguesa, a sua exploração somente ganhou destaque com as descobertas das jazidas do sudeste mato-grossense, já no início do século XX. Esse ciclo, marcado então pela conquista desse território ao povo Bororo que havia fugido da preação e da escravidão no ciclo bandeirante de conquista do oeste brasileiro e pela penetração do território pelos criadores de gado, possibilitou o surgimento das circunscrições administrativas municipais de Barra do Garças, Tesouro, Guiratinga, Torixoréu, Poxoréu, e, nas cabeceiras do Rio Paraguai, Alto Paraguai, que, inicialmente ligado a Diamantino, era chamada de Garimpo do Gatinho. Na região sudeste mato-grossense, esse ciclo diamantífero durou praticamente todo o século XX.

Dentro do ciclo diamantífero mato-grossense, devido a fatores políticos externos, que foram mencionados no primeiro capítulo, ocorreu o deslocamento da preocupação política do governo federal com a fronteira sul do estado para a ocupação do extenso território do cerrado e da Amazônia. Em especial no período que vai da Primeira à Segunda Guerra Mundiais, municípios de ocupação mais antiga, como, Barra do Garças, receberam significativo impulso para o desenvolvimento econômico. Esse município, cuja história está ligada à história do Garças e Araguaia, situa-se no entroncamento da antiga estrada que ligava Cuiabá a Goiás, e que atualmente é parte do complexo viário da BR-070, e da BR-158. Barra do Garças foi beneficiada foi um dos centros de irradiação da fundação Brasil Central. Por outro lado, as

---

<sup>57</sup> Relativo à borracha, cujo nome científico é *Hevea Brasiliensis*.

<sup>58</sup> Diferenciamos o ciclo diamantífero mato-grossense porque a produção de diamantes no Brasil não se restringia a Mato Grosso, mas também a outras regiões brasileiras como, por exemplo, Minas Gerais, em especial no Vale do Jequitinhonha, e Bahia, na Chapada Diamantina.

excursões da Expedição Roncador-Xingu, financiadas pela Fundação Brasil Central, na década de 1940, levaram à fundação, de outros municípios como, por exemplo, de Xavantina, na margem leste do Rio Manso ou das Mortes, e de Nova Brasília, na margem oeste do mesmo rio, e que posteriormente se tornaria, em 1982, o atual município de Nova Xavantina. Essa Fundação foi substituída pela SUDECO, em 1967, e abriu caminho para a fundação de outros municípios com vocação para o agronegócio na zona de influência da margem oeste do Rio Araguaia-Tocantins, já na confluência dos biomas do cerrado e amazônico, como Água Boa, Colniza, Querência e Campinápolis, entre outros, após a década de 1980, até a divisa com o Estado do Pará.

Enquanto foram encontrando a sua formatação final, com a exaustão das reservas naturais, o ciclo do ouro e o ciclo diamantífero mato-grossenses foram criando também as possibilidades para o advento do ciclo do agronegócio. Este teve os seus inícios ainda no ciclo do ouro, quando, nas circunvizinhanças das cidades onde esse metal era explorado, foram sendo implantadas as primeiras fazendas para a criação de gado e também para agricultura de pequena escala, cujos produtos eram comercializados apenas localmente, devido ao isolamento de Mato Grosso em relação às outras regiões do Brasil. Também o ciclo diamantífero do Garças e Araguaia teve no pecuarista o agente financiador das explorações das jazidas que foram sendo descobertas a partir do início do século XX desde a margem oeste do Rio Araguaia, passando pelas cabeceiras do Rio Garças até atingir a região onde atualmente se encontra instalado o município de Dom Aquino, nas cabeceiras do Rio São Lourenço. Assim como no ciclo do ouro, o ciclo diamantífero mato-grossense encontrou na agricultura de pequena escala a estrutura produtiva capaz de atender em parte às demandas locais por produtos agropecuários.

Em certo sentido, essa convivência inicial entre a mineração e a agropecuária foi decisiva para a transformação recente da economia mato-grossense, mais especificamente no segundo quartel do século XX, e também para a manutenção da estrutura pecuária na região de Poxoréu em detrimento das transformações políticas e econômicas que se processavam nas outras regiões do estado, em especial a partir da década de 1960. Dessa forma, o ciclo do agronegócio levou ao surgimento de algumas cidades que se desenvolveram inicialmente na esteira da economia pastoril, como Rondonópolis, e abriu caminho para o surgimento da maioria dos municípios que compõem atualmente o Estado de Mato Grosso, mais especificamente Sorriso, Campo Verde, Primavera do Leste e Alta Floresta, entre outros, que nas últimas décadas também estão passando por um processo de transição da cultura de grãos

para a industrialização.

Esses ciclos econômicos foram decisivos para o povoamento de todo o Estado de Mato Grosso. O ciclo mato-grossense do ouro provocou o povoamento da região localizada na bacia pantaneira e na fronteira oeste, com a Bolívia, levando para o estado principalmente os portugueses e os migrantes provenientes da Província de São Paulo; o ciclo diamantífero mato-grossense alimentou os sonhos principalmente dos nordestinos que fugiam da seca, do domínio dos coronéis, da concentração fundiária e da crise da economia açucareira do Nordeste, mas principalmente da Bahia, e, em menor escala, de migrantes de praticamente todos os outros estados e até do exterior. Por sua vez, o ciclo do agronegócio abriu as portas de Mato Grosso para gaúchos, catarinenses e paranaenses que passaram a desenvolver nos biomas do cerrado e amazônico uma agricultura desenvolvida capaz de atender às demandas tanto do mercado interno quanto do mercado externo e que transformaram o estado numa potência agrícola dentro do amplo espectro da economia brasileira.

Cada um desses ciclos provocou também o surgimento de modelos políticos, econômicos e mesmo sociais em Mato Grosso. O ciclo aurífero mato-grossense, que conviveu com o crescimento do rebanho bovino principalmente no sul do estado, gerou facções e bandos coronelistas ligados às demandas auríferas, pecuárias e usineiras que, aliadas ou não aos militares, dominaram a política mato-grossense até o final da República Velha, em 1930.

Também o modelo surgido com a mineração do diamante, ligado à demanda pecuária, criou no cantão do sudeste mato-grossense um território dominado por coronéis que ocupou uma porção relativamente extensa do estado que, antes de 1917, não faziam composição com as demandas políticas estaduais. O território diamantino do Garças e Araguaia, inicialmente, e o de Poxoréu, posteriormente, foram organizados em rincões nos quais os garimpeiros que se fixavam nas proximidades dos núcleos produtores de diamantes tinham suas ações monitoradas pelos representantes dos coronéis que controlavam as relações entre os diversos atores políticos, econômicos e sociais que habitavam a região, em benefício das próprias demandas políticas e econômicas dos coronéis do garimpo.

No entanto, a pretensa sociedade engendrada pelos coronéis escondia uma série de jogos políticos nos quais os maiores prejudicados foram os garimpeiros. Por exemplo, apesar de serem em sua maioria oriundos de estados nos quais se praticava a extração do diamante, no Garças e Araguaia, em geral, e em Poxoréu, em particular, os garimpeiros deviam sempre se fiar no valor do diamante fixado pelo capangueiro, além de, em algumas situações, não

poderem vendê-lo a outro que não ao próprio dono da fazenda que, no ato da compra, já computava automaticamente o pagamento pelo uso da terra.

No que diz respeito à posse da terra, o sistema de implantação de fazendas praticamente inviabilizava a aquisição de terras por parte dos garimpeiros. Para isso, teriam que bamburrar. Como ao redor dos locais de extração do diamante logo a terra era loteada, para adquirir terras eles deveriam comprá-las diretamente dos fazendeiros, que anteriormente tinham requerido o título de posse junto aos órgãos governamentais responsáveis pela distribuição de terras e colonização.

Como é possível perceber, esses eram os mecanismos de controle usados pelos poderosos que, além disso, mantinham relações trabalhistas “promíscuas” com os garimpeiros mediante o sistema meia-praça, nos garimpos, e o meeiro, na agricultura, e também relações políticas promíscuas, com a criação de laços de compromisso, que praticamente transformavam o garimpeiro numa espécie de “cliente”<sup>59</sup> do fazendeiro e isso se refletia nos pleitos eleitorais ou nas situações de conflito nas quais este se via envolvido, como aconteceu no conflito armado entre José Morbeck e Carvalhinho.

Essa relação era repleta de ambições da parte dos poderosos. Na prática, eles realizavam um jogo no qual tornavam possível partilhar diversas coisas com os garimpeiros, como o mesmo espaço de diversão, os mesmos tipos de bebidas ou as mesmas mulheres que povoavam os fechos-nuncas. Além disso, auferiam o que consideravam como justo nas transações trabalhistas do sistema meeiro e do sistema de meia-praça e até se faziam solidários com o povo nas situações adversas, como, por exemplo, quando um apadrinhado era preso. Nesse caso, eram eles que intercediam em favor do garimpeiro junto às autoridades policiais.

Contudo, foram essas relações engendradas pelos poderosos no ambiente de garimpo que sedimentaram as bases para a constituição de uma espécie de racionalidade social e política que tornou possível a coexistência entre os contrários no Garças e Araguaia. Essa pretensa racionalidade é que levou à “fragilização do povo” nos momentos decisivos da história desse território diamantino. Em última análise, em sua relação aparentemente “desinteressada” com o povo, os poderosos foram estabelecendo as bases do seu domínio a ponto de alcançar uma espécie de consentimento que tornava válida a sua ação política. Para tanto, apresentavam-se como defensores do garimpeiros, ao mesmo tempo em que, como foi

---

<sup>59</sup> Cliente ou apadrinhado, que criavam laços de proteção e fidelidade política.

no caso do coronel José Morbeck, quando da criação da Liga Garimpeira, em 1925, e Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, a partir de 1947, alcançaram deles a fidelidade necessária para criar a própria autofilantropia, ou seja, a realização de obras com o mínimo necessário de recursos e beneficiando-se a si próprios com as verbas destinadas à administração do município.

Para romper com essa organização de molde cesarista<sup>60</sup>, foi necessária a intervenção do governo estadual, entre os anos de 1922 e 1926, mais especificamente a partir de 1924. Porém, o que as facções ligadas aos coronéis do garimpo não puderam realizar no período de 1914 a 1926 permaneceu latente durante o período getulista (1930-1945) e retornou com mais força em 1947, tendo sobrevivido até o ano 2000 em Poxoréu.

O modelo coronelista que sobreviveu no ciclo aurífero mato-grossense encontrou o seu primeiro golpe quando Getúlio Vargas implantou o sistema de nomeação de interventores para os governos estaduais. Nesse período, também o modelo coronelista do ciclo diamantífero mato-grossense passou por uma espécie de atualização. As novas ferramentas dessa atualização foram oferecidas pelas transformações políticas e econômicas operadas no país e também pelo deslocamento estratégico da atenção do governo brasileiro da fronteira oeste, com o Paraguai, para o povoamento as extensas regiões desabitadas do território amazônico. Foram, dessa forma, criadas as bases para a implantação do modelo do agronegócio que abriu caminho para as novas ondas migratórias inter-regionais para Mato Grosso, intensificadas principalmente após a década de 1960. Com a implantação desse novo ciclo econômico, o modelo do agronegócio levou ao surgimento do empresário agrícola que, em certo sentido, foi implantado nas administrações municipais.

Em Poxoréu, a produção agropecuária ultrapassou em valores a produção mineral ainda em meados da década de 1950. Porém, nem mesmo o contato com o ciclo econômico do agronegócio, a partir da década de 1960, fez com que o modelo coronelista que sobreviveu ao conflito armado da década de 1920 passasse por um processo de atualização. Quando da abertura da fronteira agrícola estadual, principalmente após a criação da SUDECO, em 1967, as terras já estavam repartidas entre os fazendeiros que haviam implantado suas fazendas nas cercanias das terras onde se explorava o diamante. Para isso, já tinham expulsado os indígenas e os colonos dos distritos agrícolas implantados a partir da década de 1940 em Paraíso do

---

<sup>60</sup> Aqui usamos o termo cesarista para falar da organização do Garças e Araguaia porque o território foi organizado de forma a ter um equilíbrio entre classes e grupos sociais que se opunham entre si, a saber: os poderosos e o povo, dentro do modelo concebido pelo coronel José Morbeck.

Leste, Aparecida do Leste e Jarudore, num processo que tinha sido concluído ainda em 1964. Como senhores da terra na circunscrição municipal, eles puderam resistir às mudanças operadas em âmbito federal e estadual que resultaram na transformação econômica de Mato Grosso. Nem mesmo a criação de órgãos estaduais, como o INTERMAT, em 1975, órgão de planejamento e execução das políticas agrária e fundiária no estado, foi capaz de romper com a estrutura fundiária existente em Poxoréu. Por isso, os novos colonos advenientes do Sul do Brasil passaram a investir com sucesso na fronteira norte do município, ao longo do Planalto do Alcantilado.

## 5.2 ACOMODAÇÃO COMPULSÓRIA

As razões que, em parte, explicam o posterior retrocesso econômico e a persistência de um modelo político de estilo coronelista garimpeiro em Poxoréu em tempos de transformação econômica estadual, podem ser encontradas na própria formação histórica do município. Na região do Garças e Araguaia a pecuária foi a base econômica propulsora do seu povoamento, que se deu a partir da implantação de fazendas, e que, ulteriormente, possibilitou a descoberta da extensa bacia diamantífera que abasteceu os mercados interno e externo por quase um século. Em Poxoréu a implantação de fazendas aconteceu ao mesmo tempo em que se processava a mineração do diamante. As fazendas mais próximas de Poxoréu, por exemplo, eram a da família Ribeiro Vilela, na região do Córrego das Alminhas, e a de Barcelos, nas proximidades do nasceiro do Rio Coité.

Dessa forma, o regime de ocupação das terras em Mato Grosso e a existência de terras devolutas nas proximidades das jazidas diamantíferas logo abriram caminho para a implantação de fazendas ao redor da povoação que foi se estruturando no sopé do Morro da Mesa, a partir de julho de 1926, possibilitando, assim, a transmigração do modelo coronelista garimpeiro já praticado com sucesso nas regiões de colonização aurífera, em especial nas cercanias de Cuiabá, que unia os coronéis afinados com a política estadual e os militares, e da região do Garças e Araguaia para Poxoréu, com a característica do cesarismo como foi mencionado no tópico anterior.

Enquanto a exploração do diamante possibilitava aos fazendeiros expandir seu raio de ação para o interior do município que se emancipou de Cuiabá onze anos depois da descoberta do diamante, mais exatamente em 1938, os governos federal e estadual passaram

também a implantar as pequenas colônias agrícolas que revelaram que o solo do município de Poxoréu era também propício para a prática da agricultura. No entanto, devido à falta de subsídios por parte de ambos os governos, logo os lotes repartidos entre os colonos se tornaram alvo da cobiça dos pecuaristas. A partir de 1926 os pecuaristas foram conquistando todo o território municipal. Essa conquista teve seu fim em 1964, ocasião em que as terras das colônias agrícolas de Paraíso do Leste, Aparecida do Leste e Jarudore, inclusive aquelas pertencentes aos indígenas tanto em Paraíso do Leste como em Jarudore, passaram praticamente para o domínio dos fazendeiros mediante o uso da força, quando vários sítios principalmente da região de Aparecida do Leste foram incendiados.

Num território que anteriormente tinha sido liderado por facções coronelistas, como a de José Morbeck, entre 1913 e 1926, embora tenha havido um intervalo no qual o governo estadual, após ter ocupado os espaços dominados pelos coronéis do garimpo, a partir de 1926, e o governo federal, na era Vargas (1930-1945), tenha implantado o modelo dos interventores, aos poucos foram sendo criadas as bases para a implantação do coronelismo garimpeiro que dominou a política de Poxoréu por mais de meio século.

No entanto, o modelo coronelista de Poxoréu somente se tornou possível graças à união de famílias de fazendeiros tradicionais e pioneiras no povoamento da região, como a família Ribeiro Vilela, com famílias de alguns fazendeiros que construíram a própria base econômica e política a partir do garimpo, como a família Rocha. Essas famílias tinham em comum o livre trânsito entre os fazendeiros, campangueiros e comerciantes, de um lado, e os garimpeiros, do outro, que se refletiu nas relações políticas municipais desde a segunda metade da década de 1940 até o ano 2000.

Dessa forma, a apropriação das terras pelos fazendeiros levou à criação de um grupo que aos poucos assumiu também a administração do município. Na prática, a estrutura coronelista garimpeira parece ter encontrado uma espécie de formatação que, além de manter o estilo coronelista anterior a 1926, passou por uma espécie de atualização sob uma aparente aura de democracia, em especial a partir da primeira eleição de 19 de janeiro de 1947.

O coronelismo nascente de Poxoréu concretizou, dessa forma, o domínio político sobre a administração municipal. O não alinhamento com o grupo que assumiu o poder levou à fuga do prefeito eleito em 1947 para o município de Guiratinga e à intervenção judicial no município, na qual os vereadores eleitos pela UDN foram presos, mas continuaram exercendo a sua força política mediante os suplentes que completaram a legislatura.

Esse jogo de poder que se implantou em Poxoréu exerceu forte impacto sobre a população, que ainda mantinha viva na memória os acontecimentos trágicos de uma filiação compulsória ao coronelismo garimpeiro que tinha sido derrotado no conflito armado do Garças e Araguaia entre 1922 e 1926. Com a criação da circunscrição municipal e a ampliação do domínio dos fazendeiros não somente sobre os distritos garimpeiros, mas também sobre os distritos de colonização agrícola, toda a estrutura social e trabalhista vigente nas regiões de garimpo passou a dominar o território municipal. Por exemplo, o sistema de meia-praça do garimpo passou a vigorar no sistema agrícola com o sistema do meeiro, e a renda que o garimpeiro e o meeiro auferiam era necessariamente dividida de forma igual com o respectivo dono do garimpo ou o fazendeiro.

Essa espécie de acomodação compulsória imposta pelos poderosos, representados pelos fazendeiros, ao povo, isto é, os garimpeiros e os colonos agrícolas que, de proprietários de lotes se transformaram em meeiros, motivada pelas lembranças recentes dos embates armados que, ulteriormente, levaram ao recrudescimento da ação policial principalmente sobre os garimpeiros. Em certo sentido, isso contribuiu para a configuração de um povo marcado pelo conformismo, de um lado, e pelo imobilismo dos poderosos que passaram a comandar econômica e politicamente o município. Dessa forma, principalmente os migrantes e os descendentes de migrantes nordestinos que fugiam da concentração de terras, do domínio dos coronéis e da seca passaram a conviver com o mesmo sistema existente nas suas terras de origem.

### 5.3 RELAÇÕES DESIGUAIS

O conformismo já tem uma literatura consagrada na política brasileira<sup>61</sup>. Em certo sentido, poderia ser entendido como algo que desde há muito tempo contamina o sangue dos brasileiros, mas ao mesmo tempo também apresenta facetas diversas passíveis de análise tanto pela psicologia, quanto pela antropologia, pela ciência social e pela ciência política, entre outras áreas de saber das Ciências Humanas. Em qualquer de suas acepções, uma definição de conformismo tem que levar em consideração os aspectos culturais, o ambiente físico e a própria estrutura social na qual o indivíduo ou o grupo estabelece as suas relações. No

---

<sup>61</sup> Aqui se pode fazer referência principalmente a Chauí (1996) e Pereira de Queiroz (1965, 1972, 1976), entre outros, com seus trabalhos sobre conformismo, mandonismo e resistência.

entanto, por definição o conformismo enfrenta uma espécie de dualismo no qual parecem combinar substantivos como a resignação, a aceitação pura e simples do destino, passividade, fragilidade ou silêncio. Porém, não se pode confundir conformismo com conformidade dentro de um sistema de relações. Na verdade, na sociedade poxoreense o conformismo pode ser analisado dentro do jogo de forças no qual se faz presente a paixão pela dignidade e em qualquer situação se trata de estratégia de sobrevivência, de mecanismo de defesa, de moeda de troca e de posicionamento político em relação aos poderosos que sempre estiveram à frente do controle da gestão do município.

Por outro lado, o imobilismo dos poderosos também é algo que não pode ser deixado de lado nas relações políticas que foram tecidas em Poxoréu ao longo de sua existência como município. Também neste caso, trata-se de uma estratégia dos poderosos para se manter no poder mediante a realização de obras pontuais de infraestrutura, que passavam a impressão de que trabalhavam em benefício do povo, mas essas obras não produziram qualquer incidência sobre o desenvolvimento econômico e social do município. Apesar de os grupos que assumiram a gestão do município em algum momento terem chegado ao quase rompimento dos seus contratos políticos, como foi o caso das disputas pelo cargo de prefeito na legislatura de 1966-1970, praticamente não houve oposição em Poxoréu, e as relações dos poderosos com o povo não sofreram qualquer alteração.

O imobilismo dos poderosos pode ser entendido também como falta de versatilidade política da oposição e como incapacidade de se estabelecer políticas públicas e programas de governo<sup>62</sup>. Contudo, aplicado a Poxoréu, diz respeito a uma consciência dos políticos de que a fidelidade dos garimpeiros era suficiente para manter o controle da administração municipal. Assim, os coronéis do garimpo puderam estabelecer uma espécie de pacificação do espaço público camuflada de renúncia a qualquer pretensão de soberania sobre o povo e ao mesmo tempo passaram a impor uma liderança mascarada de filantropia. Esta é a razão pela qual as mudanças políticas, econômicas e sociais operadas no Brasil, em geral, e em Mato Grosso, em particular, a partir principalmente da década de 1960, foram introduzidas no município somente a partir da consolidação da cultura do agronegócio nas circunscrições municipais criadas recentemente.

Dessa forma, em Poxoréu, a administração municipal pôde permanecer durante mais

---

<sup>62</sup> Segundo Campbell (*apud* McLean e McMillan, 2003), o conceito é aplicado à situação política vivida Terceira e Quarta Repúblicas francesas quando os parlamentares e o governo caracterizada pela instabilidade e é visto como um sério obstáculo às mudanças socioeconômicas e políticas.

de meio século sob a influência da família Rocha, quer tendo os seus próprios membros eleitos ou apoiando a eleição de políticos alinhados com a sua base de sustentação. Em termos políticos, Poxoréu se tornou um lugar que praticamente se regia por uma espécie de sistema de partido único.

A oposição à família Rocha somente foi sentida em três momentos específicos da história, como já foi mencionando anteriormente: a primeira, por ocasião da primeira eleição municipal, em 1947, quando houve a intervenção da justiça eleitoral e a destituição dos vereadores eleitos pela UDN, que tinham deliberadamente assumido a prefeitura; a segunda, quando, já no regime militar, a legislatura de 1966 a 1970 chegou ao seu fim após o município ter tido quatro prefeitos; e a terceira, no ano 2000, quando, após as cisões entre o prefeito e Antônio Rodrigues da Silva, a oposição, liderada pelo PMDB, se uniu e saiu vitoriosa.

Dessa forma, tanto o conceito de conformismo como o conceito de imobilismo podem ser aplicados à política de Poxoréu. O primeiro diz respeito ao povo e o segundo aos poderosos. Contudo, encontrar essa relação só é possível a partir de uma excursão pela história do município e das relações políticas que foram tecidas no seu território, como a excursão realizada nos capítulos anteriores, que encontram sua origem no próprio modelo de povoamento implantado em toda a bacia diamantina do sudeste mato-grossense.

O cientista político, no entanto deverá estar atento ao fato de que psicologicamente os indivíduos, os poderosos e o povo, vivem a partir das mesmas bases de afeto no que diz respeito às relações políticas. Essas bases podem ser constituídas pelo medo e também pelas ameaças que tornam a todos iguais. Porém, diante da possibilidade da perda do controle sobre o sistema político, os poderosos encontraram uma saída diferente para a sua situação enquanto que o povo se refugiou nas próprias estratégias de sobrevivência. Foi dessa forma que em Poxoréu, onde inicialmente as classes se misturavam e parecia não existirem diferenças entre os poderosos e o povo, a realidade apenas camuflou peculiaridades tanto da dominação quanto da insatisfação, aquilo que tornava uma parte suficientemente poderosa a ponto de subjugar a outra.

Portanto, para reconstruir os processos histórico-políticos de Poxoréu será sempre necessário voltar sempre à própria história do povoamento do município. As migrações iniciais para Poxoréu foram majoritariamente de procedência mato-grossense ou nordestina, não quantitativamente distribuída entre os estados que compõem essa região brasileira, mas em proporção maior entre os baianos e maranhenses. Inicialmente, em toda a região do

Garças e Araguaia, esses grupos mantiveram uma relação aparentemente amistosa entre si. No entanto, devido às circunstâncias peculiares do garimpo, em especial nas proximidades da Vila de São Pedro, que mantinha localidades satélites como o Alcantilado e o Garimpo dos Sete, essas relações foram rompidas a partir do massacre dos maranhenses pelos baianos, em 1924. Esse massacre levou à cisão da relação entre os coronéis que lideravam o território diamantino e trouxe para os migrantes que encontraram na região o seu local de destino as lutas entre grupos provenientes de estados diferentes do Nordeste brasileiro.

No imbróglio que foi criado entre os coronéis, o governo estadual favoreceu o conflito no qual os garimpeiros se viram divididos entre lutar ao lado de José Morbeck ou de Carvalhinho. Quando, em 1926, o governo de Mário Corrêa da Costa ordenou a retirada das tropas estaduais das zonas de conflito despontou uma realidade particularmente nova nas relações entre os garimpeiros e os fazendeiros e entre os garimpeiros e as autoridades estaduais. A parte aparentemente vitoriosa no conflito armado, representada por Carvalhinho, migrou para Poxoréu e tentou firmar na localidade sua base política nos moldes morbequinos; a parte derrotada ficou confinada na região de Barra do Garças, totalmente desprovida de recursos para retomar o projeto de constituir um estado em separado de Mato Grosso.

Quanto aos garimpeiros, fugitivos da região da Vila de São Pedro ou dos recrutamentos compulsórios para as batalhas que foram travadas na porção leste do território diamantino, além de encontrar em Poxoréu uma região livre dos conflitos e a abundância de diamantes tanto nas beiradas dos rios quanto em terra firme, foram aos poucos se adaptando ao aparato policial e jurídico de Mato Grosso que envidava esforços para evitar o retorno dos antigos coronéis do garimpo à liderança do território e para incorporar a região à administração estadual.

No entanto, o rito de passagem da liderança dos coronéis para a autoridade mato-grossense produziu, num curto espaço de tempo, ainda no governo de Mário Corrêa da Costa, enfrentamentos entre os garimpeiros e o aparato de segurança estadual – por exemplo, a invasão da delegacia de Poxoréu pelo bando de Carvalhinho e o massacre do Tesouro, em 1937, descritos anteriormente –, que, se somados aos atos de violência gerados pelo recente conflito armado e à própria violência entre os próprios grupos de migrantes, iriam marcar, nos decênios seguintes, as relações políticas entre o estado, os fazendeiros e os garimpeiros, em especial dentro dos limites do município de Poxoréu.

Essas relações se construíram de maneiras diferentes entre o estado e os fazendeiros,

entre o estado e os garimpeiros e entre os fazendeiros e os garimpeiros. O governo mato-grossense, que passou a ocupar os espaços deixados pelos coronéis, constituiu aparatos judiciais ligados diretamente à autoridade sediada em Cuiabá, no caso de Poxoréu, cuja independência administrativa somente viria com a criação e a implantação do município, em 1938, e jurídica, com a criação da comarca, em 1943.

Essas ações, no entanto, não foram acompanhadas por quaisquer mudanças na estrutura fundiária, que, em última instância, possibilitou aos fazendeiros, nos decênios seguintes, não somente destruir o sistema de colonização agrícola implantado pelos governos federal e estadual em Paraíso do Leste, Aparecida do Leste e Jarudore e a expulsão das últimas famílias dos Bororos que habitavam a região, mas também criaram as bases para a estruturação do coronelismo da família Rocha, que tomou posse do município a partir de 1947.

Nesse contexto em que os migrantes que fugiam da concentração de terra, das intempéries e do poder dos coronéis em outras regiões do país, como garimpeiros passaram, então, a assistir a um processo de reprodução do mesmo modelo de concentração da terra e do coronelismo que os havia levado a migrar para a bacia diamantina do Garcas e Araguaia e para Poxoréu, no início do século XX, é que podemos encontrar as raízes da própria situação de estagnação econômica e de preservação do modelo político de tipo coronelista na administração desse último município. Na esteira da preservação desse modelo também podem ser encontrados os fundamentos do aparente conformismo da população, de maneira geral, que assistiu durante praticamente toda a história do município apenas à troca de comando da prefeitura, mas não necessariamente a uma mudança no modelo político.

Contudo, principalmente depois das transformações ocorridas na estrutura política e econômica de Mato Grosso, em especial a partir da década de 1960, devido à implantação dos programas governamentais tanto na esfera federal quanto na estadual de incentivo à produção agrícola e da abertura dos grandes eixos rodoviários que interligaram o estado ao resto do país e favoreceram a afluência dos recentes fluxos migratórios da Região Sul do Brasil e a fundação de cidades prósperas nas vizinhanças do município, o modelo administrativo e econômico vigente em Poxoréu entrou em colapso. Parte da população que não tinha sido absorvida pelo mercado de trabalho no município ou que ainda vivia sob o regime meeiro ou de trabalhos temporários migrou para Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e, mais recentemente, para Santo Antônio do Leste, município criado em 1998.

#### 5.4 MUDANÇAS NO DISCURSO POLÍTICO

O sistema eleitoral que se foi formatando desde 1946 e passou pelas reformas partidárias de 1965 e de 1979, juntamente com as transformações econômicas ocorridas nos municípios vizinhos de Poxoréu, tornou possível a substituição da família Rocha na administração municipal, mas ainda não foi capaz de derrotar o modelo coronelista garimpeiro vigente no município, que apenas foi transferido para a oposição, mas esta passou a reproduzir, com atores diferentes, o mesmo modelo anterior. No entanto, a eleição do ano 2000 pode ser considerada como o marco mais significativo da mudança que ainda está por ser operacionalizada na política municipal e, por conseguinte, no próprio modelo econômico, baseado ainda na criação extensiva de gado, mas já com a parte norte do município, que vive sob a zona de influência de Primavera do Leste, despontando como grande produtora de grãos. Nesse ano, a administração municipal passou a ser capitaneada por um grupo que se apresentava como não alinhado ao modelo anterior, vigente desde as primeiras eleições ocorridas no município, em 1947. Porém, como mostraremos nos próximos parágrafos, esse foi apenas o início de um longo processo, pois o grupo que assumiu a administração municipal surgiu de um racha no partido de sustentação da família Rocha, que, no ano 2000, estava filiada ao PTB. O aconteceu depois, seguiu o mesmo padrão instituído há 54 anos, na primeira eleição municipal, quando os adversários dessa família foram consagrados nas urnas. O prefeito eleito teve que enfrentar intensas batalhas no tribunal eleitoral que contestavam os resultados das urnas.

No contexto das disputas, na sua maioria por acusações de compra de votos, houve diversas manifestações populares de apoio ao grupo vencedor. Contudo, o resultado das urnas era incontestado. Segundo os dados do TER-MT, o prefeito eleito, Antônio Rodrigues da Silva, do PMDB, tinha vencido o representante da família Rocha, Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, do PTB, tendo recebido 6.912 votos contra 4.192 votos. Comparando-se os resultados obtidos pelo partido vencedor em 2000 com o pleito de 1996, quando Lindberg Ribeiro Nunes Rocha resultou eleito para um quarto mandato, já era possível perceber que ele não fora derrotado naquela eleição porque a oposição entrou na disputa dividida. Em 1996, Lindberg Ribeiro Nunes Rocha enfrentou três candidatos da oposição, conforme a tabela abaixo:

<b>Tabela 7 ELEIÇÃO DE 1996 MUNICÍPIO DE POXORÉU</b>			
CANDIDATO	PARTIDO	SITUAÇÃO	VOTOS
Lindberg Ribeiro Nunes Rocha	PTB	Eleito	3.868
Herculano Muniz de Melo Filho	PMDB	Não eleito	3.530
Terezinha Rosa Ramos Filha de Oliveira	PDT	Não eleito	2.423
Luiz Vieira Ruicci	PSDB	Não eleito	1.529

(Fonte: TRE-MT, 1996)

Para derrotar a família Rocha, portanto, foi necessária uma série de coligações que se concretizaram para a eleição do ano 2000. Na eleição desse ano, apresentaram-se para a disputa apenas dois partidos, o PTB e o PMDB. Na eleição de 1996, esses mesmos partidos realizaram as seguintes coligações:

<b>Tabela 8 ELEIÇÃO DE 1996 MUNICÍPIO DE POXORÉU</b>		
CANDIDATO	PARTIDO	COLIGAÇÃO
Lindberg Ribeiro Nunes Rocha	PTB	PTB/PFL
Herculano Muniz de Melo Filho	PMDB	PPB/PMDB/PL/PSD
Terezinha Rosa Ramos Filha de Oliveira	PDT	PDT/PSC
Luiz Vieira Ruicci	PSDB	PSDB

(Fonte: TRE-MT, 1996)

Quanto à representação na Câmara Municipal, o prefeito eleito teve que enfrentar um legislativo para o qual a sua coligação não elegeu a maioria dos vereadores. Na eleição de 1996, o legislativo ficou representado por 4 vereadores do PDT, 2 do PSDB, 2 do PMDB, 1 do PL e o partido do prefeito eleito, o PTB, elegeu apenas 1 vereador e o outro partido da coligação PTB/PFL elegeu 2 vereadores.

Essa eleição, por si só lançou as bases para as mudanças que ocorreriam na eleição do ano 2000. O único vereador eleito pelo PTB em 1996, Antônio Rodrigues da Silva, mais conhecido como Tonho do Domingos Velho, mesmo tendo sido eleito para a Presidência da Câmara e pertencer ao mesmo partido de Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, rompeu com o prefeito na legislatura de 1996 a 2000, filiou-se ao PMDB, e, para a eleição do ano 2000, se apresentou como candidato da oposição não só ao prefeito, mas a todo o sistema que imperou no município a partir de 1947.

Para a eleição desse ano, os partidos apresentaram apenas dois candidatos, a saber: Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, que tentava a reeleição, que o levaria a um quinto mandato, numa coligação entre PPB, PPS, PSDB e PTB, cujo lema era “Continuidade de Progresso”, e Antônio Rodrigues da Silva, que capitaneava a coligação PFL, PMDB e PT, sob o lema URP, ou seja: “União pela Recuperação de Poxoréu”. Como é possível observar, pela tabela acima, o PFL abandonou a coligação de 1996 com Lindberg Ribeiro Nunes Rocha para apoiar Antônio Rodrigues da Silva. O resultado da eleição foi 6.912 votos para Antônio Rodrigues da Silva contra 4.160 votos para Lindberg Ribeiro Nunes Rocha. Se comparados com os resultados da eleição de 1996, na qual quatro partidos tinham lançado candidatos para o pleito, caso a oposição tivesse se unido já teria derrotado a família Rocha naquela ocasião, pois os três partidos de oposição atingiram 7.842 dos votos válidos, contra 3.868, de Lindberg Ribeiro Nunes Rocha.

Diante dos resultados dessas duas eleições, surgem outros dados que mostram o descontentamento da população em relação à situação do município. Em 1996, os habilitados para votar perfaziam um total de 15.625 eleitores. Os resultados das urnas mostraram que foram considerados válidos apenas 88,56% dos votos, dos quais houve ainda 7,49% de votos brancos e 2,81 de votos nulos, numa eleição para a qual compareceram apenas 76,10% dos eleitores. A abstenção, nesse pleito foi, portanto, da ordem de 23,90%.

Para a eleição do ano 2000, houve uma mudança significativa nesses dados. O número de habilitados para votar caiu para 14.564 eleitores, mas aumentou a participação dos mesmos no pleito, pois o índice de abstenção caiu de 23,90%, em 1996, para 18,84%, no ano 2000, e o comparecimento às urnas subiu de 76,10%, em 1996, para 81,16%, na eleição seguinte. No ano 2000, também caiu o índice dos votos brancos, para 0,99%, e dos votos nulos, para 5,34%.

Várias hipóteses podem ser levantadas para explicar a mudança de comportamento dos eleitores da eleição de 1996 para a de 2000. Em parte, a abstenção ocorrida em 1996 pode ter sido motivada pela migração dos eleitores para os municípios vizinhos. Esses dados podem ser comprovados, segundo dados do IBGE (2000), pelo significativo decréscimo de 12,12% da população do município, entre 1991 e 2000. No entanto, o resultado da eleição do ano 2000 aponta para um aumento também significativo do comparecimento dos eleitores para a eleição, na ordem de 81,16%, ou seja, 5,06% a mais do que na eleição de 1996.

<b>Tabela 9</b>			
<b>Evolução populacional de Poxoréu</b>			
<b>Ano</b>	1991	1996	2000
<b>População</b>	23.878	21.664	20.030

(Fonte: IBGE, 2000)

Esses dados devem ser compreendidos dentro do amplo espectro das transformações que ocorreram nas últimas décadas nas circunvizinhanças de Poxoréu, com fortes investimentos na agricultura voltada não somente para o mercado interno, mas também para o mercado externo. O discurso político dos partidos que se aliaram à família Rocha apontava para a manutenção do mesmo modelo vigente sob a tutela dos coronéis do garimpo, a saber: “Continuidade de progresso”. Esse era o discurso característico do imobilismo dos políticos, que ainda viviam dos efeitos da renda dos garimpos que tinham encontrado a sua exaustão ainda na década de 1980. Era como se o projeto iniciado em 1947 houvesse encontrado a sua formatação final e a gestão da família Rocha tivesse levado o município a um modelo satisfatório de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Por outro lado, o discurso político da oposição, apresentado para a eleição do ano 2000, apontava para outra direção: “União para a Recuperação de Poxoréu”. A vitória da oposição, com um discurso que apontava para uma direção oposta à dos coronéis, em certo sentido, atraiu os eleitores para a possibilidade de transformar a própria estrutura política, econômica e social do município. Esse discurso encontrou eco na população por algumas razões peculiares, como, por exemplo, o fato de muitos migrantes terem retornado ao município apenas para votar e terem trazido consigo as esperanças de que o voto na oposição poderia avalizar algumas mudanças significativas para Poxoréu. Contudo, há também outro elemento que deve ser levado em consideração: embora parcela considerável da população tenha vivido, nos anos de 1980, quando foram descobertas novas jazidas diamantíferas em algumas partes próximas ao distrito-sede, a própria extração do diamante, naquela ocasião, já era feita mediante técnicas que poderiam ser consideradas mais modernas e inclusive mantidas por empresários não pertencentes ao antigo círculo dos capangueiros e fornecedores das décadas áureas de produção mineral. Além disso, devido à instrução dos filhos dos garimpeiros, os descendentes dos antigos migrantes não tinham mais compromissos com os antigos padrões ou coronéis da região.

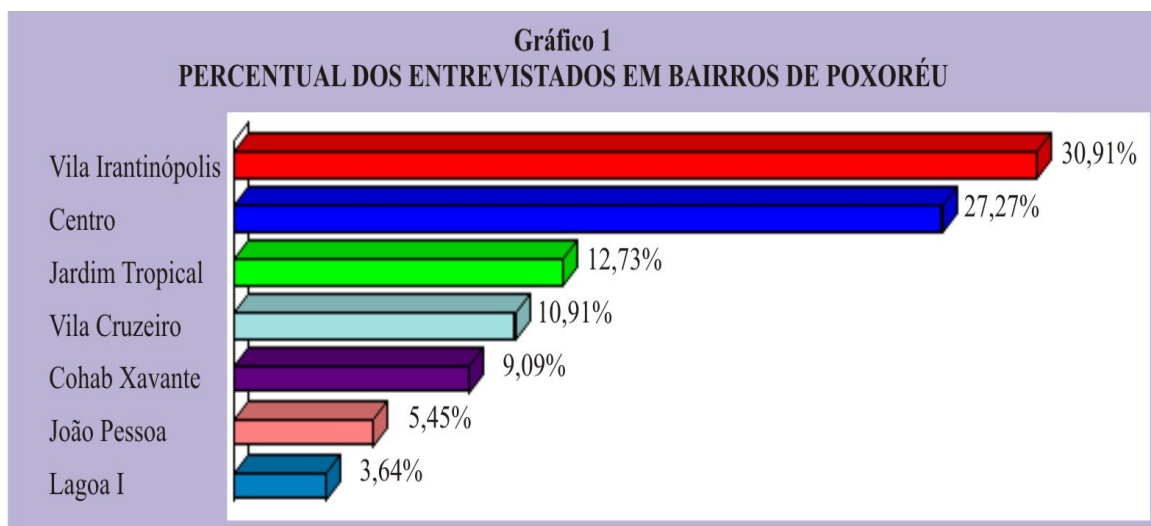
## 5.5 GRUPOS POLÍTICOS DE POXORÉU

Pelos dados apresentados nessas duas eleições torna-se possível notar uma participação significativa da população no processo das transformações políticas do município. Embora a administração municipal tenha passado para um grupo de fazendeiros de oposição no ano 2000, é preciso levar em consideração que os resultados obtidos nas urnas nesse ano, que, em certo sentido, já se tinha iniciado em 1996, somente foram alcançados graças a uma mudança no comportamento dos próprios poxoreenses em relação à situação de estagnação que praticamente destruiu as bases econômicas que se tinham iniciado desde a criação e implantação do município. O discurso da oposição baseado no apelo pela união e pela recuperação de Poxoréu trouxe à luz o descontentamento e a insatisfação do povo com o modelo coronelista da administração municipal.

No ano de 2009, foi possível colher um pouco da visão do povo em relação à situação política do município em alguns bairros do distrito-sede. 55 pessoas participaram de uma enquete com algumas perguntas sobre os problemas municipais e sobre a identificação dos entrevistados com os gestores municipais. A enquete não tinha pretensões quantitativas, mas qualitativa. Por isso, para as amostras das entrevistas foram colhidas em bairros selecionados nos quais os entrevistados tinham algumas características comuns, como o fato de terem trabalhado direta ou indiretamente no garimpo, pertencerem tanto aos grupos de fazendeiros que já tinham feito composição com o grupo liderado pela família Rocha e com o grupo liderado por Antônio Rodrigues da Silva.

Além desses grupos, foram participaram das entrevistas estudantes e professores e funcionários públicos. A escolha dos estudantes possibilitou ter uma ideia das ligações afetivas entre os seus pais e os fazendeiros e sobre o quanto isso afetava as suas escolhas durante os pleitos eleitorais. Dentre os que participaram da enquete, 54,55% eram do sexo feminino e 45,45% eram do sexo masculino e, desse universo, 72,73% tinham trabalhado direta ou indiretamente no garimpo.

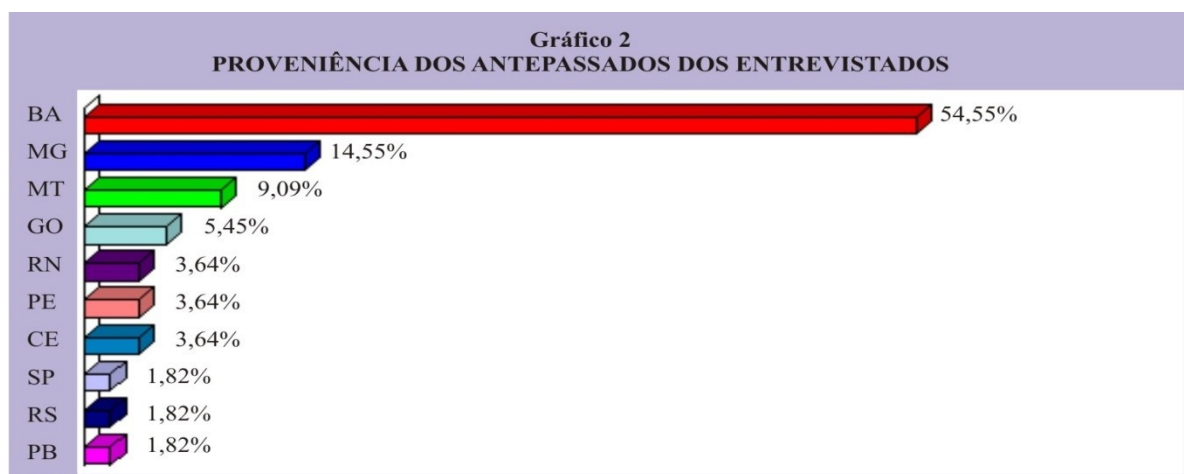
Quanto aos bairros, o percentual dos entrevistados foram os seguintes:



Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2009, em Poxoréu

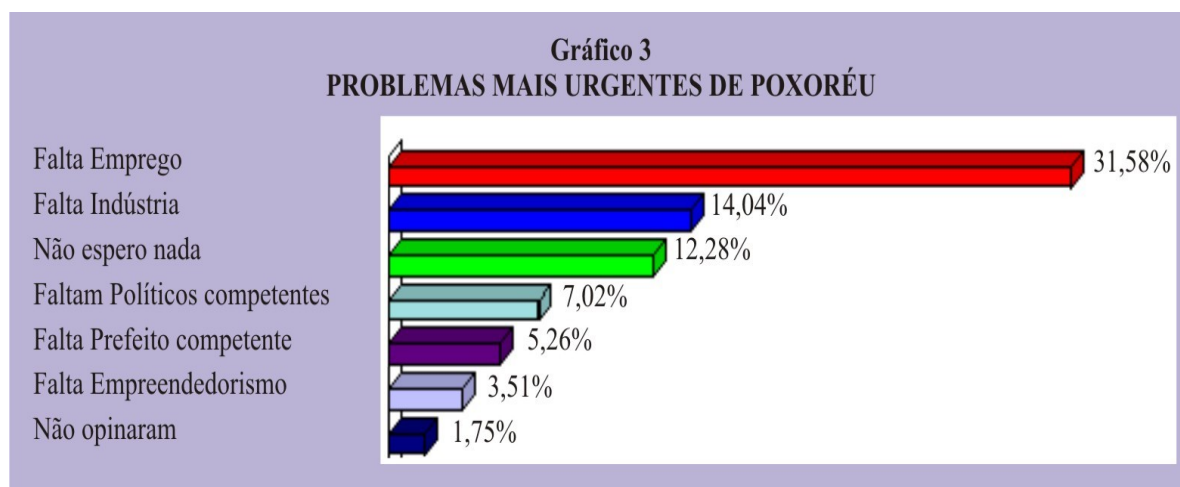
O Bairro chamado Vila Irantinópolis surgiu a partir dos finais da década de 1970, ao longo da Rodovia MT-130. O seu povoamento foi facilitado pela abertura de diversas fontes de garimpo em diversas partes do seu território. Como o próprio nome diz, trata-se de uma homenagem dada pelos descendentes da família Rocha a Irantina Ribeiro Vilela, esposa de Joaquim Nunes Rocha. Os lotes desse bairro foram inicialmente todos doados pela família Rocha aos moradores que, aos poucos, foram grilando o local. Trata-se de um dos bairros mais povoados de Poxoréu, mas o bairro é também um dos mais carentes em infraestrutura. O Centro é a região onde funciona a maior parte do comércio da cidade. Nele residem os antigos fazendeiros do município. O bairro Lagoa é o bairro onde está situada a sede da Prefeitura. Os outros bairros são todos de povoamento recente, mas em todos eles existe sempre uma carência de infraestrutura.

Na mesma enquete foi possível levantar dados acerca da procedência dos antepassados dos entrevistados:



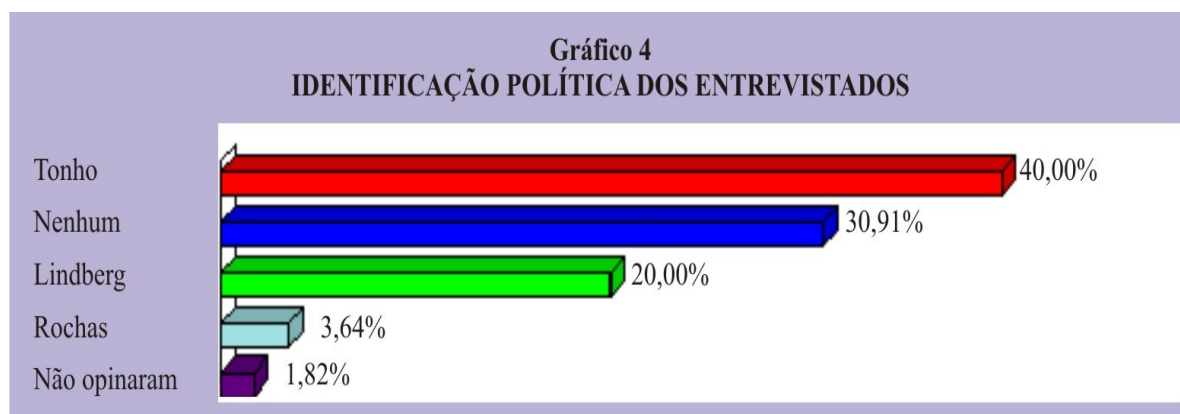
Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2009, em Poxoréu

Os entrevistados foram também convidados falar sobre os problemas mais urgentes de Poxoréu:



Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2009, em Poxoréu

Por fim, os entrevistados foram questionados sobre a identificação política com os novos administradores municipais, após nove anos da derrota da família Rocha:



Fonte: Entrevistas realizadas em julho de 2009, em Poxoréu

Em especial os dois últimos gráficos servem para uma análise da situação de Poxoréu a partir da eleição do ano 2000. Pouca coisa tinha mudado visualmente na cidade. Nenhum novo empreendimento comercial ou de qualquer outra natureza havia sido erguido. Algumas ruas haviam sido asfaltadas no espaço de tempo entre 2000 e 2009. O primeiro gráfico mostra que os problemas do município continuavam os mesmos de antes do ano 2000: falta de emprego, falta de indústrias, falta de competência do prefeito e dos políticos e falta de empreendedorismo do povo. O povo apontava como possibilidade econômica para o município o turismo. Porém, a implantação de uma base econômica voltada para o turismo exige também investimentos na infraestrutura urbana e na criação de uma rede hoteleira, além de um estudo para definir os lugares que são aptos para o turismo e a sua adequação para

receber visitas. Nenhuma dessas necessidades é atendidas atualmente pela gestão municipal ou pela iniciativa privada.

O último gráfico, no entanto, apresenta alguns elementos interessantes para uma análise não somente das expectativas da população em relação ao grupo que assumiu a gestão no ano 2000 e aos antigos gestores da cidade. A gestão que se instalou na prefeitura no ano 2000, ainda gozava do apoio de 40% dos entrevistados e família Rocha contava com apoio de 20% dos entrevistados. Entre a administração nova e a da família Rocha, no entanto, havia uma forte porcentagem de munícipes que não se sentia ligada a nenhum dos dois grupos. Esse grupo que perfazia um total de 30,91%.

Estes dados, aparentemente insignificantes, devido à primariedade com que foram resumidos para fim específico deste trabalho, revelam, por outro lado, uma população com forte ligação com a política municipal. Na verdade, o propósito da enquete não era quantitativo, mas qualitativo. No entanto, os entrevistados não somente apresentavam os problemas, mas também apontavam soluções possíveis para os gestores.

Uma análise mais acurada das relações entre o povo e a administração municipal leva a perceber que há pelo menos três grupos fortes entre os quais transitam os gestores novos e os antigos e, entre eles, uma parcela do povo que pode decidir um pleito eleitoral. Esses grupos podem ter sua origem em outras épocas da história do município, mas ganharam visibilidade a partir do ano 2000. Eles funcionam quase que como partidos dentro do sistema eleitoral e, ao mesmo tempo, influenciam de maneira decisiva nos resultados das eleições. Com as mudanças recentes na gestão municipal, permaneceu entre os poxoreenses o grupo ligado à família Rocha, surgiu o grupo ligado a Antônio Rodrigues da Silva, e, entre esses dois grupos há outro que não se liga nem à família Rocha nem a Antônio Rodrigues da Silva. Trata-se do grupo dos descontentes.

Aparentemente, os do partido do Tonho, ou Antônio Rodrigues da Silva, e os descontentes, representariam a massa dos cidadãos insatisfeita com o modelo coronelista garimpeiro vigente em Poxoréu até o ano 2000. Porém o grupo dos descontentes, dos pessimistas e dos insatisfeitos é o grupo que não se liga nem ao grupo liderado por Antônio Rodrigues da Silva nem à família Rocha.

A partir desses grupos e do descontentamento que se apresenta de diversas formas nas relações entre os grupos, sobressaem algumas características das relações políticas atualmente existentes no município. O povo encontrou uma estratégia de sobrevivência que somente pode

ser entendida recorrendo à história de violência e de dominação que persistiu durante praticamente todo o século XX tanto no Garças e Araguaia quanto em Poxoréu. Em princípio, no contexto da história da migração na qual os catadores de diamantes encontraram em Poxoréu não somente o seu local de destino, mas também a reprodução do sistema fundiário e do regime coronelista do seu local de origem, o povo teve que se adaptar ao clima e ao relevo local e também aos diversos tipos de violência existentes no garimpo, como as rivalidades entre baianos e maranhenses, os conflitos entre os coronéis e a violência policial. A esse contexto de violência se une o sistema produtivo que não foi capaz de criar relações trabalhistas de acordo com as leis vigentes nem nas lides garimpeiras nem nas lides agropecuárias. Nas relações tecidas entre os detentores da terra e os garimpeiros, os fazendeiros saíram vitoriosos tanto na produção quanto na própria distribuição das terras. Por fim, principalmente os garimpeiros que não contestavam a avaliação do diamante pelos capangueiros e que tiveram que se submeter aos modos de exploração que foram criados nos garimpos também tiveram que se adaptar às circunstâncias políticas em Poxoréu que se instalaram desde as primeiras eleições municipais de 1946, a partir das quais os poxoreenses se dividiam entre os que apoiavam a família Rocha por necessidade e os que o apoiavam por conveniência. Dessa forma, para o cidadão, sobreviver em meio às disputas eleitorais era mais importante, porque era possível perder a eleição, mas não se podiam perder alguns benefícios que poderiam ser obtidos em quatro anos de legislatura.

Em segundo lugar, o conformismo do povo de Poxoréu se tornou um mecanismo de defesa diante do imobilismo dos gestores municipais. Em certo sentido, a não filiação a um dos grupos durante a liturgia de um pleito eleitoral anulava as possíveis consequências advindas da derrota nas urnas. É por isso que nos estertores do século XX as eleições em Poxoréu deixaram de interessar o povo. Isso pode ser verificado pelo alto índice de abstenção na eleição de 1996. Sem essa abstenção, por exemplo, já seria suficiente para poder ou consagrar ou para derrotar a família Rocha, ainda naquele pleito. Porém, uma análise preliminar e primária da situação leva a perceber que se processou, a partir dessa legislatura, uma espécie de destemor entre os eleitores em relação às possíveis retaliações que se seguiriam por não votar nos candidatos da família Rocha. O rompimento do Presidente da Câmara, o único vereador eleito pelo partido de Lindberg Ribeiro Nunes Rocha, o PTB, com o prefeito, embora no futuro sofresse com ações judiciais, inclusive de impugnação da eleição do ano 2000, colaborou para que o próprio povo demonstrasse a própria insatisfação com a família Rocha e abrisse caminho para a alternância de gestores na administração municipal.

Dentro desse quadro, aquilo que era mecanismo de defesa também se transformou em moeda de troca. Como diria Sloterdijk (2002), “o senhor de ontem, que não encontra um novo papel, transforma-se num vampiro, isto é, na versão metafísica de uma pessoa supérflua”. Nas eleições de 2000, o povo encontrou o seu momento místico de autossatisfação transformando as perdas das eleições anteriores em esperança. Dessa forma, o povo passou a usar a sua força como uma espécie de moeda de troca diante da perspectiva de vitória de um partido ou coligação que pudessem prejudicar as já complicadas relações políticas, sociais e econômicas vigentes no município. Por exemplo, em 2009, segundo informações recebidas na Prefeitura, o IPTU não era pago por 40% dos munícipes. A perspectiva de mudança nesse sistema fazia com que o grupo dos “insatisfeitos” com os gestores de uma legislatura bandeassem para o lado que melhor satisfizesse aos seus interesses.

Os partidos políticos perceberam essa mudança no comportamento dos eleitores ainda na eleição de 1996, quando os três candidatos da oposição à família Rocha, embora tendo recebido em conjunto uma maior quantidade de votos. No decorrer daquela legislatura a coligação liderada por Lindberg Ribeiro Nunes Rocha enfrentou o racha com o Presidente da Câmara Municipal, que se desfilou do PTB, partido do prefeito, para se filiar ao PMDB, partido da oposição. Nesse ato, a coligação vitoriosa no ano 2000, além de unir os partidos de oposição e da situação na legislatura anterior, também foi capaz de representar ao menos momentaneamente os interesses da população insatisfeita com a gestão municipal que esteve por mais de meio século girando na órbita da família Rocha.

## 5.6 DESAFIOS PARA PRÓXIMAS DÉCADAS

A queda na taxa de crescimento populacional de Poxoréu passou a ser notada a partir do censo de 1991. Anteriormente, os decréscimos populacionais se davam por causa das divisões que levavam à criação de circunscrições municipais desmembradas do território do município. O censo de 1991 trouxe os primeiros dados após a criação do município de Primavera do Leste, em 1986. Porém, diferentemente de outras épocas, por exemplo, após a criação do município de Rondonópolis, em 1953, em que os censos de 1960 e 1970 mostraram um crescimento populacional em Poxoréu, os censos posteriores ao censo de 1991 até 2010 mostraram quedas no crescimento populacional do município. A década de 1970 a 1980, por exemplo, mostrou um crescimento de 0,22%. O censo de 1980 mostrou que a população do

município era de 28.054. Após a criação de Primavera do Leste, em 1986, desmembrado de Poxoréu, a população passou de 23.878, em 1991, para 20.030, no ano 2000. De 2000 a 2010, a população do município teve um crescimento negativo da ordem de -12,12%, chegando, no Censo de 2010, a 17.602 habitantes.

Politicamente, a década que vai de 2000 a 2010 pode ser considerada emblemática para Poxoréu, porque, como foi afirmado acima, no ano 2000 foram rompidos os laços políticos com a família Rocha, que ou governou ou exerceu influência política no município por meio século. Porém, um período de tempo tão curto pode não ser suficiente para processar mudanças significativas na cultura de um povo.

Por exemplo, Chiletto (2010), em 2010, afirmava que *a realidade social de Poxoréu podia ser definida como falta de emprego, horizonte econômico pouco definido, carência de políticas sociais, clientelismo, baixo grau de aspiração, indolência física e mental, baixo poder empreendedor da população, população flutuante (nômade), ausência de planejamento em todos os segmentos, dispersão das potencialidades (Executivo, Legislativo e Judiciário). É sensível e gritante a realidade da exclusão social da população, atingindo, sobremaneira, as crianças e jovens. Essa percepção reconhecia, ainda, o paradigma da cultura garimpeira, sem impactos positivos, pela falta de gerenciamento e empreendedorismo, pela acomodação e vícios da política assistencialista, baixa autoestima e descrença de uma sociedade que só aprendeu a extrair. Como se percebe, muitos aspectos sociais do município de Poxoréu ainda aguardam identidade social, talvez com um novo ciclo econômico Por conta disso, os gestores do município deverão aumentar os investimentos no sentido de melhorar alguns dados negativos presentes no município (CHILETTO, 2010).*

Essas percepções são assaz significativas porque mesmo apresentando demandas que abarcam o período que vai de 2000 a 2010, sugerem que a situação atual seja fruto de uma herança política, econômica, cultural e social que abarca um período de tempo mais longo, isto é, anterior à década de 2000. Porém, chama à atenção o fato de que ao lado do clientelismo e da indolência física e mental dos poxoreenses existe a falta de planejamento e a dispersão das potencialidades dos gestores públicos.

A partir da situação de Poxoréu no cenário nacional e estadual torna-se possível, no entanto, perceber as diferenças entre o município, de herança garimpeira, a capital, Cuiabá, e os municípios de colonização mais recente, como, por exemplo, Primavera do Leste, Sorriso, Campo Verde, entre outros.

Em primeiro lugar, em relação à infraestrutura, Poxoréu, diferentemente, por exemplo, de Cuiabá, cidade que já possui uma infraestrutura equivalente à das aglomerações urbanas do Centro-Sul do Brasil, e das cidades de colonização recente de Mato Grosso, que possuem centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo, é um município definido como centro urbano situado em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza<sup>63</sup>. Tal informação é confirmada pelos dados do IBGE, segundo o qual em Poxoréu, no ano de 2010, havia 11.923, ou seja, 71,83% da população residindo na zona urbana e 5.676, ou seja, 28,18%, residindo na zona rural. Entre 1991 e 2010, essa proporção de residentes nas zonas urbana e rural quase não sofreu alteração. Em 1991, era de 69,30% para 30,79%. No censo seguinte, ou seja, em 2000, a proporção era 70,10% para 29,90%. Levando-se em consideração os dados de 2010, o atual déficit habitacional do município era de 2.233 unidades, ou seja, da ordem de 14,8% em relação à população municipal. Esse déficit, se distribuído entre a zona urbana e a rural, era da seguinte ordem, respectivamente: 12,68% e 21,5%.

No caso específico de Poxoréu, há um dado agravante que não pode ser deixado de lado em qualquer análise da situação do município, que é a questão fundiária. Por exemplo, se a estrutura fundiária do município estivesse devidamente regularizada, esse déficit não existiria, pois no território municipal existiam, em 2000, 1.591 domicílios vazios na zona urbana, contra um déficit de 1.454 unidades, e 703 domicílios vazios na zona rural, contra um déficit de 779 unidades.

Contudo, em meio a essas informações, sobressai outro dado preocupante, que é o da adequação das residências: 74,49% do total dos domicílios do município careciam de alguma infraestrutura adequada, ou seja, de água, energia, esgoto ou pavimentação das vias públicas, contra, por exemplo, 28,42% dos domicílios do município de Cuiabá. Ainda segundo dados do IBGE, houve uma melhoria nesses quesitos, entre 1991 e 2010, sendo que em 2010, 74,4% dos domicílios já contavam com acesso à rede de água e 40,4% possuíam formas de esgoto sanitário consideradas adequadas. Além disso, nesse mesmo ano, 69,5% dos domicílios particulares contavam com coleta de resíduos e 95,5% tinham fornecimento de energia elétrica pela companhia CEMAT-Rede Energia.

Alguns outros dados são importantes para alimentar a análise da situação de Poxoréu. No ano 2000, a formação do Produto Interno Bruto do município era a seguinte:

---

<sup>63</sup> Informação e dados obtidos a partir do texto *Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores e Participativos*, do pesquisador Eduardo Cairo Chiletto (2010).

Tabela 10		
FORMAÇÃO DO PIB DE POXORÉU, EM MILHÕES		
Ano	2000	2009
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	44.367	183.678
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	3.604	13.192
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	31.504	79.778
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	2.227	11.328
PIB a preços correntes	81.757	287.977

(Fonte: IBGE, 2010)

O PIB, como instrumento que serve para levantar todos os dados relativos à produção municipal, não reflete uma distribuição equilibrada da riqueza entre os cidadãos. Por exemplo, no ano de 2009, a renda per capita de Poxoréu era de R\$ 16.216,73 reais, porém o índice de pobreza e desigualdade, segundo dados do IBGE, de 2010, era da ordem de 39,10% da população. Esse índice era superior ao de Primavera do Leste, que era de 28,59%, de Campo Verde, que era de 31,37%, municípios de colonização recente, e inferior ao de Guiratinga, que era de 41,90%, igualmente de colonização garimpeira da região do Garças e Araguaia.

Quanto ao quesito emprego, segundo dados da SEPLAN-MT, em 2010 Poxoréu tinha uma população economicamente ativa formada 8.575 indivíduos, ou seja, 48,71% da população municipal. Destes, 89,12% estavam empregados e 10,88% desempregados. Porém era na distribuição dos salários que se refletia a própria situação de pobreza do município. Os trabalhadores que percebiam até 1 salário mínimo formavam um total de 39,48%; 28,76% percebiam de 1 a 2 salários mínimos; 20,19% percebiam de 2 a 5 salários mínimos; 5,12% percebiam de 5 a 10 salários mínimos; 2,32% recebiam mais de 10 salários mínimos. Os dados do IBGE relativos a 2010, testemunham que entre 1991 e 2010 a proporção de pessoas do município com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo sofreu uma redução de 29%, porém entre 1991 e 2000 a desigualdade passou de 3,3% para 1,8% entre os 20% mais pobres. No ano 2000, por outro lado, a participação dos 20% mais ricos era 37 vezes superior à dos 20% mais pobres.

Quanto à questão educacional, segundo dados do IBGE, no ano de 2000 a taxa de analfabetismo entre as crianças em idade escolar de 7 a 14 anos, em Poxoréu, era de 6,8% e entre os indivíduos de idade escolar entre 10 e 14 anos era de 7,1%. Esse índice aumentava

consideravelmente entre os de 15 a 17 anos, sendo da ordem de 27,5%. A taxa de analfabetismo do município era, em 2000, 24,9%. No ano de 2010, a taxa de analfabetismo tinha caído para 16,7%. Quanto às metas do IDEB, as redes de educação municipal e estadual haviam cumprido com as metas propostas pelo Ministério da Educação ainda no ano de 2009. Nesse ano, a meta era alcançar uma média de 3.8 para as séries 4<sup>a</sup>./5<sup>a</sup>., e as escolas do município alcançaram uma média de 4,9. Quanto às classes superiores, isto é, 8<sup>o</sup>. E 9<sup>o</sup>. anos, a meta era de 3.2, mas atingiu 4.3.

Contudo, em relação à educação ainda permanecem algumas importantes questões a serem resolvidas em conjunto pela gestão municipal e estadual. Uma delas é a da defasagem escolar. Em 2010, 21,1% dos estudantes estavam com idade superior à recomendada, chegando a 38,7% de defasagem entre os que alcançavam o ensino médio. A outra questão é o aparelhamento técnico das unidades escolares. Por exemplo, no ano de 2005, em Poxoréu, o percentual das escolas de ensino fundamental que tinham laboratórios de informática era da ordem de 66,7%, porém apenas 16,7% desses laboratórios tinham acesso à internet. Já as escolas de ensino médio que tinham laboratórios de informática eram da ordem de 83,3%. Porém, o acesso à internet era de 16,7%, ou seja, igual às escolas de ensino fundamental.

O Censo de 2010 apurou que a taxa de mortalidade a cada 1.000 crianças menores de 1 ano foi da ordem de 10,5% e entre crianças com até 10 anos era de 6,7%. Dentre as ações que se destacavam para o combate à mortalidade infantil estava a imunização contra doenças infectocontagiosas. Por exemplo, no ano de 2010, 98,9% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia, reduzindo significativamente o índice de mortalidade infantil no município, que em 2010 já era da ordem de 10%. Essa redução da mortalidade infantil no município também tem outro indicador, que é o acompanhamento pré-natal, em 2010. Nesse ano, as gestantes que não tiveram a assistência pré-natal perfaziam um total de 0,5%, enquanto que 54,4% das gestantes tiveram mais de 7 consultas. Com isso, no ano de 2010, 100% dos partos tiveram a assistência dos profissionais da saúde. No entanto, um dos problemas a ser enfrentado no município é o das mães adolescentes. No ano 2009, 27,4% das crianças nascidas no município tinham mães adolescentes.

Devido à ausência de infraestrutura adequada, seja ela relativa à água ou ao esgoto sanitário, principalmente, o município ainda tem grande incidência de doenças transmissíveis por insetos, como a malária, a febre amarela, a leishmaniose, a dengue, entre outras doenças. Entre 2001 e 2009, 3,21% da população sofreu com doenças transmitidas por vetores, sendo 48% de leishmaniose e 51,18% de dengue.

Pelo que se pode notar, os desafios para o desenvolvimento do município de Poxoréu são de ordem diversa. Eles dizem respeito a questões estruturais, isto é, ao emprego, à educação, à saúde e à infraestrutura em geral, ou seja, à energia, ao transporte, ao esgoto sanitário e à distribuição de água.

Esses desafios estão acima dos grupos que disputam a gestão municipal de Poxoréu. Desde o ano 2000, já houve tempo suficiente para que a população experimentasse a alternância de poder no município, existente no resto do país, e também experimentasse que o modelo econômico municipal não foi ágil o suficiente para acompanhar as mudanças processadas nos últimos anos no estado.

O trabalho apresentado acima é um ponto de partida para futuras análises de situações similares às de Poxoréu. Nele existem elementos passíveis de análise, como o coronelismo garimpeiro e as relações que foram criadas ao longo do século XX na região do Garças e Araguaia. A história dessa região é profundamente marcada pelo brilho do diamante, pela violência e pelas relações políticas e sociais entre os fazendeiros e os garimpeiros. A essas relações se une a ação do governo para incorporar a região à administração do estado. Nesse espaço, sobressaíram os coronéis do garimpo que, em momentos diferentes, ou assumiram posicionamentos de confronto com as autoridades do estado ou que souberam sobreviver dentro do sistema representativo existente no país. De todo modo, na experiência de um século de povoamento do sudeste mato-grossense e de Poxoréu foram também criados mecanismos de resistência ao imobilismo dos poderosos que se mantiveram no poder às custas do clientelismo criado a partir do povoamento inicial da região. As mudanças ocorridas em Mato Grosso nas últimas décadas colaboraram para colocar em xeque o modelo político de Poxoréu. Porém, após dez anos da substituição da família Rocha no comando do município, a alternância no poder não foi capaz ainda de dar um norte para a administração municipal. Os desafios são muitos, mas já está em andamento um processo de transformação dentro do próprio município, que assiste à diminuição do território destinado à pecuária e ao crescimento do agronegócio no interior do seu território.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C., *Capítulos de história colonial – 1500-1800*. Caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5.ed. Brasília: UnB, 1963.
- Agroanalysis, 2003. *Agroanalysis, a Revista de Agronegócios da FGV*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 23 n. 6, sept., 2003.
- ALBIZETTI, c. & VENTURELLI, A.J, *Enciclopédia Bororo. Vocabulários e Etnografia*, vol. I. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1962.
- ALBIZETTI, c. & VENTURELLI, A.J. *Enciclopédia Bororo. Textos e Cantos de Caça e Pesca*. Vol. III. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1976.
- ALBIZETTI, c. & VENTURELLI, A.J. *Enciclopédia Bororo. Vocabulários e Etnografia*, vol. II. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1969.
- ÁLBUM GRÁFICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Corumbá / Hamburgo, Alemanha: Ayala & Simon, 1914.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M., *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE, M.M. *O Povoamento, população, grupos étnicos e colonização*. in Galvão, M.V., **GEOGRAFIA DO BRASIL, GRANDE REGIÃO CENTRO-OESTE**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- ALBUQUERQUE, R. C., *Gilberto Freire e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ALMEIDA, Ana Luiza O., *Colonização dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro, IPEA, 1992.
- ALOVISIO, B. & PIREDDU, G., *Realtà e Prospettive. Regione Poxoréu-Paraiso, Mato Grosso, Brasile*. Tip. E. Gilli, Torino, 1971.
- AMORIM, G. F. R., *Linhas históricas de Poxoréu: um olhar sobre o nascimento dos distritos, numa contribuição às escolas públicas e à sociedade*. Cuiabá: Defanti, 2001.
- ANDRIGHETTI, Y, *Nordeste: mito & realidade*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ARRUDA, G., *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSP, 2000.
- AURELI, W., *Sertões Bravios*. São Paulo: Edições Leia, 1962.
- BACHELARD, G., *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1988a.
- BALANDIER, G., *O Dédalo para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BARROS, I. M. P., *Dom Aquino, Política, Violência e Conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.
- BARROZO, J. C. *Em busca da pedra que brilha como estrela – Garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino*. Cuiabá: EDUMT – Tanta Tinta, 2007.
- BAXTER, M., *Garimpeiros de Poxoréu: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil*. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.
- BENJAMIN, W., *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERCITO, S. D. R., *O Brasil na década de 1940: autoritarismo e democracia*. São Paulo: Ática, 1999.
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais. Integração Econômica*. (2ª Edição). São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 209-289.

- BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. Parte I – Curso realizado na área temática Estado, Sociedade e Educação do programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação, USP, em maio de 1997. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p. 03-61.
- BERTRAN, P. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: Editora da UCG, Brasília: CODEPLAN, 1988.
- BERTRAN, P., *Uma Introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN – Goiás: UCG, 1988.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado*. Vol. I E II. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: UnB, 1999.
- BOBBIO, Norberto, *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp. 1996.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: as razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.
- BONELLI, Regis, “Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social”. Rio de Janeiro, IPEA.
- BORDIGNON, M., *Roia e Baile, mudança cultural Bororo*. Campo Grande: Editora UCDB, 2001.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.
- BOSI, A., *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, E., *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, C. R., *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. *Projeto RADAMBRASIL*. Programa de Integração Nacional. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SD.21 – Cuiabá. Rio de Janeiro: MME, 1982.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 980.
- BUCKER, Hélio Jorge e BUCKER, Ivete Bastos. *Nas pegadas de Rondon*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- BUSTAMANTE, Mercedes, “A sustentabilidade ambiental da produção de soja no Brasil”. in: Mueller, C. (org.), *Avaliação de Sustentabilidade do Complexo Soja no Brasil*, Brasília, WWF, 2002.
- CALVINO, I., *As cidades invisíveis*. São Paulo: Editora Folha De S. Paulo, 2003.

- CALVINO, I., *As cidades no tempo*. Campinas: Olho D'água, 2005. CAMPOS, F. V., *Retratos de Mato Grosso*. São Paulo: Brasil Oeste, 1955.
- CANDIDO, A., *os parceiros do rio bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CANETTI, Elias, *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CARLOS, A. A., *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1997.
- CARONE, E., *Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938*. São Paulo: Ática, 1989.
- CASTRO, H., História social. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHAGAS, Américo. *O chefe Horácio de Matos*. Salvador: EGBA, 1996.
- CHAUÍ, M., *Conformismo e Resistência, aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CHILETTO, E. C., *Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos*. SEPLAN-MT, 2010.
- CLASTRES, *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CLASTRES, P., *A sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- CORAZZA, J., *Esboço histórico da Missão Salesiana de Mato Grosso*. Campo Grande: MSMT, 1995.
- CORRÊA FILHO, V., *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / INL, 1969.
- CORRÊA, F. A., *A Fronteira Mato Grosso-Goiás*. Cuiabá: Typographia Official, 1919.
- CORRÊA, V.B., *Fronteira Oeste*, Campo Grande: Editora UFMS, 1999.
- CORRÊA, V.B., *História e Violência em Mato Grosso – 1817-1940*. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.
- CORRÊA, V. B., *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, *Baianos em Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1998.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1971.
- CORRÊA FILHO, Virgílio, *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.
- COSTA, C. C., *Mato Grosso e suas possibilidades econômicas*. Goiânia: Editora Cinco de Março, 1968.
- COUTINHO, C. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, C., *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- COUTO E SILVA, G., *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

- CUNHA, Aécio; MUELLER Charles; ALVES, Eliseu e SILVA, José Eurípedes da, *Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos Cerrados*. Brasília, IPEA, 1994.
- CUNHA, J. X. P., *Viagens e Caçadas*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas Livraria Francisco Alves, 1922.
- CUNHA, L. H. O., Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, D'ALINCOURT, Luís. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Ed. USP, 1975.
- CURY, C., *Do Bororo do Prodoeste*. Cuiabá: Editora Alvorada, 1973.
- D'ARAÚJO, M. C., *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.
- DALLARI, D. *O futuro do Estado*. São Paulo: Moderna, 1980.
- DECCA, E. S., *1930 – o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F., *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: 34, 1997.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- DIAS, Bráulio Ferreira de Souza, *Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis*. Brasília, IBAMA/FUNATURA, 1992.
- DOURADO, *Entre Caminhos e Memórias, Narrativas e cotidiano de itinerantes rumo a Poxoréu – Primeira metade do século XX*. Cuiabá: Entrelinhas : EdUFMT, 2007.
- DOURADO, N. S. (Org.), *Catálogo de Documentos sobre a concessão de lavras de minérios em Mato Grosso, 1969-1986*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- DREIFUSS, R. A. 1964, *A Conquista do Poder. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. 2006.
- DRUMMOND, J. A., *A Coluna Prestes: rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. (Versão online, integral).
- DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003
- DUROURE, J.B., *Dom Bosco em Mato Grosso, 1894-1904*, vol. I. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.
- DUROURE, J. Baptiste, *Sur Le Fleuve de la Mort*. Lyon: Emmanuel Vitte, 1936.
- FALCON, F. J. C., História e representação. In: CARDOSO, C. F., & MALERBA, J. (Orgs.), *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. .
- FAORO, R., *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2001.
- FARIA, A. A. & BARROS, E. L., *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1986.
- FEMA-MT, UFMT-CCA, *O uso da terra e o garimpo na bacia do Rio São Lourenço, Mato Grosso – Reflexos no ambiente*. Cuiabá: UFMT, 1990.
- FERREIRA, M. R., *O mistério do ouro dos Martírios*. São Paulo: Editora Gráfica Biblos Ltda., 1960.

- FILHO, O. M., *Illegalismos e jogos de poder – um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Carlini & Caniato : EdUFMT, 2006.
- FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (1821-1829)*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1977.
- FONTES, Ofélia e Narbal, *Cem Noites Tapuias*, São Paulo: Ática, 1976.
- FRANÇA, B.T., *O triângulo dos diamantes – a região das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925*. Goiânia: UFG, 1994.
- FREIRE, J. R. *Relação da conquista do gentio chavante conseguida pelo exmo. Sv. Tristão da Cunha Menezes, governador e capitão-general da capitania de Goyaz, Lisboa 1790*. São Paulo: Edição-coleção Textos e Documentos, 1951.
- FREITAS, A. O., *A Mina dos Martírios*. São Paulo: Clube do Livro, 1968.
- FREYRE, G., *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1987.
- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. *A hegemonia dos estados unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. *Cultura em tempos de crise*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional. 2003.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1959.
- FURTADO, C., *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.
- FURTADO, C., *Dialética do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C., *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- GALETTI, L. S. S. G., *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Campinas, 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.
- GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado novo Ideologia e propaganda Política*. São Paulo: Loyola, 1982.
- GARDNER, G., *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1975.
- GONTIJO, N. M. C., *O brilho e a miséria*. A exploração de diamantes em Poxoréo – Mato Grosso. Brasília, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GREENFIELD, G. M., O comportamento dos migrantes e as atitudes das elites durante a grande seca de 1877-1878. *Cadernos de Estudos Sociais*, Petrópolis, Vozes, v. 5, n. 2, p. 219-249, 1989.

GUIMARÃES NETO, R. B., *Garimpos e cidade na história do povoamento do leste de Mato Grosso, em especial a cidade de Guiratinga – Lageado – na primeira metade do século XX*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

GUIMARÃES, A. V., *Saga Bandeirante*. Campo Grande: Editora UCDB, 2004.

HALBWACHS, M., *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERÁCLIO, Reginaldo. *Chico Heráclio: o último coronel*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1979.

HOGAN, D. J. *et alii*, Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste, in HOGAN, D. J. *et alii*, *Migração e ambiente no centro-oeste*, NEPO/UNICAMP, Campinas: Pronex, 2002.

HOLANDA, S. B. de, *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HOLANDA, S. B. de, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O., *A luta pela terra*, Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, O., *Colonização e contra-reforma agrária Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. XXXV, Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. Poxoréu.

IBGE, *Produção Agrícola Municipal. Culturas Temporárias e Permanentes*. Rio de Janeiro IBGE, 2005.

IBGE, *Sinopse do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001

IBGE, *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011

IBGE. *Anuário Estatístico, 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JANOTI, Maria de Lourdes Monaco. *Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 8ª ed., 1992.

JUNG, C. G., *Memórias, sonhos e reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

LAFER, B. M. *O conceito de planejamento*. In: LAFER, Betty Mindlin (org.) **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 07-28.

LAMOUNIER, B. *Da Independência a Lula: Dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LE GOFF, J., *A história nova*. São Paulo: Martins fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques, *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

LEAL, V. N., *Coronelismo de Enxada e Voto*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1949.

LEITE, E. F., *Marchas na história: comitivas, condutores e peões - boiadeiros nas águas de Xarayes*, Assis, 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista.

LEITE, L-P. P., *Forquilha: o fundador e a padroeira*. Rio de Janeiro: Casa da Moeda, s/d.

LEITE, M. L. M., *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

LENHARO, A., *Colonização e trabalho no Brasil*. Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: UNICAMP, 1986.

- LENHARO, Alcir, *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIMA, A., *Problemas mato-grossenses*. Cuiabá: Imprensa Oficial, 1941.
- LIMA, L.M. (1973), *A Coluna Prestes. Marchas e Combates*, Editora Alfa-Omega, São Paulo.
- LIMA, N. T., *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan / IUPERJ / UCAM, 1999.
- LIMITES ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO E GOIAZ. Discurso proferido pela Delegação Mato-Grossense no VI Congresso Brasileiro de Geografia. RIO DE JANEIRO: THEOPHILO G. & C., 1919.
- LINHARES, M. Y. (Org.), *História geral do Brasil*. Rio Janeiro: Campus, 1990.
- LINS, Wilson. O Médio São Francisco.
- LOBATO, M., *O Garimpeiro do Rio das Graças*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LUCENA, C. T., *Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- MACIEL, D. P. *Desenvolvimento regional no Brasil dos anos 1960: uma questão de Estado*. I Simpósio Nacional do Centro Interdisciplinar de Estudos África, América - CleAA e VI semana de História da UnUCSEH - Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da UEG. Anápolis: 2007. (CD-Rom).
- MACIEL, D. P. *Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro*. Artigo divulgado na revista Plurais. 2005.
- MACIEL, D. P. *Migrações Internas no Brasil (1970-1990): questão de segurança nacional*. Anápolis: 2008.
- McLEAN, I. and McMILLAN A. *Concise Dictionary of Politics*. USA: Oxford, 2003.
- MAFFESOLI, *A transfiguração do político – a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- MAFFESOLI, M.. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MAROUELLI, R. P., *O desenvolvimento sustentável da agricultura no cerrado brasileiro*, Brasília: UNB (Monografia de pós-graduação), 2003.
- MARTINE, George, “Internal migrations in Brazil”. IN: C.B. Nam, W.J.Serow and D.F. Sly (eds.), *International Handbook of Internal Migration*. Westport: Greenwood Press, 1990.
- MARTINS, J. S. *Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Mary Del Priore, *Histórias do cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAWE, J., *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- MEIRELLES, D. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MELLO, D. C., *Nos porões da história: a descoberta de Jataí*. Jataí: Sudográfica, 2002.

- MENDOÇA, *Bibliografia Mato-Grossense*, Cuiabá: UFMT, 1975.
- MENDONÇA, R., *Bastidores da História Mato-Grossense*. Cuiabá: UFMT, 1983.
- MENDONÇA, Rubens de, *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- MENDONÇA, Rubens de, *História das Revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.
- MENDONÇA, Rubens de, *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1967.
- MENDONÇA, Rubens de, *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1969.
- MENDONÇA, Rubens de, *O Tigre de Cuiabá*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, s/d.
- MENDONÇA, S. R., Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, M. Y., (Org.). *História geral do Brasil*. Rio Janeiro: Campus, 1990, p. 252-266.
- MONTEIRO, H. M., Da República Velha ao Estado Novo. In: LINHARES, M. Y., (Org.). *História geral do Brasil*. Rio Janeiro: Campus, 1990, p. 233-150.
- MOOG, V., *Bandeirantes e Pioneiros – Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.
- MORAES, W., *Jaguços e heróis*. A civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MORAES, Walfrido. *Jaguços e Heróis - A Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.
- MOREIRA, J., *No meio das pedras há diamantes*. Cuiabá: Editora Gráfica Defanti, 2005.
- MORENO, G. *Terra e Poder em Mato Grosso – Política e mecanismos de burla, 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas – EdUFMT, 2007.
- MUELLER, C. C. (2003), *Expansion and Modernization of Agriculture in the Cerrado – The Case of Soybeans in Brazil’s Center-West*, Departamento de Economia, Discussion Paper n° 306, Universidade de Brasília.
- MUELLER, C.C. (1990), *Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste*, «Planejamento e Políticas Públicas – IPEA», 3, pp. 45-74.
- MUELLER, Charles, “Land settlement and sustainability: the process of colonization in South America’s Amazon and in Brazil’s savannas”. Paper presented at The United Nations University Conference on the Sustainable Future and of the Global System, Tokyo, UNU, October 1995.
- MUELLER, Charles, “O estado e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira”. São Paulo, Estudos Econômicos, 13 (3), set./dez. 1983.
- MUELLER, Charles, “Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste”. Brasília, *Pesquisa e Políticas Públicas*, no. 3, junho de 1990.
- MUMFORD, L., *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETO, Regina Beatriz Guimarães, *Grupiaras e monchões: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

NETTO, A. P., *Geopolítica, agricultores e madeireiros na frente oeste de colonização – o caso do norte de Mato Grosso*. Campo Grande: Editora UCDB, 2002.

NEUBURGER, M. (2003), *Estratégias de sobrevivência entre tradição e inovação. Exemplos da produção familiar em Mato Grosso*, “ACTAS Latino Americanas de Varsovia”, Tomo 26, pp. 45-62.

NEVES, Erivaldo Fagundes et alii. *Bambúrrios e Quimeras: olhares sobre Lencóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura*. Feira de Santana: UEFS, 2002.

NEVES, M. M. R. N., *Leões e raposas na política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001.

OLIVEIRA, A. U. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, L. S., *Tempo de esperança: a imagem do Estado Novo na imprensa mato-grossense*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, M. B. M. F., *Mito e sobrevivência no garimpo: a cidade de Balisa – Goiás, 1922-1960*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PALACIN, L., *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. *Migrantes amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão*. São Paulo: Loyola, 1992.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I., *O campesinato brasileiro*. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1976.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, *O messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora: Edusp, 1965.

PERROT, M., *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PLANO DIRETOR DE POXORÉU: Disponível em [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Poxoreu\\_PlanoDiretorMT.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Poxoreu_PlanoDiretorMT.pdf).

PÓVOAS, L. C., *História de Mato Grosso*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda. 1985.

PRADO, C. Jr., *História econômica do Brasil*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

PRADO, Maria Ligia Coelho. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Borracha na Economia Brasileira da Primeira Republica*. in: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. PP. 287-307 (História Geral da Civilização Brasileira, v.8)

PRIORE, M. D., *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

- QUEIRÓS Claudionor de Oliveira. *O Sertão que eu conheci*. Salvador: ALBA, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, *A história do cangaço*. São Paulo: Global, 1991.
- RAMOS, G.. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Record, 1977.
- RAVENSTEIN, E. G. *As Leis da Migração*, In. *Migrações Internas no Brasil*, Fortaleza, BNB/UFC, 1980.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO – 1925 a 1955.
- REZENDE, Gervásio Castro de, *Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/IPEA, 2003.
- RIBEIRO, D., *Teoria do Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.
- RIBEIRO, L. S., *Caçadores de diamantes*. Rio de Janeiro: Editora Melso AS, 1959.
- ROCHA, G., *Coronel Adib, a história*. Campo Grande: Viena, 2007.
- ROMEIRO, Ademar R., “Meio-ambiente e produção agropecuária na Amazônia”. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 37, n. 1, Jan./Mar., 1999.
- SANTOS, J. F., *Memórias do Distrito de Diamantino*. São Paulo: Edusp, 1976.
- SANTOS, J. V. T. *Matuchos exclusão e luta: do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SANTOS, L. F., *Uma comunidade rural do Brasil antigo (Aspectos da vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*, São Paulo: C.E.N, 1956.
- SANTOS, M., *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M., *Pensando o espaço dos homens*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SAWER, Donald, “Ocupación y desocupación de la frontera agrícola en el Brasil; un ensayo de interpretación estructural y espacial. In: CEPAL/PNUMA (Orgs.), *Expansión de La Frontera Agrícola y Medio Ambiente en América Latina*. Madrid, Naciones Unidas/CIFCA, 1983.
- SEPLAN-MT, *Relatório Sócio Econômico*, Cuiabá, MT : Central de Texto, 2005.
- SEPLAN-MT, *Relatório Sócio Econômico*, Cuiabá, MT : Central de Texto, 2010.
- SILVA, H. R., *Garimpos de Mato grosso. Viagens ao Sul do Estado e ao lendário Rio das Garças*, São Paulo: Editora J. Fagundes, 1936.
- SILVA, Hermano Ribeiro da, *Garimpos do Mato Grosso*. São Paulo: Saraiva, 1954.
- SILVA, Hermano Ribeiro da, *Nos sertões do Araguaia*. São Paulo: Saraiva, 1935.
- SILVA, L. O., *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SIQUEIRA, E. M. *As minas de Cuiabá – primeiro tempos*. *Revista UFMT*, Cuiabá, n. 1, p. 25-32, jan./abr. 1982.
- SIQUEIRA, E. M., *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1990.
- SJOBORG, G. Origem de Evolução das cidades. In: *Cidades: A Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SLOTTERDIJK, P., *O Desprezo das Massas, O ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SLOTTERDIJK, P. *No mesmo barco, ensaios sobre hiperpolítica*, São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

SOARES, J. C. O. *et alii, Nascentes da sub-bacia hidrográfica do córrego Caeté/MT: estudo do uso, topografia e solo como subsídio para gestão*, In: «Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional», 6/1 (jan.-abr.), pp. 22-51, 2010.

SOUZA, A. F., *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. Cuiabá: s/e, 1968.

SOUZA, J. B., *Mato Grosso, terra de promessa*. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1953.

SOUZA, L. M., *Desclassificados do ouro, a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

STEINEN, K. Von Den. *O Brasil Central*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

TAVARES, L. H. D. *et alii, Ideias políticas de Manuel Vitorino*. Brasília: Senado Federal : Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS, revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 1, n. 1, jul./dez. 2000.

VAINER, C. e ARAÚJO, F. *A questão regional brasileira e as políticas governamentais*. In: Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 2002, p.13-32.

VAINFAS, R., *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VALVERDE, O.; FREITAS, T. L. R. *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

VARJÃO, *Aragarças: portal da Marcha para o Oeste*, Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.

VARJÃO, *Epopeia dos Sertões*, Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

VARJÃO, *Garimpeiros: Visionários da Esperança*, Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

VARJÃO, V. *Barra do Garças no passado*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1980.

VARJÃO, V., *Barra do Garças – migalhas de sua história*. Brasília: Gráfica do Senado, 1985.

VERSTRUNGE, J., *Rebeldes, Revolucionarios y refractarios – Ensayo sobre la disidencia*. España: El Viejo Topo, 2006.

VIANNA, M. A. G., *Política e rebelião nos anos 30*. São Paulo: Moderna, 1995.

VILLAS BÔAS, O. & VILLAS BÔAS; C., *A Marcha para o Oeste*. São Paulo: Globo, 1994.

VV.AA., *Cidades: a Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1999. Vv. I e II.

WEISTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WONDERICH, R.S. (2007), *Il grande balzo in avanti, in Brasile, la stella del sud. Nascita di una potenza*. In: LIMES – Rivista Italiana di Geopolitica», suplemento 3, pp. 25-32.

XAVIER J. C., *Poxoréo e o Garças*. Cuiabá: Calendário do sol, 1999.

ZEMELLA, M. P., *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1990.

## ANEXO 1

### DICIONÁRIO DO GARIMPO

#### A

**A jogo do rio** — Ação da força da água fluvial sobre uma das margens do rio, geralmente a mais alta, que obstruía o fluxo da água devido a uma curva acentuada, amortecendo, assim, a sua impetuosidade. Nessa movimentação do rio, o aluvião trazido pelas suas águas deixa na sua curva o material mais denso, um dos quais o diamante.

**Abacaxi** — Diamante descomunal.

**Abrihantar** — Última fase do processo de lapidação, polimento do brilhante.

**Abrir campo** — Quebrar pedra grande, ter condições de trabalho.

**Aço de lima** — Diamante cor de carbonato.

**Acochar** — Apertar.

**Açude** — Represa de onde se traz água para o monchão.

**Agá** — Virar agá. Dar em nada. Perder-se.

**Agente** — Comprador de diamantes de pequena escala, financiado por um comprador de grande escala à quem o agente vende diamantes, conseguindo lucro sob as vendas quando possível.

**Água virada** — Nascente localizada em região que alcança o garimpo.

**Agulha** — Informação diamantífera, rútilo tetragonal, satélite de diamante.

**Alavanca** — (1) Barra de ferro ou de madeira, bem rígida, que se emprega para mover ou levantar objetos. Possui um metro e meio de comprimento e aproximadamente 2 centímetros de diâmetro; no linguajar dos garimpeiros: caneta. (2) Instrumento de trabalho, ferro redondo com 10 palmos de comprimento, usado para cavar ou rolar pedras.

**Almocafre** — (1) Ferramenta similar à enxada, com 12 a 15 cm de largura na sua parte mais transversal e 25 a 30 cm de comprimento; toscamente oval na sua forma e pontiaguda numa extremidade; seu cabo é pequeno e de madeira. Os almocafres eram usados por todo o Brasil durante o período colonial, mas hoje foi substituído pela enxada e é raramente encontrado em Minas Gerais e Bahia. O almocafre era usado na Europa por volta do século XVI; etimologicamente do árabe: *Al-militar*, que quer dizer garfo com dois dentes. (2) O mesmo que *mucafo*: enxada de cabo curto.

**Amarelão** — Diamante amarelo-escuro, também denominado melê, ou seja, de baixo valor.

**Amontoeira** — (1) Despejo, pedreira. (2) Depósito de entulho, principalmente pedras. Também no linguajar dos garimpeiros: muntueira.

**Andejo** — Errante. Quem não se fixa.

**Aperrar** — Apertar.

**Apontar** — Aparecer. Surgir na bateia.

**Apuração** — Última etapa no trabalho de garimpagem manual. O mesmo que resumir.

**Apurar** — Escolha final que se faz no concentrado que restou no fundo da bateia. O mesmo que Escrita. Apuração.

**Apurar** — Lavar o cascalho na bateia.

**Arede** — Mulher velha (termo bororo).

**Arigó** — Uma pessoa que labuta mais com roça do que com garimpo. Cfr. Caipira. Ex. Zé Arigó.

**Arteiro** — Esperto. Malandro.

**Assuntar** — Prestar atenção. Observar.

**Assustado** — Baile improvisado.

**Ausente** — Apartado, homem que se separou da esposa.

**Ausente** — Homem que se separou da mulher.

**Avexado** — Apurado. Apressado.

**Avexar** — Dar vexame.

**Avuão** — Diamante muito pequeno, só encontrado em garimpagem a bateia; olho de mosquito.

**Azulinha** — Informação diamantífera. Designação dada pelos garimpeiros à água marinha, mineral, satélite do diamante.

## B

**Babau** — Acabou-se. Perdeu-se.

**Bacará** — Barranco com pouco cascalho.

**Bacia** — Parte de uma jazida que forma um depósito aluvial baixo e extenso.

**Bacio** — Urinol.

**Baco** — Caixão de lavagem usado para peneirar cascalho aurífero e diamantífero; geralmente feito de madeira, mas algumas vezes de pedras e argila. Usado durante o período colonial, agora obsoleto. Um baco era trabalhado por dois homens: o cascalho era amontoado na caixa e um homem colocava água dentro; o segundo homem sacudia o cascalho com uma enxada ou almocafre, a água, em consequência, expelia para fora os sedimentos mais leves através do fundo aberto; o fundo era algumas vezes alinhado com tiras de madeira para segurar o material mais pesado, que era lavado numa bateia, para ouro ou diamante. O cocho ocasionalmente encontrado nos garimpos de Mato Grosso é um equivalente moderno do baco. Cuiaca.

**Bagaçõ** — Material deixado numa bateia ou peneira depois da lavagem do cascalho. Material tido como estéril, isto é, sem diamantes. Cfr. Brugalhau, Esmeril, Jacuba.

**Baguá** — (1) Fumo de rolo ou de péssima qualidade. (2) Sujeito valente que topa brigas, qualquer parada.

**Baianada** — Grupo de pessoas andando para os garimpos do leste de Mato Grosso. Derivado de Bahia, baiano; obsoleto.

**Baita** — Diamante grande.

**Baitola** — Transviado, homossexual.

**Baixeiro** — (1) Almofada de pano, algumas vezes usado sob o ombro para evitar que o Carumbé, cheio, machuque. (2) Conjunto de panos colocados sob o arreio do cavalo.

**Bajerê** — (1) Cascalho pobre em diamantes. Coisas sem valor. O que não presta. (2) Grossa camada superior de cascalho quase sempre estéril que cobre o cascalho diamantífero. É encontrado principalmente em depósitos de vale; é removido como parte do desmonte.

**Bala** — Diamante redondo sem pião, só tem brilho com lapidação.

**Baliza** — (1) Montanha, morros, ou pequenas elevações, distintos ou isolados que é visto numa paisagem e que indica probabilidade ou localização de depósitos de diamantes. Em algumas áreas (por exemplo, Bahia), uma grande rocha parcialmente enterrada num depósito. (2) Pau usado para marcar o limite de uma mina.

**Bamburrar** — (1) Encontrar muitos diamantes ou uma pedra de alto valor. (2) Tornar-se rico por sorte.

**Bambúrrio** — Sorte grande em que o garimpeiro realiza seu sonho. Bamburro.

**Bamburrista** — O garimpeiro felizardo no garimpo.

**Banqueta** — Degrau na piçarra do leito de um depósito aluvial.

**Banzé** — Barulho, briga em festa.

**Banzo** — Triste. Hipocondríaco.

**Baquité** — (1) Cesta indígena de palha de buriti que serve para transportar materiais diversos. As índias usam principalmente para carregar seus bebês. Na época colonial, ocasionalmente

usado por mineradores de depósitos em leitos de riacho para coletar cascalho diamantífero.  
(2) Pequeno balaio (termo bororo).

**Barraca** — Uma área de depósitos de minérios ao lado de um riacho (grupiara).

**Barranco** — Local onde o garimpeiro faz o catreado.

**Barroca** — Desbarrancado.

**Batatal** — Depósito de terraço (Mato Grosso, séculos XVIII e XIX).

**Batear** — Diz-se do garimpeiro que vagueia em diversos locais, experimentando cascalhos diamantíferos.

**Batedeira** — (1) Conjunto de quatro a cinco peneiras superpostas, utilizadas para separar cascalhos. (2) Lugar numa mina onde se bate a peneira deixando resíduos de cascalho.

**Bateia** — (1) Gamela de madeira usada para lavar material aurífero e diamantífero. Feita de uma parte longitudinal de uma árvore (como cedro ou tambor) de 80 cm a 1 metro de diâmetro, 20 cm de profundidade, 1 cm de espessura, pesa de 4 a 5 Kg. Conhecida durante o período colonial como gamela, que tinha uma variedade de tamanhos (embora não tão grande como nesse século), formatos (cônica ou alongada) e com alças pequenas ou grandes. Em Poxoréu, a bateia foi substituída pela peneira. (2) Vasilha de madeira leve em que os garimpeiros, em movimentos giratórios, fazem a separação dos diamantes e do ouro, que pelas próprias densidades permanecem no "pião" (fundo). (3) Recipiente cilíndrico feito de madeira mole de tamburi, que serve para lavagem manual do cascalho.

**Batedeira** — Local onde o cascalho fino é colocado para o exame do garimpeiro. Os pequenos xibios se aninham entre os diversos satélites de diamantes mais pesados que ficam no fundo da peneira fina. Esse último exame é também chamado de *escrita de prova*.

**Batido** — (1) desvio de água a partir de outro rego de água canalizado para propósitos de garimpagem, isto é, lavagem de cascalho. A medida do volume de água canalizada para uma jazida é descrita pelo número de batidos; Em jazidas baixas (grupiaras) costumam aparecer minas de água também calculadas com a medida padrão (2) Num sentido geral, batido inclui a bomba e a bica. Batidão de cento e vinte, por exemplo, é um batido no qual a água corre com considerável velocidade. (3) Porção de água que escorre por um ladrão do rego.

**Berrante** — (1) Desmancha festa. (2) Trinta e oito. Revólver.

**Bicame** — Aqueduto de madeira, de folhão de ferro ou de zinco, tem como suporte de apoio travessas horizontais firmadas em ligas de madeira. Os bicames pequenos são feitos de madeiras ocas.

**Bicharedo** — Correto. Excelente.

**Bimbarra** — Coisa velha, ou alavancar peso.

**Bitelo** — Xibio maior.

**Blefado** — Sem dinheiro para o cigarro. Variação: Brefado.

**Boca de capanga** — Cobra venenosa, que tem seu habitat nas áreas dos monchões. Para os garimpeiros, onde existe boca de capanga existe diamante.

**Boca de saco** — Uma parte do mantimento semanal (saco) que o garimpeiro recebe de seu patrão (Fornecedor) que não o supre com todos os mantimentos necessários.

**Bocó** — Crédulo. Bobo. Exemplo: Bocó de fivela. Embornal. Capanga. Bolsa.

**Bodum** — Pitiú. Catinga, mau cheiro de corpo.

**Boião** — Refeição.

**Bolicho** — Casa comercial de pequeno porte. Venda. Armazém de beira de estrada.

**Bolinete** — (1) Vaso de madeira usado para lavagem de areias auríferas. (2) Área rasa numa Corrida onde o cascalho é peneirado e selecionado pela água. (3) Matadouro, em Minas Gerais. (4) Mesmo que corrida, ou aparelho em forma de carretilha.

**Bomba** — Tubo retangular de 40 a 50 cm de comprimento com abertura de aproximadamente 10 cm x 10 cm. Medidas anteriores de 10 cm x 12 cm ou 12 cm x 14 cm são também encontradas. Esta medida é derivada da velha medida telha do leste e nordeste do Brasil. A

bomba possui tampa de vedação em forma de leme facilmente acionável. Estas bombas são colocadas nas bordas laterais inferiores dos regos de água, servindo para bombear parte do fluxo de água destinado ao trabalho em minas secas (monchões).

**Bornal** — Capanga de guardar petrechos. Embornal.

**Borracha** — É o serviço de restauração ou desobstrução dos regos d'água, feita geralmente em mutirão por todos os garimpeiros que se utilizam daquela água nos seus respectivos serviços de garimpagem.

**Boteco** — Bolicho onde se vendem bebidas.

**Brava** — No sentido de forte ou ruim.

**Braveza** — Gado arisco e fugidio. Pessoa acanhada.

**Bregueço** — Objeto de uso doméstico.

**Brilhante** — Diz-se do garimpeiro blefado, quebrado.

**Bronze** — Diamante amarelado-escuro. Capacete de mergulhar em escafandro.

**Brughalhou** — Pedra grande, que se encontra solta nos leitos ou, às margens dos rios. Também são pedras deixadas numa trela, ou na peneira maior durante a lavagem do cascalho.

**Bucho** — (1) petrechos do garimpeiro: mala, saco. (2) Mulher velha.

**Bunda Vermelha** — Garimpeiro que trabalha em monchões sem a ajuda do fluxo de água, sujando muito a roupa de trabalho, principalmente o fundo do calção quando tem que trabalhar sentado no chão. Mão no chão.

**Buraco de golfeiro** — Mina aberta por garimpeiro nos leitos cascalhados dos riachos, trabalhando pelo menos parcialmente submergidos.

**Butela** — Coisa grande. Mulher grande.

**Buzo** — (1) Diamante de qualidade ruim, mas enganoso, podendo ser tomado como bom pelo comprador inexperiente. (2) Diamante já conhecido por todos os compradores, às vezes com defeitos.

## C

**Caaguira** — Falta de sorte.

**Cacorê** — Raiva. Desesperação (Nhambiquara).

**Cacumbu** — Restos de ferramentas.

**Cafuba** — Cascalho esbranquiçado em depósitos de terraço, distante dos cursos dos riachos (Bahia e Minas Gerais).

**Caipira** — Habitante do campo ou da roça, de pouca instrução e de modos rústicos. Sinônimo de Matuto, Arigó, Jeca.

**Caldeirão** — Buraco aberto na piçarra que contém cascalho frequentemente rico em diamantes.

**Calombo** — Machucado. Galo.

**Calumbé** — Vasilha cilíndrica de madeira utilizada em forma de bacia para o transporte de cascalho ou apuração do esmeril.

**Calundu** — Tristeza, aborrecimento.

**Camarada** — Pessoa assalariada.

**Cambada** — Turma, grupo (pejorativo).

**Canal** — Curso de um riacho; leito de rio. Escavação, sulco, rego, fosso, etc. por onde corre ou circula água. Antigamente chamado veio.

**Canalista** — Garimpeiro que trabalha no canal, frequentemente retirando o cascalho em mergulhos consecutivos, a fôlego ou com escafandro.

**Canga** — Concentração de hidróxidos de ferro na superfície do solo sob a forma de concreções.

**Canhengue** — Usurário, Avarento, Egoísta.

**Canjica** — Informação ou forma diamantífera. Designação dada pelos garimpeiros à timolita, satélite de diamante.

**Canoa** — (1) Concavidade na piçarra de um depósito que se assemelha a uma canoa. (2) Curso de riacho frequentemente rico em diamantes, se for grande canoão. (3) Lavagem de cascalho no rego de um serviço com água, inclui a corrida. Cada canoa tem aproximadamente 30 cm de largura e três metros de comprimento, lavados a aproximadamente 15 cm na piçarra. A canoa difere do baco pois é uma parte integral da lavagem; um baco é colocado perto de um suprimento de água e o cascalho é carregado da mina para nele ser levado.

**Canuda** — (BA) Lugar onde um grande número de indicadores de diamantes são encontrados.

**Capanga** — (1) Bolsa de couro. Embornal. Bornal. (2) Fazer a capanga: comprar diamantes. (3) Apaniguado. (4) Lote de diamantes comprados durante uma temporada. (5) Segurança ou assecla do capangueiro, também denominado capataz.

**Capangueiro** — (1) Comprador de diamantes de grande escala; compra as pedras ou dos garimpeiros ou dos compradores de pequena escala. Antigamente, capangueiro significava um comprador de diamantes de pequena escala (Santos, Memórias do Distrito Diamantino, pg. 210). Provavelmente derivado de capanga, uma pequena sacola de couro na qual os diamantes são guardados pelos capangueiros (embora Capanga também signifique um valentão que se coloca ao serviço de quem lhe paga). (2) Exportador.

**Capenga** — Manco.

**Capinar** — Fugir.

**Capo** — O mesmo que ponche. Capa.

**Cara de vaca** — Botina de lavrador.

**Carbonado** — Diamante negro, puro, carbono não cristalizado de cor opaca ou marrom, gravidade específica 3-3-4; usado na indústria até o fim do século XIX, considerado pelos garimpeiros como uma informação e assim era descartado. Comum na Chapada Diamantina onde pelo menos dezoito tipos diferentes são distinguíveis pelos garimpeiros.

**Careta** — Engenhoca de madeira movida a mão para moer cana. Máscara.

**Caribéu** — Café feito com caldo de cana.

**Carimboque** — O mesmo que corniboque.

**Carro de cascalho** — Denominação de cada monte de cascalho com 60 latas de 20 litros, equivalente a 1.200 litros de cascalho.

**Carumbé** — (1) Gamela de madeira em que se carrega cascalho. (2) Vasilha ou gamela cônica de aproximadamente 65 cm em diâmetros, 8 cm de profundidade no centro, 2cm de espessura. Os índios Tupis utilizavam vasilhas de formato similares feitas da casca da tartaruga; "Carumbé" é derivado da palavra tupi que designa "tartaruga". (2) O mesmo que calumbé.

**Cascalhão** — Leito profundo de depósito. Em Minas Gerais, o cascalho é conhecido como formação ou, se consolidado massa.

**Cascalhento** — Camada de pequenas pedras ovais num depósito que é considerado como diamantífero. (Bahia).

**Cascalho** — (1) Mistura de pedras e areia onde se encontra o diamante. (2) Pedra britada ou lascas de pedra, não raro misturadas com areia grossa; depósito de minérios. *C. Bruto*: depósito naturalmente estéril. *C. Croado*: ou *C. Coroado*: Depósito que ocorre naturalmente sem desmonte. Rapa. *C. manso*: Cascalho preferido para a procura de diamantes. *C. Virgem*: Depósito não trabalhado.

**Casco de Burro** — Buraco pequeno ou depressão numa piçarra, na qual cascalho diamantífero é acumulado. (Bahia).

**Cativo** — Informação diamantífera. Denominação científica: Titânio.

**Catra** — (1) Buraco de 20 a 25 palmos perfurado no solo para cata ou procura dos diamantes. (2) Mina. Uma escavação quase sempre de forma retangular aberta para retirar cascalho diamantífero. Por serem as minas de tamanho padrão, cata também é uma medida bruta de tempo em relação a garimpagem. Caixão. A cata inicial numa mina. Catra é derivada de catar: buscar, procurar, pesquisar.

**Catreção** — Processo de garimpagem, de escavação de uma mina. O mesmo que *cata*: lugar onde se efetua o serviço de garimpagem (geralmente no seco).

**Catreado** — Local das catras. Local de assentamento de dragas, de escafandros ou matames de golfos.

**Catrear** — Garimpar, cavar uma mina.

**Causos** — Estórias. Rixas. Contendas.

**Cavadeira** — Peça de ferro com gume, semelhante a um grande formão que se adapta a extremidade de um pau e serve para cavar canais e os lados das minas.

**Caxambu** — Monte de cascalho extraído de uma mina para ser peneirado e lavado. Obsoleto. (Mato Grosso).

**Chacoalhar** — Movimentar as peneiras na lavagem do cascalho.

**Chapéu de frade** — Diamante triangular de lapidação difícil, sempre jaçado.

**Chelpa** — Dinheiro (gíria).

**Chicória** — (1) Informação diamantífera, mineral bruto. (2) Satélite de diamante, também denominado pedra de bispo.

**Chumbação** — Conjunto de chumbos. As pedras são colocadas à aproximadamente 30 cm alternadamente tocando os lados opostos da canoa.

**Chumbo** — Pedra colocada na Canoa de uma lavagem de cascalho em serviço com água para segurar os materiais mais pesados que estão sendo carregados pela água. *Sombra de chumbo*: Localiza-se abaixo de um chumbo onde o material mais pesado é depositado.

**Chupão** — Mangueira usada nas dragas para sucção de areia ou cascalho.

**Ciscagem** — Ato de escrever e ler a apuração. Resumo.

**Ciscar** — O mesmo que resumir, conferir a escrita.

**Cisma** — Preocupação.

**Cismado** — Desconfiado, preocupado.

**Cocho** — Caixão de madeira, 2 m de comprimento, 30 cm de altura, 40 cm de largura. Com um lado fechado e o outro coberto com tela de arame; com dispositivos de madeira de 2 cm no fundo; versão moderna do baco; usado para peneirar cascalho diamantífero. O cocho é segurado num ângulo (ou em terra seca ou parcialmente submerso); um garimpeiro segura o caixão com as pernas abertas, curvando (coloca o cascalho, enquanto um segundo homem coloca água no seu interior: o material mais leve é expelido através da peneiração, as pedras maiores são tiradas pelas mãos e o material denso mais fino é levado nas peneiras. Os cochos não são comuns: São usados se o cascalho é particularmente glutinoso e assim difícil de ser peneirado numa trela. Um cocho também é um recipiente feito de tronco de árvores ocas usado para colocar sal, água e alimentos para o gado. E também um tipo de canoa pequena.

**Coisa feita** — Feitiçaria.

**Comércio** — Pequeno povoamento com funções comerciais rudimentares; coloquialismo usado por garimpeiros e outros habitantes rurais menos sofisticados.

**Comida** — Terra garimpada.

**Comprido** — Situação em que os diamantes são raramente encontrados. Os antônimos são *curto e manso*.

**Corniboque** — Binga feita com ponta de chifre. Isqueiro. Carimboque.

**Coroca** — Decrépito.

**Corredeira** — (BA) Pequena mina feita na parede de outra e protegida do vazamento de água

da mina principal, por uma parede de pedra. Na parte inferior, deságua num buraco chamado fervedouro de 10 cm de profundidade; seu curso é marcado por uma série de pedras laterais, que, quais fervedouros, são colocados de tal forma que o cascalho passe e o diamante fique.

**Corrida** — (1) Pequeno rego d'água feito na piçarra para dar passagem ao fluxo contínuo da água (batido de água) que transporta em sua correnteza o cascalho trabalhado de uma jazida de monchão. A corrida deve apresentar um desnível de aproximadamente 10 a 20 metros por 1.000 metros e o volume de água é de aproximadamente 10 cm<sup>3</sup> (4") batido. (2) Rego com escalas para resumo antes da lavagem do cascalho. A apuração da corrida é denominada esmeril ou escrita.

**Corrutela** — (1) Vilarejo. (2) Povoado ou cidade surgida em função da garimpagem. (3) Agrupamento de choupanas de garimpeiros, frequentemente com poucas funções comerciais, o caráter temporário das corrutelas é sugerido pelo uso de folhagens de babaçu e capim para tetos e paredes. (3) Corrutela: do latim: palavra corrupção, ou do bororo: coru+tela: uma pilha, monte de pedras (isto é, resíduos, entulho, remanescentes visíveis das atividades garimpeiras).

**Cortar** — Primeira fase da lapidação.

**Corte** — (1) Parede de pedra feita para separar e proteger a corrida das pedras que são retiradas do cascalho e jogadas fora ou dentro da mina. (2) Proteção feita com pedras e capim distribuídos em formas de paredes baixas assentadas sobre o cascalho ou sobre a piçarra, permitindo o vazamento de água, retendo, porém, a areia ou seixos. (3) Pequenas pedras deixadas na peneira durante a lavagem. (4) Esmeril.

**Cozinheiro** — É um garimpeiro contratado para cozinhar no barracão, recebendo um mergulho semanal, dado pelo proprietário do escafandro ou recebendo porcentagem sobre a venda do total bruto da garimpagem.

**Croar** — Fazer aparecer na superfície a Coroa ou Croa. O diamante croado é o que fica por cima da forma, ou é encontrado casualmente por cima do cascalho.

**Croca** — Nó na linha de pesca. Emaranho.

**Cru** — Gerais. Campos virgens de fogo.

**Cubado** — Carumbé extremamente cheio de cascalho.

**Cuietê** — Cuia legítima de árvore de cuia.

**Curau** — Garimpeiro inexperiente. Neófito em garimpagem; entretanto, às vezes, são os mais sortudos (MG e BA).

## D

**Dama** — Rapariga. Zabaneira. Puta. Meretriz.

**Dama de branco** — Aparição.

**Dengo** — Graça. Trejeito.

**Dente de cão** — Informação diamantífera. Cristal de rocha ou pequeno mineral satélite.

**Descabreado** — Garimpeiro desacorçoado; abandonar de catra.

**Descalquiado** — Desanimado, desorientado.

**Desmontar** — (1) Barranco de terra arrancado com pá ou de outra forma até descobrir o cascalho. (2) Retirar o desmante.

**Desmante** — Retirada da crosta da terra que se sobrepõe ao cascalho.

**Despedrar** — Retirada das pedras maiores do cascalho.

**Despejo** — Pilha de pedras ao lado de uma mina. Entulheira.

**Diamante** — (1) Carbono puro, é o mais duro, o mais pesado e o mais brilhante dos minerais. É a mais cobiçada e mais valiosa das pedras preciosas. (2) Do grego: *ádamas*, "indomável", (pela dureza). (3) Do latim: *Diamas, antis* (diamante no lat. tardio e medieval, por influência

de diadema ou de diáfano). (4) Mineral manométrico, carbono puro, a mais dura e brilhante das pedras preciosas. Quando é lapidado chama-se brilhante. Os diamantes são classificados em relação ao tamanho e qualidade. As categorizações de tamanho usadas pelos garimpeiros são: *pedra*: um diamante pesando mais de meio quilate. Xibio ou xibiu possivelmente da palavra nhambiquara significando ("algo pequeno, de pouca importância"), um diamante pesando menos de meio quilate; *pongo, tobó, calhau*: diamantes grandes; *mosquito, fininho, areia*: diamantes bem pequenos. De acordo com a qualidade, a categorização dos diamantes pode ser: *primeira*: gemas de alta qualidade; *segunda*: gemas com alguns defeitos; a) *indústria*: diamantes de baixa qualidade, apropriados somente para indústria; b) *água*: qualidade que corresponde a claridade e pureza da cor: *A. extra*: aparência especialmente translúcida. *A. boa*: bom, cor clara. *A. de querosene*: cor branca amarelada. Os diamantes coloridos têm menos valor do que os "brancos" especialmente se não possuem boa água. *A. extra*: é um diamante com boa forma, cor e densidade; *fazenda fina* é um xibio extra, branco sem defeito, raro azulado. Os defeitos comuns em diamantes são: Diamante encapado, um diamante opaco; pintado, diamante colorido artificialmente; Urubu uma mancha na pedra; Jaca, uma pinta ou lasca escura; corado, um diamante bastante fatiado; chapéu de frade — um diamante quebrado com três lados, formato de uma pirâmide; bala, diamante mal cristalizado, redondo e bastante duro.

**Dicumê** — Refeição.

**Dobra** — Retirada de uma parte do cascalho de uma catra que fica abaixo do nível da corrida, colocado (depois de despedrado) dentro da corrida para o processo preliminar de seleção do diamante.

**Dois de julho** — Diamante de cor amarelo-esverdeada. Belíssimo.

**Dono da água** — Pessoa que é dona do rego da água que serve à garimpagem.

**Draga** — Equipamento mecânico para arrancar e lavar cascalhos na procura do diamante ou remoção de areia.

## E

**Emburrado** — (1) Garimpeiro que está contrariado com os colegas e não extravasa a ira. (2) Rocha grande, seixo rolado, lugar pedregoso de grandes e numerosas pedras roladas descobertas. *E. mineiro*: Seixo bastante duro. *E. de piçarra*: emburrado conglomerado. *E. de feijão*: Rocha conglomerada

**Empachado** — Digestão paralisada.

**Empanzinado** — Barriga cheia em excesso.

**Emperrado** — Entalado. Sem solução.

**Empinhocado** — Apinhado.

**Encafifado** — Encabulado. Envergonhado.

**Enfurnado** — (1) Rio que corre em furnas. (2) Pessoa escondida, isolada.

**Engambelar** — Enganar. Iludir.

**Enlear** — Ganhar tempo.

**Enrabichado** — Amásio.

**Enrosco** — Namoro.

**Ensejo** — Ter ocasião.

**Entestar** — Enfrentar numa briga.

**Entulheira** — Depósito de entulho.

**Enxada** — Instrumento de capinar ou revolver a terra. As medidas da lâmina são de aproximadamente 20x20 cm; o cabo da enxada usada pelos garimpeiros tem aproximadamente um metro de comprimento (em comparação com a enxada usada na

agricultura que possui duas vezes esse tamanho) e posto em ângulo de 45º da lâmina.

**Enxaguar a bateia** — Lavar todo cascalho da bateia sem encontrar diamante. O mesmo que queimar.

**Escafandro** — Roupa de mergulho. De acordo com o tamanho três tipos são distinguíveis. Amadura Paulista, sopra fogo, marítima.

**Escalqueado** — Garimpeiro desorientado, desiludido, depois de trabalhar sucessivas catas sem encontrar diamantes.

**Escrever** — Processo de procurar diamantes com o dedo ou com objeto de madeira com ponta fina por sobre o cascalho que está na peneira. Por exemplo: a *primeira escrita* ocorre dentro da água. O garimpeiro depois de imprimir à peneira os movimentos necessários para a separação dos diamantes dos demais pedriscos, desse modo levando-o à parte mais funda da peneira, levanta esta até ficar quase fora da água, balançando-a de maneira que o esmeril vá aos poucos mudando de lugar assim divisar o diamante. A *segunda escrita* ou *exame*, por sua vez, é feita na bateadeira quando a peneira é batida de boca para baixo, deixando à mostra o esmeril que estava no fundo da peneira, procede-se, então, a escrita de prova.

**Esfarinhado** — Diamante que se esfarela na lapidação.

**Esmeril** — (1) Cascalho fino deixado na bateia ou peneira após a lavagem do cascalho diamantífero, brughalhou, corte. (2) Óxido de ferro, também denominado forma ou apuração da corrida ou escrita.

**Esteira** — Proteção feita de capim ou folhas de palmeira, amarrada com três pares de galhos finos, um metro por dois centímetros de espessura, usada nas paredes da virada.

**Estuporar** — Morrer de repente, sem causa aparente.

**Estúrdio** — Esperto. Ativo.

**Exportador** — Comprador de diamantes de larga escala (não geralmente baseado nas áreas de garimpagem), embora não necessariamente um exportador de diamantes. Por vezes chamado de diamantário.

**Extra** — Diamante raro, azulado ou branco puro.

**Extraordinário** — Despesas que correm por conta do garimpeiro meia-praça tais como: cigarros, remédios, guloseimas, pinga ou objetos de uso pessoal.

## F

**Faiscação** — Ato de faiscar.

**Faiscador** — (1) Minerador de ouro de pequena escala (também faisqueiro); este significado agora é obsoleto, pois qualquer minerador de pequena escala é conhecido como garimpeiro. (2) Garimpeiro raramente ativo, geralmente velho, trabalhando sozinho em depósitos marginais (BA e MG). (3) Comprador de diamantes de pequena escala, geralmente confiante no seu próprio capital. Agente.

**Faiscar** — Garimpar eventualmente.

**Faisqueira** — (1) Depósito trabalhado pelo faiscador. (2) Pequena garimpagem com assentimento do dono da catra, onde, às vezes, são repartidos os lucros da venda do produto. (3) Experiência, prova que se faz a fim de avaliar as possibilidades de riqueza do cascalho; (4) Catra pequena, aberta na jazida com a finalidade de prospecção. (5) Pequena retirada de cascalho de jazida já prospectada com a finalidade de ocupar o tempo ocioso do garimpeiro no final da semana. Se assim o fazem, os garimpeiros recebem uma parcela maior dos diamantes encontrados, geralmente 50% em vez dos 30% mais. (6) Resto de cascalho que fica abandonado ao pé do barranco nas catas trabalhadas. (7) A expressão "tirar uma faisqueira" significa manter uma única relação sexual. (8) Colóquio instantâneo com alguma mundana.

**Faisqueiro** — (1) Corretor, comprador de diamante em pequena escala. (2) Fraco de bolso.

**Farinha** — Xibius diminutos ou olhos de mosquito. Farelo de diamante jaçado que se quebra

ao ser lapidado.

**Farracho** — Ferramenta: ferro chato de limpar cascalho.

**Faxina** — Processo mediante o qual se evita o desmoronamento de um barranco úmido mediante a fixação de duas varas hastes grossas de madeira, o primeiro à altura de mais ou menos 20 a 30 cm do cascalho e o segundo à altura de mais ou menos 1 m do cascalho. Tais hastes são escoradas por forquilhas ou escoras de pedra. Na parte posterior, isto é, entre os varões e o barranco são colocadas varas em pé, firmadas no cascalho e apoiadas nos varões; apoiadas nas varas são colocadas capim ou palhas de palmeira, entrelaçadas em forma de esteira. O barranco é desmoronado somente até encostar-se à esteira, por entre o qual passará a vazar apenas a umidade.

**Fazenda fina** — Diamante perfeito de 25 pontos até 2 quilates.

**Fazer o saco** — Suprir um garimpeiro com suprimentos alimentares básicos em retorno por metade do valor da produção do garimpeiro. O supridor é o patrão ou fornecedor e o garimpeiro, um meia-praça.

**Fazer rebaixo** — Preparar a corrida para melhor trabalho.

**Fecha-nunca** — (1) Bar, num povoamento de garimpagem. (2) Rancho de tavolagem dos garimpeiros, aberto dia e noite, donde sua curiosa designação. (3) Casa de danças ou cabaré.

**Feijão** — dominação do jaspe: *feijão preto*: Jaspe preto. *Feijão roxo*: Jaspe roxo. *Feijão vermelho*: Jaspe vermelho.

**Ferragem** — Informação de diamante de nome “rutilo”.

**Ferro** — Forma de satélite de nome “titânio”.

**Ferrugem azul** — Informação diamantífera de nome científico “octaedrita”.

**Fervedor** — (fervedouro) (1) Pequenos saltos (cachoeiras) feitos nas extremidades das corridas, com a finalidade de provocar uma maior “fervura” (movimentação do cascalho pela força da queda d’água) na base dos saltos. Os fervedouros têm também a finalidade de evitar desnível além do necessário para as corridas. (2) Matame armado para assoprar a areia ou remover entulho, feito nos leitos dos rios ou córregos. (3) Ressalto da corrida para prender diamantes.

**Fiel** — Cabo de aço ou corda guia que é amarrada ao barranco, vai à catra no fundo do rio.

**Fígado de galinha** — Tipo diamante.

**Fôlego** — Riacho explorado por mergulho, mas sem roupa de mergulho. Também *trabalho a fôlego*.

**Forante** — Exceto. Que não faz parte.

**Formas** — O mesmo que informação, ou seja, minerais satélites que indicam incidência de diamantes.

**Fornecedor** — Pessoa que supre um garimpeiro (meia-praça) com ferramentas e mantimentos com o fito de obter como retorno a metade do valor dos diamantes encontrados. Cfr.: Patrão, fazer o saco.

**Fornecimento** — Cesta básica dada semanalmente ao garimpeiro que trabalha como meia-praça.

**Forracho** — Ferramentas de ferro curvada, 2 cm ou mais de largura e 15 cm de comprimento usadas para empurrar cascalho fora das fendas (Bahia, Minas Gerais). Frincha.

**Forrobodó** — Divertimento. Festão.

**Frente** — (1) Catra ou trecho de garimpagem, normalmente de 25 a 60 palmos. (2) Frente de serviço: área de terras em jazidas diamantíferas destinada ao trabalho de 1 ou 2 garimpeiros em minas secas (monchões). Quando o serviço é feito com a ajuda do rego de água (1 batido) a área tem 125 palmos (25 metros) de frente e fundos e o seu comprimento vai até onde encontrar obstáculo; sem ajuda da água é de apenas 25 palmos (5 metros) de frente e fundos. A frente de serviço na garimpagem com draga (em grupiaras) varia de 20 a 25 metros de frente e fundos com o comprimento indo até o encontro de obstáculos.

**Fuá fervido** — Cascalho frouxo, sem goma, arenoso, quase sempre estéril.

**Fulo** — Mulato esbranquiçado.

**Fulo de raiva** — Branco de raiva.

**Furupa** — Baderna. Entrevero. Bagunça. Desordem.

## G

**Ganga** — Resíduo em geral não aproveitável de uma jazida que pode, no entanto, conter substâncias úteis.

**Garimpar** — Procurar diamantes ou outros minerais.

**Garimpeiro** — Trabalhador do garimpo; o que labuta no garimpo.

**Garimpo** — (1) Local onde são encontrados os minerais. (2) Zona em que se efetua a exploração diamantífera e aurífera. (3) Trabalho do seringueiro, *Garimpo de borracha*, e dos tiradores de ipeca: *Garimpo de Poaia*. Tipos de garimpo: (1) *Garimpo a seco*: Monchões longe de água para lavagem. (2) *Garimpo de golfo*: Garimpagem a mergulhos sem equipamentos mecânicos. (3) *Garimpo de virada*: Desvio de córrego ou rio para servir à garimpagem.

**Gato** — (1) Processo de recuperação de carumbé utilizando-se na emenda de sua fratura uma costura feita de arame liso ou pedaço de lata fixado com pregos pequenos ou taxinhas. (2) Encarregado de turmas de prestação do serviço em fazenda ou gerente de garimpeiros quando eles assim o chamam para ridicularizá-lo, por assemelhar-se ao primeiro.

**Gerais** — Campos e cerrados do sertão desconhecido.

**Gerente** — Encarregado de um garimpo ou do sistema de suprimento de água, recebe como compensação dois ou três por cento do valor dos diamantes encontrados.

**Gogó** — Papo. Pescoço. Sujeito que convence os outros com conversas. Papo.

**Golfeiro** — Garimpeiros que retiram o cascalho dos leitos de córregos e rios, trabalhando em mergulhos subsequentes.

**Golfo** — (1) Poço, Leito profundo. (2) Serviço de garimpo praticado dentro d'água nos lugares rasos das corredeiras. Trabalho de golfo.

**Golpista** — Garimpeiro que quebra o cascalho com uma enxada e o coloca no carumbé, o qual ajuda a levantá-lo para ser colocado no ombro de um segundo garimpeiro (o pescoço). MG e BA: enchedor ou enchedeiro.

**Goma** — Ganga.

**Gongó** — Calça cortada em tamanho de calção.

**Gorgulho** — Cascalho fino, geralmente encontrado entre gretas de pedras grandes do cascalho ou pregado no lençol de piçarra das jazidas.

**Grão** — Peso equivalente a 1/4 de quilate ou 25 pontos.

**Grelho** — Laje debaixo do cascalho, piçarra.

**Grupiara** — (1) Depósito de cascalho diamantífero, localizado perto dos rios e riachos, em locais baixos e úmidos, onde sempre brota água. Em Mato Grosso até neste século, e atualmente por quase todo o Brasil, um depósito de vale é um tabuleiro e uma grupiara é um depósito de terraço. (2) Garimpos nos barrancos dos rios ou córregos. (3) Trabalho de grupiara: serviço de garimpo praticado nas barrancas marginais dos rios.

## H

**Horário d'água** — Sistema de trabalho com água em minas secas (monchão), obedecendo a um horário preestabelecido pelo dono do rego mestre ou pelo seu gerente, cuja finalidade é possibilitar o melhor aproveitamento da água em maior quantidade de "frentes de serviço". Assim, em horário alternado, o mesmo fluxo de água trabalha em diferentes frentes de

serviço.

## I

**Imbé** — Cipó parasitário do qual se tira o tronco para confeccionar o picuá.

**Imitação** — Parecido. Imitação.

**Incroadado** — Que não se decide. Que não cozinha.

**Independente** — Garimpeiro que trabalha por conta própria.

**Influência** — (1) Acorrência de muitos garimpeiros a um lugar de garimpo. (2) Lugar onde se descobrem minas de diamantes e carbonados, o que dá ocasião a serviço intensivo e produtivo.

**Informação** — (1) Indicadores presentes no cascalho que informam (indicam) a maior ou menor possibilidade de se encontrar o diamante. (2) Forma. Formação. Satélite. Cativo. (3) Seixos que possuem quase a mesma densidade do diamante. (4) Nomes obsoletos que incluem Companheiro, escravo e pingo d'água.

**Infusado** — (1) Diz-se do diamante que foi recusado por ter sido dado preço exorbitante. (2) Garimpeiro quebrado, sem emprego. Blefado. (3) Diz-se também que o garimpeiro está na piçarra.

**Isidoro** — Cama de quatro forquilhas e algumas varas atravessadas, feita rusticamente para dormir.

**Itacuru** — Fogão de três pedras.

## J

**Jaça** — Diamante trincado.

**Jacu** — Indivíduo pouco experiente.

**Jacuba** — (1) Cascalho misturado com areia e resíduos já trabalhado e posteriormente transportado pelos rios, córregos em seus leitos, quase sempre estéril. (2) Cascalho já explorado, rodado, mexido. (3) Provavelmente derivado de *jacuba*: mistura de água, açúcar e farinha de mandioca. (4) Farinha com rapadura ralada. (4) Comida, "Lanche". (5) Sinônimo de *corrido*.

**Jaspe** — (1) Variedade semicristalina de quartzo opaco de várias cores. (2) Feijão.

**Jirau** — (1) Armação de varas sobre estacas ou forquilhas que serve para leito dos matutos ou para depósito de mantimentos e objetos nas casas sertanejas. *J. alto*: quando o garimpeiro afirma que o jirau é alto quer dizer que o patrão não é bom, pois há pouco mantimento no jirau e daí a razão do mesmo estar alto. *J. baixo*: significa que o patrão é bom, pois o jirau está sortido de mantimentos. (2) Armação rústica onde se guardam panelas e outros objetos domésticos.

**Jogo** — (1) Transporte pela água de aluvião. (2) força.

## L

**Lacre** — (1) Informação. (2) Jaspe roxo.

**Ladrão** — (1) Valeta condutora de água até a catra. (2) Ladrão de garimpo. *Ladrão d'água*: Pequeno fluxo de água drenada (ou "roubada") de um fluxo maior (rego mestre) devidamente regulado por uma passagem estreita de fácil vedação. Nos garimpos de monchões trabalhados com água, essa drenagem é feita por gravidade através de um pequeno canal retangular feito de madeira com abertura de 10x10 cm. A parte superior dessa abertura poderá ser fechada facilmente por um pedaço de tábua cortada capaz de fechar ou estancar o fluxo quando for necessário.

**Lapidado** — Diamante que passou por processo de lapidação.

**Lapidar** — Processo de transformar o diamante em brilhante. Abrilhantar, facetar, polir.

**Laranja** — Mulato avermelhado.

**Lata** — (1) Recipiente feito de folha de flandres, com capacidade para vinte litros, usada para remover desmonte de cascalho das minas e para drenar minas com água. (2) Medida de volume. *Lata paraguaia*: Método manual utilizado para drenagem das águas minadas em minas com água (grupiaras) utilizando-se latas de 20 litros com alça de pau. A lata é enchida por um dos garimpeiros que passa para o outro alcançá-la na borda superior da catra onde é derramada para fora desta. O sistema funciona de um modo contínuo e ininterrupto exigindo força, resistência e habilidade, pois as latas cheias sobem, são esvaziadas e descem com intervalos de poucos segundos. Os garimpeiros treinados em *latas paraguayias* usam uma mão para jogar a lata cheia do fundo da mina até o seu companheiro acima, que a recebe, a esvazia e a devolve com uma mão e recebe a lata cheia, ao mesmo tempo, com a outra. Assim, em movimentos rápidos, precisos e devidamente coordenados, a drenagem é feita como se fosse uma bomba de motor.

**Lavadeira** — (1) área ao lado de um riacho, na qual o cascalho diamantífero é lavado. (2) Buraco aberto para efetuar lavagem do cascalho.

**Lavagem** — Operação de apuração do cascalho para encontrar os diamantes.

**Lavra** — Sinônimo de garimpo.

**Leso** — Sem dinheiro, duro, quebrado.

**Levado da breca** — Travesso. Tribulento. Truculento.

**Levar a breca** — Acabar-se. Desaparecer.

**Livusia** — (1) Visão. Miragem. Assombração. Aleivosia (2) Luzes ou ruídos estranhos no garimpo ou nas casas dos garimpeiros.

**Lobó** — (1) Diamante grande. (2) Trairão (peixe).

**Loleia** — (1) Lama ou entulhos de paus sobre a camada de cascalho. (2) Lama mal cheirosa.

**Lostiba** — Cachaça.

## M

**Maçaroca** — Feixe. Amontoado de fios ou embiras.

**Macega** — Capim denso que não foi queimado, usado entre as pedras das paredes nas nos cortes das minas para impedir vazamento de água.

**Macharrão** — Homem valente. Macho de onça.

**Maleiro** — Garimpeiro da Bahia, distinguível pela maneira como carrega as malas nas costas.

**Malinar** — Mexer indevidamente nas coisas dos outros.

**Malino** — O que mexe onde não deve.

**Mancha** — (1) Local rico em diamantes.

**Mandar Boleiro** — Método de remoção e distribuição de cascalho de uma mina explorada por um grupo de homens. O cascalho do leito do depósito é amontoado no centro da mina; os garimpeiros trabalham em pares, um enchendo e o outro transportando o carumbé e colocando o cascalho num terreiro preparado previamente. Para assegurar uma oportunidade igual todos, cada par carrega para fora o mesmo número de carumbés.

**Mão de vaca** — (1) Pão duro. (2) Enganador.

**Mão no chão** — Garimpeiro de mina seca.

**Mariquinha** — (1) Peneira apoiada em três ou quatro pés, com trela de (1,5 mm) na qual o cascalho das minas secas é peneirado. Às vezes a estrutura é de tripé de 2 m de altura, com a peneira estando suspensa no topo. (2) Tripé de madeira de dois ou três metros de altura, com uma plataforma na parte superior onde as pedras são colocadas para lastro (estabilidade). (3) A mariquinha também é usada em depósito de riacho para dar abrigo para o garimpeiro que

está trabalhando parcialmente abaixo da superfície d'água. Nesse caso, uma forragem de palmeira ou madeira é colocada em volta das pernas postadas rio acima com o fito de quebrar a corrente. Estritamente falando, essa folhagem é o matame, mas o matame é o nome comumente usado para o tripé e a folhagem.

**Marruco** — Argila compacta, geralmente de cor escura.

**Matame** — Tripé de madeira para quebrar a corrente a fim de que os depósitos de leito de riacho possam ser trabalhados pelos garimpeiros. Um matame pode ser movido verticalmente; quando um garimpeiro está trabalhando, é levantado um pouco acima do leito do riacho a fim de que através de suas fendas expurgue o aluvião que cobre o cascalho procurado. Nesse caso, é chamado soprador.

**Matula** (1) Peso (geralmente dois sacos pequenos de areia carregados nas costas) usado pelos mergulhadores que trabalham nos leitos dos rios. (2) Provisão alimentícia para jornada. Merenda.

**Mediana** — Peneira média, abaixo da grossa.

**Mediano** — Diamante retido na peneira média. Normalmente de 3 a 5 quilates.

**Meia-praça** — (1) Garimpeiro que recebe suprimento de alimentos e ferramentas de um patrão ou fornecedor, que receberá como pagamento metade do valor dos diamantes encontrados. (2) Garimpeiro que depende do patrão. (3) Termo de contrato para o serviço de garimpo. (4) Contrário de *Por conta própria* (por conta): Garimpeiro que trabalha independente, nem como meia-praça nem como diarista.

**Melada** — Pedra recusada pelo comprador por apresentar defeitos.

**Melê** — (1) Diamante escuro bronzeado. (2) Diamante de baixo valor. Amarelão.

**Mergulhador** — Garimpeiro que trabalha em escafandro ou golfo.

**Mesa** — Superfície lisa do diamante.

**Mira especial** — Tipo de revólver.

**Mocororô** — Cascalho de cor diferente ou piçarra mole que encobre a camada na qual podem ser encontrados diamantes.

**Mofino** — Avaro. Medroso.

**Molhaça** — (1) Pixotada. Bobeada. (2) Coisa barata, sem valor.

**Monchão** — (1) Pequeno morro. Morrote. (2) Depósito de diamantes em terra firme, a certa distância do curso dos rios. Provavelmente derivado de mancha, uma bolsa de diamantes. (3) Área que apresenta formação diamantífera ou de outros minerais. (4) Garimpagem em terra firme.

**Morcego** — Apelido dado ao garimpeiro indolente, preguiçoso, que na comparação dos outros está chupando o sangue dos que trabalham. Chupão. Chupim. Asa branca.

**Mucafo** — Enxada de cabo curto.

**Mucámbu** — Bunda. Traseiro.

**Murundu** — (1) Trouxa de roupa. (2) Calombo. (3) Pequeno monte. Elevação. (4) Cupim.

**Muxiba** — (1) Magro. Pelanca. (2) Avaro.

## N

**Nhen—Nhén** — Homem afeminado. Intrigante.

**Nó cego** — Indivíduo sagaz, astuto.

## O

**Olho** — Parte inferior de um fervedouro.

**Olho de mosquito** — Xibio de tamanho ínfimo.

**Oso de burro** — Forma ou satélite.

**Oveia** — Garimpeiro que trabalha leitões de rios sem roupa de mergulho. Provavelmente de ovelha (Rio das Garças).

**Ovo de elefante** — Moranga.

**Ovo de pombo** — Forma ou satélite. Nome que designa o quartzo rolado.

## P

**Pacote** — Maço de dinheiro (cada um conto: de mil reais equivale a um pacote).

**Paiol** — (1) Área na margem da lavadeira para estocagem do cascalho extraído de uma mina, que já foi peneirado e espera lavagem. Geralmente tem um metro quadrado, com os lados demarcados por gravetos. (2) Monte de cascalho já retirado, antes de ser lavado.

**Paiuá** — Santinho.

**Palha de arroz** — Forma de satélite. Nome dado ao distênio ou cinita.

**Panema** — Infeliz.

**Partida** — Lote de diamantes pegos ou comprados.

**Patrão** — Proprietário do garimpo ou fornecedor do meia-praça.

**Patuá** — Saquito com oração no pescoço.

**Pedra bispo** — Mesmo que chicória: informação satélite.

**Pedra grossa** — Diamante de mais de 10 e até 20 quilates.

**Peneira** — Objeto, geralmente circular, de 60 cm de diâmetro, com caixilho de madeira ou de metal, com o fundo formado de fios entrançados, de teia, taquara, crina ou metal, e empregado para separar substâncias reduzidas a fragmentos (moídos, britadas, trituradas), retendo as partes mais grossas. Um jogo de peneiras ou terno de peneiras, isto é, 3 ou 4, é usado para lavar cascalho diamantífero. Os tamanhos das telas são 1,5 mm (fina), 5 mm (média), 1 cm (grossa), 2 cm (sururuca). As peneiras por vezes são chamadas por seu nome de fábrica, tais como lebre e faisca.

**Perambeira** — Precipício.

**Perau** — Poço profundo do rio.

**Pesado** — (1) Garimpeiro azarado. (2) Pesagem de diamantes.

**Pescoço** — (1) Garimpeiro cuja tarefa é carregar carumbé cheio. *Divisão de trabalho*: Essa divisão de trabalho somente ocorre em minas maiores, trabalhadas por um grupo de garimpeiros. (2) Golpista.

**Pia** — Reservatório cavado no canto de uma mina explorada, feito para armazenar a água que é bombeada para fora da mina por um pequeno motor.

**Pião** — (1) Parte pontiaguda do diamante. (2) Ponto mais profundo de uma bateia ou peneira onde o material mais denso se acumula durante a lavagem.

**Picareta** — (1) Ferramenta. (2) Trambiqueiro.

**Piçarra** — (1) Formação impermeável do terreno. (2) Qualquer rocha sedimentar argilosa estratificada, endurecida. (3) Laje dos fundos das catras, depois do cascalho. (4) Mergulho até o fundo do rio feito pelo garimpeiro. *P. de areia*: Areia não consolidada como piçarra. *P. de pedra*: Arenito duro. *P. de amendoim*: Piçarra conglomerada. *P. sebo*: Piçarra decomposta. *P. limpa*: Piçarra na qual não são localizados depósitos ou piçarra exposta por garimpagem.

**Picuá** — (1) Peça cilíndrica e oca, para guardar diamantes, feita de um gomo de taquara, de chifre, de osso, cipó imbé ou de outra substância e fechada com rolha na extremidade aberta. Possui de 6 a 10 cm de comprimento e 1 cm de diâmetro. (2) Recipiente em que se guardam os diamantes. (2) Embornal. Embornal duplo. *P. preso*: a) Sistema pelo qual os garimpeiros são compelidos a vender diamantes para o dono do garimpo no qual eles são encontrados, frequentemente a preço abaixo do valor do mercado. b) Garimpagem sujeita a venda ou primeira vista dos diamantes para o patrão. (3) Antônimo de picuá livre.

**Pindaíba** — Capão de mato nas cabeceiras dos córregos.

**Pingo d'água** — Informação diamantífera. Nome do topázio rodado.

**Pinoia** — Coisa vulgar.

**Pipira** — Moça rampeira.

**Pituí** — Cheiro forte, desagradável, catinga, bodum, acá.

**Polidório** — Policial.

**Pongó** — Diamante grande. Bobo.

**Ponto** — Subdivisão do quilate de peso equivalente a 100 vezes menos. Urubus, ou pontos negros que aparecem em diamantes defeituosos.

**Porcentagem** — Participação em cotas de vendas, pagas aos donos dos terrenos ou regos d'água ou ainda das máquinas de operação. Por exemplo, 10% pela terra, 10% pela água em minas exploradas por rego d'água. Quinto;

**Praça** — Mesa, parte maior do assento do diamante.

**Pretinha** — Forma satélite, denominada turmalina pretinha.

**Primeira vista** — (1) Amostragem do diamante em primeiro lugar. (2) Comprador com direito de ver e oferecer um preço por diamantes de um garimpo em particular antes que ele possa ser mostrado a outros compradores.

**Próprio** — Correio particular. Mensageiro.

## Q

**Quebrado** — Garimpeiro sem dinheiro. Blefado.

**Quebrar** — (1) Acabar o dinheiro do bambúrrio. (2) Retirar cascalho da catra ou da mina. *Quebrar cascalho*: a) trabalho realizado no lençol do depósito diamantífero com uma picareta e enxada; b) trabalho de remoção das pedras maiores com as mãos, antes que o cascalho passe pela peneira.

**Quebra torto** — Refeição matinal. Tira torto.

**Queimada** — Catra que não deu diamante.

**Queimar** — (1) Trabalhar o cascalho, mas não encontrar diamantes. *Queimar cascalho*: Trabalho de garimpagem sem resultado. *Queimado*: garimpo pobre ou exaurido. (Cfr.: enxaguar a bateia). (2) Avaliação muito elevada do diamante, prejudicando o comércio. (4) Desvalorizar o diamante após a primeira tentativa de venda. (5) Não encontrar diamante no garimpo.

**Quicaia** — MG: Jogo de ferramenta básica de garimpagem Não há equivalente em Mato Grosso.

**Quilatagem** — Peso do diamante.

**Quilate** — Unidade de peso equivalente a 4 grãos ou 100 pontos.

**Quinto** — Porcentagem paga pelo garimpeiro ao proprietário da terra e ao dono dos direitos sobre a água. Um quinto era 15%, mas agora é 15% para garimpeiros que exploram garimpo por canal e 10% para garimpeiros em minas secas.

**Quizila** — (1) Desavença. (2) Azar.

## R

**Rabicho** — Amor, paixão.

**Rabo** — Denominações diversas no garimpo. *R. de bica*: Bica que sai do batido. *R. de galo*: Mistura de bebidas, tipo coquetel. *R. de galo*: Coisa bonita. *R. de saia*: Garimpeiro que vive à procura de mulheres. *R. d'água*: água que escorre da draga ou água corrida.

**Ralar** — Processo da primeira limpeza do cascalho dentro d'água, no ralo.

**Ralo** — Bacia (3 a 40 centímetros de diâmetro, 10 a cm de profundidade) com buracos

perfurados na base com pregos, usado para levantar cascalho dos leitos dos riachos, a água e a areia fina saem pelos buracos. Na lavagem de bateia o cascalho é primeiramente peneirado num ralo. Algumas vezes feito de pequenas latas ou por estiramento de um conjunto de latas numa estrutura de madeira com buracos perfurados, desse modo sendo similar em "design" e função a trela. Folha de flandres ou bacia furada em forma de ralo que permite escoar pelos diminutos furos areia fina, terra e "gama" (ganga).

**Rapa** — Lençol de cascalho que ocorre naturalmente sem a necessidade de desmonte.

**Raridade** — Diamante azul ou vermelho, também denominado extra.

**Raspagem de paiol** — Ultimo cascalho do paiol a ser lavado.

**Rastaquera**— João Ninguém. Pessoa insignificante.

**Rebaixo** — (1) Canal de drenagem de uma mina que é explorada por serviço com água . (2) Método usado em depósitos localizados em riacho pelo qual o garimpeiro remove depósitos terciários do leito por sistematicamente desviar e realinhar o curso do riacho.

**Recorte** — (1) Processo de borrifar água no cascalho mais denso e concentrado que está numa bateia ou peneira para separá-lo com o fim de revelar diamantes que porventura ali se encontram. (2) Cascalho tirado do centro da peneira de tela mais fina depois dele ter sido empilhado no chão e explorado à procura de diamantes. O recorte é colocado ao lado para ser revelado em caso de ter escapado algum diamante.

**Refino** — Ultima peneirada da lavagem.

**Rego d'água mestre** — Canal de água principal, que leva água para o serviço de lavagem de cascalho. A água é levada do rego para o lado que está sendo garimpado por um pequeno canal (batido, q.v.).

**Rego mestre** — Rego onde se retiram os batidos das corridas.

**Relógio de pulso** — Ovos.

**Remoso** — Gorduroso demais. Rançoso. Diz-se das iguarias que não são saudáveis. Aquilo que pode causar dano à saúde.

**Renda** — (1) Total do apurado durante a semana. (2) Porcentagem paga pela garimpagem.

**Restinga** — (1) Fragmentos de cascalho em uma mina que tem quer ser retirado com a mão. (2) O que sobrou na piçarra depois de tirado o cascalho. (3) Rebotalho das terras lavradas, onde mineram a gente pobre. (Minas Gerais).

**Resumir** — (1) Apurar o cascalho. (2) Lavar todo o cascalho de uma mina.

**Resumo** — Lavar todo o cascalho antes de iniciar outra mina.

**Roupa de carregação** — Roupa malfeita, comprada pronta, sem medidas certas para o tamanho do corpo.

**Roxo** — Mulato escuro. Arroxeado.

## S

**Saco** — (1) Provisão fornecida a um meia-praça. Fazer o saco. (2) Fornecimento ou cesta base de provisões alimentícias para a garimpagem. (3) Receptáculo de pano ou de couro (30 cm de diâmetro) com um aro na parte superior, de ferro ou de madeira para se manter aberto, usado por mergulhadores a fim de coletar cascalho do leito de um rio; hoje feito de lona de pneus de automóveis. Explorar depósitos de rios com um saco é serviço de saco, e o mergulhador, um saqueiro.

**Saco de gato** — Confusão.

**Sal** — Diamante leitoso opaco de valor reduzido.

**Salto** — Garimpo no qual muitos diamantes são encontrados.

**Sangue de boi** — Forma diamantífera denominada também pedra tinta.

**Sapiranga** — Diz-se dos olhos de quem está doente.

**Sarará** — Albino.

**Seca-poço** — Cobertor de garimpeiro.

**Sedém** — Corda feita das crinas de cavalos.

**Sem tabela** — A vontade, sem restrição.

**Sentar na graxa** — Sair-se mal em algum evento. Pisar em casca de banana.

**Sentinela** — Velório.

**Serviço** — (1) Termo genérico para métodos de garimpagem. Mina, em sentido similar a uma frente ou catreado. Por exemplo: *S. a seco*: exploração em minas secas (monchão, terraço); *S. com água*: exploração da mina por canal (rego d'água); *S. da grupiara*; exploração de minas com água. *S. de golfo*: serviço de garimpagem em leitos de córregos e rios, feito em mergulhos a fôlego.

**Sipuína** — Mulher rampeira, mundana.

**Sirigaita** — Mulher alegre.

**Socalco** — Espécie de degrau, numa encosta, sustentado por muro ou botaréu. Banco de terra ou parede de pedras que sustenta um canal de água entre pontos elevados.

**Solto** — Descobertas frequentes de diamantes. Exemplo: O diamante anda solto.

**Sonda** — Vara metálica para sondar a profundidade do cascalho.

**Sondar** — Procurar garimpo. Introduzir a sonda no chão, em profundidade de 20 até 40 palmos.

**Sovaco de aleijado** — Sofrimento.

**Sugigar** — Subjugar.

**Sungar** — Sungar o nariz: ao contrário de assuar-se. Sungar as calças: levantá-las pelo cós.

**Surrão** — Bolsa ou saco de couro usado para a condução de cascalho.

**Surrão** — Saco de couro usado para carregar cascalho peneirado de minas secas em direção a água para lavagem.

**Sururuca** — (1) Peneira com tela de 2 cm. Antigamente sua função era desempenhada pelo ralo e hoje a trela é frequentemente usada em seu lugar. (2) Ave sem rabo.

## T

**Taca** — Chicote.

**Talagada** — Gole de pinga.

**Tanque** — Reservatório num sistema de serviço com água; geralmente 2 a 3 metros de profundidade e 20x30 em área.

**Tarea** — Atrapalhada.

**Tauá** — Pedra mole avermelhada. Tabatinga.

**Tento** — Tira de couro. Atento. Atenção.

**Terreiro** — (1) Paiol. Local de amontoar o cascalho. (2) Superfície preparada na qual o cascalho é estocado assim que foi retirado da mina e onde é peneirado. Se o cascalho é lavado na mina, o terreiro pode servir como o paiol.

**Tiborna** — Coisa ruim.

**Tirar o chapéu** — Respeitar.

**Tobó** — Diamante grande.

**Traia** — Utensílios de garimpagem. Tralha.

**Tramela** — Tranca de madeira. Taramela.

**Tranqueira** — Galhos e troncos que entravam os rios.

**Travessão** — Banco de rochas cruzando um riacho; o lado, direção rio abaixo é frequentemente rico em diamantes.

**Trela** — Peneira com "tela de galinheiro" numa estrutura de madeira, com 45 x 30cm e 8cm de altura, feita localmente, em forma e função similar ao ralo sua manufatura sendo temporariamente dependente da disponibilidade de tela de arame apropriado. Trela é

provavelmente derivado de tela.

**Trem** — Qualquer espécie de objeto; Trens: Objetos vários.

**Treta** — Manha. Esperteza.

**Trieiro** — Caminho estreito. Trilheiro.

**Triscar** — Tocar de leve.

**Troca de dias** — Sistema de trabalho no qual um garimpeiro ajuda um outro, geralmente remover cascalho de uma mina com água, em retomo por quantidade igual de trabalho.

**Tucura** — Gafanhoto. Gado do pantanal. Termo depreciativo significando o que não presta. Intratável.

**Turmeiro** — MG: Garimpeiro que trabalha em terras de propriedade particular.

## U

**Unha de vaca** — Descoberta de um diamante em cascalho que não foi lavado.

**Unha seca** — Achado à flor da terra, sem trabalho. O mesmo que unha de vaca.

**Urubu** — Mancha negra no interior do diamante que o desvaloriza em 50%.

**Urubu jaça** — Mancha de minério de ferro ou clorito incrustada nos diamantes.

**Urucubaca** — Garimpeiro que não pega diamante. Azarado.

## V

**Vacada** — Grupo de garimpeiros que se reúne para fazer um serviço específico na mina de outro deles. O trabalho é recíproco, o garimpeiro a quem se ajuda deve retribuir a cada um dos ajudantes com uma quantidade igual de trabalho; equivalente, mutirão comum em atividades agrícolas. Cfr. trocar de dias

**Vara de Sondar** — Instrumento de ferro (1 cm de diâmetro, 3 a 4 m de comprimento) usado para verificar se em determinado lugar existe probabilidade de se encontrar diamantes. A vara penetra na piçarra, com a finalidade de detectar se há ou não cascalho diamantífero abaixo dela.

**Verter água** — Urinar.

**Virada** — De virar. Antigamente chamado cerco, círculo ou recuado. (1) Desvios de córregos ou partes dos rios para garimpagem em seu leito. (2) Dique de terra construído em volta da estrutura dos matames que parcialmente desvia um riacho a fim de que o leito possa ser explorado.

## X

**Xibio** — Diamante pequeno, variando entre 5 e 40 pontos. Variação: xibiu.

**Xibungo** — Transviado, homossexual.

## Z

**Zabaneira** — Puta; rampeira.

**Zidoro** — O mesmo que isidoro, cama rústica feita de forquilhas e varas.



## ANEXO 2

### ATA DA LIGA GARIMPEIRA

“Ata da Sessão convocada pelo Sr. Coronel Cândido Soares Filho, presentes os Srs: Dr. José Morbeck, digno chefe da região e mais pessoas de responsabilidades políticas nela residentes, para se discutir qual o meio a empregar para evitar ameaças e perseguições partidas do governo do estado contra essa população, aproveitando-se da oportunidade da presença do Sr. Delegado Especial, Major Quirino Ferreira, Chefe de Polícia da Capital, (o destaque é nosso) Usando a palavra, o Sr. Coronel Cândido Soares Filho expôs aos presentes que atendendo às anormalidades que se têm verificado nesta zona, prejudicando positivamente o progresso e desenvolvimento do Estado, conseqüente da falta de verdadeira compreensão por parte do Governo dos ideais desse povo, por tantas vezes ameaçado e perseguido, propõe o que consta das cláusulas abaixo para serem propostas ao ilustríssimo Sr. Presidente do Estado, por intermédio do seu representante legal, o Sr. Major Quirino Ferreira, Delegado Especial, as quais, postas em discussão e por todos os presentes aprovadas: **Cláusula Primeira** — Fica o Governador obrigado a criar nos diversos núcleos da região garimpeira dos municípios de Santa Rita e Registro do Araguaia, autoridades policiais cujos cargos serão confiados a pessoas indicadas pelo Sr. Dr. José Morbeck, ou que dele mereçam confiança, bem como do Presidente do estado. **Cláusula Segunda** - Obrigam-se os chefes e seus correligionários a garantir os Agentes Fiscais e Coletores que o Sr. Presidente do estado nomeia e faça seguir para os diversos lugares que julgue conveniente, cujos Exatores deverão ser nomeados de acordo com o Chefe e da confiança deste e do Governo, sendo posta em execução a tabela usada pelo Cap. Pereirinha. **Cláusula Terceira** — Fica o Sr. Presidente do estado obrigado a criar nos diversos núcleos, de acordo com as necessidades das populações, escolas para instrução primária. **Cláusula Quarta** - Considerando que, o garimpo das Pombas, ultimamente descoberto e explorado é uma continuação da zona do Garças, e a este ligado pela corrente comercial e estabelecido e explorado' pela população de residência fixa e proprietária na referida zona do Garças, as autoridades e Agências Coletoras ali estabelecidas serão igualmente sujeitas, gozando das mesmas regalias das Cláusulas primeira e segunda. **Cláusula Quinta** - Considerando que é de interesse geral o banimento do banditismo de toda região garimpeira, ficará o Presidente do estado obrigado, por intermédio do seu representante, Sr. Delegado Especial, a abrir neste povoado de Caçununga, o inquérito para apuração das responsabilidades pela chacina das Pombas, incluindo, neste ou em separado, o crime ultimamente cometido na pessoa do inditoso José Lima, com a prisão dos culpados,

para serem punidos. *Cláusula Sexta* - Atendendo ao crescente desenvolvimento dos povoados de Engenheiro Morbeck e Cafelândia, ficará o Sr. Presidente do estado obrigado a conceder terrenos para roças, decretando a medição imediata. *Cláusula Sétima* - De acordo com o desenvolvimento dos fatos fica concedido ao Exmo. Sr. Dr. José Morbeck o direito de alterar o que consta nas presentes cláusulas ou aumentá-las, visando o interesse geral.

Caçununga, 22 de fevereiro de 1925.

Engenheiro-Agrônomo José Morbeck (que parece ter sido o redator da Ata), Cândido Soares Filho, Antônio Bonifácio Pires, José de Barros Cavalcanti, Joaquim Ferreira Laborão, Salvador Hora, Ondino Rodrigues Lima, Leonardo Cortes, Joaquim de Souza."

## ANEXO 3



1919

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÕES AVULSAS

nº 26 - 2001

# A Luta no Garças

Manoel Balbino de Carvalho

Cuiabá  
IHGMT

## OS PRÓDROMOS DA LUTA NO GARÇAS

Era sobremodo estranha a situação no Garças. Não se permitia fossem ali cobrados os impostos devidos ao Estado, funcionários públicos estaduais não eram nessa região respeitados. Seu progresso entrava constantemente pela desorganização ali reinante, pela impunidade de múltiplos crimes, nomeadamente apropriações indébitas e assassinatos, pelo monopólio do comércio de diamantes, pela completa insegurança, pelo caudilhismo revoltante.

O Garças tornou-se um desorganizado estado dentro do Estado de Mato Grosso.

Todos esses fatos revoltavam-me. Não me sentia, porém, disposto a fazer cessar essa situação. Achava que não me competia essa arriscada e escabrosa tarefa. Quando os revolucionários, chefiados por Prestes, demandaram a região em que resido, senti dificuldade de nela me manter, sem romper com o agrônomo José Morbeck. O Estado Maior revolucionário mandou emissários conferenciarem com Morbeck, que me manifestou estar disposto a unir-se a eles.

Já há muito vivia ele como rebelde, hostilizando constantemente governos mato-grossenses, acariciando sempre o plano de se apossar de Cuiabá. Compreendi estar ele disposto a unir-se às hostes revolucionárias com o único objetivo de atacar o Governo de Mato Grosso. Descontentei-o, negando-me a acompanhá-lo nessa adesão. Antes desse acidente já havia surgido entre nós uma pendência. Neguei-me subscrever telegramas vazados em linguagem grosseira e agressiva por ele assinados e dirigidos ao Coronel Pedro Celestino.

Sempre reconheci que Morbeck era perigoso por ser irresponsável, títere facilmente manejado por mãos de perigosos e insensatos indivíduos. Um desses puxadores dos cordões do fantoche exercia sobre ele extraordinária ascendência. Esse manejador de andróides era sanguinário, capaz de todas as torpezas. Desejando impedir continuasse ele a trazer a região sobressaltada pelos seus crimes, exigia Morbeck neutralizar

sua ação perniciosa, abstendo-se de mover-se quando por ele impellido. Morbeck comprometeu-se a afastar-se desse mau elemento.

Estávamos hospedados em um mesmo quarto de um hotel do Rio de Janeiro, onde fomos tratar de interesses peculiares ao Garças, quando inesperadamente, Morbeck afastou-se de nós, sem nada me dizer. Compreendi que ele havia rompido suas relações comigo.

O Coronel Pedro Celestino nomeou-me delegado de polícia de Santa Rita do Araguaia. Com os intuitos mais pacíficos, só pensando em cooperar para a paz e prosperidade da região do Garças, assumi o exercício desse cargo. O coronel Pedro Celestino havia se comprometido a fornecer-me duzentos praças para o policiamento dos garimpos. Como a polícia mato-grossense estava então empenhada em combater os revolucionários, não pode ele prestar-me tal auxílio. Autorizou-me então, a contratar quarenta homens para fazer o policiamento da região. Não pude organizar esta força por falta de armas. Nas vésperas de ser atacado por Morbeck recebi do governo mato-grossense quatro cunhetes de balas e trinta fuzis.

Não houve tempo de organizar essa força, pois fomos atacados logo após a chegada das armas.

Para a manutenção da ordem dispúnhamos apenas do auxílio de um sargento da polícia do Estado e de alguns amigos. A grande maioria do nosso elemento achava-se trabalhando em garimpos muito distantes de Santa Rita do Araguaia.

Soubemos que Morbeck estava organizando um batalhão patriótico, a suposto pedido do nosso ilustre e prezado amigo General Cândido Rondon, batalhão cujo fim era auxiliar as tropas legalistas a combater os revolucionários.

Acreditando que Morbeck reunia homens para tal fim, ficamos tranquilos em Santa Rita de Araguaia.

Na madrugada de vinte e quatro de Maio do próximo ano passado eu, meu intrépido companheiro, Oscar Braga e mais dezesseis amigos fomos despertados por violento tiroteio.

Morbeck, à frente de cento e tantos homens, de surpresa, covardemente atacava-nos. Seu primeiro ato em favor da pretensa legalidade

foi atacar um governo legal - o do Estado de Mato Grosso, representado por mim no cargo de delegado de polícia da mencionada Comarca.

Resistimos pertinazmente durante trinta e cinco horas consecutivas ao ataque covarde. Depois de decorrerem essas trinta e cinco horas de encarniçada e desigual luta, nossa munição escasseou-se, sendo nós forçados a fugir da peleja, enfrentando os maiores perigos e rompendo as linhas inimigas. Fugindo da luta, éramos, não obstante, os vencedores, pois, até então, só havíamos perdido um companheiro, enquanto os atacantes tinham sofrido mais de quinze baixas. Ao deixar Santa Rita do Araguaia, debaixo de intensa fuzilaria, tivemos que atravessar a nado o profundo Rio Araguaia. Seis companheiros nossos, que não sabiam nadar, ficaram nesta povoação. Foram feitos prisioneiros e covardemente assassinados pelos canibalescos inimigos que atiraram seus cadáveres no rio que não puderam atravessar. Entre estes prisioneiros assassinados estava o acadêmico João Faria Neto, sobrinho do Excelentíssimo Doutor J. Cezar de Faria. Os bandidos roubaram mais de dez contos de réis de haveres por ele deixados.

Fomos duramente perseguidos no território goiano, onde procuramos guarda, tendo os perseguidores assassinado nesse território, o nosso saudoso amigo Abílio Marques, quando se achava prostrado, já ferido. Os crimes brutais, monstruosos, não ficaram ali. Nossa casa comercial e duas farmácias de amigos nossos foram saqueadas pelos atacantes que nos roubaram centenas de contos em mercadorias.

A faina de perpetrar crimes não ficou ainda ali. Morbeck auxiliado por sicários seus, propalou pela imprensa que um suposto batalhão patriótico que pretendia ter organizado para a defesa da legalidade, fora atacado por um batalhão revolucionário por mim chefiado. Visando demonstrar a falsidade dessa ignóbil mentira, fui ao Rio justificar-me diante do Excelentíssimo Doutor Arthur Bernardes. Levava eu cartas em que diretórios políticos de várias cidades mineiras e pessoas que gozavam da intimidade e inteira confiança do Dr. Bernardes afirmavam à Sua Excelência ser eu amigo abnegado da legalidade, sendo absolutamente falso o asserto nefário assacado contra mim por Morbeck.

Antes de falar ao Dr. Bernardes, fui detido no Rio na Quarta

Delegacia, onde fiquei durante três dias, sendo posto em liberdade sob a condição de partir para a Bahia.

Fui detido por ter sido denuncia do como sendo revolucionário. As cartas aludidas, dirigidas ao Dr. Bernardes, logo que chequei à delegacia foram guardadas por um comissário de polícia que as recebeu em nome do delegado Carlos Reis. Por elas verificaram, o comissário e o delegado, a injustiça da minha detenção. Não obstante permaneci detido. Estas autoridades sem escrúpulos, em vez de fazerem chegar às mãos do Dr. Bernardes tais cartas, as entregaram a um chefe político. Tive, quando em liberdade, o ensejo de vê-las com esse chefe.

Coagido, embarquei para a Bahia. A bordo, conversava com um grande capitalista, nosso antigo conhecido, quando ele, desejando provar que estava muito ao par dos acontecimentos ocorridos no Garças, num arroubo de imprensa vaidade, mostrou-me vários telegramas que não chegaram às minhas mãos, a mim dirigidos pelo Coronel Pedro Celestino e diversos outros telegramas que dirigi ao Coronel Pedro Celestino e que soube não lhe terem sido entregues. Essa revelação, entristecendo-me profundamente, por ter compreendido a que baixo grau de desmoralização chegou o Telégrafo Nacional, sob a infeliz administração de Paulo Gomide, fez-me ciente de que capitalistas estavam imiscuídos na luta do Garças. Permaneci durante algum tempo na Bahia. Havia tomado uma inabalável resolução - voltar ao Garças, auxiliar o Governo mato-grossense a reintegrar esta região no regime da ordem, cooperar para que Morbeck fosse punido pelos meios legais, tudo fazer pelo rápido desenvolvimento da promissora região.

Alguns bacharéis soçobram em sua carreira. Apegam-se, então, a um casamento rico, ou procuram tábua de salvação, aceitando uma juizança nos recessos do país, onde fazem rápida fortuna, transformando em balcão a juizança. Cheios os bolsos voltam às cidades onde são conhecidos e ali passam a viver como honestos burgueses. O juiz de direito de Santa Rita do Araguaia, bacharel Carvalho de Toledo, nesta Comarca era a máquina de escrever que firmava as decisões do chefe Morbeck. No inquérito policial aqui aberto para averiguar a responsabilidade dos autores e cúmplices dos crimes aqui cometidos em Maio de 1925, várias

testemunhas depuseram ter visto esse magistrado fazendo disparos de fuzil contra a nossa casa. Em vez de providenciar para impedir a realização dos crimes de que fomos vítimas, foi ele um dos principais co-autores dos mesmos.

Este juiz delinqüente, abusando do prestígio do seu cargo, que nunca mereceu ocupar, mentindo covarde e deslavadamente, propalou pela imprensa, sob sua responsabilidade, a infame calúnia de termos atacado o suposto batalhão patriótico de Morbeck. Os amigos, para quem escrevo esta narração, podem estimar a luta renhida que tivemos de travar para vencer inimigos tão sórdidos.

O ex-presidente do Estado de Mato Grosso - Coronel Pedro Celestino, a muito trabalhava para regularizar a vida normal do Garças. Os maiores estorvos se lhe antolhavam, porém, dificultando a realização das suas justas aspirações.

Resolver tal situação por meios suasórios era impossível, porque Morbeck, sendo um déspota, não aceitava curvar-se diante de autoridade alguma. Resolver pelas armas o problema, seria sacrificar muitas vidas e despender avultadas somas. O Coronel Pedro Celestino aguardou, pois, uma oportunidade para agir com mais facilidade.

Azooou-se o lance dele fazer sentir sua autoridade, nesta região, que a muito vivia rebelada.

A audácia de Morbeck tinha culminado. O governo de Mato Grosso sentia-se diminuído, profundamente atassalhado com o ataque de que foi vítima um representante seu - o delegado de polícia de Santa Rita do Araguaia, com o fato de ter Morbeck expulso desta localidade o probo promotor de justiça da comarca do mesmo nome, Sr. Aluízio Valadares, com o despropósito de ter Morbeck impedido assumisse o exercício do cargo de coletor das rendas estaduais de Santa Rita do Araguaia o fundador deste lugar, o ex-intendente deste município, o venerando matogrossense Major Carlos Hugney, com o abuso de o ter expulso deste município, com a arbitrariedade de ter marcado vinte e quatro horas para se retirar daqui o Coronel Daniel Lima, desbravador e povoador do Garças, com o perpetrar de numerosos outros crimes que seria longo enumerar.

O ex-presidente Coronel Pedro Celestino compreendeu que tal gravíssima situação não podia perdurar. Lutando com sérias dificuldades, enfrentando as injustas objurgatórias dos maledicentes, este estadista revelou uma energia, uma tenacidade, um patriotismo brutais, logrando manter na região rebelada sua autoridade de presidente do Estado de Mato Grosso.

Estamos que de todos os atos que praticou na sua brilhante carreira de administrador foi o de maior relevo esta integração do Garças no Estado. Maior vulto assume este feito quando nos lembramos que ele marca a extinção de um reduto mais perigoso que o de Canudos. Evitou pois tenebrosos acontecimentos, graves e consideráveis prejuízos futuros. E tamanho o mérito da sua ação que seus próprios inimigos, sinceros, o reconhecem e louvam.

Entre as pessoas que mais o auxiliaram neste árduo empreendimento ressaltam os nomes do Dr. Estevão Corrêa, o seu continuador estrênuo, decidido e digno e do Coronel Antero de Barros, um dos mais atilados e operosos chefes políticos de Mato Grosso, que foi um dos mais fortes braços executantes das justas e inadiáveis decisões dos primeiros. Morbeck e seus sequazes haviam assassinado covarde e barbaramente vários amigos meus, haviam menosprezado o cargo de delegado de polícia de que estava investido, haviam tentado contra minha vida, haviam roubado em casas de amigos meus avultados haveres, haviam saqueado minha casa comercial, furtando mais de quinhentos contos de réis.

Senti a imperiosa necessidade de, pelos meios legais, promover a sua punição. Não via na minha frente nada capaz de impedir a realização do meu intento.

Perdoei os asseclas de Morbeck. Para mim os responsáveis por tão negros crimes são ele e um seu sugestionador de alma sanguinária e vil. Senti-me tão forte que não admitia, como não admito, haja no mundo força capaz de impedir lhes dar a lição de que carecem.

## ALUTA

Enfrentando as maiores dificuldades, voltei à Mato Grosso via Buenos Aires. Em Cuiabá recebi a grata nova de que o Governo matogrossense organizou um contingente de cento e tantas praças e um batalhão patriótico constituído de cerca de trezentos amigos meus, à frente dos quais estava o denodado Oscar Braga, para o fim de restabelecer a ordem no Garças.

O comandante dessa força - Capitão Daniel Queiroz, trazia ordens superiores para garantir Morbeck no exercício do cargo de Intendente Municipal de Santa Rita do Araguaia e abrir inquérito policial para apurar a responsabilidade dos autores dos crimes aqui perpetrados em Maio de 1925. Estas forças tinham um mentor - o Dr. Oliveira Mello. Não viham aprestadas para a luta, pois as munições que conduziam eram insignificantes - setenta e oito mil balas, entre as quais muitos milhares completamente imprestáveis.

Incorporei-me às tais forças que rumavam para Santa Rita do Araguaia.

Ao passamos pelas adjacências da serra da Arnica, parte das nossas forças foi atacada por duzentos e tantos homens de Morbeck, chefiados por um dos seus prepostos. Depois de dois dias de luta, derrotamos o inimigo, tendo se empenhado na peleja cento e oitenta dos nossos homens.

Nessa luta, companheiros nossos encontraram uma carta assinada por um dos homens de Morbeck - Febronio de tal, carta que mandava sua força recuar e dirigir-se para o Lajeado. Um pugilo de amigos nossos, em número dezenove, lendo tal carta, compreendeu que homens de Morbeck viriam buscá-la. Doze desses nossos amigos, sob a chefia do bravo garimpeiro Félix, entrincheirando-se, esconderam-se perto do local onde a carta devia ser procurada. Os seis restantes, comandados pelo intrépido capangueiro Agenor Borges, afastaram-se dos doze para dar uma retaguarda na força que viesse procurar essa missiva. Vinte e dois

homens das forças inimigas vieram em demanda dessa carta; apanharam-na e reuniram-se para lê-la. Nossos homens romperam, então fogo contra este ótimo alvo, tendo tombado mortos nove deles. Os restantes fugiram para uma grotá.

Agenor Borges resolveu perseguir os fugintes com seus seis companheiros. Dois deles, achando arriscadíssima esta tarefa, abandonaram o grupo, que se aproximando dos fugintes, ordenou-lhes que se rendessem. Um deles rompeu fogo contra nossos cinco heróicos amigos. Foi ele ferido, tendo logrado fugir com três companheiros. Os nove restantes renderam-se, sendo conduzidos à nossa presença aprisionados.

Os remanescentes das forças, que foram vencidas na serra da Arnica, fugiram para a vila que demandávamos. Ao chegarmos aqui o inimigo rompeu intenso fogo contra nós. Aceitamos o combate, tendo desbaratado o inimigo depois de meia hora de fogo.

Não garanto ter sofrido seu chefe algum relaxamento esfintérico, mas me responsabilizo a provar que suas pernas tremeram tanto que se viu impossibilitado de correr, tendo sido carregado por um seu piedoso auxiliar. Nesta luta considere sempre Morbeck como sendo um autor de atentados contra autoridades, um assassino traiçoeiro e covarde, um ladrão que esvaziou diversas casas comerciais, um caluniador, um delapidador dos cofres públicos.

Um criminoso por ter perpetrado todos estes crimes, alguns dos quais reincidentemente e com muitas agravantes.

Seus comparsas não passavam de cúmplices de vários destes crimes. No meu sentir de delegado de polícia desta comarca, entendi nada tinham nossas forças a fazer, na ocasião em que desbaratamos aqui estes cúmplices de Morbeck, senão prendê-los em flagrante delito na corrida em que armados, transidos de pavor, à laia de boiadas estouradas, fugiam nesse estado de confusão mental multitudinária, tão comum às farândolas quando agem criminosamente. A multidão fuginte, neste estado de absorção das individualidades pela consciência coletiva, é na frase lapidar de Mendes Pimentel "*um monstro de mil cabeças*". Da mesma forma que é fácil tornar ao aprisco a boiada estourada, é simples deter e aprisionar a estourada multidão.

Se fosse eu o dirigente da luta, teria transformado em realidade meu desejo de prender aquela horda de criminosos acovardados, incapazes de qualquer reação. A luta estaria terminada.

O dirigente da expedição negou-se, porém, a realizar meu intento, obtemperando que os vencidos fugiam pelo território goiano, não convido por isso capturá-los. Contra minha vontade submeti-me ao pensar de quem mais podia. Fixamo-nos em Santa Rita do Araguaia onde o delegado especial, Capitão Daniel Queiroz, abriu rigoroso e imparcial inquérito para apurar os citados crimes, tendo verificado pelos depoimentos de dezenas de testemunhas idôneas e incontestes, ser Morbeck o principal responsável pelos crimes que descrevo.

O revés sofrido na Arnica e aqui, não fez desistir da luta Morbeck, ou em trocos miúdos, não fez desistirem da luta seus mandantes, cujo único e exclusivo sacrifício em prol dela era sustentá-la com munições, enquanto o mandatário autômato sujeitava-se às maiores misérias.

Morbeck voltou ao Garças e começou novamente a reunir gente para promover novas desordens. Algumas pessoas entravam para o seu bando por serem suas amigas, outras vexadas à pilhagem para participar dos saques que levava a efeito. A maior parte dos seus homens era por ele arrastada pela mentira. Garantia a estes que os reunia para fins pacíficos, afirmando-lhes que ia com toda sua gente entrar nesta localidade festivamente, assegurando-lhes que o Governo mato-grossense estava incondicionalmente do seu lado. Estes e outros embustes acham-se provados por depoimentos de prisioneiros que fizemos dentre seus homens. Logo que chegou ao meu conhecimento estava Morbeck seviciando gente para nos atacar, mostrei ao dirigente da força a imprescindível necessidade de obstar continuasse a levantar homens para nova luta. O dirigente não aceitou este meu alvitre, ponderando que Morbeck estava completamente vencido e que era incapaz de qualquer tentativa no sentido de nos atacar. Novamente contrariado, tive que me submeter. De sorte que, tendo convicção de que, mesmo só com auxílio dos meus amigos era perfeitamente capaz de subjugar Morbeck em poucos dias forçando-o a respeitar nossas leis, coagindo-o a depor suas armas, vi-me obrigado a aceitar se gastassem inútil e prejudicialmente vários meses para sujeitá-lo a tal situação.

Morbeck e duzentos e tantos homens entrincheiraram-se há algumas léguas de Santa Rita do Araguaia. Não se conhecendo precisamente o local onde se fixaram foi averiguar sua posição um grupo de setenta e cinco homens nossos, dos quais cinquenta eram civis, sob o comando do Tenente Antônio Salles Accioly.

Colhidos de surpresa, foram atacados pelas forças contrárias, muito superiores em número. Travou-se horrível combate.

Além da grande inferioridade numérica dos nossos homens em relação às forças adversas, batiam-se eles em campo limpo enquanto os inimigos atiravam de trincheiras.

Sob o comando do valente Tenente Temístocles foram em auxílio das nossas forças mais quarenta e cinco homens. Um grupo de civis teve ordem de avançar sobre as trincheiras. A arriscada ordem foi cumprida. Verificou-se o avanço debaixo do mais renhido fogo. Nossos heróicos companheiros viram suas munições quase extintas ao se aproximar das trincheiras. Nelas penetraram, atacando o inimigo com extrema economia de balas.

Como houvesse carência de munições, muitos dos nossos homens lutaram a punhal. Tomaram estas trincheiras. Mais duas vezes desalojaram os inimigos de suas posições. A situação dos adversários era crítica, quando o comandante das nossas forças, empenhadas nesta luta recebeu ordem de voltar com seus mandados a Santa Rita do Araguaia. Motivava esta ordem a penúria de munições.

O Tenente Accioly, dirigente da luta, viu soçobrar-se seus ingentes e heróicos esforços. Sentiu-se na situação do viajor que naufraga ao entrar no porto há muito demandado. Chorou de pesar por ter de cumprir tal ordem.

Há quem assevere que seja apanágio dos fracos chorar. Dissinto deste pensar. O homem capaz de grandes feitos é sempre emotivo, extremamente vibrátil. Esta sensibilidade é muito pronunciada nos artistas inatos.

Os esfínteres lacrimais relaxaram-se facilmente nessas pessoas privilegiadas.

Considero um guerreiro um artista. Sua música é a fuzilaria, o matracar das metralhadoras, o toque dos feridos, o desafio dos lutadores.

Nesse quadro belo-horrível, o maestro é o chefe, a batuta, sua espada. A música marcial de Wagner me agrada por recordar a música muito mais emocionante dos combates. Só na luta se pode compreender este paradoxo de Napoleão: “*A música é o pior dos barulhos*”. Ele unicamente admitia a música das batalhas. Depois dos nossos homens terem três vezes rechaçado o inimigo, obrigando-o a abandonar suas posições, foram forçados a voltar para aqui onde era fácil a defesa, mesmo com escassez de munições, visto estar esta vila guarnecida por ótimas trincheiras. Tal foi o valor com que se bateu nossa gente e tão numerosas foram as baixas que fez nas fileiras contrárias que os inimigos, vendo nossos homens recuarem, não acreditaram nesse recuo, supondo tratar-se de um ardil. Três dias após este recuo, Morbeck ainda fazia descarga de fuzis em matas onde acreditava nos achássemos. Penalizando, cheguei a pensar em lhe avisar que havíamos recuado para que não gastasse tantas balas inutilmente e cessasse seu medo...

Nesta luta perdemos um companheiro que, ferido, foi feito prisioneiro e cinco outros que morreram, vitimados por balas. As perdas de Morbeck foram muito mais consideráveis. Viam-se vinte e um cadáveres de homens seus no campo da luta.

Quando Morbeck se certificou que havíamos voltado para aqui, transportou seu acampamento para mais perto desta vila. Fez tal mudança com uma lentidão e uma precaução formidáveis. Despendeu mais de dez dias para percorrer quatro léguas. Entrincheirou-se com seus homens a cerca de cinco quilômetros desta povoação em fins de dezembro do próximo ano passado. Comunicou ele à pessoas de destaque na política nacional e propalou pela imprensa que passou o natal de mil novecentos e vinte e cinco nesta vila onde, afirmava, assumira o exercício do cargo de Intendente, após nos haver derrotado. Não fosse considerar Morbeck como sendo um doente, estranharia ter ele dado publicidade à esta mentira.

No conceito de algumas pessoas perante as quais Morbeck estava ao nível do mar, baixou ele ao nível das profundezas do Pacífico nas costas nipônicas com esta afirmação de improcedência tão facilmente verificável.

Morbeck estava se mantendo no seu novo acampamento sem

nos importunar, quando quarenta e dois homens seus, dirigidos por um dos seus prepostos de maior confiança, alcunhado Pé Grande, atacaram de emboscada um auto-caminhão nosso nas circunvizinhanças da ponte chamada do Sapo. Viajavam nesse auto o Dr. J. Rodrigues Valle, representante do nosso partido junto ao Governo de Mato Grosso, Oscar Braga, um dos chefes mais prestigiosos do Garças, e mais cinco amigos nossos. Estes nossos companheiros saltaram do auto. Dois, desarmados, fugiram da luta. O Dr. J. Rodrigues do Valle, Oscar Braga, Simplicio Pereira de Souza, Antônio Cândido e a praça Barbosa, de tal resistiram ao combate covarde. Pé Grande e quatro companheiros seus foram mortos. Um dos nossos homens foi ferido. Este e os outros amigos, que ficaram incólumes, afastaram-se da luta desigual, após terem dado formidável lição aos homens da emboscada. Os atacantes furtaram, então, grande quantidade de haveres existentes no auto.

Esta luta verificou-se há uma légua e meia da aludida ponte, onde havia algumas dezenas de homens nossos. Alguns desses amigos que vinham em outro auto, ouvindo o tiroteio, foram em auxílio do auto atacado.

O Dr. Rodrigues Valle, encontrando vários destes nossos companheiros, convidou-os a retomarem o auto e os haveres furtados, tendo avançado sobre o inimigo à frente deles e de três rapazes que com ele foram atacados. O inimigo fugiu ao pressentir a chegada da nossa gente sem aceitar combate, deixando pelo chão a maior parte dos objetos furtados. Parece incrível que quarenta e dois homens atacando de emboscada sete, salvem-se estes, sofrendo os atacantes cinco baixas. A veracidade deste extraordinário fato foi constatada por inúmeras pessoas.

No dia vinte e um de janeiro do corrente ano, um grupo nosso fazia reconhecimento nas cercanias do acampamento inimigo quando foi atacado. À frente de cerca de duzentos homens meus, fui em auxílio dos atacados. Um contingente de sessenta praças da policia mato-grossense auxiliou-nos, com uma metralhadora e um fuzil FN.

Travou-se renhido combate. Nossas forças foram dirigidas pelo 1º Tenente José Antônio da Costa, um dos mais competentes e brilhantes oficiais da Força Pública de Mato Grosso. Foi ele auxiliado pelos valoro-

sos Tenentes Nunes, Rodrigues e Silvério, e por arrojados cabos de guerra meus. O inimigo estava alojado no cimo de um morro, onde havia cerca de trezentas trincheiras. Uma linha destas trincheiras, em forma de semi-círculo, tinha perto de oitocentos metros de comprimento. Dispunha o inimigo de duas metralhadoras, uma das quais inutilizamos logo no início da luta. Na força adversa havia um hábil conhecedor de ventos que, incendiando um capinzal longínquo, logrou fazer a fumaça produzida vir pairar sobre seu acampamento.

A primeira rajada da nossa metralhadora matou oito homens de Morbeck e feriu vários.

Os homens de Morbeck das suas trincheiras erguiam vivas a vários chefes políticos mato-grossense. Nossos homens secundavam estes vivas. Em certo momento vi cair ferido ao meu lado um soldado. Um projétil de fuzil atravessou um dos seus braços, seu abdômen e, penetrando na sua cartucheira, encaixou-se na cápsula de outra bala, formando uma interessantíssima cruz.

O projétil, se atravessasse a cartucheira, teria me ferido. Rendi, pois, graças ao Deus Marte.

Muitas vezes nossos homens confundiram-se com a gente de Morbeck a qual, traiçoeiramente, trazia distintivos iguais aos nossos. Este combate foi o mais importante que se realizou na região.

Morbeck, logo que reconheceu a precariedade de sua situação, fugiu com uma escolta, deixando na luta seus companheiros. Na noite de vinte e três de janeiro, os restantes dos seus homens fugiram desordenada e afoitamente, dirigindo-se para várias direções e deixando no acampamento objetos de uso indispensável, fato que revela terem desistido definitivamente de mais lutas.

Perdemos sete companheiros e tivemos dezenove feridos. As perdas inimigas foram enormes. Encontramos vinte e três cadáveres de homens seus. Um prisioneiro, que fizemos, narrou-nos que Morbeck mandou atirar no Ribeirão Claro numerosos outros cadáveres. Suas perdas não foram inferiores a quarenta mortos.

Demos Morbeck por vencido e por terminada esta luta que nos custou tantos esforços. Soltamos todos os prisioneiros. A maior parte

deles tornou-se amiga nossa, ficando conosco. Quando tornei à Mato Grosso, pensei que iria apenas auxiliar o Governo deste Estado a por cobro às tropelias do agitador. Minha ação foi, porém, diversa. Em vez de auxiliar, fui eu auxiliado a realizar esse feito, de que dependiam a paz e prosperidade desta portentosa região. Poucos dias após este decisivo combate, chegou aqui o interventor estadual - Dr. Waldomiro Corrêa da Costa, encontrando a situação militar, a bem dizer, resolvida.

Teve ele um entendimento com Morbeck. O chefe vencido comprometeu-se a entregar-lhe todas as armas em poder de seus homens, prontificando-se a, pacificamente, acompanhá-lo, caso quisesse prendê-lo. Neste gesto Morbeck manifestou seu grande abatimento moral de vencido e revelou reconhecer que é um criminoso, cujo lugar é a prisão. O Dr. Waldomiro Corrêa da Costa ofereceu-lhe garanti-lo no exercício do cargo de intendente do Araguaia, depois de fazer-lho sentir que o atual governo de Mato Grosso não admite agitadores no seu território.

Morbeck não pretende continuar no Garças. Está cômico de que, de agora por diante, não será mais o chefe da República Caudilhesca do Garças, que desapareceu com seu prestígio, conhece que vai ser pronunciado pelos crimes que perpetrou, perdendo o exercício do cargo que, com tanta infelicidade deslustrou e sabe que será punido pelos meios legais.

A ação do Dr. Waldomiro como organizador desta região, que se acha totalmente desorganizada pelos desmandos de Morbeck, tem sido ponderada, prudente e completamente imparcial, inspirando a todos a maior confiança.

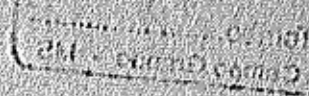
Sua ação é um feliz reflexo da administração vigorosa, brilhante e criteriosa do Exmo. Dr. Mário Corrêa.



## ANEXO 4

## A QUESTÃO DOS LIMITES ENTRE MATO GROSSO E GOIÁS

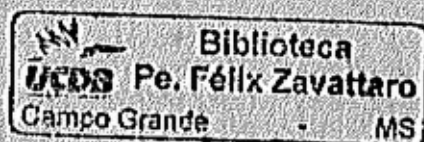
D. Francisco de Aquino Corrêa  
Bispo de Prusiade  
Presidente do Estado de Matto-Grosso



## A FRONTEIRA MATTO-GROSSO—GOIAZ



OFFICIO DIRIGIDO AO SENADOR ANTONIO F. DE AZEREDO, PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO MATTOGROSSENEE AO SEXTO CONGRESSO DE GEOGRAPHIA EM BELLO HORIZONTE.



*513*  
*2026*

*Typographia Official*

GUIARÁ

—1919—



## ESTADO DE MATTO-GROSSO

---

Palacio da Presidencia, em Cuiabá, 6 de Agosto de 1919.

*Exmo. Sr. Senador,*

Acquiescendo de bom grado ao appello que a Commissão Organizadora do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, a se reunir em Belo Horizonte, no proximo dia 7 de Setembro, dirigiu a este Governo, pedindo-lhe enviar seus representantes ao mesmo Congresso, tenho muita satisfação em convidar a V. Exia. para presidir a Delegação Mattogrossense a esse fim constituida e composta do General Candido Mariano da Silva Rondon e Dr. João Barbosa de Faria.

É visto como, mercê de opportuna e patriótica iniciativa da Liga de Defesa Nacional, trata-se de resolver amigavelmente no referido Congresso, as pendencias de limites ainda existentes entre varios Estados, affin que, ao alvorecer do primeiro centenario da Independencia Nacional, possa a Carta Geral do Brazil apparecer extremo de quiesquer duvidosas linhas de fronteira, está claro que Matto-Grosso, a quem o vizinho Estado de Goiaz persiste em contestar direito ás extensas terras que occupa entre o rio das Mortes e o Pardo, Matto-Grosso, repito, mui particular e vivamente se interessa pelas discussões do mesmo Congresso.

Eis porque o Presidente do Estado, na certeza de que V. Exia. não recusará prestar mais este relevante serviço a Matto-Grosso, pela querida causa da sua integridade territorial, houve por bem expôr a V. Exia. o seu modo de encarar a vertente questão de limites, esperando que dessa troca de

— 2 —

idéas, como sóe acontecer, jorrou luz sempre mais tarta e persuasiva sobre o nosso incontestavel direito.

Penso, pois, sem mais preambulos, que a alludida questão se possa claramente resumir nos três seguintes capitulos.

I

OS LIMITES ENTRE MATTO-GROSSO E GOIAZ  
NUNCA FORAM LEGALMENTE FIXADOS

A proposta D. Marcos de Noronha

Creada em 1748 a capitania independente do Matto-Grosso, ordenou D. João V ao primeiro Governador de Goiaz, D. Marcos de Noronha, e ao primeiro Governador de Matto-Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, que, "vista a pouca noticia que ainda havia destes sertões, informassem com os seus pareceres, por onde poderia determinar-se, mais commoda e naturalmente, a divisão entre as novas capitancias" (doc. n. 1).

D. Marcos informou, de facto, propondo a celebre linha pelos rios das Mortes, Taquari, Coxim, Camapuã, d'ahi pelo varadouro homonymo até as cabeceiras do rio Pardo e por este abaixo até a sua foz no Paraná (Doc. n. 2).

Não consta, nem Goiaz ousa afirmar que esta proposta tenha sido approvada. Ora, é evidente que uma simples informação não tem força de lei. Entretanto, o Estado limitrophe apoia-se nella, apesar do testemunho official de um dos Governos goianos, que dirigindo-se, em 1857, ao Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, declara que só depois do auto de accessão de Luiz Pinto, de que entraremos a falar, é que ficou servindo de limites o rio das Mortes. (Doc. n. 23).

O que consta é que as discussões e tentativas de accordo continuaram na correspondencia epistolar dos Capitães Generaes de ambas as capitancias, opinando os de Goiaz pelo rio das Mortes e os do Matto-Grosso pelo Araguaia (Docs. ns. 3, 4, 5, 6 e 7).

O Termo de Accessão Luiz Pinto

Vinte e um annos de improficuas negociações eram passados, quando, afinal, se conseguiu o desejado entendimento com o famoso termo de accessão de Luiz Pinto.

Com effeito, o terceiro Governador do Matto-Grosso, Luiz Pinto do Souza Coutinho, considerando embóra "muito mais natural a linha de separação tirada pelo Araguaia" (Doc. n. 7), teve a "docilidade" de acceder ás pretensões de Goiaz, e remetteu ao Governador D. Antonio Carlos Furtado de Mendonça "o testemunho formal da sua accessão" aos limites arbitrados por D. Marcos de Noronha. (Doc. n. 8)

Este termo de accessão é o argumento maximo de Goiaz. Entretanto, é o proprio Luiz Pinto quem no mesmo auto de accessão e na carta que o acompanhou, declara com toda razão, que no Conselho Ultramarino é que se deverá "tomar a ultima resolução nesta materia", e conclue a referida carta do seguinte modo: "Nesta conformidade incluo a V. Exia. o testemunho formal da minha accessão ao referido arbitrio, esperando que V. Exia. se dignará de dirigir-me o reversal assignado pela sua mão e sellado com o seu sinete, afim de pornos na presença do S. Majestade, por via do seu Conselho, de mutuo accordo, o objecto da presente convenção".

Nem de outra fórma termina o auto de accessão: "E para que S. Majestade seja servido dignar-se de determinar esta materia, na fórma das suas reaes ordens, mandei passar esta auto de accessão ao referido arbitrio, que vai por mim assignado e sellado com o sinete das minhas armas".

Perguntemos agora: Onde o reversal exigido por Luiz Pinto?

Onde a Carta Regia, onde o acto do Conselho Ultramarino, onde o decreto ou cousa que o valha, homologando o referido accordo? Não existem.

Accordo tão bem aviado a favor de Goiaz, mallogrou-se, de todo, com a morte repentina do Capitão General João Manoel de Mello, e com a inhabilidade ou incuria dos seus successores.

De maneira que o proprio argumento heroico, o Achilles dos arraias goianos, si algo vale, é contra Goiaz mesmo: porquanto só pode significar, quando muito, que, apezar da "docilidade" dadiosa do governador de Matto-Grosso, o governo de Goiaz não soube aproveitá-la, ou antes os poderes competentes não approvaram semelhante accordo, rejeitando, por isso mesmo, tacita, mas eloquentemente as pretensões goianas.

E não só a Metropole, mas nem o Imperio e nem a Republica nunca ratificaram aquelle ajuste, não obstante as insistentes solicitações e reclamações do governo de Goiaz.

- 4 -

## O projecto de 1864

Tentou este, de facto, durante o Imperio, uma nova solução favoravel ao seu intento, porém, com resultado não menos infeliz e contraproducente.

Referimo-nos ao conhecido parecer e projecto da Comissão de Estatística, lido em 20 de Junho de 1864, na Camara dos Deputados. (Doc. n. 21).

É o terceiro documento invocado por Goiaz. Mas um simples projecto, sobretudo como o de que se trata, "injusto e archaico", pois se baseia ainda nas erroneas informações topographicas de D. Marcos da Noronha, um projecto que "ainda pende de votação" ou consoante se exprime o proprio Presidente de Goiaz, Rodrigues Jardim (Doc. n. 21) "acha-se até hoje nos archivos da Camara", tal projecto nunca foi nem pôde ser um titulo de dominio.

Pelo contrario, á semelhança do que já notámos em relação ao termo de accessão, não tendo a Assembléa Geral do Imperio convertido em lei o mencionado parecer, foram *ipso facto* desapprovadas, mais uma vez, e solennemente as pretensões da vizinha Provincia.

Taes são os tres papeis officiaes, com que o nosso contendor pretende provar acharem-se legalmente traçados os seus limites com Matto-Grosso.

## A linha Sarzedas

Existe, em verdade, um quarto documento, que é a linha de limites fixada pelo Capitão General de S. Paulo, D. Antonio Luiz de Tavora, Conde de Sarzedas, quando em 1738, creou as ouvidorias de Goiaz e Matto-Grosso, dependentes ainda então daquella capitania, separando-as pelos rios Araguaia, Taquari, Coxim e Pardo.

O proprio Estado de Goiaz, porém, não costuma allegar esse documento, o isto, a nosso ver, por duas razões culminantes.

A primeira porque, embóra, de um lado, pudesse adjudicar-lhe a zona entre o Taquari e o Pardo, reconheceria, de outro, o nosso direito ao Araguaia, como já opportunamente fazia notar, em 1761, D. Rolim de Moura (Doc. n. 3).

O segundo motivo é o nenhum valor actual dessa resolução que, aliás, perfeitamente se explica, quer pela somenos importancia daquella linha de limites, quer pelo facto de ter

sido ella a unica então conhecida e apropriada, como caminho mais septentrional que era, dos bandeirantes paulistas, desde 1725.

Eis porque serviu tambem de base para a divisão das respectivas prelaçias, justificando assim os escrúpulos do primeiro bispo diocesano, D. José Antonio dos Reis, no tocante á futura freguezia de Sant'Anna do Paranahiba.

Caducou effectivamente esse acto em consequencia da elevação das referidas ouvidorias a capitãias independentes, uma vez que, por essa occasião, como vimos (Doc. n. 1) o Conselho Ultramarino reservou a si a competencia para fixar-lhes novas divisas, sem levar em conta alguma a linha Sarzedas. O proprio governo de Goiaz, apesar da ponderação da Rolim de Moura, desprezou o Araguaia, principal secção da referida linha.

Ademais, si os documentos adduzidos por Goiaz, fossem realmente válidos, não se poderia explicar o muito menos justificar a impassibilidade ou melhor cumplicidade do Reino, do Imperio e da Republica, em face das reclamações dos governos goianos e da penetração desassombrada e progressiva do Matto-Grosso até as ultimas raias do vasto sertão disputado.

Symptoma ainda mais expressivo de que Goiaz não tem confiança nos seus documentos, é que, tendo lançado mão, infatigavelmente, de todos os recursos, parece evitar precisamente o recurso constitucional ao Supremo Tribunal Federal, unico poder competente para dirimir, sem accordos tardios, artificiosos e prejudiciaes, esta velha questão.

Quem assim procede, quer favores e não justiça.

Em ultima hypothese, quando mesmo os documentos a que Goiaz se soccorre, para provar a fixação da limites, não fossem, como realmente são, nullos, mas tão semente duvidosos, ainda assim, estariam perfeitamente abroquelados os direitos de Matto-Grosso, porquanto, segundo rezam brocardes juridicos, direito duvidoso e direito nullo equivalem-se e, na duvida, prevalece a condição de quem está de posse, que, no caso, como veremos, é o Estado de Matto-Grosso. *Jus dubium, jus nullum. In dubio melior est conditio possidentis.*

### A lei e o facto

E' licito, pois, concluirmos que a fronteira Matto-Grosso-Goiaz nunca foi definida por acto algum do poder competente. Uma simples proposta, um accordo sem a necessaria referenda, o um mero projecto evidentemente não con-

— 6 —

stituem, nem podem constituir documentos bastantes para uma extremação legal de limites.

Nem será ocioso aqui advertir que, no estado actual da questão, bem pouco vale amontoar pareceres favoraveis a este ou aquelle Estado. Existisse embora uma torrente infinita de opiniões as mais auctorizadas a favor de qualquer dos dois, o ainda assim, não fóra documento apto a determinar-lhes a fronteira, nem título authenticico legitimando o dominio; porquanto os limites de que se trata, não podiam, nem podem ser legal e definitivamente determinados, sinão por acto official da competente auctoridade.

O litigio entre os dois Estados não é, portanto, uma questão de *lei*, mas sim de *facto*. O facto é a posse. Vejamol-a.

## II

### MATTO-GROSSO TEM MANTIDO POSSE MANSA, PACIFICA E ININTERRUPTA EM TODA A REGIÃO PRETENDIDA POR GOIAZ.

#### Habilidade de Luiz de Albuquerque

Vendo Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, quarto Capitão General de Matto-Grosso, que, após um quartel de seculo, nada haviam aproveitado as discussões do accordo, resolveu, num dos lances mais brillhantes da sua admiravel perspicacia politica, desviar-se da orientação até alli seguida por seus predecessores, encaminhando official e decisivamente a questão para o terreno pratico.

E' o que se collige da luminosa carta que a esse respeito, endereçon, em 15 de Outubro de 1773, a José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho, Governador de Goiaz (Doc. n. 9).

Dprehende-se da alludida carta que :

I Quando Luiz de Albuquerque, ao vir assumir o governo de Matto-Grosso, passou por Goiaz, pedira-lhe o Governador desta capitania que, após ter conhecido *de visu* a zona contestada, enviasse a Goiaz o seu parecer sobre os debattidos limites dos dois governos.

2 Luiz de Albuquerque opinou francamente pelo Araguaia como linha divisória.

3. E, o que é muito de notar, communica, sem mais, ao Governador de Goiaz, "ter determinado mandar erigir o novo estabelecimento de um registro nas alturas, pouco mais ou menos, do rio Barreiro", isto é, em plena região contestada.

Este procedimento de Luiz de Albuquerque só se justifica e explica, presuppondo que o governador de Goiaz tanto lhe acatava a opinião, que já previamente concordára em accetá-la, qualquer que ella fosse. E si na mesma carta, pede ainda em "avisos competentes", a approvação do Governador de Goiaz, não foi sinão por gentileza e habilidade, á guiza de documento, para "ser remettida e offerecida á decisão da côrte." (Doc. n. 9).

### A posse no Araguaia

Empenhado, portanto, em assegurar sempre melhor os interesses de Matto-Grosso, e baseando-se naquelle previo accordo, determinou, e nisto vai o traço original e indelevel do seu espirito nesta secular demanda, determinou, desde logo, tomar posse das terras contendidas, creando, de facto, em 14 de Maio de 1780, aquelle registro "nas alturas, pouco mais ou menos, do rio Barreiro", isto é, umas 15 leguas além, na Insua, quasi á beira do Araguaia, para onde mais tarde a 1. de Fevereiro de 1813, se mudou, transformado hoje em séda de municipio e comarca.

O Governador de Goiaz não protestou, confirmando assim, de todo em todo, a nossa supposição que, aliás reuma límpidamente da missiva e do acto de Luiz de Albuquerque.

Estava assim firmada em toda a margem occidental do Araguaia, a posse mansa e pacifica de Matto-Grosso, cujo Governo, successiva e ininterruptamente, alli creou e installou o referido municipio e comarca, onde existem actualmente, creados todos pelo mesmo Governo, 2 districtos de paz (Registro e S. Rita), 4 districtos policiaes (Registro, S. Rita, Garças e S. José do Cocalinho), 8 escolas, 2 collectorias etc. (Docs. letras a, i, n, q, r, t, v, y).

O mesmo Estado tem disposto livremente daquellas terras, alienando-as, reservando-as, dando-as por concessão, conforme a certidão a pg 69, e numerosas publicações feitas pela Gazeta Official do Estado.

Accresce que só Matto-Grosso, desde 1736 até hoje (Doc. lettra a), á custa de não pequenos sacrificios; abriu, tem conservado e protegido, com numerosos presidios militares, a estrada outr'ora tão importante do Cuiabá ao Araguaia, e sómente Matto-Grosso, numa especie de reconquista onerosa daquelles sertões, tem promovido e subvencionado eficazmente tanto a pacificação, como a catechese dos indios, que nomades por aquellas paragens, ameaçaram, por vezes, reagir contra a civilização alli dominante.

### A posse no Paranhíba e Parauá

Não é menos evidente a posse exercida por Matto-Grosso em todo o tracto de terras, que demoram entre o Taquari e o Pardo.

Deixemos do parte a conquista dos primeiros povoadores de Matto-Grosso, a quem se deve o descobrimento da toda a região de Campua, onde, mais tarde, o Governo de Matto-Grosso fundou a celebre fazenda homonyma, cujo inventario, sem protesto de Goiaz, correu em 1847, pelo fóro de Cuiabá; não falemos no esforço dos Governadores de Matto-Grosso, os quaes, desde Luiz de Albuquerque, a quem, como no Araguaia, cabe tambem a primazia na fecunda previsão da posse no Paranhíba, exploraram tenaz e eficazmente a abertura de uma estrada que ligasse o Piquiri ao Verde ou Sucuriú, conforme, em bella synthese, o attesta a lei n. 7 de 12 de Agosto de 1835 (Doc. lettra b), votada pela Assembléa Provincial de Matto-Grosso; ponhamos á margem todos essas preliminares, e vamos directamente ao acto formal e definitivo da posse.

Foi, mais ou menos, pelo anno de 1830, qua quatro irmãos da familia Garcia Leal, vindos de Minas, estabeleceram-se á margem direita do Paranhíba, numa extensa região, ao depois, conhecida pelo nome de *Sertão dos Garcias*.

Reservado alli, mais tarde, um patrimonio, nelle construíram a primeira rustica igreja, e solicitaram, a conseselho do Padre Francisco Salles de Souza Fleury, a protecção e auxilio do Governo de Goiaz para administrar a incipiente povoação.

Não tendo Goiaz attendido a esse appello, puzeram-se os sertanistas em relação com as auctoridades mattogrossenses, já então destacadas naquellas immedições, até que por lei provincial n. 4 de 19 de Abril de 1833, foi erecta em freguezia a capella de Sant'Anna do Paranhíba (Doc. lettra c), onde

até hoje, ininterrompidamente, Matto-Grosso tem exercido inúmeros actos de jurisdicção e dominio.

Foi, com effeito, o Governo de Matto-Grosso, que elevou successivamente a freguezia de Sant'Anna do Paranahiba á cathegoria de villa e cidade, séde de municipio e comarca, desmembrando-a, mais tarde, nos municipios e comarcas de Coxim e Tres Lagôas.

O municipio de Sant'Anna possui hoje 4 districtos de paz (Sant'Anna, Bahusinhos, Bom Jesus dos Passos e Correntes), 5 districtos policiaes (os quatro supramencionados e Bahús) 2 escolas, uma collectoria e 2 postos fiscaes. O de Coxim possui um districto de paz (Coxim), 4 policiaes (Coxim, Aldeia, Ponto Vermelha e Pedro Gomes) 6 escolas e uma collectoria. O de Tres Lagôas possui 1 districto de paz, 1 policial 3 escolas e 2 collectorias. Toda esta organização administrativa foi estabelecida pelo Governo de Matto-Grosso (doc. letras g, h, k, l, o, p, q, s, u, v, x, w), que, ao mesmo passo, tem sempre exercido, sem perturbação, actos de pleno dominio sobre as terras situadas nos sobreditos municipios, vendendo-as, reservando-as ou concedendo-as. (Certidão á pag. 72.)

### Protestos de Goiaz

Verdade é que Goiaz, ao ter conhecimento da posse de Matto-Grosso em Sant'Anna do Paranahiba, mandou, num simulacro de protesto, occupar militarmente o arraial. Mas, além de que esse destacamento nem lá entrou, permanecendo no porto Alencastro, fallecia a Goiaz o direito de protestar, por quanto as terras como vimos, não eram suas.

Comtudo, o facto, "verdadeiro attentado", no dizer do Presidente, Conego José da Silva Guimarães (doc. n. 11), provocou da parte dos moradores de Sant'Anna, uma representação dirigida em 15 de Abril de 1838, ao mesmo Presidente de Matto-Grosso, e assignada por 110 cidadãos, espontaneo e eloquente plébiscito a favor desta Provincia (Doc. letra d).

Não menos attentatoria foi a lei goiana que, dez annos mais tarde, em 5 de Agosto de 1848, creou a freguezia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, e, embora reconhecendo o nosso direito ao Araguaia, dá por limite á nova freguezia o rio Pardo, numa flagrante invasão de terras já mattogrossenses.

Em 1907, tentou Goiaz um novo esbulho do territorio mattogrossense, com a lei n. 290 de 21 de Junho daquelle

anno, a qual traçando os limites do município goiano de Mineiros, incorporava-lhe terras occupadas e administradas por Matto-Grosso.

Contra a pretendida usurpação protestou, de prompto, o Presidente de Matto-Grosso, Coronel Generoso Paes Lima de Souza Ponce, em energico officio dirigido ao Governo de Goiaz (Doc. n. 22).

Não menos firme fôra a brilhante resposta enviada pelo douto Presidente, Dr. Antonio Corrêa da Costa, ao descabido protesto da Goiaz contra a criação da Agencia fiscal matto-grossense em S. Rita do Araguaia. (Doc. 21)

Ficaram, todavia, como era natural e justo, sem effeito algum, nessa parte, as citadas leis, como tambem os demais protestos, não occupando Goiaz a minima porção de terras aquém do Araguaia, nem do Paranahiba, (abaixo do Correntes), nem do Paraná, mas continuando, pacificamente, em toda essa amplissima zona, a primitiva posse de Matto-Grosso.

Facil é protestar, como seria, em verdade, mui commodo poder reivindicar, numa simples conquista a bico de pena, extensas e ricas terras por outrem povoadas e beneficiadas, palmo a palmo, com esforço tenaz, perseverante, secular.

Mas, o protesto não gera direitos, garante-os apenas, si preexistentes.

Guiado, pois, pela serena clarividencia e energia dos seus estadistas, Matto-Grosso tem respondido a essés estereis protestos com a tranquilla manutenção da sua posse, tão fecunda de direitos, quão onerada de obrigações e sacrificios.

O commodo, como bem pondera o Presidente Guimarães, torna-se propriedade de quem teve o incommodo (Doc. n. 11).

### Reconhecimento da posse de Matto-Grosso

Tão clara e legitima é esta posse, que o proprio Estado de Goiaz a tem reconhecido, quer na sua imprensa, até official, transcrevendo, sem contestação, argumentos a nesso favor, (Doc. lettra a), quer em sua mesma legislação, como aconteceu com a citada lei n. 6, de 5 de Agosto de 1488 e outra de 30 de Outubro de 1868 (Doc. n. 21 e lettra n), quer, enfim, na sua organização fiscal, estabelecendo agencias á margem direita do Araguaia (Registro e S. Rita) e esquerda do Paranahiba, onde, por muito tempo tem cobrado impostos de exportação para este Estado.

Ha pouquissimos annos, é que, tardiamente, Goiaz sup-

primiu aquelles postos fiscaes, no intuito transparente de não prejudicar suas pretensões de limites.

Mais solennemente ainda tem sido reconhecida a posse do Matto-Grosso pelo Governo Imperial e Federal:

1—*No texto das suas leis, como no Decreto Legislativo n. 1294 de 22 de Junho de 1866, "posterior ao decantado e ainda invocado parecer de 1864", decreto esse que creou "um collegio eleitoral na villa de Sant'Anna do Paranhíba, da Provincia de Matto-Grosso".*

2—*Na sua divisão administrativa, seja ella postal, telegraphica, militar, judiciaria, etc., como é publico e notorio.*

Neste momento mesmo, corre pela secção federal de Matto-Grosso, a divisão judicial de varias terras do Sul, em zona pretendida por Goiaz.

Com referencia ao districto telegraphico, deu-se, ha pouco, facto interessante. A estação de Registro do Araguaia, installada á margem esquerda desso rio, foi, durante a ultima agitação politica, transferida para a margem opposta, voltando, mais tarde, para a séde primitiva. Pois bem: mudando-se a margem, a taxa telegraphica tambem variou de cem para duzentos reis e vice versa, frizando assim incisivamente a linha de fronteira entre os dois Estados.

3—*Na apuração das eleições federaes, contando sempre para Matto Grosso os votos das comarcas sitas no territorio contestado, como não será difficil documentar revendo os archivos do Congresso Nacional.*

Podemos, pois, concluir que, de facto, Matto-Grosso mantém, ha longuissimos annos, sobre a inteira zona contendida por Goiaz, uma posse mansa, pacifica, ininterrupta, reconhecida integralmente pelo Governo Federal, e, ás vezes, pelo proprio Estado contendor, posse, enfim, solicitada ou acceita com satisfação pelos moradores, como, sem grande custo, si provaria mediante um plebiscito, de que, aliás, já cogita este Governo.

Ora, esta posse, embora não se considere como elemento de prescripção acquisitiva ou usucapião, que se não pode admittir entre os Estados; muito embora não se leve em conta de immemorial, como, de facto, seria, porquanto "nenhuma pessoa viva se lembra de ter visto um estado de cousas differente, nem de ter ouvido fallar d'elle por alguém que o tenha visto"; esta posse, em todo caso, como passamo a demonstrar, constitue, a favor de Matto-Grosso, um verdadeiro *uti possidetis*, claro, legitimo e valioso.

— 12 —

## III

A SOBREDITA POSSE MANTIDA PELO ESTADO  
DE MATTO-GROSSO, CONSTITUE UM LEGITIMO *UTI  
POSSIDETIS*, QUE FIRMA O SEU DIREITO EM TODA  
A REGIÃO OCCUPADA.

O *uti possidetis* e as terras em questão

Note-se bem, desde logo, que se não trata aqui da posse como título habil para adquirir terras de outro Estado.

As terras em litigio não pertenciam, por isso mesmo, nem a Matto-Grosso, nem a Goiaz, nem a Estado algum, eram verdadeira *res nullius*.

A posse, portanto, é aqui invocada como título para *fixar* e não para *alterar* a área territorial dos dois Estados.

Parecer do dr. Epitacio Pessoa

Nestas condições, bastar-nos-á para demonstrar o valor jurídico desse *uti possidetis* de Matto-Grosso, citar o seguinte parecer do eminente juriscônsulto, que hoje felizmente preside aos destinos da Republica.

"Não temos duvida em applicar ao nosso caso (questão de limites) «o principio de que a posse pode valer, em favor daquelle que a tem, como indício de um direito preexistente.

Para que, porém, tal aconteça, tratando-se de limites territoriaes, é imprescindivel que elles não tenham sido determinados em tempo algum».

E, após ter citado Clovis Bevilacqua e Laffayette, conclue o mesmo illustrado auctor com o accordo n. 6 de 2 de Outubro de 1915, em que o Supremo Tribunal, assim definiu: "O *uti possidetis* só é applicavel, quando não ha limites traçados" — Epitacio Pessoa: *A fronteira oriental do Amazonas*, pag. 308.

Tal é, como acabámos de ver, o nosso caso. E esta pagina, escripta exactamente para negar o valor jurídico da posse exercida pelo Pará sobre terras do Amazonas, é o minimo que se pôde dizer a favor desse título, e projecta, por isto mesmo, uma grande luz sobre toda a nossa argumentação, que, afinal, se pode resumir nos seguintes termos.

— 13 —

## Resumo

"O *uti possidetis* só é applicavel, quando não ha limites traçados"—(Accordam supracitado).

Ora, no caso de Matto-Grosso e Goiaz, os limites, como provámos, nunca foram traçados.

Logo o *uti possidetis* é em toda essa questão, o unico titulo legal, garantindo a Matto-Grosso que o possui, legitimo direito sobre a inteira região occupada.

Recapitemos, outrossim, o facto historico. Ao passo que Goiaz, illudindo-se com titulos falhos, perde o tempo em protestos ou em supplicas á metropole, ao Imperio e á Republica para que façam valer seus pretensos direitos, Matto-Grosso, orientando-se pelo descortino genial de Luiz de Albuquerque, abandona as interminaveis negociações do gabinete, e arroja-se, através de ingentes sacrificios, á conquista do seu titulo legal de dominio—á posse, que hoje lhe firma heroico e irrecusavel direito sobre toda a zona requestada.

## Conclusão

Taes são, Exmo. Sr. Senador, em summula rapida, a que vão appensos 50 respectivos documentos, as idéas que julguei meu dever de officio expôr a V. Exia., ao confiar-lhe prazerosamente a missão de representar o Estado em sua mais importante pendencia de limites, na qual, aliás, é nosso unico interesse, que se mantenha o *statu quo* mais que secular, como um simples reconhecimento da verdade historica e juridica, apoiada em evidentes conveniencias de ordem geographica e social, para as quaes bem justamente appellaram Rolim de Moura, o proprio Luiz Pinto, Luiz de Albuquerque, Pimenta Bueno, Rio Branco, Corrêa da Costa e outros.

V. Exia. e os demais membros da Delegação, á luz dos seus singulares conhecimentos das coisas mattegrossenses, e sob a fecunda inspiração do seu ardoroso patriotismo, estou certo que saberão corrigir, desenvolver e completar estas singelas razões, de sorte que a pura verdade, sobranceando quaesquer paixões ou interesses de campanario, injustificaveis en-

— 14 —

tre filhos de uma mesma Patria, resplandeça, quanto possível, em toda a perfeição da sua convincente simplicidade e clareza.

Deus guarde a V. Exia.

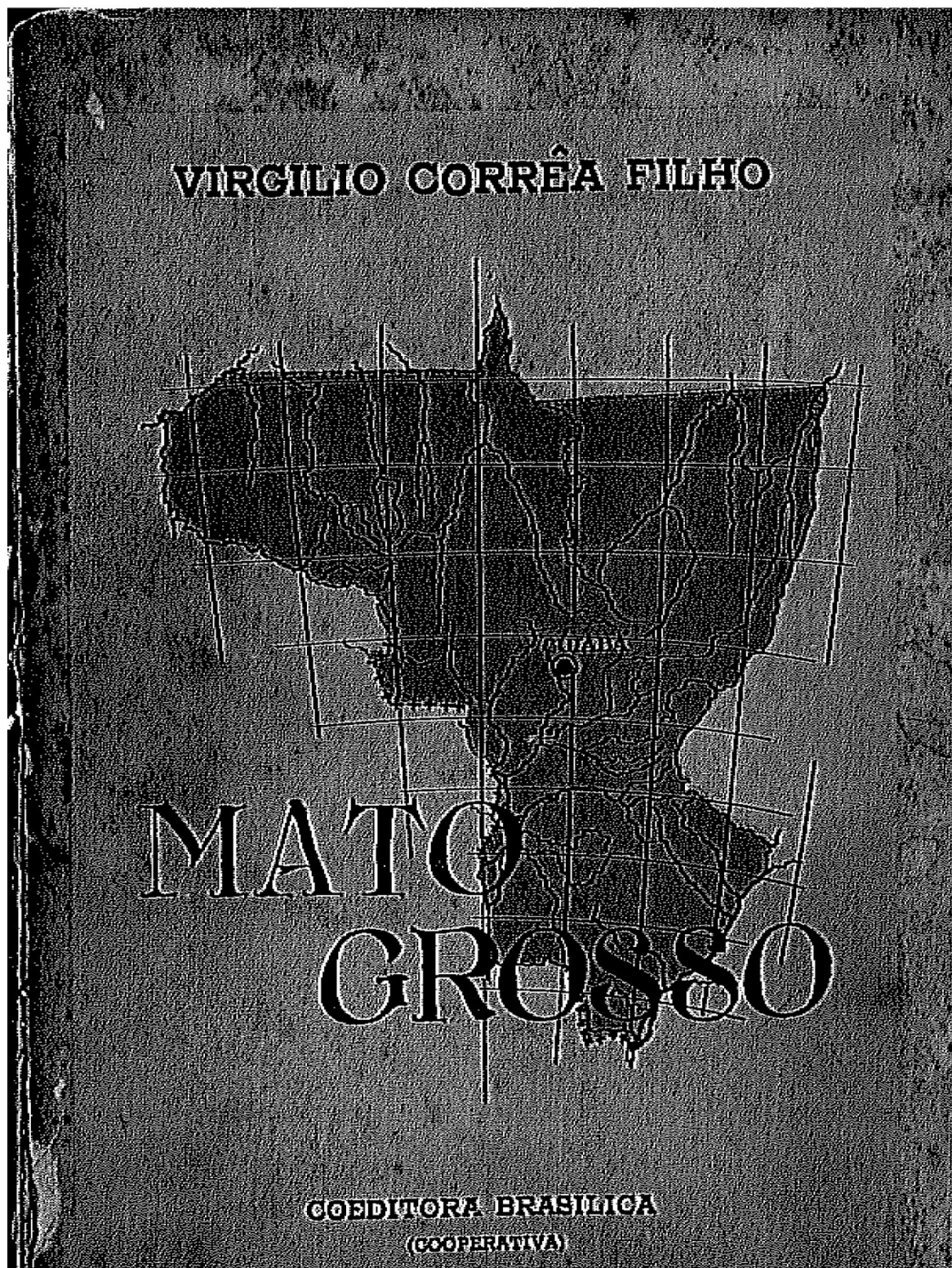
Exmo. Snr. Senador Antonio Francisco de Azeredo,  
Presidente da Delegação Mattogrossense ao Sexto Congresso de Geographia, em Belle-Horizonte.

† *Francisco de Aquino Corrêa,*  
Bispo de Frusidae



ANEXO 5

AS TERRAS EM MATO GROSSO



## TERRAS PUBLICAS E COLONIZAÇÃO

Ao herdar do Imperio, ex-vi do artigo 64 da Constituição republicana, as terras devolutas compreendidas dentro das suas fronteiras, Mato Grosso escogitou logo de lhes definir as condições.

Para isso, a Lei n. 20, de 9 de Novembro de 1892, lançou as bases, que o decreto n. 38, de 15 de Fevereiro seguinte regulamentou, tornando mais liberais as antigas disposições que até então vigoravam.

Mantendo os direitos dos posseiros, a quem o Regulamento imperial de 1854 favorecia, ampliou o conceito de posse, capaz de legitimação, desde que fosse estabelecida depois daquella época, e conservada, sem opposição, ou protesto algum, no quinquenio anterior á proclamação da Republica.

Ligeiramente modificado em 1897, aquele Regulamento prevaleceu até 1902, quando foi substituido pelo de 4 de Junho, que desenvolveu mais a parte referente á venda e medição de terras publicas, determinando que, requerido ao Presidente do Estado, o lote escolhido, com os limites e confrontações necessarias, o municipio em que se acha, a área aproximada, o pretendente deverá, depois de obtida a autorização indispensavel, promover a publicação, na "Gazeta Oficial", do edital respectivo, para ciencia dos interessados.

Na ausencia de protesto, e esgotado o prazo de trinta dias, segue-se o despacho da Presidencia, mediante o qual se efetúa a venda, por titulo provisorio, na Diretoria de Terras, obrigando-se o petionario a medir e demarcar o seu lote, em curto prazo.

Seguia-se a designação de agrimensor para semelhante serviço, obtida por meio de nova petição, que o Presidente despachava, escolhendo algum dos que tivessem carta registada na Repartição de Terras.

Uma vez aprovada a medição do lote, o pretendente, pagando o que falte, alcançará o título definitivo de propriedade, que o torna senhor e possuidor das terras medidas.

Atualmente, depois da criação da Secretaria da Agricultura, o processo de venda de terras, bem como o do julgamento das medições, ultimam-se entre esta e a Diretoria de Terras.

O preço de terras, uniformemente de \$800 por hectare, em campo de criação, 1\$000 em terras de lavoura, até 1913, tem sofrido varias oscilações.

#### COLONIZAÇÃO

Si bem que o decreto n. 200, de 18 de Dezembro de 1907, consolidando a legislação anterior, tenha firmado as bases do serviço de colonização, o Estado não conseguiu ainda pô-lo por obra.

Entretanto, inúmeros são os colonos que espontaneamente procuram radicar-se em Mato Grosso, obtendo, para isso, gratuitamente, por meio de petição ao Presidente do Estado, processada analogamente ás de compra, lotes de 50 a 200 hectares de terras devolutas, nas regiões para esse fim destinadas.

Nestas condições, acham-se as que ladeiam a E. F. Noroeste do Brasil, na largura de 10 quilometros para cada lado, de Tres Lagôas a Porto Esperança; as, que distam menos de 6 quilometros das margens dos rios Taquari; do S. Lourenço e seus afluentes, na secção navegavel; do Jaurú; do Cabaçal; do Sipotuba; do Paraguai, até Santa Ana.

Ademais, por vezes, o Governo tem experimentado apressar a colonização, de que ha mister o Estado, mediante concessões a empresas particulares, que se comprometam a fun-

dar nucleos coloniais, em retribuição aos favores que lhes são prometidos.

Até hoje, mais avultada se apresenta a colonização espontanea, tendo resultado improficua a tentativa de estabelecimentos de nucleos coloniais, de que se encarregaram varios concessionarios.

Todavia, a colonia de Terenos, fundada pela municipalidade de Campo Grande, ao tempo do intendente Arnaldo de Figueiredo, com o auxilio do Estado, na presidencia de Pedro Celestino, prosperou e constitúe exemplo convincente das possibilidades de iniciativas analogas.

### a) Brasil. Legislação Federal

\_\_\_\_. Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império e sobre as que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica, e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, para empresas particulares, como também para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

\_\_\_\_. Decreto Imperial n. 8.799 de 9/12/1882 – autoriza Tomas Laranjeira a colher erva-mate nos terrenos devolutos situados nos limites da Província do Paraguay, entre os rios Amambahy e Verde e daí para o interior, na extensão.

\_\_\_\_. Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854. Regulamenta e manda executar a Lei de Terras, n. 601, de 18 de setembro de 1850 (Regulamento).

\_\_\_\_. Decreto do governo provisório, n. 451-B de 31/5/1890 e 955-A de 5/11/80 – Cria e regulamentam o Registro Torrens.

\_\_\_\_. Decreto do governo provisório n. 520 de 23 de junho de 1890 – Esquadra a área de exploração dos ervais entre os rios Dourados, Ivinhema, Brillhante, Paraná e Yguatemy.

\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1891.

\_\_\_\_. Lei n. 1617 de 30/12/1906 – Diretrizes para uma política de imigração no Brasil.

\_\_\_\_. Decreto n. 6.455 de 19/4/1907 – Cria o serviço de povoamento do solo nacional.

\_\_\_\_. Decreto n. 10.105 de 1913 – conceitua terras devolutas no Art. 2º.

\_\_\_\_. Lei n. 3071 de 1º/1/1916 – Código Civil Brasileiro – corrigido pela Lei n. 3.725 de 15/01/1919.

\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 5.941 de 28/10/1943 – Cria a Colônia Agrícola Nacional de Dourados

\_\_\_\_. Decreto 9.670 de 1946 – Regula o processo discriminatório administrativo, permitindo aos Estados realizar o procedimento.

\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1937, 1946, 1967 e 1988.

- \_\_\_\_\_. Lei 3.081 de 22/12/1956 – Substitui a discriminatória administrativa pela judicial.
- \_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 10 de 9/11/1964 - Modifica o parágrafo primeiro da Constituição de 1946.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 50.455/1961 – Aprova o Parque Nacional do Xingu.
- \_\_\_\_\_. Decreto 4.132 de 10/9/1962 – Regulamenta o Art. 147 da CF de 1946 sobre desapropriação por interesse social.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei 59.566, de 14/11/1966 – Regulamenta seções do capítulo IV do Estatuto da Terra e do capítulo III da Lei 4.947 de 6/4/1966
- \_\_\_\_\_. Lei 5.173 de 1966 – Define as áreas situadas na região da Amazônia Legal.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei 200 de 1967 - Condiciona aprovação de regularização de terras da União à aprovação do presidente da República, CSN e do Senado Federal.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.110 de 1970 – Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.106 de 16/7/1970 – Cria o Programa de Integração Nacional - PIN
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.164 de 1º de abril de 1971 – Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas nas faixas de 100Km de largura em cada lado dos eixos das rodovias federais na Amazônia Legal.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 76.615 de 22 de dezembro de 1972 – Regulamenta o Decreto-Lei n. 1.167/71 e fixa normas para a implantação de projetos de colonização, concessão de terras e estabelecimento ou exploração de indústrias de interesse da segurança nacional nas terras devolutas localizadas ao longo das rodovias federais na Amazônia Legal.
- \_\_\_\_\_. Código de Processo Civil de 1973 – define no Art. 397 o uso do termo "procedimento administrativo" na dos órgãos administrativos, não judiciais.
- \_\_\_\_\_. Resolução n. 3 de 3/4/1973 do Senado Federal – Autoriza o governo de Mato Grosso a alienar 2 milhões de hectares de terras no município de Aripuanã.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 1.414 de 18 de agosto de 1975 – Coloca sob a tutela federal e do Conselho de Segurança Nacional as terras devolutas situadas nas faixas de fronteira internacional.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 6.383 de 7 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. CSN – Exposições de motivos 005/76 e 006/76 – Regularização fundiária em terras de domínio da União.
- \_\_\_\_\_. Decretos N. 63.082/68, 68.909/71, 71.904/73, 82.263/78 – Sobre reduções da área demarcada do Parque Nacional do Xingu.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 4087 de 1979 – Vincula o Internat à Secretaria de Justiça do Estado.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 87.457 de 16 de agosto de 1982 - Institui o Programa Nacional de Política Fundiária e dispõe sobre as atribuições do Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 87.649 de 24 de setembro de 1982. Dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 87.700 de 12 de dezembro de 1982. Regulamenta o Programa Nacional de Política Fundiária e define as atribuições do Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

\_\_\_\_\_. Portaria 291/P de 16/4/84 e Decreto 89.618 de 7/5/84 – Área interditada para fins de desapropriação das propriedades particulares instaladas na área do Parque Nacional do Xingu.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 91.214 de 30 de abril de 1985 – Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, dispõe sobre sua estrutura e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 91.766 de 10 de outubro de 1985 – Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 2.363 de 21 de outubro de 1987 – Extingue o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, cria o Instituto Jurídico das Terras Rurais – Inter e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 2.375 de 24 de novembro de 1987 – Revoga o Decreto-Lei n. 1.164/71, dispõe sobre terras públicas nas faixas de fronteiras e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 96.084 de 1988 – Regulamenta as terras da união nas faixas de fronteira.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 97.886 de 28 de junho de 1989 – Restabelece o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, vinculado ao Ministério da Agricultura.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 433 de 24/01/92- Regula a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária.

## b) INCRA – Superintendência Regional - SR-13/MT

### Documentos:

INCRA. SR-13/MT. Instrução n. 22/01/1977 e Portaria 407 de 26/4/1977, alterada pela Portaria 85 de 14/4/81 – Incra – Cria instruções para o procedimento discriminatório

\_\_\_\_\_. Sistema Fundiário Nacional. Diagnóstico Fundiário – Realidade Fundiária Regional (Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia), 1984.

\_\_\_\_\_. Diagnósticos dos Projetos Fundiários: P.A.R.A – Nova Alvorada; P.A.R.A – Coronel Ari; P.R.A – Cruzeiro do Sul; P.A.R.A – Tupã; P.R.A – HJ; P.R.A – EIA; P.A.R.A – Tim Setúdo; P.A.R.A – Capão Verde; P.R.A – Papiro; P.R.A – Novo México; P.R.A – Montechi. Cuiabá, 1990.

\_\_\_\_\_. Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA – Mato Grosso (1985 – 1989).

\_\_\_\_\_. Relação nominal dos projetos de colonização – 1968-1992.

\_\_\_\_\_. Situação geral dos projetos de assentamento – 1987 a 2004, 2005.

## c) Mato Grosso. Mensagens Presidenciais / Governamentais

MATO GROSSO, Governo de. Mensagens dirigidas à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Manoel José Murinho, referente ao ano de 1892 a 1895. Livro de Registro das Mensagens Presidenciais do Estado dirigidas à Assembléia Legislativa de 1892 a 1897. Cuiabá, MT, p.13; 19; 22; 48-49.

- \_\_\_\_\_. Mensagens governamentais dirigidas à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso de 1895 à 1907 (várias).
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Antonio Corrêa da Costa, referente ao ano de 1897. Livro de Registro das Mensagens Presidenciais do Estado dirigidas à Assembléa Legislativa de 1892 a 1897. Cuiabá, MT, p. 5-6; 23; 96-97.
- \_\_\_\_\_. Livro de Registro das Mensagens Presidenciais do Estado Dirigidas à Assembléa Legislativa de 1902 a 1910. Cuiabá, MT (várias).
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa do Estado de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Antonio Cesário de Figueiredo, referentes aos anos de 1898, 1899 e 1900.
- \_\_\_\_\_. Livro de Registro das Mensagens Presidenciais do Estado dirigidas à Assembléa Legislativa de 1899 a 1924. Cuiabá, MT (várias).
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado Antonio Pedro Alves de Barros, referentes aos anos de 1901 e 1902. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, Antonio Alves de Barros, referentes aos anos de 1903 a 1905. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, Antonio Paes de Barros, referentes ao ano de 1905, p.35, Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo 1º. Vice-Presidente do Estado, Pedro Leite Osório, 1906. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo 1º. Vice-Presidente do Estado, em exercício, Pedro Celestino Corrêa da Costa, referentes aos anos de 1909, 1910 e 1911. Cuiabá, MT, p. 6; 17-18-19-20; 128-129.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso, pelo Presidente do Estado, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, referentes aos anos de 1912 a 1915. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo presidente do Estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Cuiabá: Typ. Official, 1916, p. 42-46
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, D. Francisco de Aquino Correia, referentes aos anos de 1918 a 1921. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, referentes aos anos de 1922, 1923 e 1924. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso, pelo 1º. Vice-Presidente do Estado, Dr. Estevão Alves Correia, referentes aos anos de 1924 e 1925. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, Dr. Mário Correia da Costa, Cuiabá: Typ. Official, 1926, p.83; 87-88.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso, pelo Presidente do Estado, Dr. Mário Correia da Costa, referentes aos anos de 1926 a 1929. Cuiabá, MT.
- \_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Presidente do Estado, Dr. Aníbal Toledo, em 1930. Cuiabá, MT, p. 82.
- \_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo governador do Estado, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, referentes aos anos de 1948, 1949 e 1950. Cuiabá, MT.

\_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, referentes aos anos de 1951 a 1955. Cuiabá, MT (várias páginas).

\_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo governador do Estado, Dr. João Ponce de Arruda, referentes aos anos de 1956 a 1959 e 1960. Cuiabá, MT (várias páginas).

\_\_\_\_\_. Mensagens dirigidas à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador do Estado, Dr. Fernando Corrêa da Costa, referentes aos anos de 1961 a 1965 (várias páginas).

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador, do Estado, Dr. Pedro Pedrossian em 1971, referente ao exercício de 1966 a 1970. Cuiabá, MT.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador, José Manoel F. Fragelli, em 1972. Cuiabá, MT, 1972.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador, José Manoel F. Fragelli, em 1975. Cuiabá, MT, 1975.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso pelo Governador, Dr. José Garcia Neto, em 1976. Cuiabá, MT.

\_\_\_\_\_. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Mato Grosso, pelo Governador Frederico Carlos Soares Campos, em 1980. Cuiabá, 1980.

#### d) Mato Grosso. Relatórios e Documentos de Terras

MATO GROSSO. Relatório apresentado à Presidência do Estado pela Diretoria de Terras, Minas e Colonização em Cuiabá, 31/12/1899.

\_\_\_\_\_. Relatório da Diretoria de Terras, Minas, Colonização e Obras Públicas, apresentado pela "Secção de Terras, Minas e Colonização", em 1910.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado à Presidência do Estado pelo Diretor da Repartição de Terras, Dr. Virgílio A. Corrêa Filho, em 1920.

\_\_\_\_\_. Relatório da Directoria de Terras, Minas e Colonização, apresentado ao Secretário de Agricultura, em 7/3/1923.

\_\_\_\_\_. Relatório da "Secção de Terras, Minas e Colonização", apresentado ao Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho, em 1925.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado ao Exm<sup>o</sup>. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Bel. Jólho Strübing Müller, Interventor Federal em Mato Grosso. 1939/1940.

\_\_\_\_\_. Departamento de Terras e Colonização (DTC). Relatório apresentado pelo Diretor José Vilanova Torres ao Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, Demosthenes Martins. Impresso. Cuiabá: DEE/Multigraph, 1954.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico Geral da Situação Fundiária de Estado. Comissão Fundiária do Estado, instituída pelo Decreto n. 32/79, Cuiabá, 1979.

\_\_\_\_\_. Intemat. A Regularização Fundiária. "Boletim do Intemat", Cuiabá: CPA, s/d e s/n.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Assuntos Fundiários – SAF/ MT. Programa de Reforma Agrária do Governo de Estado de Mato Grosso: 1988 – 1991. Cuiabá, 1987.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Planejamento e Coordenação. Avaliação da Política de Investimentos do Finam no Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1988.

## e) Mato Grosso. Legislação

### 1800 a 1899

Lei n. 20 de 9/11/1892 – Dispõe sobre os processos de revalidação, legitimação e venda de terras no Estado.

Lei n. 24 de 16/11/1892 – Cria a Diretoria de Obras Públicas, Terras, Minas e Colonização.

Decreto n. 38 de 15/02/1893 – Regulamenta a Lei n. 20 de 1892.

Lei n. 40 de 20/6/1893 – Autoriza o Executivo a arrendar, a quem mais vantagens oferecer, as terras devolutas para a indústria extrativa de vegetais, baixando regulamentação.

Resolução n. 65 de 27/6/1894 – Autoriza o Executivo a prorrogar até 31/12/94 os prazos para registro de terras possuídas, medidas ou não, a que se referem os Arts. 16 e 17 § único da Lei n. 20/1892 e 71 e 128 do Regulamento baixado com o Decreto n. 38 de 1893.

Lei n. 76 de 13/7/1894 – Concessão de terras à Matte-Laranjeira.

Lei n. 102 de 10/7/1895 – Concede terras gratuitamente a imigrantes nacionais ou estrangeiros para lavoura e criação de gado e dispõe sobre a respectiva aquisição.

Decreto n. 66 de 2/9/1895 – Concessão de terras à Matte-Laranjeira.

Resolução n. 104 de 15/7/1895 – Marca o prazo de 6 meses, sem multa, e de 18 com ela, sob pena de Comisso para o recebimento dos Títulos Definitivos das posses de terras, alterando nessa parte os Arts. 71 e 72 do Regulamento baixado com o Decreto n. 38 de 1893.

Resolução n. 90 de 22/6/1895 – Autoriza o Executivo a arrendar, por prazo não excedente a 20 anos, os seringais pertencentes ao Estado mediante condições que estabelece.

Resolução n. 149 de 14/4/1896 – Autoriza o Executivo a conceder gratuitamente a nacionais ou estrangeiros, que desejarem estabelecer-se como lavradores no Estado, lotes de terras de 50ha.

Lei n. 174 de 1º/4/1897 – Marca novo prazo para a legitimação e revalidação das terras particulares pendentes dessa formalidade e dá outras providências, devendo entrar em vigor 3 meses após a sua regulamentação.

Decreto n. 72 de 7/4/1897 – Prorroga até a execução da Lei n. 174, de 1º/4/1897, o prazo para medição e demarcação das terras sujeitas a legitimações, a que se refere o Art. 39 do Regulamento 38 de 1893.

Decreto n. 75 de 4/8/1897 – Regulamenta o serviço de medição e demarcação de terras particulares, sujeitas à legitimação e revalidação, em virtude da Lei n. 174/1897.

Resolução n. 118 de 22/3/1898 – Garante aos descobridores de seringais o direito de adquiri-los independentemente de hasta pública, mediante prévia licença da Diretoria de Terras, e revoga o Art. 9º do Regulamento baixado com o Decreto n. 38/1893.

Lei n. 206 de 11/4/1898 – Concede o prazo de 18 meses para a extração dos Títulos Definitivos de todas as Sesmarias e Posses cédulas em Comisso, ficando os interessados sujeitos à multa de 30% sobre os emolumentos criados pela Lei n. 128 de 1895.

## 1900 a 1939

Resolução n. 237 de 26/6/1900 – Renova o prazo a que se refere a Lei n. 206 de 1898.

Resolução n. 268 de 12/3/1901 – Prorroga por 2 anos o prazo estipulado no Art. 1º. da Lei 174 de 1897, para legitimação e revalidação de terras particulares, cobrando-se no 1º. ano 30% e no 2º. 40% sobre os emolumentos estabelecidos em lei.

Lei n. 291 de 10/4/1901. Autoriza o Governo a conceder gratuitamente terras ao Cel. José S. de Oliveira, nas localidades citadas.

Lei n. 335 de 14/4/1902 – Aprova o Regulamento consolidando as leis sobre terras.

Decreto n. 130 de 14/6/1902 – Consolida a legislação sobre terras, minas e colonização.

Decreto n. 129 de 19/02/1902 – Regulamenta a Diretoria de Terras, Minas e Colonização em virtude da Lei n. 338 (Atribuições à Diretoria de Terras e Colonização).

Lei n. 338 de 14/4/1902 – Aprova o Regulamento reorganizando a Repartição de Terras.

Decreto n. 151 de 3/11/1903 – Prorroga até fevereiro de 1904, ad referendum do Legislativo, o prazo constante do Art. 4º. do Decreto nº. 130 de 1902, para a Medição e Demarcação das Posses não Legitimadas, Sesmarias pendentes de Revalidação e Extração dos Títulos das medidas e demarcadas ou incursas em Comisso.

Resolução n. 392 de 29/4/1904 – Prorroga até abril de 1905 o prazo para Medição, Demarcação, Revalidação e Legitimação de Posses, constantes do Art. 4º. do Decreto nº. 130 de 1902.

Resolução n. 415 de 23/3/1905 – Prorroga até o mês 11/1906 o prazo para Medição, Demarcação, Legitimação e Revalidação das Posses e Extração de Título Definitivo, ficando os posseiros e sesmeiros que não promoverem, dentro de 8 meses, a medição de suas terras ou a extração dos respectivos Títulos Definitivos sujeitos aos emolumentos de \$300 por ha, até maio de 1906, e \$500 desta data até o final da prorrogação; e os possuidores de terras já medidas e demarcadas, que não tiverem promovido a extração de seus Títulos, à multa de 20% e 40% sobre o valor total dos títulos em idênticos prazos. Dispõe sobre a publicação de editores para a medição e proíbe a prorrogação de prazo para pagamento da última prestação.

Resolução n. 457 de 6/12/1906 – Prorroga até dezembro de 1907 o prazo de que trata a Resolução n. 415 de 1905, ficando os posseiros e sesmeiros, que não promoverem a Medição e Demarcação de suas terras, sujeitos aos emolumentos de \$200 por ha; os títulos extraídos depois de 6 meses da publicação de aprovação da medição e demarcação e os possuidores de terras medidas, demarcadas, e aprovadas, à multa de 40%.

Lei n. 488 de 9/10/1907 – Estabelece que o Executivo exercerá a superintendência do serviço de colonização em território do Estado e autoriza-o a rever as vigentes disposições relativas ao serviço, expedir novo regulamento, tendo em vista os princípios consignados no Decreto Federal n. 6.455 de 19/4/1907, e abrir os créditos que forem precisos.

Decreto n. 200 de 18/12/1907. Regulamenta o Serviço de Colonização em execução; cf. Lei nº. 488/1907.

Decreto n. 271 de 4/2/1911. Determina prazo de 1 ano para medição das terras concedidas ao Cel. José S. de Oliveira, nas localidades citadas.

Lei n. 548 de 19 de julho de 1911. Autoriza a reorganização da Repartição de Terras e a criação de uma Diretoria de Terras e Colonização.

Lei n. 584 de 14/10/1911 – Dispõe sobre as terras devolutas situadas na Comarca de Santo Antonio do Rio Madeira e na região que o Estado do Amazonas exerceu jurisdição.

Decreto n. 304 de 13/2/1912 – Prorroga o prazo por mais 4 anos para medição das terras concedidas ao Cel. José S. de Oliveira, nas localidades citadas.

Resolução n. 719 de 23/9/1915 – Fixa o prazo de 6 meses para a extração de Título Definitivo, contados da data em que for publicada a confirmação da aprovação das medições e demarcações; igual prazo contado da publicação desta resolução para a extração dos Títulos Definitivos já aprovados; estabelece aos Títulos Provisórios a multa de \$100 anuais por ha, até 3 anos, após o que caducarão, perdendo os seus possuidores todo e qualquer direito, e dispõe sobre a venda das mesmas terras a novos pretendentes.

Lei n. 725 de 24/9/1915. Reduz a área de arrendamento da Empresa Laranjeira, Mendes & Cia.

Resolução n. 731 de 2/10/1915 – Autoriza o Executivo a rever e modificar a consolidação das Leis de Terras, promulgando-a ad-referendum do Legislativo.

Decreto n. 419 de 1916. Prorroga o prazo por mais 2 anos para medição das terras concedidas ao Cel. José S. de Oliveira, nas localidades citadas.

Decreto n. 531 de 26/10/1920 – Determina que nas medições de terras compradas ao estado, a área medida não deverá exceder de 50% da requerida, ficando os agrimensores sujeitos às penalidades regulamentares.

Decreto n. 565 de 1921. Prorroga o prazo por mais 6 anos para medição das terras concedidas ao Cel. José S. de Oliveira, nas localidades citadas.

Lei Orç. 845 de 3/11/1921. Art. 13 – Impõe obrigações aos agrimensores designados para medição de terras devolutas; Art. 14 – Permite que as áreas de terras vendidas pelo estado sejam medidas em mais de 50% da área requerida, nos casos que estabelece. Art. 23 – Manda que os excessos de área que se verificarem nas medições de terras requeridas até 1918, sejam pagas pelo tempo do requerimento; releva de comisso durante o ano de 1922 os títulos de terras que nele hajam incorrido, se não tiverem sido requeridas por outrem; e releva de multas nos anos de 1921 e 1922, os adquirentes de terras, cujas medições tendo sido apuradas, nelas estejam incursos por excesso do prazo para a extração do Título Definitivo. Art. 24 – Permite aos demarcantes de terras dependentes de pagamento para extração de Título Definitivo, cujos autos já se acharem aprovados, liquidarem suas dívidas em 2 prestações, desde que a primeira tenha lugar no exercício de 1922 e a segunda não exceda do prazo legal.

Lei Orç. 896 de 16/7/1923. Art. 12 – Faculta aos adquirentes de terras no estado, medidas e demarcadas e não requeridas por terceiros, com medições aprovadas depois de 1918, extraírem os títulos até 31/12/1924, isentos de multas relativas a 1921 e 1922; e permite aos pretendentes de terras, cujos requerimentos caírem em comisso, extraírem o Título Provisório mediante pagamento da primeira prestação até o fim de 1923; Art. 13 – Equipara o preço das terras situadas no município de Santa Rita do Araguaia ao dos municípios de Coxim para o sul, respeitadas os direitos adquiridos; Art. 14, § 1º. – Autoriza o Executivo a regulamentar, como melhor julgar, a venda e o arrendamento das terras situadas no município de Santo Antonio do Rio Madeira.

Resolução n. 911 de 7/7/1924. Delimita os ervais e a venda de terras a particulares em Ponta Preta/MT.

Resolução n. 930 de 16/7/1925. Reserva de novos arrendamentos de ervaes, em área do Sul do Estado, e cujos limites discriminados, destinados a ser vendidos em lotes, mediante condições que estabeleça.

Lei Orç. 964 de 30/6/1927. Art. 8º. § 1º. – Autoriza o Executivo a abrir créditos para a introdução de imigrantes e instalação de núcleos coloniais, podendo entrar em acordo com a União e desapropriar terrenos. Art. 10 – Relewa da Caducidade, prevista no Art. 4º. da Resolução 719 de 1915, os Títulos Provisórios que nela tiverem incorridos desde que o pagamento integral seja feito até 31/12/1928, ressalvados os direitos de terceiros; e isenta da multa estatuída no Art. 3º. da mesma Resolução, os Títulos Definitivos que forem extraídos também até 31/12/1928.

Decreto n. 786 de 23/12/1927. Regulamenta as terras públicas do Estado, devolutas e reservadas (reserva, venda, aforamento, concessão gratuita, arrendamento, legitimação, medição, demarcação e preços).

Lei n. 1037 de 5/10/1929 – Renova os prazos de 6 meses e um ano, consignados nos Arts. 1º. e 2º. da Lei nº. 1007, de 1928, referentes a verificações de áreas e aos processos divisórios de que trata o Art. 5º da citada Lei; estabelece a cobrança executiva de área verificada nas divisões, cujos proprietários, tendo declarado comprar o excesso, deixarem de efetuar o pagamento dentro de 60 dias da expedição das guias; relewa de caducidade os Títulos Provisórios que nela tiverem incorrido em virtude do Art. 4º. da Resolução n. 719 de 1915, desde que o pagamento integral seja feito até 31/3/1930 e relewa de multa estatuída no Art. 3º. da mesma Resolução os Títulos Definitivos que foram extraídos até 31/3/1930.

Lei n. 1071 de 8/7/1930 – Autoriza o Executivo a reformar o Regulamento de Terras baixado com o Decreto n. 786 de 23/12/1927 e criar uma subdiretoria de Terras, Minas e Colonização no sul do Estado.

Decreto n. 42 de 30/3/1931 – Relewa de multa e caducidade a que se referem os Arts. 3º. e 4º. da Resolução nº. 719 de 1915 os títulos de terras cujos requerentes efectuarem o pagamento integral até 31 de dezembro do mesmo anno, ressalvados os direitos de terceiros.

Decreto n. 72 de 19/6/1931 – Cria a Delegacia Especial de Terras e Obras Públicas, com sede em Ponta Porã, e jurisdição, pessoal e atribuições que estabelece.

Decreto n. 158 de 7/4/1932 – Relewa de multa e caducidade estatuídas nos Arts. 3º. e 4º. da Resolução n. 719 de 1915 os títulos de terras cujos requerentes effectuarem o pagamento integral até 31/5/1932.

Decreto n. 172 de 10/6/1932 – Prorroga até 31 de agosto do mesmo anno o prazo estabelecido no Decreto n. 158 de 7/4/1932, para pagamento de terras ao Estado.

Decreto n. 351 de março de 1934 – Estabelece novos preços para a venda de terras devolutas do Estado; dispensa de Comisso e multas os títulos provisórios expedidos até a data deste decreto; concede o prazo de 3 annos para a extração dos títulos definitivos de terras vendidas anteriormente; faculta para esse fim o pagamento respectivo em 6 prestações semestrais; e declara que em nenhuma hipótese haverá restituição de quantias recebidas para extração de título provisório.

Decreto n. 434 de 12/4/1935 – Relewa de Comisso e multa os títulos provisórios neles incurridos em virtude do disposto no Art. 9º. do Decreto nº. 351 de 1934, desde que os adquirentes effectuarem o pagamento das prestações atrasadas dentro de 90 dias.

Decreto n. 450 de 10/6/1935 – Concede, mediante condições e regras que estabelece: o prazo de 18 meses aos posseiros de terras registradas de acordo com o decreto n. 1318 de 1854 e Art. 16 da Lei n. 20 de 1892, para requererem a legitimação das posses cuja área não poderá exceder de 10.000ha; igual prazo aos proprietários de posses de terras por compra do estado, para verificação da respectiva área; o direito de legitimação aos ocupantes de terras devolutas por mais de 20 annos, que nelas houverem realizado benfeitorias, mediante pagamento pelo

preço vigente no início da ocupação; e o direito de domínio do solo a todo o brasileiro que ocupar por 10 anos um trecho de terras não excedente de 100ha, tornando-o produtivo.

Decreto n. 2 de 20/7/1935 – Funde as repartições de Terras e de Obras Públicas, com o pessoal constante do quadro que o acompanha, ficando também extinta a Delegacia Especial de Terras e Obras Públicas com sede em Ponta Porã.

Decreto-Lei n. 161 de 27/3/39 – Modifica, em parte, o regulamento de terras.

## 1940 a 1969

Decreto-Lei n. 787 de 28/9/1946 - Cria o Departamento de Terras e Colonização - DTC e dá outras providências (D.O.E. 2/10/46).

Lei n. 18 de 21/10/1947 – Dispõe sobre o arrendamento de terras devolutas, pastais e lavradias do Estado (D.O.E. 24/10/47).

Constituição do Estado de Mato Grosso de 1947, 1967 e 1989

Lei n. 11 de 6/10/1947 – Complementar à Lei n. 68 de 11/12/1947.

Lei n. 68 de 11/12/1947 – Dispõe sobre a medição e demarcação de terras devolutas e dá outras providências (DOE 17/12/47).

Lei n. 75 de 1º/12/1947 – Regula a aquisição gratuita das terras ocupadas nos termos do Art. 156 § 3º. da Constituição Federal de 1947, não superior a 25ha (DOE 24/12/47).

Lei n. 71 de 13/12/1947 – Regula a instalação da Delegacia Especial de Terras e Colonização num dos municípios do sul do Estado, nos termos do Art. 8º. do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Estadual de 1947.

Lei n. 87 de 20/7/1948. Área cedida pelo governo estadual para a implantação da Colônia Agrícola nacional – CAN.

Lei n. 112 de 19/8/1948 – Dispõe sobre processos em andamento no DTC; suspende a competência dada à Delegacia Especial de Terras e Colonização de Campo Grande para o processo e julgamento dos pedidos de compra de terras devolutas situadas no sul do Estado, iniciados antes de 1º/4/48.

Lei n. 146 de 2/10/48 – Dispõe sobre a criação das Colônias Agrícolas Estaduais.

Lei n. 148 de 4/10/1948 – Cria o Fundo de Planejamento e a taxa a que se refere o Art. 63, § 8º. da Constituição do Estado de 1947.

Lei n. 56, de 11/10/48 – Dispõe sobre a designação de Profissionais para medir e demarcar terras devolutas vendidas a particulares.

Lei n. 235 de 13/12/1948 – Regula as atribuições da Comissão de Planejamento da Produção criada pelo Art. 146 da Constituição do Estado e dá outras providências.

Lei n. 238 de 13/12/1948 – Atribui aos funcionários do Departamento de Terras e Colonização e da Delegacia Especial de Terras e Colonização a Comissão de 3% sobre a renda proveniente da alienação de terras devolutas e a comissão de 2% sobre a mesma renda aos funcionários das exortias estaduais.

Lei n. 336 de 6/12/1949 – Dispõe sobre o Código de Terras do Estado.

Lei n. 339 de 9/12/1949 – Autoriza o governo do estado a rescindir o contrato de arrendamento de terras devolutas e ervais, firmado entre a Companhia Mate-Laranja S.A. e o Estado de Mato Grosso, e dá outras providências (DOE 13/12/49).

Decreto n. 1.013 de 28/6/1950 – Prorroga por mais noventa dias o prazo a que se refere o Art. 160 in-fine da Lei n. 336 de 6/12/49.

Decreto n. 1.142, de 20/7/1951 – Prorroga por 360 dias o prazo a que se refere o § único, in-fine do Art. 159 da Lei n. 336 de 6/12/1949.

Lei n. 461 de 10/12/1951 – Modifica o Código de Terras.

Lei n. 466 de 7/6/1952 – Prorroga o prazo para apresentação dos autos de medição e demarcação de terras (DOE 10/6/52).

Lei n. 228 de 17/9/1952 – Dispõe sobre a transferência à FBC das terras reservadas pelo Decreto n. 1175 de 4/9/1951.

Decreto n. 1.175 de 4/9/1951. Terras cedidas à FBC.

Lei n. 502 de 21/10/1952 – Altera a redação do Art. 1º da Lei nº. 466 de 7/6/52.

Lei n. 563 de 1º/7/1953 – Concede prorrogação de prazo, na Repartição Competente, dos autos de medição e demarcação de terras.

Lei n. 565 de 7/7/1953 – Regula as atribuições da Comissão de Planejamento da Produção – CPP.

Lei n. 697 de 12 de dezembro de 1953 – Prorroga os prazos para os Títulos Provisórios caducos em caducidade.

Portaria n. 88 de 9/11/54 – Manda suspender a entrada de novos requerimentos sobre alienações de terras devolutas do Estado.

Lei n. 401 de 4/7/1955 – Prorroga o prazo da Lei n. 697 de 12/12/53 até 30/5/1956 e dá outras providências.

Portaria n. 4 de 1º de fevereiro de 1956 – Manda sustar todos os processos de concessões e alienações de terras devolutas do Estado, até ulterior deliberação do governo (DOE 2/2/56).

Lei n. 830 de 4/8/1956 – Dispõe sobre a arrecadação destinada à Constituição do Fundo Estadual de Eletrificação do Estado e dá outras providências (Art. 5º, incidência de imposto nas transações de imóveis rurais).

Lei n. 824 de 30/7/1956 – Prorroga o prazo do Código de Terras e dá outras providências.

Lei n. 864 de 20/10/1956 – Altera dispositivos da Lei n. 824 de 30 de julho de 1956 e dá outras providências.

Lei n. 923 de 13/11/1956 – Cria a Taxa de publicidade dos processos sobre terras do Estado.

Lei n. 955 de 8/8/1957 – Prorroga o prazo da vigência da Lei n. 864 de 20/10/56.

Decreto n. 349 de 18/11/1957 – Regulamenta a Lei n. 923 de 13/11/1956 que criou a taxa de publicidade.

Lei n. 1.672 de 9/11/1961 – Prorroga todos os prazos vencidos no processamento de venda de terras do Estado, estabelecidos no Código de Terras, durante o período de 1º/1/60 até 10/8/61.

Lei n. 1.763 de 10/11/1962 – Subordina a CPP à Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso.

- Decreto n. 411 de 10/11/62 – Destina terras à colonização oficial ou privada.
- Portaria n. 63/1963 – Dispõe sobre delimitação de lotes a serem requeridos.
- Portaria 1/1963 – Fixa medidas de reabertura do Departamento de Terras e novos preços das terras.
- Lei n. 1.877 de 23/9/1963 – Ajusta os preços de terras a serem alienadas.
- Lei n. 2.000 de 14/11/1963 – Reajusta os preços das terras devolutas, cria taxas e delimita o limite de terras a serem vendidas.
- Portaria n. 5 de 1º/2/66 – Susta todos os processos de concessões e alienações de terras devolutas (Fechamento do DTC – DOE 1º/2/66).
- Lei n. 2.615 de 23/5/1966 – Cria a Comissão de Desenvolvimento do Fundo de Planejamento – Codemat e dá outras providências (DOE 26/5/66).
- Lei n. 2.626 de 7/7/1966 – Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Estado.
- Decreto n. 128 de 12/8/1966 – Aprova o Estatuto da Codemat, criada pela Lei 2.615 de 23/5/1966 (DOE 11/8/66).
- Lei n. 2.933 de 10/6/69 – Extingue a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, dá outras providências e cria a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso – Codemat.

## 1970 a 1990

- Decreto n. 1.138 de 30/4/70 – Regulamenta a Lei n. 2.933 de 10/6/69 que criou a Codemat.
- Portaria n. 79 de 1972, DOU de 1º/3/72 – Cria a Comissão Especial de Faixa de Fronteira.
- Lei n. 3.275 de 1º/11/72 – Dispõe sobre a estrutura básica e a reforma administrativa da Secretaria de Agricultura e dá outras providências (DOE 21/11/72).
- Lei n. 3.307 de 18/12/72 – Reserva e transfere à Codemat as terras devolutas situadas no município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã e os aldeamentos permanentes de índios acaso existentes e dá outras providências (DOE 26/12/72).
- Decreto n. 1.490 de 30/5/73 – Regulamenta a Lei n. 3.307 de 18/12/72, que reserva e transfere à Codemat terras devolutas no município de Aripuanã, e dá outras providências (DOE 31/5/73).
- Decreto n. 1.494 de 31/5/73 – Regulamenta a Lei n. 3.275 de 1º/11/72 e dá outras providências (DOE 5/6/73).
- Lei n. 3.458 de 3/12/73 – Revoga e altera dispositivos do Código de Terras do Estado, Lei n. 336 de 6/12/49, Código de Terras (DOE 31/1/74).
- Lei n. 3.630 de 13/6/75 – Revoga os Arts. 2º e 3º e §§ da Lei n. 3.458 de 3/12/73 e dá nova redação ao Art. 150 da Lei nº 336, de 6/12/49 – Código de Terras (DOE 16/6/75).
- Lei n. 3.681 de 28/11/75 – Estabelece a nova estrutura da Administração Estadual e dá outras providências (criação do Internat), (DOE 1º/12/75).
- Lei n. 3.723 de 31 de maio de 1976 – Sobre o processo de licitação de terras públicas.
- Lei n. 3.796 de 19/10/1976 – Sobre o processo de licitação de terras públicas.
- Lei n. 3.744 de 10/6/76 – Altera a Lei n. 3.307 de 18/12/72 que reservou terras devolutas no município de Aripuanã à Codemat (DOE 11/6/76).

Decreto n. 775 de 23/11/76 – Transforma o Departamento de Geografia e Geologia da Secretaria de Agricultura em Instituto de Terras de Mato Grosso – Internat, nos termos do Art. 16 da Lei n. 3.681 de 28/11/75 (DOE 25/11/76).

Decreto n. 871 de 27/01/77 – Aprova o Regulamento do Instituto de Terras de Mato Grosso – Internat, criado pela Lei n. 3.681 de 28/11/75.

Decreto n. 904 de 18/3/1977 – sobre o processo de licitação de terras públicas.

Lei n. 3.922 de 20/09/77 – Dispõe sobre o Código de Terras do Estado.

Decreto n. 1.260 de 14/2/78 – Aprova o Regulamento do Código de Terras do Estado de Mato Grosso, Lei nº 3.922 de 20/09/77 (DOE 15/02/78).

Lei n. 4.003 de 29/6/78 – Autoriza o Poder Executivo a permutar terras integrantes do Patrimônio do Estado e dá outras providências (DOE 28/9/78).

Portaria 010 de 30/10/1978 – Cria a Comissão Especial para discriminação da Gleba Roosevelt.

Decreto n. 32/1979 – Cria Comissão Fundiária do Estado para elaborar diagnóstico sobre a situação fundiária do estado.

Lei n. 4.368 de 19/10/81 – Prorroga o prazo para conclusão dos projetos de colonização pela Cotriguaçu e Colniza

Lei n. 4.433 de 14/12/81 – Modifica a redação do Art. 1º, seus parágrafos 1º e 2º, e parágrafo único, da Lei n. 4.003 de 29/6/78, sobre permutas de terras (DOE 14/12/81).

Lei n. 4.549 de 7/4/83 – Cria o cargo de Secretário de Estado para Assuntos Fundiários (DOE 7/4/83).

Decreto n. 75 de 6/4/83 – Dispõe sobre o Cargo de Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e define suas atribuições (DOE 7/6/83).

Decreto n. 214 de 9/9/83 – Revoga o Art. 15 do Decreto n. 1.260 de 14/12/78, que regulamenta o Código de Terras do Estado (DOE 12/9/83).

Decreto n. 270 de 19/10/83 – Dispõe sobre a criação do Conselho Fundiário de Mato Grosso (DOE 19/10/83).

Lei n. 4.664 de 27/2/84 – Altera a Estrutura Organizacional de Órgãos da Administração Direta e Indireta, Transforma e Extingue Órgãos, Cria Cargos e dá outras providências. (Cria a Secretaria de Assuntos Fundiários, define a sua estrutura e vincula o Internat), (DOE 27/2/84).

Decreto n. 787 de 19/7/84 – Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Assuntos Fundiários, e dá outras providências (DOE 19/7/84).

Ato do Governador de 16/3/87 – Suspende por tempo indeterminado todas as licitações novas ou em andamento incidentes sobre áreas arrecadadas, e a tramitação de todos os processos de ultimateção e regularização que visem à alienação de terras (DOE 16/3/87).

## 1991

Decreto n. 25 de 25/3/91 – Dispõe sobre as atividades do Internat no que se refere aos processos em trâmite. Suspende, temporariamente, o trâmite de todos os processos de licitação, regularização e legitimação, permuta e outros afins.

## f) MATO GROSSO. Intermat – Normas Disciplinares

MATO GROSSO. Intermat. Edital de Licitação – Concorrência Pública, n. 12 de 1976, para alienação da Gleba Roosevelt visando sua exploração agropecuária.

\_\_\_\_\_. Exposição de Motivos n. 001/79 de 11/5/79 – Referente à Ultimação de Processos de Concessões de Venda e Alienações de Terras Devolutas, autuadas sob a égide do ex-DTC.

\_\_\_\_\_. Normas de Serviço n. 001/79 de 15/10/79 – Aprovada pela Resolução n. 005/79 – DOE 21/12/79 – Disciplina o pronunciamento dos órgãos setoriais nos processos em tramitação no Intermat.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 001/80 de 12/5/80 – Aprova a proposta da nova Prata de Valores Mínimos das Terras Públicas do Estado.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 002/80, DOE de 21/5/80 – Cria a Comissão Especial de Lavratura de Termos – Celt, com finalidade para, no prazo de 30 dias, lavrar os Termos de Encerramentos próprios e oficiais dos Livros de Registros de Títulos Provisórios e Definitivos de Alienações de Terras estaduais, deixados em aberto pelo ex-DTC.

\_\_\_\_\_. Instrução 01/80CDTP/MT, DOE de 02/6/80 – Dispõe sobre a metodologia para a destinação das terras devolutas incorporadas ao patrimônio do Estado de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 02/80 de 1º/9/80 – Dispõe sobre Ultimação de Processos Pendentes e Regulares, inerentes à época do ex-DTC, sob a égide do antigo Código de Terras (Lei n. 336/49).

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 03/80 de 5/9/80 – Fixa diretrizes que disciplinam a ultimação de processos pendentes em condições regulares e sobre a Retificação de Limites.

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 004/80 de 5/8/80 – Aprovada pela Resolução n. 04/80 DOE de 10/9/80 – Dota o Intermat de sistemática própria para atendimento do que dispõe o Art. 6º, da Lei n. 3.236/72, referente às situações jurídicas constituídas e pendentes, superpostas por áreas doadas pela referida Lei, pelo governo do Estado à Prefeitura Municipal de Aripuanã (Permuta de área).

\_\_\_\_\_. Ordem de Serviço n. 001/80 de 6/9/80 – Determina que a Divisão de Documentação e Informação faça um levantamento de todos os processos de ultimação protocolados em fase de requerimento ou dependendo de processamento, realizando rigoroso estudo sobre a sua situação, objetivando instruir os requerimentos de ultimação de terras registradas no protocolo.

\_\_\_\_\_. Ordem de Serviço n. 002/80 de 17/9/80 – Determina que todos os requerimentos de ultimação de processos pendentes de alienação de terras registradas no protocolo deverão receber o mesmo tratamento dos processos em fase de ultimação, isto é, serem instruídos com o competente Relatório de Buscas, antes de serem encaminhados à Procuradoria Jurídica – PGE.

\_\_\_\_\_. Exposição de Motivos n. 002/82 – SEJUS de 8/10/82 – “As terras em permutas permanecerão com as respectivas áreas, passando uma única escritura, seja qual for a dimensão da área permutada” (DOE 18/10/82).

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 001/81 de 10/3/81 – Aprovada pela Resolução n. 02/81. Acrescenta o item III, na Seção 2 “Da Constituição e Tramitação do Processo” – Norma de Serviço 02/80, que dispõe sobre a “Ultimação de processos pendentes e regulares”.

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 02/81 de 10/3/81 – Aprovada pela Resolução n. 02/81. Dispõe sobre a Regularização de Terras Públicas do Estado de Mato Grosso, em áreas de até 3.000ha, através de alienação por licitação pública, com direito de preferência (Ocupações irregulares).

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 03/81 de 10/3/81 – Aprovada pela Resolução n. 02/81. Dispõe sobre a Legitimação de Posse de até 100ha, incidentes em Terras Públicas do Estado de Mato Grosso com dispensa ou não de licitação, conforme o caso (posses).

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 04/81 de 10/3/81 – Aprovada pela Resolução n. 02/81. Dispõe sobre a Regularização de Terras aos Ocupantes de áreas Devolutas, até o limite de 300ha, com dispensa de licitação pública, preenchidos os requisitos exigidos (Ocupações irregulares).

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 02/81 – Trata da regularização de áreas com direito de preferência de até 3.000ha;

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 03/81 – Trata de disciplinar os pedidos de regularização de posse, com dispensa de licitação.

\_\_\_\_\_. Portarias 027 de 22/6/1982 e 042/82 – Designa Comissão Especial de Discriminação das Glebas Guariba I, II e III em Aripuanã.

\_\_\_\_\_. Portaria 046 de 23/8/1983 – Revoga as portarias anteriores e nomeia outra Comissão Especial – CE

\_\_\_\_\_. Portaria 046/1983- Revoga as portarias anteriores de discriminação e designa outra CE, em 26/8/1983.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 052 de 1/6/1984 – Arrecadação da Gleba Morena em Aripuanã.

\_\_\_\_\_. Portarias n. 123, 124 e 126 de 08/11/1984 – Arrecadação das Glebas São Tomé I, II, III, IV e V em Alta Floresta.

\_\_\_\_\_. Portarias de Licitação n. 154 e 197 de 27/11/1984 e 05/12/1984 referente as glebas acima referidas, conforme concorrência Ap. 33/1984, 35//1984 e 36/1984, publicadas no DOE em 27/12/1984

\_\_\_\_\_. Resolução n. 01/86 de 19/8/86 do Conselho Deliberativo do Internat – Revoga os itens "e", "f" do Art. 20 e item "g" do Art. 5º, da Instrução nº 002/78 de 15/5/78, aprova a Norma de Serviço n. 001/86 de 19/8/86.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 005/86 de 24/10/86 do Conselho Deliberativo do Internat – Autoriza o Internat a continuar concedendo as Retificações de Limites de um mesmo Título Provisório em áreas devolutas diferentes, no mesmo município; Permite ao Internat exigir, a critério do Presidente, a apresentação dos Autos de Medição, antes da realização da Vistoria, nos processos de Regularização de Posse; Autoriza o Internat a fornecer Certidões Administrativas, referentes aos processos de Regularização Fundiária, [...], incluindo a condição de "Não Negociável"; Passa para a Secretaria de Assuntos Fundiários o encargo de realizar estudos para autorizar o fornecimento de Cartas de Anuência; Determina o cumprimento da Norma de Serviço n. 05/81 pelo Internat, apenas nos casos em que se tratar de Instrumentos Particulares.

Resolução n. 005/85 de 24/10/86 – Do Conselho Deliberativo do Internat – autoriza o Internat a continuar concedendo as Retificações de Limites de um mesmo Título Provisório em áreas devolutas diferentes no mesmo município; disciplina vários assuntos pertinentes aos procedimentos de regularização fundiária e determina o cumprimento da Norma de Serviço n. 05/81 pelo Internat apenas nos casos em que se tratar de Instrumentos Particulares.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 002/89 de 04/1/89, DOE de 9/01/89 do Conselho Deliberativo do Internat – Aprova a Norma de Serviço n. 001/89 que trata do uso de imagens orbitais e Revoga o Art. 5º. da Resolução 005/86, passando a vigorar a Norma de Serviço n. 005/81.

\_\_\_\_\_. Norma de Serviço n. 002/89 de 10/01/89, DOE de 13/01/89 – Altera o item 3 (Da Retificação de Limites) da Norma de Serviço n. 003/80 de 5/9/80 e dá outra redação.

\_\_\_\_\_. Resolução n. 003/89 de 10/01/89, DOE de 13/01/89, do Conselho Deliberativo do Internat – Aprova a Norma de Serviço n. 002/89 que altera a Norma de Serviço n. 003/80 (Da Retificação de Limites).

\_\_\_\_\_. Internat e Codemat. Relação das Colônias Agrícolas Estaduais – 1940-1960. Curitiba, 1990.

\_\_\_\_\_. Internat. Relação das glebas arrecadadas e destinadas pelo Estado – 1978/1990. Curitiba, 1990.